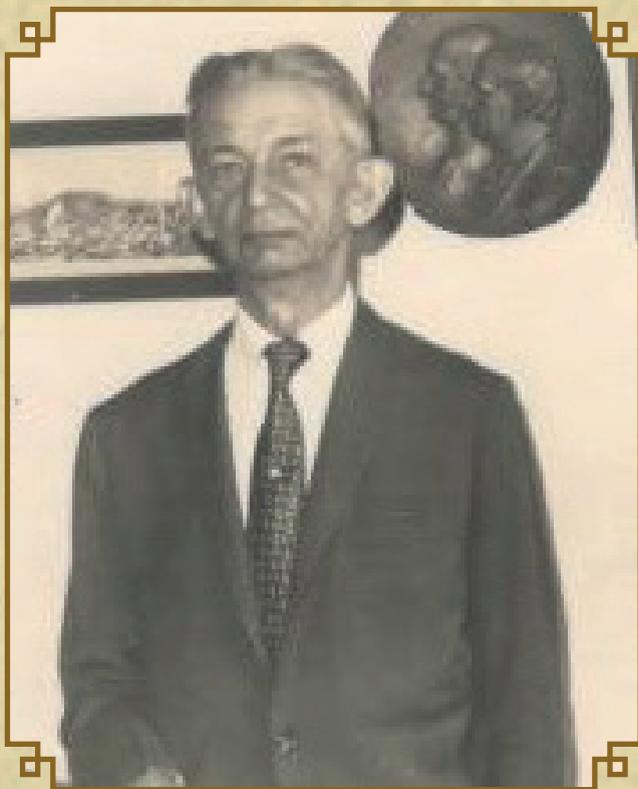


REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

NÚMERO – 79 – 2017



VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO



HOMENAGEM DO IHGMT AOS 130 ANOS
DE SEU NASCIMENTO (1887-2017)



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT

Presidente *President*

Elizabeth Madureira Siqueira

Editor *Plublischer*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa

(UNIVAG/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT/
IHGMT)

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Suise Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Weller Marcos da Silva (IHGMT)

Diretoria 2016-2018

Presidente: Elizabeth Madureira Siqueira

1º Vice-Presidente: Anna Maria R. M. da Costa

2ª Vice-Presidente: Paulo Pitaluga Costa e Silva

Secretária Geral: Sônia Regina Romancini

2ª Secretária: Suise Monteiro Leon Bordest

1º Tesoureiro Geral: Nileide Souza Dourado

2ª Tesoureiro: Fernando Tadeu de Miranda
Borges

Conselho Fiscal *Fiscal's Council*

Benedito Pedro Dorileo

Nilza Queiroz Freire

Vinicius de Carvalho Araújo

Conselho Consultivo a Científico

Consult and Cientific Coucil

História *History*

Arno Welling (UFRJ/UNIRIO/UGF)

Giovani José da Silva (UNIFAP)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges

(UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães

(UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Cristina Teobaldo (UFMT)

Editor Plublischer

Elizabeth Madureira Siqueira

Seções da RIHGMT, 79

Revista Comemorativa dos 130 anos
de nascimento de Virgílio Alves Corrêa
Filho (1887-2017)



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO 79

DOSSIÊ

130 ANOS DE NASCIMENTO DE VIRGÍLIO
ALVES CORRÊA FILHO

(1887-2017)

CUIABÁ
2017

© Copyright @ 2017 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso/ Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 79. Cuiabá, 2017
297 p.: 15,5 cm.
Anual
Inclui bibliografia, Índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:

Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:

Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert

Fotos: **Virgílio Corrêa Filho.**

Fonte: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/vcfilhos.html>

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) - Cuiabá, MT – 78050-500

Acesse o Arquivo da Casa Barão de Melgaço: [www//casabarao.com.br](http://casabarao.com.br)

ÍNDICE

Editorial	7
Textos alusivos à personalidade	10
Dados biográficos de Virgílio Alves Corrêa Filho – <i>IHGB e Revista Brasileira de Geografia</i>	11
Discurso de Virgílio Alves Corrêa Filho por ocasião da doação da Casa Barão de Melgaço (30/11/1930) – <i>Elizabeth Madureira Siqueira</i>	14
Virgílio Corrêa Filho - um gigante! – <i>João Alberto Novis Gomes Monteiro</i>	17
Ela! – <i>Virgílio Alves Corrêa Filho</i>	22
Artigos	33
Virgílio Corrêa Filho: um entusiasta do “brasileirismo sadio” – <i>Vilma Eliza Trindade</i>	35
As escritas do intelectual Virgílio Corrêa Filho – questões de ensino: monografias cuiabanas – <i>Nileide Souza Dourado Renilson Rosa Ribeiro</i>	81
Dois amantes da natureza – <i>Nanci Leonzo</i>	130
Cuiabá, afluente do Paraguai, na perspectiva de Virgílio Corrêa Filho – <i>Suíse Monteiro Leon Bordest</i>	153
A literatura histórica de Mato Grosso e sua interface com a historiografia nacional, sob a ótica de Virgílio Alves Corrêa Filho – <i>Elizabeth Madureira Siqueira</i>	169
As indústrias Mato-grossenses no olhar de Virgílio Corrêa Filho – <i>Neila Maria Souza Barreto</i>	192
Virgílio Corrêa Filho: a fronteira com o Paraguai para um historiador regionalista – <i>Carla Villamaina Centeno</i>	220
Bibliografia Virgiliana da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso – <i>Paulo Pitaluga Costa e Silva</i>	261
Discursos	272
Discurso pronunciado por Eduardo Mahon, por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na categoria de Sócio Efetivo, aos 16 de dezembro de 2017.....	273
Discurso pronunciado por Flávio Gatti, por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na categoria de Sócio Efetivo, aos 16 de dezembro de 2017 ...	276
Discurso pronunciado por Francisco Ildefonso da Silva Campos, por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na categoria de Sócio Efetivo, aos 16 de dezembro de 2017	278
Discurso pronunciado por Neila Maria de Souza Barreto, por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na categoria de Sócia Efetiva, aos 16 de dezembro de 2017.....	282
Discurso pronunciado por Oriana Paes de Barros, por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na categoria de Sócia Efetiva, aos 16 de dezembro de 2017	286
Discurso pronunciado por Renilson Rosa Ribeiro, por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na categoria de Sócio Efetivo, aos 16 de dezembro de 2017.....	289
Normas para a revista do IHGMT	294

CONTENTS

Editorial	7
Alusive texts to personality	10
Biographical Data of Virgílio Alves Corrêa Filho – <i>IHGB and Brazilian Journal of Geography</i>	11
Address by Virgílio Alves Corrêa Filho in the Donation of the House Barão de Melgaço (11/30/1930) – <i>Elizabeth Madureira Siqueira</i>	14
Virgílio Corrêa Filho – A Giant! – <i>João Alberto Novis Gomes Monteiro</i>	17
She! – <i>Virgílio Alves Corrêa Filho</i>	22
Magazines	33
Virgílio Corrêa Filho: An Enthusiast of “Healthy Brazilianism” – <i>Vilma Eliza Trindade</i>	35
The writings of the intellectual Virgílio Corrêa Filho - Questions of Teaching: Cuiabanas Monographs – <i>Nileide Souza Dourado Renilson Rosa Ribeiro</i>	81
Two Lovers of Nature – <i>Nanci Leonzo</i>	130
Cuiabá, Affluent of Paraguay, in the Perspective of Virgílio Corrêa Filho – <i>Suise Monteiro Leon Bordest</i>	153
The Historical Literature of Mato Grosso and its Interface with the National Historiography, under the Optics of Virgílio Alves Corrêa Filho – <i>Elizabeth Madureira Siqueira</i>	169
The Mato Grossens Industries in the Look of Virgílio Corrêa Filho– <i>Neila Maria Souza Barreto</i>	192
Virgílio Corrêa Filho: The Border with Paraguay for a Regionalist Historian – <i>Carla Villamaina Centeno</i>	220
Bibliography Virgilian of History, Geography and Ethnology of Mato Grosso – <i>Paulo Pitaluga Costa e Silva</i>	261
Postal addresses - effective members	272
Speech delivered by Eduardo Mahon, on the occasion of his inauguration at the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso, in the category of Effective Member, on december 16, 2017	273
Speech delivered by Flávio Gatti on the occasion of his inauguration at the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso, in the category of Effective Member, on december 16, 2017	276
Speech delivered by Francisco Ildefonso da Silva Campos, on the occasion of his inauguration at the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso, in the category of Effective Member, on december 16, 2017	278
Speech delivered by Neila Maria de Souza Barreto on the occasion of his inauguration at the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso, in the category of Effective Member, on december 16, 2017	282
Speech delivered by Oriana Paes de Barros on the occasion of his inauguration at the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso, in the category of Effective Partner, on december 16, 2017	286
Speech delivered by Renilson Rosa Ribeiro, on the occasion of his inauguration at the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso, in the category of Effective Member, on december 16, 2017	289
Rules of the magazine	294

EDITORIAL

A Revista do IHGMT n. 79 tem como dossiê “130 anos de nascimento de Virgílio Alves Corrêa Filho (1887-2017), relevante personalidade que contribuiu expressivamente para o IHGMT, seja enquanto sócio fundador, mas, sobretudo, pela sua vigorosa produção intelectual na área da História de Mato Grosso. Esse contributo foi ampliado ao longo de sua vida e publicado em livros diversos e periódicos institucionais brasileiros, o que lhe deu um reconhecimento nacional, enquanto intelectual.

Este periódico se divide em três partes, sendo a *PRIMEIRA* composta de **Textos Alusivos e produzidos à/pela Personalidade**, no qual buscou-se conhecer melhor a trajetória da personalidade através de **Dados Biográficos de Virgílio Alves Corrêa Filho**, uma produção do IHGB e da Revista Brasileira de Geografia, sendo que em seguida foi transcrito o **Discurso de Virgílio Alves Corrêa Filho na Doação da Casa Barão de Melgaço (30/11/1930)**, peça literária pouco divulgada e que marcou sua atuação enquanto Secretário Geral do Estado, à época. Em seguida, um artigo intitulado **Virgílio Corrêa Filho - um Gigante!**, de autoria do sócio falecido *João Alberto Novis Gomes Monteiro*, no qual a personagem é tratada no interior das relações familiares. Para finalizar essa primeira parte, transcrevemos um artigo belíssimo, de autoria do próprio Virgílio Alves Corrêa Filho, que teve como temática principal, um tributo de gratidão e saudade à sua esposa falecida, Edith Corrêa da Costa, intitulado **Ela!**, publicado originalmente no *Jornal do Comércio (RJ)*, no dia 25 de outubro de 1953, e, posteriormente, na *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, Tomos XLIII-XLIV, 1954-1955.

A *SEGUNDA PARTE* é dedicada aos ARTIGOS, sendo o primeiro **Virgílio Corrêa Filho: um entusiasta**

do “**Brasileirismo Sadio**”, de autoria de Vilma Eliza Trindade, que aborda a produção intelectual de Virgílio Corrêa Filho de forma ampla, não somente enquanto historiador, mas também intelectual de repercussão nacional. Esse texto foi solicitado à autora e escolhido para abrir a seção de artigos por ser Vilma uma especialista em Virgílio, visto ter sido ele personagem central de sua tese de doutoramento na USP. Em seguida, **As escritas do intelectual Virgílio Corrêa Filho – Questões de Ensino: Monografias Cuiabanas**, da lavra de *Nileide Souza Dourado e Renilson Rosa Ribeiro*, os quais privilegiam uma das raríssimas Monografias Cuiabanas que teve como objeto de análise *Questões de Ensino*, na qual Corrêa Filho tece um panorama da História da Educação de Mato Grosso, publicado originalmente no ano de 1925 e reeditado pelo IHGMT, na sua coleção *Publicações Avulsas*, n. 59, 2002. **Dois Amantes da Natureza** é o título do artigo de *Nanci Leonzo*, que cotejou Virgílio Corrêa Filho com Roquette-Pinto, aproximações e distanciamentos enquanto intelectuais. Em **Cuiabá, Afluente do Paraguai, na Perspectiva de Virgílio Corrêa Filho**, *Suise Monteiro Leon Bordest* recupera um dos mais relevantes escritos de Corrêa Filho, publicado, em 1942, pela *Revista Brasileira de Geografia*, ocasião em que, pela primeira vez, atribuiu-se o Rio Cuiabá, não afluente do São Lourenço, mas sim do Rio Paraguai, assertiva que se mantém até hoje. Lançando um olhar mais preciso sobre a historiografia, Elizabeth Madureira Siqueira, em **A Literatura Histórica de Mato Grosso e sua Interface com a Historiografia Nacional, sob a Ótica de Virgílio Alves Corrêa Filho**, alinhava suas obras privilegiando os autores preferidos por Corrêa Filho na sua escrita da *História e da Literatura mato-grossense e brasileira*. Já Neila Maria Souza Barreto, em **As Indústrias Mato-Grossenses no Olhar de Virgílio Corrêa Filho**, recupera o longo percurso que trata das

principais indústrias de Mato Grosso, iniciado no século XVIII, até o ano de 1945, quando a obra foi editada. Em **Virgílio Corrêa Filho: A Fronteira com o Paraguai para um Historiador Regionalista**, *Carla Villamaina Centeno* oferece uma análise pontual sobre o olhar desse historiador sobre a fronteira de Mato Grosso com a República do Paraguai, parte importante das grandes preocupações de Corrêa Filho, visto ter publicado, em 4 volumes, as *Raias de Mato Grosso*, publicadas entre 1924 e 1926. Finalizando a revista, e extremamente relevante, segue **Bibliografia Virgiliana da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso**, de Paulo Pitaluga Costa e Silva, artigo referenciando toda produção intelectual de Virgílio Corrêa Filho, que arrola exemplarmente todos os títulos editados ao longo de sua frutífera e diversificada carreira intelectual.

A *TERCEIRA PARTE* da revista é dedicada à divulgação dos *Discursos de Posse* dos seis novos sócios efetivos que tomaram posse em dezembro de 1917, a saber: Eduardo Mahon, Flávio Gatti, Francisco Ildefonso da Silva Campos, Neila Maria de Souza Barreto, Oriana Paes de Barros e Renilson Rosa Ribeiro.

A Comissão Editorial

TEXTOS ALUSIVOS À PERSONALIDADE



Fonte: Arquivo do IHGB. <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/vcfilhos.html>

DADOS BIOGRÁFICOS DE VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO

BIOGRAPHICAL DATA OF VIRGÍLIO
ALVES CORRÊA FILHO

IHGB/Revista Brasileira de Geografia, 1974 (Separata)

Nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 8 de janeiro de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1973. Filho de Virgílio Alves Corrêa e Inês Augusta Alves Corrêa.

Fez os estudos primários e secundários no Ateneu Cuiabano e no Liceu Cuiabano e o superior na Escola Politécnica do RJ. Engenheiro-residente da E. F. Noroeste do Brasil, da E. F. Maricá, da E. F. Central do Brasil e da E. F. Mogiana.

Foi diretor da Repartição de Terras do Estado de Mato Grosso, secretário-geral do Estado. Em S. Paulo, foi chefe de seção na Comissão de Obras Novas do abastecimento d'água. Membro do Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, chefiou a seção de Documentação. Representou o Estado de Mato Grosso no 2º Congresso de História Nacional (1931), 4ª Conferência Nacional de Educação (1932), 5º Congresso de Estradas de Rodagem (1933), Assembleia Inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História (1932), 1º Congresso das Academias de Letras (1936), 1ª Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia (1937), 3º Congresso de História Nacional (1938), 7º Congresso de Estradas de Rodagem (na qual representou também o Clube de Engenharia), 1º Congresso Brasileiro de Cultura (1940) e outras reuniões de âmbito nacional e internacional, fez parte da delegação brasileira à 4ª Assembleia do Instituto Param. de Geografia e História

(1946), à 1ª Reunião Panam. de Consulta sobre História, no México (1947).

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na categoria de sócio fundador, à Academia Mato-Grossense de Letras, igualmente nessa categoria, ao IHG/SP, ao Instituto Histórico do Ceará, ao Instituto Histórico de Petrópolis, ao Instituto Histórico e Geográfico do MA, ao Instituto Histórico e Geográfico do RS, ao Instituto Histórico e Geográfico do SE, no Instituto Paraguaio de Investigações Científicas.

Foi eleito sócio efetivo do IHGB, em 22 de agosto de 1931. Passou a benemérito em 13 de maio de 1947 e a grande-benemérito em 16 de maio de 1958. Foi sucessivamente, segundo e primeiro-secretário e, desde 1969, por nomeação do presidente Pedro Calmon, e posterior eleição a terceiro vice-presidente.

Sua bibliografia completa, elaborada pelo pesquisador Pedro Tórtima, funcionário do Instituto, vem publicada no v. 148, nº 357, da RIHGB. Dela constam, além dos muitos artigos publicados em nossa Revista, na do IHGMT e em Anais de Congressos, os livros:

À Sombra dos Ervais Mato-grossenses, SP, São Paulo Editora, 1925 – *Grandes Vultos da Nossa Engenharia Ferroviária, Centenário das Ferrovias Brasileiras*, RJ, IBGE, 1954 – *As raias de Mato Grosso*, SP, O Estado de São Paulo, 1925-1926 – *Grandes vultos da nossa engenharia ferroviária*. In: I Centenário das RJ, IBGE, 1945 – *Evolução Ferroviária do Brasil*. In: I Centenário das RJ, IBGE, 1945 – *Aspectos da Formação e Evolução do Brasil*, RJ, Jornal do Commercio, 1953 – *Questões de ensino*, SP, Monteiro Lobato, 1925 – *Evolução do Erário*, SP, Monteiro Lobato, 1925 – *À Cata de Ouro e Diamantes*, RJ, Pongetti, 1926 – *Versatibilidade Presidencial. Correspondência expressiva*, RJ, Pongetti, 1926 – *A Propósito do Boi Pantaneiro*, RJ, Pongetti, 1926 – *Depenando uma Gralha Empavonada* (resposta às injúrias do bacharel Manuel Paes), RJ,

Pongetti, 1926 – *O Siamês da Gralha Empavonada*, RJ, Pongetti, 1927 – *O Detrator Oficial* (resposta às injúrias do Dr. Mário), RJ, Pongetti, 1927 – *Relendo a Mensagem* (continuação da resposta às injúrias do dr. Mário), RJ, Pongetti, 1927 – *A Propósito de Novos Territórios: Comentários Desprentesiosos*. RJ, Jornal do Comércio – Rodrigues e Cia, 1944 – *Indústrias Mato-grossenses*, RJ, Jornal do Comercio, 1945 – *Viagem ao México*, RJ, IBGE-CNG, 1949 – *Pedro Celestino*, RJ, Zélio Valverde, 1945 – *Jonathas Serrano (in memorian)*, Revista das Academias de Letras, 1945 – *Joaquim Murtinho*, RJ Imprensa Nacional, 1951 – *Missões Brasileiras nos Arquivos Europeus* IHGB, 1953, – *Impressões de Campo Grande*, RJ Alba, 1933 – *Síntese de um Governo*, Cuiabá, 1926 – *Mato Grosso*, RJ, Tipografia do Jornal do Comercio, 1922 – *Em Legítima Defesa*, RJ, Pongetti, 1926 – *Alexandre Rodrigues Ferreira: Vida e Obra do Grande Naturalista Brasileiro*. Editora Nacional, 1939 (Coleção Brasileira) – *Ervais do Brasil e Ervateiros*, RJ, Serviço de Informativo Agrícola, 1957 – *Fazendas de gado ao pantanal Mato-grossense*, RJ Serviço de Informativo Agrícola 1955 – *História do Mato Grosso*, RJ, MEC/INL, 1969 – *A Geografia como Fator das Vitórias Diplomáticas do Barão do Rio Branco*, RJ, IBGE/CNG, 1946.

(Fonte: site do IHGB, Sócios Falecidos. Separata da *Revista Brasileira de Geografia*, 1974)



DISCURSO DE VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO POR OCASIÃO DA DOAÇÃO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO (30/11/1930)

ADDRESS BY VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO IN THE
DONATION OF THE HOUSE BARÃO DE MELGAÇO
(11/30/1930)

O dia 30 de novembro se reveste de uma especial recordação, pois Augusto Legerver, o Barão de Melgaço, aportou em Cuiabá, nesse mesmo dia e mês, no ano de 1830. Essa data emblemática foi lembrada 100 anos depois, quando o governo estadual, sob o comando do Interventor Antonino Mena Gonçalves, procedeu à doação da Casa Barão de Melgaço às duas Instituições culturais mais antigas importantes de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico e o Centro Mato-Grossense de Letras, hoje Academia Mato-Grossense de Letras.

A escolha do dia e mês e a saudação do evento estiveram a cargo do Secretário Geral do Estado, engenheiro e historiador Virgílio Corrêa Filho que, breve, porém em memorável discurso, atrelou a mesma doação à personalidade que viveu por muitos anos nessa histórica residência que, até hoje, abriga as duas Instituições culturais mais antigas de Mato Grosso, o IHGMT e a AML. Relembremos:

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, SECRETÁRIO GERAL DO ESTADO, NO ATO DA ENTREGA DA “CASA BARÃO DE MELGAÇO” AO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO E AO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS, A 23 DE NOVEMBRO DE 1930

Senhores:

A memória da humanidade, volúvel e loureira, contingencia acaso da sua própria natureza feminina, ostenta por vezes continuidades de veneração que desperta nos mais descrentes a confiança no julgamento da posteridade.

Certo, nenhum de nós presenciou o fato que teria alvoroçado Cuiabá, de uma centúria atrás, nesta mesma data, que hoje nos trás aqui reunidos, governo e povo, para rememorar o primeiro contato de Augusto Leverger com a capital mato-grossense.

E poucos dos presentes trataram de perto com o marinheiro bretão, que, na velhice, ainda conserva o desempenho do moço que, aureolado de façanhas navais, em plena exuberância dos seus 28 anos, aqui aportou a 23 de novembro de 1830.

Entretanto, os feitos que praticou, durante meio século de fecunda atividade consagrada a Mato Grosso; os ensinamentos que espalhou, mais pelo exemplo de uma consciência temperada ao calor de desvelada existência materna, do que pela falazes pregações desacompanhadas de atos; a serena coragem dos fortes,

que não detona em explosões despropositadas, mas aflora, se necessária, como ocorreu na sinistra noite de agonia, de 19 de janeiro de 1865, quando Cuiabá, em pânico esmorecia, derreada de um pavor, sem saber como pudesse resistir à ameaça dos invasores do Sul, a notícia de cuja aproximação em debandada os primeiros defensores de Melgaço; o apego às paragens cuiabanas, onde viveu a melhor fase da sua vida, as monografias em que vasou parte do seu saber especializado, tudo contribuiu para sagra-lo a maior individualidade mato-grossense no século passado.

Quem lhe proclama a benemerência não é a voz isolada de um admirador, por ventura suspeito pela sua condição de remoto descendente do bravo almirante, mas a unanimidade dos contemporâneos, que o glorificam como o salvador de Cuiabá, e o juízo imparcial dos pósteres, que lhe abriram as portas do Panteão.

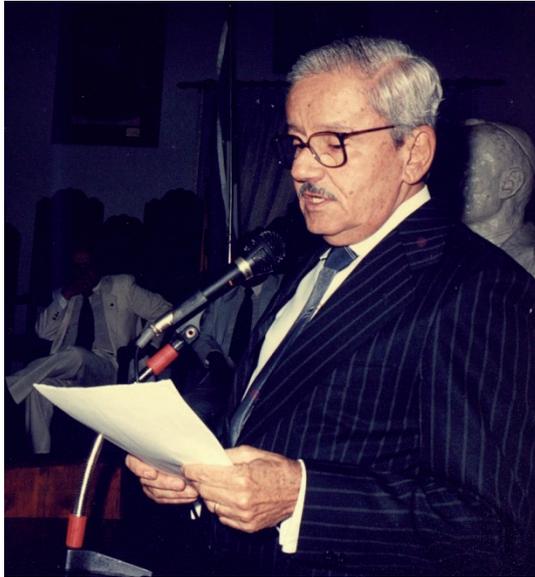
Acorde com o sentir do povo mato-grossense, e com os conceitos dos historiadores, o governo atual do Estado, que sabe presar as glórias nacionais, por ter a sua frente um douto paladino de brasilidade, o Cel. Antonino Mena Gonçalves, em cujo coração de ouro Mato Grosso encontrou generoso e quente abrigo, declara a sua intenção de destinar ao culto levergeriano, pela maneira mais eficiente, a casa onde residiu o glorioso defensor de Cuiabá, cuja divisa heráldica lhe sintetiza as tendências pessoais.

SEMPRE PRONTO.

E por ter se conservado “sempre pronto” para o desempenho de missões oficiais, ou trabalhos da sua iniciativa, o nome de Leverger superou a ferrugem do tempo e permanece hoje mais vivo na glorificação atual, do que há um século, quando aqui chegou, desconhecido e suspeito, por meteco, aos extremados da xenofobia.

Possa inspirar-nos o seu exemplo, para maior engrandecimento da terra mato-grossense, e da gente que a fecunda com a sua energia heroica.

(Fonte: Revista do IHGMT, Ano XII, Tomos XXIII-XXIV, p. 109-110)



Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro.

Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo da Casa Barão de Melgaço

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO - UM GIGANTE!

Virgílio Corrêa Filho - a giant!¹

João Alberto Novis Gomes Monteiro

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e membro da Academia Mato-Grossense de Letras, que presidiu. Já falecido.

Gosto sempre de abordar uma personalidade, sobre a qual escrevo, como pessoa humana e não apenas como dona de um frio e burocrático *curriculum vitae*, ainda que excepcional seja este. Isto considero essencial, sobretudo se convivi com o abordado. A mais, como é costume entre nós, nas grandes famílias há

1 Esse artigo foi escrito pelo Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro, na Revista do IHGMT de 1999, quando discorreu sobre seu Patrono.

sempre homônimos e, em se tratando de personalidades ilustres, no futuro estarão, suas lembranças, sujeitas a confusões. Consideremos também que, quanto maior for a importância da obra deixada para a posteridade, mais longo será o tempo em que seu autor será lembrado – o que torna mais obrigatório identificá-lo, assim evitando equívocos em longínquo futuro.

Desde a minha mais tenra idade ouvia, em família, falarem em “Virgilinho”. A princípio cheguei até a pensar que se tratasse de um parente, criança como eu, que vivia no Rio de Janeiro. Aos poucos fui conhecendo quem era este “Virgilinho”, que tão orgulhosamente era citado como escritor e historiador, que brilhava desde a, então, capital da República. Assim, sua figura me foi se agigantando, fazendo-me parecer impróprio o carinhoso diminutivo familiar pelo qual era tratado, pelo fato de ser filho de outro Virgílio ou por querer traduzir o mais irrelevante aspecto da avaliação de um homem em corpo e alma: a pequena estatura que possuía.

Na família Alves Corrêa, da ascendência materna de minha mãe, tinha existido e ainda havia outros Virgílios, não menos merecedores da consideração e orgulho por parte dos familiares. Porém, este aqui abordado, era o Virgílio Alves Corrêa Filho, primo-irmão da minha avó Antonieta. Além deste parentesco, “Virgilinho” havia se casado com Edith Corrêa da Costa – prima-irmã de minha mãe –, filha que era de Pedro Celestino Corrêa da Costa e Constança Novis Corrêa da Costa. Não bastassem estes laços familiares maternos, meu pai também tinha ascendência Corrêa da Costa, como o próprio Virgílio que teve, por avô materno, o cel. Cesário Corrêa da Costa.

Em meu íntimo nasceu, então, uma grande curiosidade em conhecer, pessoalmente, o ilustre parente e isto se deu quando, em 1949, fui estudar no Rio de Janeiro.

Em 1950, já cursando o primeiro ano de Medicina na Faculdade de Ciências Médicas, fui morar em

uma pensão, na Rua Moraes e Silva, ao lado da casa da tia Corina - irmã do meu avô Alberto e viúva de Pedro Celestino, tia e madrastra da Edith, esposa do “Virgilinho”, que morava logo acima, na Praça André Rebouças. Quase todas as noites, após o jantar, nos reuníamos em casa da velha tia. Em 1951 mudei-me para mais perto da faculdade, em São Cristóvão. Mas aquelas agradáveis reuniões, certamente, devem ter continuado – vivíamos numa época em que não havia ainda a televisão para atrapalhar a convivência com familiares, vizinhos e amigos.

Assim teria sido até que pertinaz enfermidade vitimou a prima Edith, levando-a do nosso convívio, em 1953. Já como estagiário dos serviços de Clóvis Corrêa da Costa – outro ilustre primo, que brilhava na Medicina brasileira – no hospital da Fundação Gaffrée-Guinle, onde também trabalhava João Mário da Silva Pereira – sobrinho, afilhado e médico-assistente da enferma – acompanhei todo o seu sofrimento, a desolação do seu esposo, filhos e familiares. Após o infausto ocorrido, Virgílio publicou no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1953, o bellissimo artigo – transcrito na *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, nº XLIII, de 1954/55, que assim termina: “E morta, acompanharam-na os ‘pensamentos idos e vividos’ que ditaram esta melancólica e sombria página de saudades”. Quanta sensibilidade!

Na viuvez, Virgílio contou com a permanente assistência de suas dedicadas filhas.

Falar sobre a importância da obra de Virgílio Corrêa Filho e detalhá-la, mesmo que resumidamente, ocuparia todo volume deste número jubilar da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Outro volume seria necessário para citar o quanto foi escrito, enaltecendo-lhe a vida terrena e os trabalhos publicados, pois continua sendo ele, indiscutivelmente, o maior nome na preservação da memória mato-

-grossense e um dos nossos mais notáveis escritores. Sua brilhante atuação em nosso Instituto Histórico e na Academia Mato-Grossense de Letras é por demais conhecida. Também o são sua participação na vida pública e profissional, igualmente nas entidades e órgãos de âmbito nacional a que pertenceu ou a que deu sua valiosa colaboração: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Jornal do Comércio etc.

Porém, aos que quiserem conhecer *quem e o que foi* Virgílio Alves Corrêa Filho, recomendo a leitura da magnífica publicação “*Recordações inéditas de Virgílio Corrêa Filho*”, editada pela sua família, no Rio de Janeiro, em comemoração ao seu centenário de nascimento, em 1987. Esta verdadeira joia é prefaciada pelo general Samuel Augusto Alves Corrêa que, fielmente, descreve o escritor e o homem que foi seu pai: “[...] a sensibilidade e a grandeza de sentimentos [...] estilo elegante e escorreito e a luta dignificante pela vida em que perseverou, ocultando a todos nós suas desilusões, frustrações e dificuldades, que não se refletiam no seu modo de ser, sempre afável, paciente, humilde, compreensível e prestativo”. Esta obra, além de impressões pessoais de filhos, nora e netos, traz uma autobiografia do homenageado e detalhada relação de suas atividades literárias, profissionais e políticas. Assim, tal publicação deve ser divulgada, preservada e sempre reeditada, por ser importantíssima para o estado de Mato Grosso.

Pelo seu trabalho na pesquisa e divulgação do nosso passado, Virgílio Alves Corrêa Filho se identifica com a própria história de Mato Grosso – ninguém poderá dissociá-los em qualquer estudo sério da historiografia mato-grossense.

Virgílio trabalhou até quando lhe permitiram suas condições físicas, por volta do final de 1964. Como escreve seu filho Maurício, na citada preciosa publicação:

“Certamente Papai não teve o fim de vida que desejou: morrer na ativa sempre trabalhando, pois o trabalho, ele considerava estimulante dádiva divina. Na verdade Papai, como uma vela, aos poucos se extinguiu”. Nasceu em 8 de janeiro de 1887, faleceu aos 86 anos, em 11 de setembro de 1973.

Hoje, integro o Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e presido a Academia Mato-Grossense de Letras, entidades das quais – há oito décadas – Virgílio Corrêa Filho foi um dos fundadores. Já o havia escolhido para patrocinar a Cadeira que ocupo em nosso venerando Instituto Histórico, que ora chega a oitenta anos de importante trabalho iniciado, principalmente, por ele.

Mas, o que dizer poderia, neste artigo, aquele menino de outrora que chegou, em sua inocência, a pensar que o “multiparente” Virgílinho fosse do seu tamanho?

Em poucas palavras, resumirei o conceito que, de há muito, se me formou: já naquela época o “Virgílinho” era o gigante, que sempre será, a engrandecer a cultura mato-grossense!



Sede do Jornal do Commercio - RJ

Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/jornal-do-commercio-circula-pela-ultima-vez-nesta-sexta-feira-19193082> <https://oglobo.globo.com/economia/jornal-do-commercio-circula-pela-ultima-vez-nesta-sexta-feira-19193082>

ELA!

SHE!

Virgílio Alves Corrêa Filho

Uma das peças literárias mais pungentes, escrita por Virgílio Corrêa Filho, foi o artigo intitulado *ELA!*, dedicado à lembrança de sua esposa falecida. Importante e necessário foi, para ele, fazer público o sentimento nutrido por ela, Edith Corrêa da Costa, uma das filhas de Pedro Celestino Corrêa da Costa, companheira desde 19 de março de 1912, e que faleceu antes dele, em 17 de setembro de 1953. Pela relevância do texto, publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, aos 25 de outubro de 1953, e reeditado na *Revista da*

Academia Mato-Grossense de Letras, Tomo XLIII-XLIV, 1954-1955, p. 86-93, que transcrevemos.

ELA!

Menina e moça, não titubeou em iniciar a viagem sentimental, alongada por quadro décadas, que lhe proporcionou ensejo de revelar a personalidade peregrina da mulher forte, consoante o modelo das Escrituras.

Não se prezava de formosa, preferindo cultivar as qualidades morais que se foram aprimorando progressivamente, à medida que se lhe deparavam empeços à marcha ascendente.

Sabia que faltava estabilidade à vida do pretendente ao seu afeto, mas, ainda assim, decidiu premiá-lo com a sua preferência.

Indício evidente da mobilidade, a que estaria sujeita, em consequência da escolha espontaneamente deliberada, o primeiro dia de noivado coincidiu com a partida de sua família para memorável excursão de recreio.

A natureza, então, floria nas galas da primavera nascente, acorde com as efusões dos dois passageiros privilegiados, a quem a vida se exhibia pelos aspectos mais deliciosos.

Era como que o prolongamento do lar paterno sobre as águas bonançosas do rio acolhedor. Dir-se-ia especialmente adornado para festejar o promissor acontecimento familiar.

Com a peregrinação, também terminou, ao fim de venturoso mês, a convivência diária do par feliz, que as exigências profissionais em breve separariam.

Encontravam-se, porém, de quando em quando, até que as circunstâncias propiciaram a realização de acertada aliança, logo seguida pelo afastamento dos pais, de regresso à terra natal.

Deixaram a filha estremecida confiada à dedicação do seu jovem esposo, com quem, dias depois, também empreendeu viagem.

Não, todavia, para tornar ao lar distante, onde pudesse confidenciar às amigas quanto se julgava ditosa, mas para se internar, sertão adentro, na companhia de quem abraçara a profissão de aplanar os obstáculos naturais e preparar o conforto para gozo da coletividade.

Não lhe seria fácil a substituição do ambiente alegre e comunicativo, a que se habituara, desde a infância, pela segregação social, a que se viu reduzida, em povoado diminuto, constituído por humilde gente desconhecida.

Aí se patenteara, entretanto, uma das suas características, a sociabilidade insinuante. Em breve prazo, inquilina da melhor casa local, desprovida, não obstante, de comodidades, a que se achava acostumada, assenhoreava-se da estima das pessoas simples dos arredores.

Todas lhe manifestavam amizade, que se evidenciou com mais tocante exuberância, por ocasião do nascimento da primogênita, que as mobilizou, em provas de expressiva solicitude, de que resultou a ladainha na Capela promovida pelas zeladoras, na ausência do vigário.

Rezaram com fervor pelo bom sucesso da forasteira, que lhes granjeara a pouco e pouco a simpatia.

E não foi sem saudade que se transferiu para outras paragens, quando as contingências do serviço a levaram para mais longe, sempre decidida a enfrentar os percalços da profissão, desde que não lhe faltasse o desvelo do companheiro a quem abnegadamente confiara o seu destino.

Mal estanciava em algum local e logo entabolava relações com os seus moradores, repetindo a mesma faculdade, que distinguia o seu venerando Pai.

Não mais lhe ouvia os conselhos em casa caso, distantes como se achavam, mas os exemplos antigos serviram-lhe de guia certo, que as tendências pessoais auxiliavam.

Em vez de se queixar da solidão, em contraste com a casa paterna, frequentada por amigos em profusão de vários níveis sociais, não lhe custava adaptar-se perfeitamente às circunstâncias e imprimir ao próprio lar os encantos da sua personalidade, que floresceu, pujante, em novos rebentos.

Deles se orgulhava, com justos motivos.

Eram-lhe filhos, mercê do nascimento e, mais ainda, da formação moral, em que se desvelava, como igualmente da criação bem cuidada.

Mãe extremosa, considerava-os sempre carentes dos seus carinhos e assistência, ainda quando já emancipados, iam formar novos ninhos.

Se assim procedia sempre, com mais razão lhe mereciam maior solicitude na infância.

Mais uma vez salvá-lo-ia de prematuro desaparecimento, graças à intuição médica, de que se ufanava por herança paterna.

Observadora sagaz, atentava nos fenômenos, que descrevia com fidelidade aos facultativos, em sua linguagem isenta de termos empolados.

E ajudava-os a precisar os diagnósticos e também a aplicar os tratamentos prescritos, até que o doente se restabelecesse, por ação dos remédios, sem dúvida, mas grandemente auxiliada pela vigilância incansável e arguta da enfermeira eficientíssima.

A defesa da saúde dos entes queridos começava pelas precauções que praticava, como sanitarista improvisada, a quem faltaria o curso regular de alguma escola especializada, mas sobejava singular perspicácia, pronta em reter os ensinamentos dos sabedores, quando os visse em harmonia com os meios de ação de que dispunha.

Somente falhou uma vez, quando a própria medicina, indecisa, mudou de diagnóstico, que desejou elucidar por meio de autópsia.

Iria, então, verificar a hipótese verdadeira, entre as várias admitidas, caso lhe fosse concedida a impossível permissão.

Caso esse caso fatal, que lhe amargurou dolorosa fase da existência, em que perdeu a filha caçula, quando já prometia, ainda infante, extremar-se pelos mesmos atributos maternos, de todos os demais triunfou galhardamente, graças à sagacidade e devotamento ao enfermo, protegido pelo desvelo materno.

Se desta maneira atuava, em ocasiões de crise de saúde, mais contínua assistência envolvia a prole sadia, livre de fazer tudo quanto lhe contrariasse os severos princípios morais.

Embebida de ensinamentos que trouxera do berço, timbrava em transmiti-los aos seus, com o fervor dos formadores de almas.

E completando a herança avoenga, que lhes estuava nas veias, moldava-lhes a personalidade, com a perícia de exemplar educadora.

Entre a escola e a igreja, o seu lar agia incessantemente como ativo laboratório, onde se realizavam as reações supletivas e, não raro, também corretoras.

Embora jamais tivesse estudado pedagogia, o seu bom senso divinatório por vezes impugnava certas práticas escolares, por inoperantes, ou até nocivas à maioria dos estudantes.

Prova de que acertara em seus processos empíricos, mas norteados pela intuição, conseguiu completar a formação dos filhos de cujo procedimento se ufanava.

Regozijava-se ao acompanhar-lhes a ascensão nos estudos, do nível primário ao superior, quando o empreendessem, com a perseverante decisão de ultimar-los a contento.

Alegrou-se ao vê-los encarreirados, cada qual segundo a sua vocação, que não visava a nenhum enriquecimento rápido.

A escola em que pontificava de contínuo incutiu-lhes, de preferência, a noção dos deveres a cumprir, antes dos direitos, que por ventura lhes assistissem.

E dava o exemplo pessoal, da limitação das suas aspirações ao mínimo compatível com a sua posição social, do acentuado relevo, que avultava a sua revelia.

Não a pretendia, mas aceitava, quando resultasse de circunstâncias relacionadas com o trabalho que lhe competia.

Reconhecia a conveniência de refrear a expansão do âmbito social, em que operava. Não obstante, percebia também a dificuldade do contrariar o gênio comunicativo, que a fazia estimada de quantos a conhecessem.

Fossem pessoas humildes, que se encolhiam, res-sabiadas, às primeiras interpelações, para depois se abrirem, confiantes, as suas indagações, fossem sabedores, reunidos em Congressos, de quem se aproximasse, despretenciosamente, sem intuítos de concorrência, apenas com a sua qualidade humana, de compreensão amistosa, todos se deixavam seduzir pela simpatia irradiante, que a individualizava.

Mais sublimava, naturalmente, entre os da numerosa família, que lhe reconheciam o primado no agremiar os parentes, não porque a realçasse a idade, muito menos a posição social, nem a melhoria financeira.

Era a sua própria pessoa, que os atrativos morais, cultivados ao calor do ambiente propício, que lhe empenhava a manter, viva, a flama da amizade envolvente.

Reinava entre os íntimos, que se apraziam em atender-lhe as convocações para simples palestras a qualquer pretexto.

Recebia-os com atraente amabilidade, própria a fazê-los esquecer as suas preocupações, quando alguma os atormentasse na ocasião.

Vinha-lhe, sempre à hora, a palavra oportuna, que desejava cada um ouvir a seu respeito, como também o assunto, de geral agrado.

E quando lhe coubesse tecer algum comentário aos fatos trazidos a baila, ou a pessoas, não tardaria a encantar os ouvintes, com as suas apreciações polvilhadas de humorismo e graça.

Quando quisesse provocar-lhe o riso acentuava o lado cômico da vida, de maneira incomparável. Sabia gracejar a propósito e pela imitação da voz alheia ou dos gestos, conseguia efeitos surpreendentes em que os mesmos escolhidos modelos se compraziam, por compreenderem a ausência de malícia nas pilhérias, que os envolvessem.

Por isso, nada dissidente contra o seu domínio social, por todos acatado, e mantido pela vivacidade mental e expansão afetiva.

Velhos ou jovens, todos se deixavam enlevar pela sua afabilidade isenta de artificialismos. Especialmente as crianças que lhe reconheciam a espontaneidade do acolhimento.

E como fosse admiravelmente feminina, alegrou-se com a vinda do primeiro neto, que lhe alagou o coração de aleluias.

Soube ser avó, ao rodear-se dos tenros seres, que lhe deram novo sentido à felicidade do lar.

Queria vê-los contentes e sadios e, para tanto, não se poupava a nenhuma canseira, que fosse beneficia-los.

E a sua maior mágoa, nos últimos tempos, quando suspeitava não mais recuperar a saúde evanescente, derivava da interrupção da assistência, que lhes desejaria prestar, até os ver emancipados, como sucedeu aos filhos, em cujo êxito se espelhavam as suas mais caras aspirações.

Esforçava-se em prepará-los para a vida de trabalho e regozijava-se com os seus triunfos nas profissões em que todos exerciam.

Não somente os educara para o cumprimento cabal da missão escolhida livremente, como ainda lhes infundira e recíproca sentimental, evidenciada na dolorosa fase de provações.

Queria-os perto de si, para seu conforto, como repetia frequentes vezes, antes que se lhe agravassem os sintomas, somente contidos por medicação heroica.

Nas últimas semanas, quando se acamou, para não mais se levantar, jamais deixou de ter ao seu lado um dos filhos, que se revezavam de duas em duas horas, pela noite adentro, e mais espaçadamente no decurso dos dias angustiosos.

Dispensara enfermeiros profissionais, pois julgava os seus entes queridos suficientes em número e capazes de seguir a risca as prescrições do médico assistente.

Afilhado dileto, lastimava, mais do que ninguém, a carência de recursos médicos para combater o mal, que diligenciara erradicar totalmente no primeiro embate, ultimado com exímia perícia e consequências promissoras.

Mas, semelhante às fagulhas que saltam aceiros e rios, incendeiam as glebas vizinhas, na margem fronteira à faixa onde a queimada esmoreceu, também o assalto maligno não se conteve nos contornos em que fora dominado.

Não obstante, aplicada com a máxima competência e fervor filial, a medicina revelou-se impotente, apesar de todos os progressos modernos, para abafar as labaredas, que se expandiam inexoravelmente.

Com a lucidez perspicaz de que era dotada, a paciente considerava as diversas fases do tratamento, a que a submetiam, e tirava as suas conclusões, em geral pessimistas.

De tanto lhe dissuadirem, porém, à vista indagadora as apreensões reinantes, ainda admitia, de quando em quando, pudesse restabelecer-se inteiramente.

Se o conseguisse, comentava, seria mais por efeito dos carinhos, que a envolviam, do que em consequência da medicação apenas sintomática.

Semelhante consolo um só momento não lhe faltou.

Mãe, assim era verdadeiramente a madrasta que esmeradamente a criou e educou com desvelos maternos, irmãos a começar do clínico de nomeada,

que lhe fortalecia o ânimo, cunhados, filhos a que se irmanavam genros e noras, netos, sobrinhos, amigos mais próximos, todos à porfia, lhe testemunhavam devotamento, ansiosos de atenuar-lhe as angústias. Não bastou, todavia, o fervor de tantas afeições, para lhe restaurar a saúde declinante.

Os sofrimentos progrediram aguçando-lhe a inteligência, como evidencia a oração que, em momento mais aflitivo, improvisou mentalmente, e no dia seguinte reduziu a escrito, como último autógrafo indicativo de sua clara letra.

Embora convictamente religiosa, não se entregara ao misticismo, fora desse transe.

Como, porém, lhe era habitual o uso da pena, não lhe custou traduzir a preceito o que sentia.

Antes, escrevia abundantemente e assim mantinha sempre viva, a distância, a lembrança da sua palestra encantadora.

Somente para os íntimos, porém, com os quais se correspondia frequentemente, por meio de cartas minuciosas, em que pudesse comunicar os seus sentimentos e ideias, sem rebuços de linguagem.

A espontaneidade na redação constituía-lhe a nota dominante, que não excluía a emoção, nem a graça no dizer o que pretendia, sem pretensões estilísticas.

Como se dirigia apenas à destinatária e, quando muito, à família, não fazia restrições mentais, acaso necessárias diante de estranhos, que não lhe compreendessem o temperamento afetuoso e gracejador.

Como se expressava de coração aberto, granjeou entre os parentes a fama epistológrafa admirável, cujo silêncio, nos meses últimos, os ausentes estranharam. E instavam-lhe pelas respostas, a que tinham direito, por ignorarem o agravamento do seu estado, que não mais lhe permitia cuidar da correspondência.

Afinal, acalmadas as dores, recebidos os derradeiros sacramentos, findou a sua existência benfazeja, cuja

mais fiel definição rompeu do desabafo lancinante de quem tinha autoridade, mais do que outrem, para interpretar, entre lágrimas, o sentimento da grei consternada: “acabou-se a nossa alegria”.

E a casa, outrora risonha, enlutou-se em silêncio, respeitado pelas centenas de pessoas que a visitaram, assim que se divulgou a notícia.

Prova de quanto era benquista cresceu-lhes o número progressivamente, até, por fim, transbordar para o jardim e passeio contíguo, quando se tornou difícil a passagem pelo portão, sempre franqueado aos bem-vindos.

De momento, porém, a aglomeração de visitantes obstou o trânsito, já perturbado por dezenas de coroas.

Muitos se mostravam surpresos com o triste desenlace por não terem dito notícia alguma da doença, cuja evolução apenas os íntimos conheciam.

Não obstante, como lhe sucedera em vida, não havia diferença de classes sociais nas homenagens de veneração a quem soubera cultivar amizades duradouras.

Não destoaram de suas previsões, quando sadia, ainda em momentos de bom humor, afirmava que lhe seria numeroso o acompanhamento fúnebre.

Assim ocorreu, em verdade.

Desde o velório, edificante pelo respeito silencioso, entrecortado de orações, em voz alta, que santificavam o ambiente de angústia, até a hora da partida da casa onde vivera por longo e venturoso período, ser-lhe-ia do agrado a reunião de tantos amigos, caso pudesse notar-lhes ainda a presença.

E quando rodou o féretro, pelo trajeto que profetizara, pareciam que estavam cumprindo as instruções esboçadas entre gracejos.

Análogas homenagens ainda lhe realçariam os méritos sociais, por ocasião das exéquias que levaram, à Igreja da Candelária, número incomum de assistentes.

Repleta, evidenciava a estima da sua coletividade, por quem não mais poderia servi-la, como lhe era hábito.

Em desfile que durou mais de três quartos de hora, conforme verificaram vários observadores, os comungantes, nos mesmos sentimentos, expressaram a sua consideração e apreço à memória de quem deixou de sua trajetória pela vida, dignamente vivida, suaves recordações de amor ao próximo e solidariedade humana, explicativos da consagração impressionante, empreendida por mais de mil pessoas amigas.

E, morta, acompanharam-na os “pensamentos idos e vividos”, que ditaram esta melancólica e sombria página de saudades.

ARTIGOS



Virgílio Alves Corrêa Filho

Fonte: Arquivo do IHGB-RJ. Foto Marta Marta Saboya da Costa apud TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973*. Campo Grande, MS: EdUFMS, 2001, p 16. (ISBN 85-85917-70-9)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: UM ENTUSIASTA DO “BRASILEIRISMO SADIO”

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: AN ENTHUSIAST
OF “HEALTHY BRAZILIANISM”

Vilma Eliza Trindade

Doutora em Ciências- História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular aposentada do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* de Corumbá. vtrin2@hotmail.com

RESUMO – Tendo em vista a produção intelectual e a trajetória percorrida por Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), não é possível considerá-lo, de forma simplista, apenas como um historiador mato-grossense. Essa visão deturpa a real significação do conjunto de sua obra. As questões que permeiam seus trabalhos refletem, de modo permanente, as impressões vividas por um intelectual transregional, atingido simultaneamente pelas injunções da política interna e externa. Integrou o conjunto de estudiosos que, na década de 1920, defendeu o ideário nacionalista, contribuindo, no período Vargas, para empreender a Marcha para Oeste. Seus trabalhos revestem-se de extrema complexidade e só podem ser dimensionados, portanto, à luz de um universo interdisciplinar, vinculado às mudanças estruturais e conjunturais brasileiras. O Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o *Jornal do Comércio*, localizados no Rio de Janeiro, desempenharam um papel decisivo em sua trajetória. A participação como sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (Cuiabá), em 1919, foi significativa, ao contribuir para a elaboração de uma identidade mato-grossense construída com o objetivo de evidenciar a importância do Estado para a forma-

ção e consolidação da unidade nacional. Vivenciando e usufruindo das vantagens decorrentes do ambiente cosmopolita do Rio de Janeiro, Virgílio Corrêa Filho, tendo sempre ocupado cargos de destaque como funcionário público, além de jornalista e engenheiro civil, dedicou mais de meio século de sua vida à elaboração de trabalhos destinados ao conhecimento do Brasil, nos quais se incluem os estudos acolhidos pela *Revista Brasileira de Geografia*.

Palavras-chave: Memória. História. Geopolítica.

ABSTRACT – Considering Virgílio Corrêa Filho’s (1887-1973), intellectual production and his background it is not possible to simply consider him as a native Mato Grosso historian. Such perspective would compromise the real meaning and relevance of his work set. The issues underlying his work permanently reflect the impressions of a trans-regional intellectual, simultaneously influenced by domestic and foreign policies. He was a member of the group of scholars, who back in the 1920s defended the nationalist ideology, contributing with the March to the West. His work show great complexity and therefore can only be measured through interdisciplinary analysis, connected to Brazilian structural and conjunctural changes. The Conselho Nacional de Geografia (CNG-RJ) (National Geography Council), The Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB-RJ) (Brazilian Historical and Geographical Institute, in Rio de Janeiro), as well as the newspaper *Jornal do Comércio* (RJ) in Rio de Janeiro, played a decisive role throughout his life. As a founding partner, and active member of the Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT-Cuiabá) (Mato Grosso State Historical and Geographical Institute, in Cuiabá) in 1919, he contributed to the creation of a Mato Grosso state identity aiming to highlight the importance of such state for the consolidation of the national unity. Enjoying the

advantages of the cosmopolitan environment of Rio de Janeiro, Virgílio Corrêa Filho has always had relevant positions as a public servant. Moreover, as a journalist and a civil engineer he has devoted more than fifty years of his life to developing work concerning the knowledge of Brazil, including the studies published in the *Revista Brasileira de Geografia* (Brazilian Geographical Journal).

Keywords: Memory. History. Geopolitics.

TRAJETÓRIA E RELAÇÕES DE PODER

Virgílio Corrêa Filho fazia parte de uma família influente no cenário político-econômico, com representantes na esfera nacional, como é o caso do sogro Pedro Celestino Corrêa da Costa, importante político local, deputado (1891 e 1908), senador (1918 e 1927) e Presidente de Mato Grosso (1908-1911 e 1922-1924). Como, também, manteve estreita relação de amizade e parentela (CORRÊA, Samuel A. A., 1987)² com Filinto Müller³, figura proeminente durante o Estado Novo (BARROS, 1934).

Em consulta as suas memórias, constatei a dedicação que, desde estudante de Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro⁴, dispensava à leitura de

2 CORRÊA, Samuel A. A. (1987, p. 41). Conforme entrevista que realizei com Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro, Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras, em 15 de julho de 1998 (Cuiabá-MT): é sempre conveniente lembrar os entrelaçamentos familiares que unem os cuiabanos. Neste caso, os Müller eram parentes da esposa de Virgílio Corrêa Filho.

3 A atuação do mato-grossense Filinto Müller, como homem público, iniciou-se em 1931, como secretário do interventor federal de São Paulo. De 1933 a 1942, exerceu a função de chefe de polícia do Distrito Federal. Passou, então, a oficial de gabinete do Ministro da Guerra, até 1943, sendo nomeado presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) em 1945, eleito Senador por Mato Grosso em 1947, exerceu o mandato até 1951. Voltou ao Senado em 1954, reelegendo-se seguidamente (depois de 1965 pela Arena) até seu falecimento em 1973, vítima de um desastre aéreo (HEYMANN, 1997).

4 Turma de Estradas e Pontes de 1908: Benjamin do Monte (RJ), Álvaro de M. Rôhe (RJ), A. F. de Souza da Silveira (RJ), Antonio Meira Júnior (RJ), Antonio Botafogo (RJ), Gastão de Attayde (RJ), Carlos da Gama Lobo (RJ), Aristides F. Figueiredo (Estado do RJ), Joaquim A. B. Ottoni (PR), Muniz Freire Júnior (ES), Virgílio Corrêa Filho (MT). Consultar: ARQUIVO DE ICONOGRAFIA DO IHGB.

Auguste Comte, o que pode indicar pistas da sua concepção de História. Apreciava também a literatura, a começar por Alencar e Macedo, Silvio Romero, Taunay e os autores portugueses mais afamados, como também os românticos Herculano e Garrett, como os da fase naturalista, Eça de Queiroz, alternando Camilo (CORRÊA, Samuel, 1987). Tais leituras despertaram-lhe, certamente, o gosto pelas letras, o que explica o hábito de elaborar ensaios, desde as primeiras participações em empreendimentos de engenharia, bem como quando assumia altos cargos na burocracia estadual ou nacional, além de participações em congressos, aproveitando as pesquisas realizadas durante o desempenho de suas funções, o que marcou suas obras com uma intensa documentação. Assim ocorreu com as seguintes obras: *Estrada da Chapada* (1910), *Mato-Grosso* (1922), *Questões de Terras* (1923), *Notas à Margem* (1924b), *À Sombra dos Ervais Mato-Grossenses* (1925a), *Monografias Cuiabanas* (composta de sete volumes) (1925d)⁵, *As Raias de Mato Grosso* (constituída de quatro volumes) (1926d), *As Estradas de Rodagem de Mato Grosso* (1928a), *Os Predecessores de Rondon* (1928d), *Os Tratados com a Bolívia* (1930b), dentre as mais conhecidas, enquanto ainda vivia em Cuiabá, Mato Grosso. Tais publicações ainda hoje constituem referência para os estudiosos de temas mato-grossenses e o credenciaram para que fosse nomeado sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB-RJ) na Assembleia Geral Extraordinária, em 22 de agosto de 1931, após ter participado do 2º Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto, no qual representou o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT- Cuiabá), do qual foi sócio fundador em 1919.

5 *À Sombra dos Ervais Mato-Grossenses* (1925a); *Evolução do Erário* (1925c); *Monografias Cuiabanas: Questões de Ensino* (1925d); *À Cata de Ouro e Diamantes* (1926a); *A Propósito do Boi Pantaneiro* (1926b); *Considerações acerca da Peste de Cadeira* (1927) e *Indústrias Mato-Grossenses* (1945d).

Rastreando sua trajetória, parti do pressuposto de que é fundamental também o reconhecimento de algumas pessoas que tiveram expressiva influência e fatos a ela vinculados. Da sua formação participaram os seguintes engenheiros: Dr. José Matoso Sampaio Corrêa, Dr. Joaquim Inácio de Almeida Lisboa, Dr. Getúlio das Neves, Dr. Carlos Sampaio, Dr. Paulo de Frontim, além dos franceses E. Tisserandot e E. L. Bosquet.

Em 1908, ano da formatura, participou da Exposição Nacional em comemoração ao “Centenário da Abertura dos Portos”, organizada pelo Presidente Afonso Pena, como um dos delegados por Mato Grosso, em substituição ao seu pai Coronel Virgílio Alves Corrêa, indicado pelo Presidente da Província Generoso Paes Leme de Souza Ponce. Era chefe da comissão organizadora das festividades o Senador Antônio Azeredo, o qual lhe possibilitou aproximar-se do Senador Pinheiro Machado (CORRÊA FILHO, 1951d), que, segundo ele, dominava a política nacional à época. O evento permitiu-lhe conhecer, também, Tavares de Lyra (CORRÊA FILHO, 1955b), Ministro da Justiça, e Miguel Calmon (CORRÊA FILHO, 1935c), Ministro da Viação, além de “outros personagens conspícuos”, conforme registrou. É importante observar sua grande amizade com Astério Lobo, seu colega, filho de Fernando Lobo (CORRÊA FILHO, 1937), mineiro, “vulto plutarquiano da propaganda republicana”, como o definia. Ao frequentar-lhe a casa, como hóspede, conheceu também o irmão Hélio Lobo, diplomata e escritor, membro do IHGB-RJ e da Academia Brasileira de Letras (ABL, RJ) que também se fazia presente ao evento. De acordo com Virgílio Corrêa Filho, este era funcionário e colaborador do Barão do Rio Branco e lhe facilitou participar de recepção no Itamarati, baile que fazia parte da programação oficial.

No decorrer da pesquisa foi possível verificar a permanência de algumas dessas relações no início da sua profissão, marcada pela participação em várias comis-

sões técnicas do Governo Federal para a construção de estradas de rodagem e de ferro, em São Paulo, Mato Grosso e estado do Rio de Janeiro. Era Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) seu ex-professor, o Dr. Paulo de Frontim. O convite para que integrasse os serviços da NOB foi-lhe transmitido pelo Dr. José Matoso Sampaio Corrêa, que exercia, então, o cargo de Superintendente. Esse professor, escritor, deputado por dois mandatos (1918-1920 e 1933-1937), deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1934, senador pelo Distrito Federal (1921-1927), marcou bastante sua “trajetória”, pois, além da grande amizade que os unia, foi seu padrinho de casamento, juntamente com Hélio Lobo⁶, referido anteriormente. Ainda sob a direção de Sampaio Corrêa, como o chamava, exerceu a função de Gerente da revista técnica *Viação*, em 1931, cujo escritório funcionava no Edifício do *Jornal do Comércio*, no qual publicava artigos semanalmente, sendo este dirigido, à época, por José Félix Alves Pacheco, seu amigo e conselheiro. Esse jornalista, “luminoso exemplo para quantos pretendam exercer o jornalismo com dedicação apostolar”⁷, fora também, Deputado Federal (1909, com sucessivas reeleições até 1921) e Senador (1921 e 1927) pelo Piauí, tendo ocupado o Ministério do Exterior, no governo de Artur Bernardes (1922-1926).

Tais relações, além da produção de uma vasta obra, fartamente documentada, possibilitam compreender o processo que levou Virgílio Corrêa Filho a fazer parte do alto escalão burocrático, tanto do IHGB como do Conselho Nacional de Geografia (CNG) no Rio de Janeiro, por mais de três décadas, permitindo-lhe extrapolar as fronteiras da historiografia mato-grossense, especialmente no Estado Novo.

6 Consultar: Corrêa Filho (1942h, 1943c, 1948, 1950e, 1960e, 1960g).

7 Conferir: Corrêa Filho (1931a, 1932a, 1936b, 1938g, 1941b e 1945c).

O trabalho de levantamento dos textos assinados por Virgílio Corrêa Filho, muitos ainda não explorados pela historiografia, sem desprezar, o recolhimento de informações sobre eles, foi imprescindível para descortinar o contexto histórico por ele vivido e sua relação com a história construída. Apesar do esforço realizado, considero impossível estabelecer o número exato de sua vasta e variada produção. Além do registro das publicações que consegui reunir, acredito poder oferecer a futuros pesquisadores algumas pistas em que poderão perscrutar outros títulos que, com certeza, ainda são muitos. Procurei situar essa significativa produção no tempo e no espaço em que foi produzida, tendo como suporte as observações de Pierre Bourdieu, que aponta para a necessidade de “[...] aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores”, a fim de penetrar no “microcosmo social” onde são elaboradas as obras culturais, tanto no campo literário, artístico, científico e outros em que, por meio de “relações de forças específicas” se “engendram as estratégias dos produtores”, ou seja, “a forma de arte que defendem as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados” (BOURDIEU, 1996, p. 60-61). Pedro Tórtima, que se empenhou em reunir a maior parte das publicações de Virgílio Corrêa Filho, informou-me da dificuldade para determinar o número exato, dado o seu volume. Apesar de ter realizado um trabalho criterioso, reconheceu também que teria legado aos pesquisadores um arrolamento incompleto (TÓRTIMA, 1987).

As evidências revelam um intelectual vinculado a órgãos oficiais como o IHGB e o CNG, além de intensa participação no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, por mais de três décadas (1927-1960) (CARTA..., 1964b). Tais instituições desempenharam funções relevantes para promover e legitimar a política do Estado Novo (10/11/1937–29/10/1945), irradiando

da capital da República para todo o país os ideais nacionalistas de Getúlio Vargas. A política e a cultura nacional, é importante enfatizar, conviveram harmoniosamente durante esse período, correspondendo aos ideais doutrinários do regime, que cooptou a intelectualidade que desde a década de 1920 se considerava responsável pela restauração do Estado e da Nação⁸, para o projeto de difusão e legitimação das suas atividades governamentais. Segundo Mônica Pimenta Velloso (1988), para a capitalização do intelectual para o projeto literário estadonovista exigia-se, como requisito fundamental, o caráter realista e documental-biográfico da sua obra. Isto porque esta deveria ser vista como o “retrato do Brasil”, ou mesmo como “documento e espelho da realidade brasileira”, estampando com perfeição a imagem da nacionalidade, correspondendo, portanto, à simetria “autor-obra-nação”, paradigma naturalista do Estado Novo. Assim, o documento emprestaria estatuto de conhecimento verdadeiro, ou mesmo autenticidade, à obra, de modo que esta pudesse ser interpretada como o real, e não, como se sabe, uma representação do real⁹.

Diversos intelectuais, como Virgílio Corrêa Filho, viram-se, ao longo dos anos, envolvidos com o projeto de perpetuação de valores formadores de uma memória fiel aos desígnios da política governamental, por conta das aspirações norteadoras do IHGB, bem como aos anseios nacionalistas, parte de um programa mais amplo ligado às pretensões governamentais. Os estudos sobre o passado deveriam, pois, ser sempre o principal objetivo dos pesquisadores, cuja finalidade seria aproveitar suas lições, para fortalecer o sentimento de unidade nacional e garantir o desenvolvimento do país, referendando, aqui, uma concepção de história nitidamente pragmática. Seria preciso ainda, de acor-

8 Sobre os movimentos intelectuais dos anos de 1920, consultar: Miceli (1979), Pécaut (1990), Estudos Históricos (1993) e Gomes (1994).

9 Chartier (1990, 1994) comentou fartamente o conceito de “representação”.

do com Virgílio Corrêa Filho, conhecer as origens do Instituto, ou seja, os “mesmos sentimentos ancestrais, de que resultou a sua formação”, para lhe garantir o desenvolvimento futuro. A ideia de uma origem e de um passado histórico comuns deveria estimular o sentimento pela defesa da unidade nacional. Isto explica a necessidade do desempenho do IHGB como ele dizia de “guardião das tradições nacionais” (CORRÊA FILHO, 1945a).

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MATO-GROSSENSE

Virgílio Corrêa Filho participou efetivamente do meio cultural mato-grossense, como sócio-fundador do IHGMT, como já referido, bem como da Academia Mato-Grossense de Letras (Cuiabá, 1921), tendo colaborado intensamente para forjar uma identidade sobre Mato Grosso que permanece servindo de parâmetro, ainda hoje, para os pesquisadores. Em suas obras é evidente seu intento ao qualificar os mato-grossenses como um povo de “arrojada bravura” herdada dos bandeirantes, além da construção da memória de um passado glorioso, elaborado para exemplificar o caráter heroico dos desbravadores. Em mais de duas centenas de biografias publicadas por ele, sobre personagens mato-grossenses, nacionais e internacionais, está manifesto o programa dos institutos históricos pela elaboração de biografias de homens ilustres, modelos de virtudes para a posteridade.

Entre os principais “heróis” mato-grossenses biografados estão Ricardo Franco, Antônio João e Antônio Maria Coelho, dentre outros não menos prestigiados. Sempre ressaltando a importância de cada um para a história, apresentou-os elevados à categoria de Plutarco (s.d.). Assim se caracteriza, por exemplo, seu primeiro trabalho no gênero biográfico denominado *Os Predecessores de Rondon*, de 1928, sobre Silva Pontes,

Lacerda e Almeida, Ricardo Franco e Luís d'Alincourt (CORRÊA FILHO, 1928d), tidos como exploradores dos rios e desbravadores da região, além de demarcadores das fronteiras mato-grossenses no século XVIII.

Uma década depois publicou *Galeria Mato-Grossense*, composta das biografias de quatro personagens ilustres: *Luís de Albuquerque* (1942e), *Pedro Celestino* (1945e), *Joaquim Murtinho* (1951b), *Augusto Leverger* (1941d), conhecidos, respectivamente, como: fronteiro insigne, guia dos mato-grossenses, restaurador das finanças brasileiras e bretão cuiabanizado.

As biografias constituem, sem dúvida, parte substancial de sua obra e nelas fez questão de exaltar as qualidades, as virtudes e as realizações dos grandes estadistas e dos célebres personagens da história mato-grossense, nacional e internacional, com o objetivo de contribuir para a construção e preservação de uma identidade vinculada à perpetuação de valores considerados essenciais para a garantia do status quo. Segundo Wanderbilt Duarte de Barros, Virgílio Corrêa Filho contribuiu para “realocar valores subtraídos à admiração”, ou seja, para relembrar os “grandes operários da construção da nacionalidade” (BARROS apud IHGB, s.d., p. 98).

Para Nanci Leonzo, as “histórias de vida voltam, no Brasil, à moda, geram polêmicas” e, considerando que a biografia é entendida como “um gênero difícil e fértil”, ela “seduz”, na medida em que “instaura infinitas mediações na dialética Memória/História” (LEONZO, 1996, p. 351-352). Refletir sobre a memória construída é, portanto, fundamental para a superação de conceitos retrógrados que muitas vezes permanecem na historiografia levando à deturpação da realidade. Nesse sentido é que, diferentemente das “biografias romanceadas”, as biografias de Virgílio Corrêa Filho se caracterizam como biografias consagradas à “inteligência histórica”, considerando que o seu estudo pode contribuir, também, para “o conhecimento do passado brasileiro”

(HOLANDA, 1951, p. 1-3). É possível concluir que para a elaboração das suas biografias, Virgílio Corrêa Filho selecionou personalidades que estavam de acordo com os critérios e valores que defendeu durante toda a vida. Será possível perceber, portanto, que ao escolher seus “cidadãos modelares”, gravou em cada biografia uma mensagem para a posteridade, incluindo aí, com certeza, exemplos de “sadio idealismo patriótico”, sendo seus biografados portadores, portanto, de “um brasileiro sadio”, feito “bandeirante da brasilidade”, assim como se referia a Getúlio Vargas. Outra ideia subjacente é o fato de que “homens notáveis”, naturais de Cuiabá ou “cuiabanizados”, conforme sua expressão, contribuíram para a construção da nacionalidade brasileira, considerando seu projeto de propaganda de Mato Grosso que tinha por finalidade divulgar seus valores sociais, intelectuais e morais, incluindo aí os “lances heroicos de sua história”, além das suas potencialidades econômicas. Traço marcante do conjunto de sua obra é o fato de tê-la elaborado sempre buscando no passado os acontecimentos que pudessem colaborar para a montagem do quadro onde deveriam se desenrolar os fatos e a trama dos personagens na história que se propunha a construir.

Em discurso no IHGB, Orlando Valverde afirmou que, para estudar seriamente a História e a Geografia de Mato Grosso, não se pode ignorar a obra monumental de Virgílio Alves Corrêa Filho, pois este legou para o Brasil “uma herança inestimável para a sua cultura e sua afirmação como povo” (VALVERDE, s.d., p. 89-92). A partir dessas evidências é possível afirmar que sua obra biográfica, seguindo os mesmos ideais presentes em Carlyle (s.d.) e Plutarco (s.d.), de mitificação dos “homens notáveis” como verdadeiros “exemplos de virtudes”, pode ser explorada e caracterizada, na medida em que expressa os valores e o significado de uma época determinada. Além disso, representam a

legitimação dos ideais perseguidos por Virgílio Corrêa Filho, como grande nacionalista, ao resgatar e, ao mesmo tempo, preservar os caracteres de brasilidade que sempre cultuou.

Ao desenvolver suas biografias, Virgílio Corrêa Filho deixou evidente sua visão política, no intuito de defender a perpetuação do consenso, ou seja, dos valores condizentes com o poder constituído. A tendência pragmática em evidência no seu trabalho, no sentido de ressaltar em cada personagem biografado qualidades exemplares, não desmerece a hipótese de que são as suas biografias destinadas à “inteligência histórica”. Com certeza, elas trazem um acervo de informações diversas que, embora mereçam ser devidamente dimensionadas, são importantes para o conhecimento de uma época determinada da história do Brasil.

IHGB: GUARDIÃO DAS TRADIÇÕES NACIONAIS

Virgílio Corrêa Filho, que, em todos os aspectos, preenchia os requisitos exigidos para compor os quadros intelectuais do regime do Estado Novo, passou a vida exaltando o IHGB, divulgando a sua ação cultural tanto no plano nacional como internacional. Em seus artigos sobre a fundação, arquivo, sedes, atividades culturais desenvolvidas e grandes obras (CORRÊA FILHO, 1946a, 1953b, 1959a, 1960f, 1962b, 1962e, 1963e)¹⁰, é possível reconstituir a história percorrida pelo órgão, especialmente quando a ele esteve vinculado. A obra *Missões Brasileiras nos Arquivos Europeus* (1952b), publicada no México, quando representou o Brasil na Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, é representativa do orgulho e da admiração que dispensava ao Instituto, já como sócio benemérito. Nela fez questão de divulgar as

10 Sobre as atividades culturais do Instituto escreveu ainda no volume 249, 1960d; v. 257, 1962a; v. 261, 1963b; v. 265, 1964; 269, 1965a. Relação incompleta.

iniciativas do IHGB para implementar pesquisas nos arquivos da Europa. Além do substancial conteúdo, relacionou os arquivos consultados em vários países, elencando sempre em anexo, uma extensa relação de documentos. Enaltecendo essa iniciativa do Instituto, visando a aumentar seus próprios arquivos com a colaboração de órgãos estrangeiros congêneres, afirmou que a importância de tal empreendimento estava em contribuir tanto para o “esclarecimento de fatos” como para a “revisão das interpretações correspondentes” (CORRÊA FILHO, 1952b). Outra atividade da “centenária trajetória” que vinha percorrendo o IHGB e que mereceu sua atenção foi a participação em congressos científicos, nacionais e estrangeiros, desde 1866, enviando os seus representantes “credenciados” para discutir temas referentes à história ou geografia, como tantos em que participou. Por exemplo, o 8º Congresso de Educação, realizado em Goiânia, em 1942, 10º Congresso Brasileiro de Geografia, no Rio de Janeiro, dois anos depois, 4º Congresso de Geografia e História, em Porto Alegre, em 1945, 1º Congresso Nacional de História, na Bahia, e Semana Euclidiana, em São Paulo, em 1949 (CORRÊA, 1987).

Nos artigos que produziu à luz do panorama político do Estado Novo, pode ser constatada sua contribuição para o programa vigente de construção da nacionalidade brasileira, já referido, entre os intelectuais orgânicos (TRINDADE, 2001), que atuavam na imprensa naquele período, como o publicado em 1942, no qual revela, também, sua simpatia aos ideais do pan-americanismo¹¹, em que Roosevelt, por meio de uma política de

11 “O Pan-americanismo ganhou corpo e consistência histórica através das conferências interamericanas (oito conferências internacionais e duas especiais entre 1889 e 1940) e das reuniões de consulta de ministros do exterior (duas, às vésperas da Segunda Guerra Mundial). [...] No meio século que separa a Primeira Conferência Internacional de Estados Americanos [...] da eclosão da Segunda Guerra Mundial a liderança continental de Washington jamais foi seriamente contestada” (MAGNOLI, 1997, p. 198-199).

aproximação com os países do continente, engendrou a união americana, sob sua liderança. É importante enfatizar que o governo de Getúlio Vargas, especialmente por intermédio da diplomacia do Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, afirmou a adesão à solidariedade pan-americana em 1940. Ao aderir a essa política, o objetivo da diplomacia brasileira era fortalecer os vínculos com os Estados Unidos, ameaçados pela presença alemã em território brasileiro. Seu entusiasmo pela formação de “poderoso bloco defensivo” condiz com a decisão tomada em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, pelos chanceleres americanos, em favor do rompimento de relações com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) (BANDEIRA, 1978) o que teria reforçado a política da união americana. Além de evocar o papel destinado aos intelectuais, “publicistas”, no *Panorama Luminoso* (CORRÊA FILHO, 1939k), como denominava o período, é importante observar que é possível entrever no discurso de Virgílio Corrêa Filho a política do momento, ou seja, o presidente brasileiro abandonara a neutralidade, período ao qual dedicou também vários artigos (CORRÊA FILHO, 1938c, 1939f), envolvendo o país no conflito mundial ao lado dos Estados Unidos. Seus trabalhos refletem, portanto, os rumos da política de Getúlio Vargas, tanto no contexto nacional como internacional, procurando sempre demonstrar os sucessos e sua eficácia para o futuro do Brasil. Sempre expressou em seus inúmeros artigos o compromisso com o grupo ao qual estava integrado.

Como intelectual orgânico, cumpria sua missão. Não podia deixar de participar da orientação política cultural do regime. Os temas veiculados na imprensa oficial, após a declaração de guerra, em agosto de 1942, tinham como finalidade preparar a sociedade brasileira, mantê-la informada sobre a política militar do governo e registrar o posicionamento de Getúlio Vargas já pró-Estados Unidos e de oposição às questões do

fascismo. Assim, era organizada a memória que deveria ser divulgada e, portanto, preservada. Não é demais insistir que o discurso de Virgílio Corrêa Filho não pode ser visto de forma isolada. As evidências demonstram que fazia parte efetiva do projeto de propaganda do regime. Na revista *Ciência Política* (VERGARA, 1941), órgão oficial do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), fundado por amigos de Getúlio Vargas, com a qual, é importante registrar, Virgílio Corrêa Filho colaborou, é possível encontrar inúmeros discursos pródigos em elogios às ações do presidente, além de ter sido ilustrada com seus pensamentos.

Artigos publicados por Virgílio Corrêa Filho, como: *Data Pan-Americana* (1940c), *O Instituto Histórico e a Cordialidade Americana* (1950d), *Embaixador da Paz* (1955a)¹², *O Itamarati e a História do Brasil: à Sombra de Sadias Tradições* (1956), entre outros, correspondem a essas expectativas e só podem ser compreendidos à luz dessas evidências, conservando, pois, o mesmo discurso de admiração pela política externa executada pelo governo. Não se pode perder de vista o fato de que fora organizada uma verdadeira rede de produção intelectual voltada para a legitimação do projeto de construção da nacionalidade desenvolvido por Getúlio Vargas. Consoante a esse projeto, Virgílio Corrêa Filho, especialmente, enaltecia os grandes homens e/ou instituições. O objetivo de Virgílio Corrêa Filho era incentivar o sentimento dos brasileiros de amor à Pátria naquele momento de crise (1942), como ele dizia, envolvendo a todos na luta patriótica de apoio ao governo.

Para Virgílio Corrêa Filho, “revela-se modelar a organização” (1940a) empreendida pelo governo, enquanto vai “moldando” em novas bases a vida nacional, sem

12 Sobre José Carlos de Macedo Soares, personagem muito importante do Estado Novo que, entre outros cargos, foi Ministro da Justiça e Presidente do IHGB (CORRÊA FILHO, 1955a).

que pudesse haver nenhum recuo às modernizações já implementadas. Getúlio Vargas, com sua maneira “sagaz” de resolver os problemas, teria conseguido apoio dos Estados Unidos para fundar no Brasil o maior centro metalúrgico da América do Sul, referindo-se às obras desenvolvidas pelo governo (1940e), como a implantação da indústria siderúrgica, controladas, segundo ele, com eficiência.

Adaptando essas reflexões às questões centrais da nossa problemática, podemos afirmar que os intelectuais do regime não negligenciaram suas prerrogativas. O poder das palavras foi utilizado para fixar a memória nacional pretendida, ou seja, para obter a legitimação da política do Estado Novo.

O papel destinado ao IHGB, como foi possível verificar, pode ser mesmo considerado como de “guardião das tradições nacionais”, na medida em que se esmerava para reunir, conservar e divulgar documentos tidos como fundamentais para a história do país, cultivando e legitimando, por meio das suas publicações, conferências e cursos, realizados sob sua égide, uma memória histórica destinada a preservar valores que, sem dúvida, refletindo com Pierre Bourdieu, foram socialmente produzidos, a partir de um trabalho coletivo de construção da realidade social (BOURDIEU 1989), neste caso, pelos acólitos do Estado Novo, para cultivar a imagem pública de Getúlio Vargas.

Assim, a produção de intelectuais vinculados ao serviço público, como Virgílio Corrêa Filho, cujas funções estiveram comprometidas com a concepção de nacionalismo voltada para a consolidação da unidade nacional, dentro de um projeto caracterizado como “movimento de restauração conservadora e reorganizadora” (TORRES, 1982, p. 132-133), evidencia a dedicação ao projeto de perpetuação de valores formadores de uma identidade nacional, e/ou, provincial, de acordo com o *status quo* da época.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO NO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA: “SADIOS IDEAIS DE MAIOR COESÃO NACIONAL”

Outro órgão que exerceu profunda influência na “trajetória” de Virgílio Corrêa Filho foi o Conselho Nacional de Geografia/CNG. Organismo oficial de coordenação e supervisão das atividades geográficas brasileiras, criado pelo Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937, denominado Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, criado em 1934, sob a égide de Getúlio Vargas (SECRETARIA GERAL DO CONSELHO, 1939), recebeu o título de Conselho Nacional de Geografia a 26 de janeiro de 1938, pelo Decreto nº 218 (CORRÊA FILHO, s.d.). Para o governo estadonovista havia necessidade do ordenamento e planificação sistemática dos estudos sobre o território do país para garantir desenvolvimento e segurança, além de estabelecer propostas sugerindo uma diretriz para a política nacional, sendo fundamental promover a realização da campanha pela sistematização da divisão territorial (CORRÊA FILHO, s.d.).

A colaboração constante prestada aos interventores de Mato Grosso, naturalmente homens da confiança do presidente, garantiu-lhe as credenciais necessárias que o levaram a pertencer à alta burocracia do CNG. Como ele próprio afirmou, a reunião que o recomendou para “missão oficial e que lhe garantiu estabilidade na vida, à sombra do C.N.G.” (CORRÊA, 1987, p. 96)¹³ aconteceu no Gabinete do Ministro do Interior José Carlos de Macedo Soares, a 23 de agosto de 1937, com os interventores de Mato Grosso, Capitão Manoel da Silva Pires, ao qual dava assessoria, e de Goiás, Pedro Ludovico, para a definição de limites comuns entre os dois Estados, da qual participou como autor da obra

13 Sua admiração pelo Embaixador Macedo Soares foi registrada em diversos artigos, como: Corrêa Filho (1942a, 1942d, 1955a, 1963c, 1963d, 1963e).

As Raias de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1926d), acompanhado pelo amigo e antigo sócio, Deputado por Mato Grosso, Yttrio Corrêa da Costa. A aprovação do acordo, de cuja redação participou, deu-se com o assentimento do Gal. Eurico Dutra, Gal. Rondon, Dr. Carlos Murtinho e do Dr. Cristóvão Leite de Castro. Nas suas memórias registrou com ênfase que não poderia prever a influência que esse fato, do qual participou como delegado do governo de Mato Grosso e representante do IHMT, exerceria em sua vida (CORRÊA, Samuel. A. A. 1987).

De fato, sua inserção no âmbito político e cultural, após esse episódio, ampliou-se significativamente. Foi nomeado, em 1939, Chefe da Seção de Documentação do Órgão, exercendo também, nesse mesmo ano e, posteriormente, em 1958, a função de Assistente Técnico. Nessa condição, participou da 1ª Reunião de Consulta de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), organização internacional permanente custeada pelos governos americanos (COMENTÁRIOS, 1944)¹⁴, sediado no México, em 1947. Como um defensor do pan-americanismo, sempre viu com bons olhos a participação do Brasil nesse Instituto, cuja Assembleia inaugural realizou-se no Rio de Janeiro em 1932, na qual representou o IHMT. Tomou parte, também, na 2ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, promovida pela Comissão de Cartografia do IPGH, organizada pelo CNG, cujos trabalhos foram desenvolvidos no IHGB, em 1944¹⁵. Esteve presente, como representante do CNG, na Assembleia do IPGH em Caracas, em 1946 e na 1ª Reunião de Consulta de História no IPGH, no México, em 1947. Ocupou o cargo de Secretário Geral, substituindo Cristóvão Leite de Castro em 1950 e em

14 O objetivo do IPGH era de congregar os cientistas das Américas (NOTICIÁRIO, 1944).

15 Conferir: Corrêa (1987) e Noticiário (1944)

1956. Em 1952, tornou-se Assistente Geral do CNG e, no ano seguinte, foi escolhido para atuar como Diretor da Divisão Cultural e membro da Comissão de Redação da *Revista Brasileira de Geografia* (Resolução nº 18, de 12 de julho de 1938, do CNG). Em 1955 foi nomeado Diretor da Comissão de Redação dessa *Revista*, tendo desempenhado anteriormente a função de suplente¹⁶, sendo que, em 1962, foi novamente designado para Diretor¹⁷. A participação de Virgílio Corrêa Filho foi intensa no *Jornal do Comércio*, bem como na *Revista Brasileira de Geografia*, ambas as publicações destinadas à divulgação de assuntos relativos ao território brasileiro. Seus ensaios refletem os debates do período, envolvendo temas como geografia, conceituações sobre geopolítica, fronteiras, divisão territorial, meios de transportes, entre outros.

Desta forma, com participação em vários congressos, apresentando e publicando trabalhos, Virgílio Corrêa Filho tomou parte ativa no projeto de construção e difusão, no país e no exterior, de uma memória nacional em conformidade com a máxima de Getúlio Vargas “Impulsionar e difundir, o mais largamente possível, a cultura é obra de sadia brasilidade” (VERGARA, 1943, p. 62). Aqui se consolidou como intelectual “transregional”, assim definido, sob premissas expostas por Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, o intelectual “transregional” é aquele que, na condição de agente ativamente envolvido na luta “regional”, projeta-se atrelando-se ao poder central, colocando seu “capital econômico e cultural” à disposição do poder constituído (BOURDIEU, 1996, p. 131).

Virgílio Corrêa Filho, portanto, fazia parte dos geopolíticos que debatiam questões relativas às fronteiras nacionais, tema por excelência da geopolítica no campo

16 Conferir: *Revista Brasileira de Geografia* (1943, 1944, 1955).

17 Conferir: *Carta...* (1962a) e *Corrêa* (1987).

das relações internacionais. Aliás, afirma Miyamoto (1995) que, os estudos desenvolvidos durante o Estado Novo foram precursores dos debates realizados nas décadas posteriores, em cujo clima foi criada a Escola Superior de Guerra, veículo de doutrinação e treinamento para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional, na defesa de ideias maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria contra o comunismo, investindo, portanto, em um projeto de modernização conservadora, além de funcionar como instrumento para a realização de ligações orgânicas entre militares e civis (DREIFUSS, 1986). Essa referência é necessária, levando-se em conta que Virgílio Corrêa Filho ligou-se à Associação dos Diplomados da ESG, no ano da sua criação, em 1951, por indicação do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, fato que muito lhe agradou por conta da aproximação de militares mercedores de sua “crescente admiração e apreço, a começar do respectivo diretor Gal. O.[Osvaldo] Cordeiro de Farias”(CORRÊA, 1987, p. 101), tendo realizado o curso de revisão em 1954. Era uma exigência das Forças Armadas, especialmente, após a entrada do Brasil na Guerra, como providência indispensável à segurança nacional, a prestação de informações “oportunas, precisas e circunstanciadas” sobre os mais diversos aspectos das condições brasileiras (INQUÉRITOS..., 1952, p. 312), como a organização de estatística e de mapas precisos sobre o território nacional.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) integrado ao CNG, cujas seções de Estatística Militar funcionavam como colaboradores do Conselho de Segurança Nacional e dos Estados Maiores das Forças Armadas durante o período do conflito prestou serviços à planificação do esforço de guerra do país, fornecendo às autoridades competentes o resultado de suas pesquisas e “executando inquê-

ritos especiais”, de caráter eventual ou permanente, inclusive o levantamento dos estoques e outros índices econômicos, que as Forças Armadas considerassem úteis aos seus serviços técnicos e estatísticos (NOTICIÁRIO, 1944; SINOPSE..., s.d.)¹⁸.

Para Virgílio Corrêa Filho, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, responsável pela divisão territorial do país, denominado “Lei Geográfica do Estado Novo”, contribuiu para o perfeito conhecimento do país, além de ter colaborado para reforçar a unidade nacional a partir da utilização de critérios comuns, elaborados para todo o território brasileiro, para a distribuição do país por circunscrições (CORRÊA FILHO, 1942g).

Da aplicação desse Decreto-Lei, resultou a Feira de Amostras (CORRÊA FILHO, 1941a), da qual Virgílio Corrêa Filho participou apresentando o mapa econômico de Mato Grosso. As Assembleias Gerais do CNG, realizadas anualmente, orientavam-se, segundo ele, por “sadios ideais de maior coesão nacional”, contribuindo para fortalecer o espírito de “brasilidade integral”, como a decisão de elaborar a “Carta do Brasil” e o *Dicionário Topográfico e Geográfico*, além de “mapas murais”, em um esforço concentrado para divulgar “o retrato cartográfico do Brasil”, em sua ampla imensidão (CORRÊA FILHO, 1939a). É importante salientar que sua obra *Pantaneais Mato-Grossenses (Devassamento e Ocupação)* (CORRÊA FILHO, 1946), prefaciada por Heitor Bracet, Presidente em exercício do IBGE, com “Apresentação” de Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do CNG, constituiu o terceiro volume a integrar a Biblioteca Geográfica Brasileira, instituída pela Resolução nº 68, de 12 de julho de 1941, da Assembleia Geral do CNG, com a finalidade de oferecer aos estudiosos uma coleção de obras consagradas aos estudos geográficos, particularmente sobre o Brasil (CORRÊA FILHO, 1946b).

18 Para conferir alguns resultados dos recenseamentos realizados no Brasil até a década de 1940, consultar: Para que serve o recenseamento (1950).

Para essas Assembleias convergiam as atividades de colaboradores do país inteiro, empenhados em nacionalizar os estudos geográficos brasileiros, orientados por modernas diretrizes, das quais Virgílio Corrêa Filho era membro atuante. A campanha das coordenadas, à qual dedicou mais de um artigo, empreendida pelo “Conselho” com a uniformização da técnica, orientada pelo professor Allyrio de Mattos, da Escola Nacional de Engenharia, determinaria a posição das localidades ainda sem definição exata, por meio de levantamento sistemático das coordenadas geográficas rigorosamente calculadas (CORRÊA FILHO, 1939b, 1939g). Além de desenvolver pesquisas e estudos para a definição dos mapas dos municípios, o Conselho, fundado à luz de “sadio idealismo patriótico” (CORRÊA FILHO, 1942g), viabilizaria, também, estratégias para o crescimento racional da indústria, bem como do mercado interno e externo (NOTICIÁRIO, 1944).

A racionalidade administrativa para a organização do território seria, portanto, o resultado da aplicação dos estudos geográficos. Tendo desenvolvido uma carreira que espelha as relações internacionais do país, ligadas à questão do pan-americanismo, portanto, como intelectual “transregional”, Virgílio Corrêa Filho afirmou que o estudo da terra brasileira e do homem que a valoriza com seu trabalho ampliava-se, também, com a publicação de obras excelentes, como *Notas de Geografia Militar Sul Americana*, do Coronel Francisco de Paula Cidade, prefaciada pelo General Valentim Benício da Silva¹⁹, e *Geopolítica*, de autoria do Coronel Leopoldo Nery da Fonseca, ambas as publicações de 1940 (CORRÊA FILHO, 1941f). Tais autores estariam incluídos na “corte” dos “mestres modernos” que não consideravam a geografia descritiva senão como auxiliar da que tem por objeto o estudo do homem como

19 Sobre esse general, “eminente autoridade”, ver Corrêa Filho (1940d).

parte da paisagem onde vive, ou que a vai modificando com as suas atividades, sem esquecer a contribuição de Frederico Ratzel (1844-1904) e de Paul Vidal de la Blache (1845-1918). Lembrou, também, a colaboração dos mestres franceses De Martone e Pierre Deffontaines, adeptos da geografia humana. Entre os mais ardorosos seguidores dessa “orientação científica”, ainda em número reduzido, segundo ele, estaria o Professor Delgado de Carvalho, “paladino admirável da transformação”, que já expressava os novos rumos que deverão seguir os estudos geográficos do Brasil (CORRÊA FILHO, 1940b), a quem, afirmou, tocará sempre a primazia de ter iniciado o ensino racional da geografia humana no país (CORRÊA FILHO, 1941a).

Virgílio Corrêa Filho, atuante propagandista da política varguista, “intelectual orgânico” do regime, não poderia deixar de contribuir para cultivar um dos maiores empreendimentos do Estado Novo, como foi a “Marcha para Oeste”. Para ele, o Presidente Getúlio Vargas “ao rumar para Oeste, [...] com os recursos da técnica moderna, para afeiçoar a Natureza ao povoamento metódico irá renovar os feitos verdadeiramente épicos da história nacional, da era das bandeiras” (CORRÊA FILHO, 1938i).

Assim, a “Marcha para Oeste”, fator de integração nacional, defesa das fronteiras, exploração e povoamento, especialmente da região Centro-Oeste, efetivou-se dos postulados da geopolítica, desenvolvidos nos anos de 1930 e 1940, com a contribuição do desenvolvimento das pesquisas e dos estudos realizados no CNG. Para Virgílio Corrêa Filho, a “arrancada para o Oeste” não se reduzia a simples oratória, para “aprazimento da assistência”, era um imperativo de brasilidade. A integridade territorial constituía uma necessidade premente que só os técnicos munidos de instrumentos apropriados poderiam realizar, para garantir a nacionalização das fronteiras (CORRÊA FILHO,

1941e), que fez questão de denunciar, pressionando o Governo Federal para que providências fossem tomadas para a solução dos problemas “lindeiros”, por meio dos seus ensaios publicados pelo *Jornal do Comércio*, desde 1931, tema pelo qual sempre se empenhou, como também exemplifica o artigo *Nacionalizando as Fronteiras* (CORRÊA FILHO, 1939e). Neste, fez questão de demonstrar que o “surto de nacionalismo”, que teria inspirado às atividades brasileiras novas diretrizes, fortalecera a coesão em torno da “Pátria homogênea e unificada” por meio da colonização dos terrenos fronteiriços, de núcleos, constituídos de maneira especial, por “brasileiros natos” para beneficiar sua realização. Essa atividade já estaria em andamento graças ao “desvelo governamental” que teria concretizado o projeto desenvolvido pelo Major Frederico Rondon, o Instituto de Colonização Nacional.

Associações de cultura nacionalista, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada em 1932, da qual, também, foi sócio, por indicação do Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto e Dr. Rafael Xavier²⁰, e muitos publicistas de renome, opinavam contra a permanência de estrangeiros na chamada “região lindeira”, considerado “perigoso regime” para a integridade nacional. O Estado Novo, segundo ele, não reconhecia direitos adquiridos quando contrariavam os interesses da comunidade. Para “aparar as demasias ameaçadoras da segurança nacional”, o presidente legislava a respeito (CORRÊA FILHO, 1939e), afirmou ele. Dando continuidade à apreciação do “impulso audaz do bandeirismo, afeiçoado aos imperativos modernos”, empreendido por Getúlio Vargas, não se esqueceu de divulgar as riquezas naturais e as transformações que já eram realidade na região Centro-Oeste, como empreendimentos urbanísticos modernos, que não apa-

20 Conferir: Correspondência... (1943).

gariam de todo, segundo ele, “as feições tradicionais”, mantendo, porém, perfeita harmonia com a “índole conservadora do povo” (CORRÊA FILHO, 1942f). Para reforçar suas impressões, publicou o artigo *Divagações*, a 18 de junho de 1939, em que discorreu sobre o passado das três cidades mato-grossenses já atingidas pela “marcha progressista”, quais sejam, Campo Grande, Corumbá e Cuiabá, enfatizando a última, com o objetivo de reivindicar a ligação de sua cidade natal com as regiões litorâneas por meio da estrada de ferro (CORRÊA FILHO, 1939c). Aqui também, concluiu o texto asseverando que, ninguém “para tal missão construtora se emparceirá com o Presidente Getúlio Vargas [...] feito bandeirante da brasilidade” (CORRÊA FILHO, 1939c). Em *Ideias Pioneiras* também chamou a atenção para a necessidade de manutenção dos investimentos, em especial, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, para fomentar o engrandecimento da economia brasileira (CORRÊA FILHO, 1939d). Esse mesmo interesse perpassou seu discurso no artigo *E. F. Brasil-Bolívia* (CORRÊA FILHO, 1941c), em que defendeu a ligação entre o Brasil e a Bolívia, mediante o prolongamento dos trilhos até Santa Cruz de la Sierra. Segundo Virgílio Corrêa Filho, o objetivo principal inspirador dessa ferrovia, iniciada em 1939, a Ferro Carril Brasil-Bolívia, foi definido pelo Tratado de Vinculação Ferroviária, de 1938, ou seja, a saída do petróleo boliviano para os mercados consumidores brasileiros, além de estabelecer, praticamente, a ligação do Atlântico ao Pacífico, concretizando, também, desta forma, mediante uma política continental de comunicações, a de “boa-vizinhança” na América Latina (CORRÊA FILHO, 1950c)²¹.

Na verdade, o ideal pela defesa da integridade do território nacional sempre esteve presente nos estudos

21 Ver também: Corrêa Filho (1938d).

desenvolvidos por Virgílio Corrêa Filho, como comprovam obras elaboradas desde a fase inicial da sua produção, como: *Questões de Terras* (CORRÊA FILHO, 1923, 1958c) e os quatro volumes de *As Raias de Mato Grosso*, publicadas entre 1924 e 1926 (CORRÊA FILHO, 1924a 1925b, 1926c), entre outras. Seu objetivo estava em colaborar para a definição de propriedade dos latifúndios, povoamento organizado do interior do país, bem como das faixas de fronteira, implementação dos meios de transportes e, para a fixação, especialmente, dos limites mato-grossenses, como procedeu na reunião, anteriormente referida, realizada no Gabinete do Ministro José Carlos de Macedo Soares, em 1937, em que o mérito do seu trabalho fora reconhecido, em plena vigência do Estado Novo.

Tendo em vista a “trajetória” percorrida por Virgílio Corrêa Filho, não é possível considerá-lo apenas como um historiador mato-grossense. Essa visão simplista deturpa a real significação da obra produzida por ele. Intelectual engajado às instituições reconhecidamente ligadas ao Governo Federal, com representação no exterior, adquiriu uma experiência de vida, que, sem dúvida, interferiu na história construída, emprestando ao seu trabalho uma noção de integridade territorial que o libertou dos limites impostos pelas contingências de origem. Quando escreveu sobre Mato Grosso, não foi somente por mero sentimentalismo pelo torrão natal. Seus trabalhos têm um sentido mais complexo e só podem ser mais bem dimensionados à luz de um universo maior, como procurei demonstrar (TRINDADE, 2001). Historiador comprometido com os acontecimentos do seu tempo, impôs a sua vasta e variada obra um sentido dialético, ou seja, as questões que permeiam seus trabalhos refletem de modo permanente as impressões vividas por um intelectual “transregional”, atingido simultaneamente pelas injunções da política interna e externa. Ao conferir legitimidade às práticas

políticas do seu tempo, referia-se a Mato Grosso integrando-o, especialmente, ao programa da “Marcha para Oeste”, empreendida por Getúlio Vargas. Um forte condicionamento geopolítico levou-o a desenvolver temas nessa perspectiva, não os restringindo, porém, a Mato Grosso.

Corrêa Filho escreveu como um admirador de Alexandre de Gusmão (1930a, 1933a, 1935a, 1950b), Barão do Rio Branco (1962d, 1962f), Marechal Rondon (1929, 1931b, 1938h, 1939L, 1952c, 1958f, 1961b, 1965c.), estimulado por geopolíticos históricos, seus contemporâneos, em parte já referidos, como Mário Augusto Teixeira de Freitas, José Carlos de Macedo Soares, Mário Travassos (1943d), Everardo Backheuser (1951c), Feijó Bittencourt (1957d), José de Lima Figueiredo (1958d), Leopoldo Nery da Fonseca e Francisco de Paula Cidade. Para citar apenas alguns. Também publicou: *Ensaio de Geografia Militar* (1935b), *O Dissídio Lindeiro* (Paraguai-Bolívia) (1936c), *A História através do Depoimento dos Diplomatas* (Simonsen) (1938a), *História Econômica do Brasil* (1938f), *O Homem e as Secas* (1939h), *O Problema das Secas* (1939i, 1939j, 1958e), *Devassamento e Ocupação da Amazônia Brasileira* (1942c), *A Propósito de Novos Territórios* (1944a), *Empresa Modelar* (E. F. Paulista) (1944b), *Contrastes Guanabarinóis* (1945b), *Utilização Econômica de Terras* (1946c), *A Geografia, Auxiliar da Diplomacia* (1950a), *Formação Geográfica do Brasil* (1951a), *Expansão Territorial do Brasil* (1952a), *Evolução Ferroviária no Brasil* (1953c), *Histórico das Fronteiras* (1953d), *Comissão Bacia Paraná-Uruguaí - Cooperação Fecunda* (1957c, 1958a, 1958b), *Introdução à Enciclopédia dos Municípios* (1959b), *Evolução Geográfica da Cidade* (1961a), *Conselho Nacional de Geografia* (RJ) (1962c)²², *A Cartografia da Região Amazônica* (1963a), *Portugalia*

22 No Mensário do Jornal do Comércio, constatarei 40 ensaios sobre o Conselho, de 1937 a 1958.

Monumenta Cartográfica (1963f), entre muitos outros. Com a mesma perspectiva publicou os textos, já citados anteriormente, além de outros, sobre as questões do território e da história mato-grossense, região privilegiada para os estudos geopolíticos, pela posição geográfica estratégica, para o desenvolvimento dos projetos de interiorização do país, de ligação com o litoral e com os países da América Latina. Outro fator geopolítico importante é a extensão do território, além dos rios, vias que, quando bem aproveitadas, podem contribuir para a defesa e integração nacional, parte do projeto nacionalista centralizador. Assim, Corrêa Filho escreveu também sobre vários rios brasileiros, como o Amazonas (1942c, 1943a), o Cuiabá (1942b), o Guaporé (1966), o Paraguai (1928b, 1928c, 1934a, 1946b, 1965b), o Paraná (1933c), o São Francisco (1934b, 1943b, 1947a, 1947b, 1951e, 1951f, 1953a), além de outros. Os textos sobre o pan-americanismo refletem, é importante insistir, a política externa brasileira, dentro da estratégia da “boa vizinhança”, defendida por Franklin Roosevelt e apoiada por Getúlio Vargas, de cuja propaganda encarregavam-se, oficialmente, o IHGB e o CNG, sediando e organizando as reuniões do IPGH. São essas múltiplas evidências, inter-relacionadas (THOMPSON, 1981), que garantem a compreensão da história vivida e construída por Virgílio Corrêa Filho.

Mesmo após o Estado Novo, Virgílio Corrêa Filho continuou sendo requisitado pelos governantes de Mato Grosso, como evidenciam algumas de suas cartas, em função do prestígio adquirido durante a trajetória percorrida como homem público, intelectual vinculado aos institutos oficiais referidos. Muito bem relacionado, como no governo de Getúlio Vargas, manteve-se próximo também de Eurico Dutra, com o qual tinha amigos comuns (CARTA..., 1961), e Jânio Quadros, ambos mato-grossenses. Como delegado de Mato

Grosso, participou, também, da 21ª Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em 1962, com a missão de reivindicar soluções para o problema de discriminação jurisdicional que envolvia as ilhas do rio Paraná (CARTA..., 1962a). Da mesma forma, representou Mato Grosso na 22ª Assembleia Geral do Conselho, em 1963. Desta vez, tratou especialmente da carência de energia elétrica e meios de transportes, além da necessidade de empreendimentos quanto às rodovias e pontes fundamentais para o desenvolvimento do Estado. O governo de Mato Grosso solicitava, também, a colaboração do CNG para resolver problemas ligados ao Departamento de Terras e Colonização, como um programa político de atividades rurais, a partir de estudos geográficos, evitando-se falar em reforma agrária, “título impreciso, pela sua amplitude, que depende da interpretação que se lhe dê”, referindo-se ao sensato diretor do Departamento de Terras de Mato Grosso, Dr. Antônio de Arruda Marques (CARTA..., 1963). Em 1964, data da *Revolução Gloriosa* (CARTA..., 1964e), foi consultado sobre o crescimento desordenado de Cuiabá, tendo considerado importante “enquadrá-la quanto possível nas regras modernas de urbanismo”, além de “relembrar” os ensinamentos das gerações passadas, recomendando, portanto, a publicação do seu livro *História de Mato Grosso* (CARTA..., 1964d). Em carta ao engenheiro Manoel Rodrigues Ferreira e ao professor Tito Lívio Ferreira, comentou a obra *A Maçonaria na Independência Brasileira*, atestando a atualidade do tema, quando “perigos” ameaçavam de “subversão” a vida político-social brasileira marcando, mais uma vez, o “lugar” de onde falava o intelectual Virgílio Corrêa Filho (CARTA..., 1962b).

Também por carta, expressou enorme satisfação pela escolha de Roberto Campos, seu conterrâneo, para Ministro do Planejamento do governo de Castelo Branco. Lembrando Joaquim Murtinho, “o restaura-

dor das finanças do Brasil”, demonstrou confiança no outro cuiabano para conter “os desvarios” da economia nacional e “fortalecer as bases do verdadeiro desenvolvimento metódico, para que o Brasil floresça de contínuo, sem tropeços” (CARTA..., 1964a).

As evidências não deixam dúvidas sobre a “trajetória” percorrida por Virgílio Corrêa Filho. Homem do século XIX que viveu no século XX, sempre vinculado ao poder constituído, atuou como geopolítico e, ao mesmo tempo, como historiador, trabalhando pelo culto da tradição, ou, como ele dizia, “guardião das tradições nacionais”.

Diversos pesquisadores, tanto em âmbito regional como nacional, já fizeram uso de seus estudos como fonte documental, proporcionando, portanto, o êxito de seu projeto para tornar conhecida a memória construída e as potencialidades do seu estado natal. Dentre eles, destaco Cassiano Ricardo, Raul Silveira de Mello, Fernando de Azevedo, José Honório Rodrigues, Hernani da Silva Bruno, Gilberto Freyre, Manoel Correia de Andrade, Edgar Carone e até mesmo Wilson Martins. Inclusive, é importante mencionar que extrapolou, também, para o exterior por intermédio de brasilianistas, como Henry Hunt Keith, da Universidade da Califórnia, Berkeley, entre outros. Assim, ao evidenciar a importância de Virgílio Corrêa Filho para os estudiosos da história mato-grossense, é possível defini-lo como um “paradigma” de historiador regional, empenhado na construção, preservação e valorização de uma idealizada identidade mato-grossense.

Refletindo com Pierre Bourdieu sobre as estratégias explicativas de Virgílio Corrêa Filho em seu empenho pela definição de uma identidade “regional”, é preciso evidenciar que participava do grupo dirigente do Estado que se propunha “incluir no real a representação do real”, isto é, legitimar a representação, ou imagem, projetada como realidade ideal. A obra de Virgílio Corrêa

Filho, “paradigma” de historiador “regional”, deve ser explicada, assim, à luz de uma história política local que, vez por outra, se confunde com a nacional e, em momentos extremos, com a internacional.

Para culminar com os pressupostos histórico-metodológicos de Virgílio Corrêa Filho, que vimos analisando até aqui, é preciso considerar que publicou sete artigos em homenagem à *Afonso Celso* (1860-1938) (CORRÊA FILHO, 1936a, 1938b, 1957a, 1957b, 1960a, 1960b, 1960c), autor da obra clássica *Porque me Ufano do meu País* (CELSO, 1937), além de cultuá-lo, também, por meio de conferências no IHGB, em 1960, em seu centenário, e na Federação das Academias de Letras do Brasil, no mesmo ano.

As evidências demonstram que é indispensável compreender o trabalho de Virgílio Corrêa Filho como o resultado das elucubrações e da perspectiva de um intelectual comprometido com a conjuntura política, econômica e social de seu tempo, não se restringindo a nenhuma “fronteira regional”. Muito pelo contrário. O fato de ser lembrado, sobretudo por ter mantido “vivo em seu coração e em sua mente” (CORRÊA, s.d., p. 359) sua região de origem, coloca em risco a compreensão do conjunto da sua obra, visto que não se ocupou somente do passado mato-grossense. Nesse sentido, ao ter contribuído para a construção da identidade do seu Estado, acabou se transformando em um objeto dessa mesma identidade, ainda em gestação.

Intelectual engajado à organização burocrática do Estado, em especial durante o governo Vargas, Virgílio Corrêa Filho desempenhou intensamente seu papel de polígrafo para cumprir as tarefas determinadas pelos interesses oficiais. Assim, historiador do tempo presente, marcou sua presença na história não descuidando das funções de “funcionário-escritor”, na expressão de Sérgio Miceli. Fazendo perpetuar a memória construída ao orientar-se pelos seus valores

e preocupações da época vivida, dirigiu-se aos historiadores futuros, sempre em defesa de um ufanismo patriótico que qualifica seu testemunho, emprestando as suas publicações um caráter pragmático. Nas biografias de “homens ilustres”, como também em seus temas prediletos, aparece uma história na qual não há rupturas, em que estão sempre presentes seus ideais por uma política de conciliação. A heroicização imputada a mato-grossenses como Ricardo Franco, Antônio João, Augusto Leverger, entre tantos outros, expressa seu interesse pelo desbravamento do interior, ou seja, a intenção sempre percorrida, em evidência, especialmente, no período do Estado Novo, pela integração de Mato Grosso à história nacional.

Entendo que a contribuição de Virgílio Corrêa Filho para a história deve ser mais bem dimensionada, considerando-se o pioneirismo de autores que, como ele, se sensibilizaram e providenciaram a proteção, a conservação e a organização de documentos valiosos, acervos imprescindíveis para a construção do conhecimento. É tarefa do historiador aproveitar esse legado cultural atendo-se para as questões contemporâneas, fazendo avançar o conhecimento histórico a partir das novas necessidades que se apresentam a fim de compreender melhor o passado e, portanto, dar condições para que novos paradigmas propiciem meios mais eficazes para a investigação científica.

Para Pierre Bourdieu, a ausência de atitude crítica faz as suas vítimas, sendo os estudantes, as primeiras, pois estariam “condenados a deixarem sempre uma guerra científica ou epistemológica para trás”. Isto porque, muitas vezes, os professores, em vez de partir dos avanços resultantes das investigações científicas, os fazem “percorrer constantemente domínios já conhecidos, em que repetem eternamente as batalhas do passado”, em contraposição a uma “verdadeira história crítica da ciência” (BOURDIEU, 1989, p. 46). As refle-

xões desse autor sobre a necessidade do que denomina de “ruptura epistemológica” são perfeitamente adequadas a nossa argumentação no sentido de perceber a força da memória fazendo prevalecer os ideais ditos tradicionais, o que para Pierre Bourdieu propicia uma espécie de “conservadorismo estrutural” (BOURDIEU, 1989, p. 45). Romper com esse *establishment* acadêmico pode até ser um desafio, porém indispensável para que a pesquisa histórica avance, evitando-se, assim, o anacronismo.

A importância da análise dos textos publicados por Virgílio Corrêa Filho está em permitir o resgate de sua visão da história e os elementos que compunham sua preocupação de historiador, ou seja, suas impressões pessoais sobre as questões predominantes entre os intelectuais, seus contemporâneos. É possível constatar que, mantendo sempre a coerência, privilegiou alguns valores comuns aos escritores selecionados, que alimentaram, com certeza, sua concepção de história e orientaram a metodologia para a produção do seu próprio discurso. Sempre ressaltou o que chamou de “brasileirismo sadio”, isto é, a necessidade de conhecer o Brasil por inteiro, para melhor dimensionar seus problemas, de forma a integrar o interior, praticamente desconhecido, ao litoral cosmopolita. Para ele, era imprescindível organizar o país de acordo com suas próprias características. Somente com uma competente mobilização e com ideias renovadoras, como pregavam os nacionalistas, seriam viáveis o engrandecimento do Brasil e a consciência nacional, garantidora do seu futuro. Enaltecendo autores redescobertos na década de 1930, como Capistrano de Abreu (1853-1927), Alberto Torres (1865-1917), Euclides da Cunha (1866-1909) e Francisco de Oliveira Viana (1889-1931), exaltou os propósitos pragmáticos que poderiam ser atingidos com a associação entre a História e a Geografia, visando ao melhor desempenho das pesquisas para o total conhecimento do país. Enfim, a preparação

profissional e o estudo consciencioso do Brasil deveriam transformar o homem em agente de progresso. Virgílio Corrêa Filho, ativo participante, portanto, do movimento nacionalista que se intensificou após a Guerra de 1914, insistiu mais nessas problemáticas, encontrando, no governo de Getúlio Vargas, o meio propício ao desenvolvimento dos seus anseios, como expressa a apologia que proclamou sobre a Constituição do Estado Novo, que teria imprimido “eficaz impulso às atividades brasileiras” (Corrêa Filho, 1933b, 1938e)²³.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

BARROS, Gabriel Vandoni de. *Aburla do voto na República Nova*. São Paulo: Venitas Gráfico, 1934.

BOURDIEU, Pierre. *Opoder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1989.

_____. Por uma ciência das obras. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Tradução de Antônio Ruas. São Paulo: Edições Melhoramentos, [s.d.].

CARTA de Virgílio Corrêa Filho para Dr. Roberto Campos. *Arquivo do IHGB*, Rio de Janeiro, 4 maio 1964a.

CARTA de Virgílio Corrêa Filho para Fernando Corrêa da Costa. *Arquivo do IHGB*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1962a.

_____. _____, Rio de Janeiro, 2 jul. 1963.

CARTA de Virgílio Corrêa Filho para Jânio Quadros. *Arquivo do IHGB*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1961.

CARTA de Virgílio Corrêa Filho para Luiz Portela. *Arquivo do IHGB*. Rio de Janeiro: 26 de agosto de 1964b.

CARTA de Virgílio Corrêa Filho para Milton Bacha. *Arquivo do IHGB*, Rio de Janeiro, 15 out. 1964d.

23 Conferir: Trindade (2001).

CARTA de Virgílio Corrêa Filho para o engenheiro Manoel Rodrigues Ferreira e para o professor Tito Lívio Ferreira. *Arquivo do IHGB*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1962b.

CARTA de Virgílio Corrêa Filho para Sebastião Herzen. *Arquivo do IHGB*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1964e.

CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. 11. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., Editores, 1937.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

COMENTÁRIOS. *Revista Brasileira de Geografia*, p. 375, jul./set. 1944.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A bacia do São Francisco. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 123, 1953a.

_____. A cartografia da região Amazônica. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 259, abr./jun. 1963a.

_____. À cata de ouro e diamantes. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti & Cia., 1926a. v. 3.

_____. A geografia, auxiliar da diplomacia. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1950a.

_____. A história através do depoimento dos diplomatas. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1938a.

_____. A Missão Cultural Francesa e o Instituto Histórico. *Mensário do Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13 maio 1945a.

_____. A parentela de Fernando de Bulhões. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31 maio 1942a.

_____. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti & Cia., 1926b. v. 6.

_____. *A propósito dos novos territórios: comentários despreziosos*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio- Rodrigues & Cia., 1944a.

_____. À sombra de radioso idealismo. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1. dez. 1957a.

_____. À sombra dos ervais mato-grossenses. São Paulo: Editora Ltda., 1925a. v. 4.

- _____. Afonso Celso (Por que me ufano...). *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1. dez. 1957b.
- _____. Afonso Celso. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1938b.
- _____. 3 abr. 1960a.
- _____. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 247, abr./jun. 1960b.
- _____. v. 249, out./dez. 1960c.
- _____. *Agentes de coesão nacional*. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1939a.
- _____. Alexandre de Gusmão. *Mensário do Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 29 dez. 1935a.
- _____. Alexandre de Gusmão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 1, 1950b.
- _____. Apoio fraternal. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 set. 1940a.
- _____. Arquivo do Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 215, 1953b.
- _____. *As estradas de rodagem de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 20 abr. 1928a.
- _____. *As raias de Mato Grosso*. São Paulo: Seção de Obras d' O Estado de São Paulo, v. 1, 1924a.
- _____. v. 2-3, 1925b.
- _____. *As raias de Mato Grosso*. São Paulo: Seção de Obras d' O Estado de São Paulo, 1926d. 4 v.
- _____. Atividades culturais do Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245, 1959a.
- _____. v. 249, 1960d.
- _____. v. 257, 1962a.
- _____. v. 261, 1963b;
- _____. v. 265, 1964.
- _____. v. 269, 1965a.
- _____. Campanha das Coordenadas. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1939b.
- _____. Centenários expressivos (Benjamin Constant e Afonso Celso). *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1936a.

- _____. Comissão Bacia Paraná-Uruguai: cooperação fecunda. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1957c.
- _____. 16 mar. 1958a.
- _____. 6 abr. 1958b.
- _____. Como se fundou o Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 255, 1962b.
- _____. Congresso geográfico. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8 set. 1940b.
- _____. Conselho Nacional de Geografia. Jubileu de Prata. *Revista Brasileira de Geografia*, abr./jun. 1962c.
- _____. *Considerações acerca da peste de cadeira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1927. v. 7.
- _____. Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá, no Centro da América do Sul. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 2, 1934a. (Apresentado na Assembleia Inaugural do IPGH, em 1932).
- _____. Continente de paz. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1938c.
- _____. Contrastes guanabarinós. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, l., 8, 15 abr. 1945b.
- _____. Cooperação internacional. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938d.
- _____. Cuiabá, afluente do Paraguai. *Revista Brasileira de Geografia*, 1942b.
- _____. *Curso de férias*. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1941a.
- _____. Data pan-americana. *Mensário do Jornal do Comércio*, 21 abr. 1940c.
- _____. De Gusmão a Melo Franco. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 out. 1933a.
- _____. Descobrimto do Amazonas. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 maio 1943a.
- _____. Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira. Separata da *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, 1942c.

- _____. Divagações. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1939c.
- _____. Do jornalismo à história. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1931a.
- _____. 16 out. 1932a.
- _____. 28 jan. 1936b.
- _____. 14 dez. 1941b.
- _____. 9 dez. 1945c.
- _____. Do romantismo político ao realismo. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, jan. 1938e.
- _____. Dois excitadores de dedicações. *Jornal do Comércio*. 19 fev. 1933b.
- _____. E.F. Brasil-Bolívia. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1941c.
- _____. Embaixador da paz. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 229, out./dez. 1955a.
- _____. Empresa modelar. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 set., 8 out. 1944b.
- _____. Ensaio de geografia militar. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1935b.
- _____. Ensinamentos oportunos. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 set. 1940d.
- _____. *Estrada da Chapada (estudos preliminares)*. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1910.
- _____. *Evolução do erário*. São Paulo: Cia. Gráfico Editora Monteiro Lobato, 1925c. v. 2.
- _____. Evolução dos processos de aquisição de terras no Brasil. *Revista Geográfica*, n. 49, t. 23, Rio de Janeiro, jul./dez. 1958c. Comissão de Geografia do IPGH.
- _____. Evolução ferroviária do Brasil. In: _____. *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro: Of. Jornal do Comércio, 1953c.
- _____. Evolução geográfica da cidade. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 251, abr./jun. 1961a.
- _____. Evolução histórica de Mato Grosso. *Revista Esso*, Rio de Janeiro, nov./dez. 1950c.

- _____. Expansão territorial do Brasil. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, n. 121, 1952a.
- _____. Feijó Bitencourt. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 236, 1957d.
- _____. Fernando Lobo. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 set. 1937.
- _____. Formação geográfica do Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 212, jul./set. 1951a.
- _____. *Guaporé, fator geopolítico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1966. v. 2.
- _____. Gusmão e sua obra prima. *Mensário do Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 jan.1930a.
- _____. Hélio Lobo. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 set. 1948.
- _____. Hélio Lobo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 248, jul./set. 1960e.
- _____. História econômica do Brasil. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13, 20, 27 fev. 1938f.
- _____. Histórico das fronteiras. *Anuário Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, ano1, 1953d.
- _____. Ideias pioneiras. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8 out. 1939d.
- _____. Impressões da viagem pelo Paraguai até o Jauru. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 10, n. 101, jan./fev. 1965b.
- _____. *Indústrias mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Of. Jornal do Comércio, 1945d. v. 5.
- _____. *Introdução à enciclopédia dos municípios*. Rio de Janeiro, 1959b. v. 35.
- _____. *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951b.
- _____. Joia bibliográfica. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 maio 1942d.
- _____. José Carlos de Macedo Soares e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista do IHGB*, v. 261, out./dez. 1963c.

_____. José Carlos de Macedo Soares: o escritor, o conferencista e o historiador. *Revista do IHGB*, v. 262, 1963d.

_____. José de Lima Figueiredo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 1, 1958d.

_____. *Leverger: o bretão cuiabanizado*. Cuiabá: Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1941d.

_____. Luis de Albuquerque: fronteiro insigne. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3., 1942, Rio de Janeiro. Separata dos *Anais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942e.

_____. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1922. (Contribuição para o Dicionário Histórico Geográfico Etnográfico do Brasil, comemorativo do Centenário da independência).

_____. Mestre de jornalistas. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1938g.

_____. Mestres de engenheiros. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 28 out. 1951c.

_____. Miguel Calmon. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1935c.

_____. *Missões brasileiras nos arquivos europeus*. México: Instituto Pan-Americano de Geografia e Historia/Comisión de Historia. 1952b.

_____. *Monografias cuiabanas: questões de ensino*. São Paulo: Cia. Gráfica Editora Monteiro Lobato, 1925d. v. 1.

_____. Nacionalização de Fronteiras. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1941e.

_____. Nacionalizando as fronteiras. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1939e.

_____. Natal na América. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1939f.

_____. Nos domínios da geografia. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1939g.

_____. _____. _____. 12 jan. 1941f.

_____. Nos domínios da siderurgia. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 6 out. 1940e.

- _____. *Notas à margem*. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1924b. (Ensaíes Históricas).
- _____. O Centro-Oeste e a economia nacional. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1. mar. 1942f.
- _____. O chanceler imortal. *Revista de História*, São Paulo, ano 13, n. 52, out./dez. 1962d.
- _____. O dissídio lindeiro. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22, 29 mar. 1936c.
- _____. O enigma do Paraguai. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22, 29 abr. 1928b.
- _____. _____. _____. 6, 13, 20, 27 maio 1928c.
- _____. O Estado nacional e a geografia. *Ciência Política*, Rio de Janeiro: Órgão Oficial do Instituto de Ciência Política, fasc. 6, v. 6, p. 37-39, [s.d.].
- _____. O homem e as secas. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 jan.; 12 fev. 1939h.
- _____. O Instituto Histórico e a cordialidade americana. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 208, p. 340, 1950d.
- _____. O Instituto Histórico e a princesa regente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 192, 1946a.
- _____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 257, 1962e.
- _____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e José Carlos de Macedo Soares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 261, out./dez., 1963e.
- _____. O Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 247, 1960f.
- _____. O Itamarati e a história do Brasil: à sombra de sadias tradições. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 233, p. 202, 1956.
- _____. O problema das secas. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20, 27 ago. 1939i.
- _____. 3 set. 1939j.
- _____. 13 jul. 1958e.

- _____. O rio São Francisco e seus problemas. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16, 23, 30 set. 1934b.
- _____. Os predecessores de Rondon. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, ano 10, t. 19, 1928d.
- _____. *Os tratados com a Bolívia* (Limites e comunicações ferroviárias). Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 1930b.
- _____. Panorama luminoso. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1939k.
- _____. *Pantanaís mato-grossenses (devassamento e ocupação)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira. 1946b. (Série A: Livros. Serviço Gráfico do IBGE/CNG, 3).
- _____. Paulo de Frontin e André Rebouças. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 set. 1960g.
- _____. *Pedro Celestino: o guia dos mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Livraria Zélio Valverde, 1945e.
- _____. Pinheiro Machado no Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, v. 211, abr./jun. 1951d.
- _____. Portugalia Monumenta Cartográfica. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 259, abr./jun. 1963f.
- _____. *Questões de terras*. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1923.
- _____. Rio Branco. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 255, abr./jun. 1962f.
- _____. Rio predestinado. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1943b.
- _____. 4 maio 1947a.
- _____. 7, 21 jan. 1951e.
- _____. 4, 18 fev. 1951f.
- _____. Rondon e sua obra. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1929.
- _____. 29 mar. 1931b.
- _____. 7 ago. 1938h.
- _____. 30 jul. 1939L.

- _____. 14 dez. 1952c.
- _____. 16 fev. 1958f.
- _____. Rondon. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1961b.
- _____. v. 266, jan./mar. 1965c.
- _____. Rumo ao Oeste. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1938i.
- _____. S.G.E.F. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1942g.
- _____. Sampaio Corrêa. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1942h.
- _____. 28 nov. 1943c.
- _____. 6 set. 1950e.
- _____. Tavares de Lyra: historiador. *Revista do IHGB*, v. 228, jul./set. 1955b.
- _____. Travassos. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 set. 1943d.
- _____. Trecho encachoeirado do Rio São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1947b.
- _____. Utilização do Paraná. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1933c.
- _____. Utilização econômica de terras. 4^a Assembleia do IPGH. Caracas, setembro de 1946. *Estudos Históricos da América*, Caracas, 1946c.
- CORRÊA, Samuel A. A. (Org.). *Recordações inéditas de Virgílio Corrêa Filho em seu Centenário*. Rio de Janeiro: 1987.
- _____. (Org.). Virgílio Corrêa Filho. *Revista do IHGMT*, Cuiabá: IHGMT, [s.d.].
- CORRESPONDÊNCIA ativa e passiva de Virgílio Corrêa Filho com Edgar Teixeira Leite. *Arquivo do IHGB*, Rio de Janeiro, 1943.
- DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Tradução: Ayeska Branca de Oliveira Farias et. al. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

- ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, jan./jun. 1993.
- GOMES, Angela de C. (Coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.
- HOLANDA, Sérgio B. de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. *Correio da Manhã - Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1951.
- IHGB- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Discurso comemorativo do centenário de Virgílio Corrêa Filho*. Rio de Janeiro: IHGB. [s.d.].
- INQUÉRITOS E REPORTAGENS. O I.B.G.E. e a vitalização municipal. *Revista Brasileira dos Municípios*, 1952.
- LEONZO, Nanci. A gaveta do barão. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 351-359, abr./jun. 1996.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1908-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- NOTICIÁRIO. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, abr./jun. 1944.
- PARA QUE SERVE O RECENSEAMENTO. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria J. Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.
- mi r q ^ o ` l Ks á~èKq ê~Çi Đš ç=ÇÉ-g~ã É= ã â~Kp š ç=m~i ä Wb Çãç ê~=` i áêñl=èKCKK
- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, jan./mar., abr./jun., jul./set. 1943.
- _____. Rio de Janeiro, jan./mar., abr./jun., jul./set., out./dez. 1955.

_____. Rio de Janeiro, jul./set., out./dez. 1944.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO (Org.). Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 1, p. 3-18, jan. 1939.

SINOPSE estatística do município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso. Aquidauana:IBGE, [s.d.].

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

TÓRTIMA, Pedro. Produção bibliográfica de Virgílio Corrêa Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 148, n. 357; 439-571, out./dez. 1987.

TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

VALVERDE, Orlando. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Discurso comemorativo do centenário de Virgílio Corrêa Filho – IHGB. Rio de Janeiro: IHGB, [s.d.]

VELLOSO, Mônica P. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

VERGARA, Pedro. Ideia e ação. *Ciência Política*. Rio de Janeiro: Órgão oficial do INCP, fasc. 5, v.1, p. 69, 1941.

_____. O pensamento de Getúlio Vargas. *Ciência Política*, Rio de Janeiro: Órgão Oficial do Instituto Nacional de Ciência Política, fasc. 6, v. 6, p. 62, 1943.

LICEU CUIABANO, 1ª SEDE



Fonte: Album Graphico do Estado de Matto-Grosso

PALÁCIO DA INSTRUÇÃO 1915



Fonte: APMT – Acervo Adelaide

AS ESCRITAS DO INTELECTUAL VIRGÍLIO CORRÊA FILHO – QUESTÕES DE ENSINO: MONOGRAFIAS CUIABANAS

THE WRITINGS OF THE INTELLECTUAL VIRGÍLIO
CORRÊA FILHO - QUESTIONS OF TEACHING:
CUIABANAS MONOGRAPHS

Nileide Souza Dourado

Doutora em Educação pela UFMT
Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT
e Professora do PROFHISTÓRIA / IGHD/UFMT - Mestrado
Profissional em Ensino de História. nileide@terra.com.br

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História pela Unicamp
Estágio pós-doutoral em Educação pela USP
Professor Associado 1 do Departamento de História/IGHD/UFMT
rrrenilson@yahoo.com

RESUMO: Evidenciar uma das modalidades da escrita de Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), em especial as questões relativas ao ensino, em diferentes tempos e espacialidades mato-grossenses, passa a ser o objeto do presente artigo. Para isso, lançou-se mão da obra do autor, *Monografias Cuiabanas – Questões de Ensino - Volume I - Publicações Avulsas*, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n.º 59, 2002. Ocasão em que se busca dar a conhecer o caminho percorrido por Virgílio Corrêa Filho, historiador do seu tempo, da sua escrita sobre a educação, questões do ensino e o processo de aprendizagem em Mato Grosso, o que tornou possível um amplo acesso a esse compêndio de temas variados, porém, discutidos e analisados pelo autor. Tal estudo tem também, como objetivo contribuir com

a historiografia mato-grossense e levar a conhecer as realizações significativas de uma das referências intelectuais de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho.

Palavras-chave: História. Virgílio Corrêa Filho. Educação e Questões de Ensino. Mato Grosso.

ABSTRACT : To show one of the modalities of the writing of Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), especially the questions related to teaching, in different times and spatiality of Mato Grosso, becomes the object of this article. For this, the work of the author was used, *Cuiabanas Monographs - Teaching Questions - Volume I - Publications Avulsas, Historical and Geographical Institute of Mato Grosso, n. 59, 2002*. An occasion in which the path taken by Virgílio Corrêa Filho, historian of his time, of his writing about education, teaching matters and the learning process in Mato Grosso, was made known. Access to this compendium of varied themes, however, discussed and analyzed by the author. This study also aims to contribute to the historiography of Mato Grosso and to get to know the significant achievements of one of the intellectual references of Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho.

Keywords: History. Virgílio Corrêa Filho. Education and Teaching Questions. Mato Grosso.

1. INTRODUÇÃO

[...] *A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.* (LE GOFF, 1996, p. 423).

A memória da cultura escrita de homens e mulheres de Mato Grosso, especialmente daqueles que deixaram suas impressões sobre a educação e a cultura, em

temporalidades distintas, é o que motiva nosso interesse e nos permite, no presente artigo, homenagear o professor, o letrado e o intelectual – Virgílio Corrêa Filho – procurando dar visibilidade ao indivíduo em relação à história do seu tempo e lugares, bem como conhecer suas intervenções e representações sobre o saber e o fazer no meio sociocultural do Estado.

Nessa mesma perspectiva, a trajetória político-intelectual de Virgílio Corrêa Filho, personagem da história mato-grossense e brasileira, pode e deve ser revelada através de diversas facetas: engenheiro, político, historiador, professor e escritor de extensa produção, autor de obras inéditas acerca de Mato Grosso, muitas com visões apresentadas sobre a peculiar situação do Estado no contexto nacional e internacional. A sua produção intelectual perpassa por diferentes temáticas, ao discorrer sobre questões de ensino nos períodos colonial e imperial mato-grossense, bem como a respeito do ouro, diamantes, dos ervais, da pecuária e das fazendas do Pantanal, mas também sobre economia, arrecadação fiscal, industrialização, dentre outros assuntos. Portanto, um homem da escrita e com grande engajamento nas causas da vida pública brasileira e mato-grossense.

Corrêa Filho é considerado um expressivo mediador cultural do seu tempo, estudioso que procurou, incansavelmente, a “verdade”, para dizê-la, escrevê-la e sustentá-la publicamente através de vários discursos e em diferentes lugares.

Evidenciar uma das modalidades da escrita do intelectual Virgílio Corrêa Filho, em especial sobre as *questões de ensino*, apresentadas em diferentes tempos e espacialidades mato-grossenses, passa a ser o nosso objeto de estudo.

A proposta foi pensada e elaborada com o intuito primeiro de homenagear e compor o tributo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)

a Virgílio Corrêa Filho, por ocasião dos festejos comemorativos dos “Cento e Trinta Anos” de nascimento do renomado historiador, engenheiro de formação, intelectual do mais alto nível e de grande projeção no meio acadêmico nacional e internacional. Nessa mesma perspectiva, lançou-se mão de uma de suas obras, *Monografias Cuiabanas – Questões de Ensino - Volume I - Publicações Avulsas do IHGMT, n.º 59, 2002, horizonte do presente estudo.*

Dessa maneira, torna-se relevante conhecer os caminhos trilhados por Corrêa Filho a respeito da sua escrita sobre as *questões do ensino primário* e sobre o processo de aprendizagem em Mato Grosso, desde o período colonial, avançando pelo imperial, passando pela *Fase de transição; Orientação provincial; a Primeira regulamentação; a Ação de Leverger; Seminário Episcopal; Reforma de 1873; A década fecunda; o Liceu Cuiabano; Influência de Maracaju*; tratando também das *Novas ideias*, bem como sobre *Contribuições de Souza Bandeira*. No *Regime Republicano*, tratou especialmente da década de 1910, época de criação dos grupos escolares brasileiros, seguido da *Orientação do Dr. Corrêa; Alterações ulteriores; A nova era; Regulamentos complementares; Modificações derradeiras* e finaliza com *Decreto*.

Dessa maneira, precede situar o leitor com relação à categoria “intelectual” utilizada no presente texto, onde a mesma remete a um campo histórico autônomo, aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural, quando os intelectuais são definidos como mediadores culturais, produtores de bens simbólicos e receptores da cultura. Assim, nas perspectivas teóricas de Jean-François Sirinelli (1996, p. 242), o entendimento sobre os intelectuais desemboca em duas acepções:

[...] uma ampla e sociocultural, englobando os

criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, “criadores” ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura.

Vale salientar que o entendimento sobre as posições e o lugar social do intelectual Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), na perspectiva desse estudo, se encontra também ancorada na constituição da sua prática discursiva, onde os lugares são marcados, seja pelas condições do meio, das precisas topografias de interesses, pelos procedimentos do autor, seja por situações influenciadas pelas diferentes relações de poder, aliadas aos lugares estabelecidos cultural e socialmente pelo mesmo. Até porque toda escrita da história encontra-se ancorada em um tempo social e institucional do autor/historiador. Depreende-se, portanto, que o lugar social de sua fala se estabiliza em diferentes espaços: Em “Mato Grosso”, Virgílio Corrêa Filho pertenceu ao IHGMT, lugar de relevância para sua carreira, cuja participação se dá como sócio fundador, em 1919, significativo pertencimento que contribuiu para a elaboração de uma identidade mato-grossense construída com objetivo de evidenciar a importância do estado na formação e consolidação da unidade nacional. Pertencendo, também como membro fundador do Centro Matogrossense de Letras (CML), hoje Academia Mato-Grossense de Letras (AML).

Corrêa Filho, especialmente em Cuiabá exerceu vários cargos, dentre eles o de professor do Liceu Cuiabano e da Escola Normal; foi diretor da Repartição de Terras; Secretário das Finanças e depois Secretário Geral do Estado de Mato Grosso. Participou e representou Cuiabá e Mato Grosso em diferentes eventos, como no

Centenário da Abertura dos Portos no Rio de Janeiro: Exposição Nacional de 1908; Conferência Nacional de Educação; representando o IHGMT na Assembleia Inaugural do Instituto Pan-americano de Geografia e História, além de Delegado de Mato Grosso na sessão inaugural do Conselho Nacional de Geografia e participou do VIII Congresso de Educação (IHGB) e também no X Congresso Brasileiro de Geografia.

No Rio de Janeiro, Corrêa Filho formou-se em Engenharia Civil, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: Três Lagoas; engenheiro da Estrada de Rodagem da Chapada; engenheiro da Estrada de Ferro de Maricá; engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil; na Companhia Mogiana dirigiu a construção da ponte sobre Rio Grande (Igarapava); trabalhou no Conselho Nacional do Petróleo. Integrou o Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, chefiando a seção de Documentação. Pertenceu ao IHGB como sócio efetivo, ocupou os cargos de 1º e 2º secretários; 3º vice-presidente; sócio benemérito e sócio grande benemérito, lugar onde legou o seu acervo.

Virgílio Corrêa Filho, intelectual nato, membro da elite mato-grossense é autor de quase uma centena de títulos acerca de história, economia e geografia de Mato Grosso, enfeixados em livros, opúsculos, relatórios, discursos, mensagens, conferência em congressos, fundamentando uma das mais impressionantes e sólidas bases da historiografia mato-grossense. Segundo os estudos de Vilma Eliza Trindade, Virgílio Corrêa Filho “[...] publicou um grande número de títulos em importantes periódicos como o *Jornal do Comércio* e *O Estado de São Paulo*” (2001, p. 14). Nas últimas décadas de sua vida, dedicou-se aos trabalhos de pesquisa junto ao IBGE e ao IHGB. Dentre suas obras destacam-se, com referência para a história e educação - *Questões de Ensino*, escrita originalmente no ano de 1925, é uma das sete Mo-

nografias Cuiabanas, até há pouco tempo raríssimas, hoje reeditadas pelo IHGMT, no interior de sua já tradicional coleção intitulada Publicações Avulsas.

Sua intensa produção e projeção nacional, assim como sua atuação em instituições de relevo no campo da história e geografia, fez com que Corrêa Filho exercesse a “missão de engrandecer Mato Grosso” no cenário nacional, contribuindo para sua representação regional (GALETTI, 2000, p. 363).

Recebeu de D. Aquino Corrêa, em 1922, à época presidente do estado de Mato Grosso, a incumbência de escrever uma memória sobre Mato Grosso, em comemoração ao centenário de independência do Brasil: a obra *Mato Grosso*.

Gilmara Franco (2009), ao analisar esta obra de Virgílio Corrêa Filho, descreveu como o autor defendia não só a primazia cuiabana, como também uma espécie de culto exacerbado à cidade e ao povo da capital mato-grossense.

Na perspectiva de Corrêa Filho, aos cuiabanos competiram a

[...] incomparável missão histórica de fecundar, com o seu esforço, a terra maravilhosa com que os nossos avôs integraram a base física da nacionalidade brasileira, distendendo-lhe as raias até a baixada guaporéana. [...] A arrojada bravura dos conquistadores não desmereceu no heroísmo incessante, posto menos dramático, dos povoadores do sertão. (CORRÊA FILHO, 1939, p. 258).

Ainda de acordo com a mesma autora, por meio de sua estreita aproximação com uma parcela da oligarquia do norte do Estado, perceptível em sua escrita, Virgílio pretendeu ligar o passado ao presente, tendo como fio condutor a memória mato-grossense. Por último, verificou-se um ufanismo “destinado a identificar Cuiabá como gênese e síntese, em todos os sentidos, de Mato Grosso” (FRANCO, 2009, p. 59).

De acordo com Vilma Trindade (2001, p. 14), o ingresso de Virgílio Corrêa Filho no Instituto Histórico de Mato Grosso, como era designada a instituição até 1930, no contexto nas comemorações do bicentenário cuiabano, contribuiu de forma marcante para a criação de uma identidade mato-grossense:

[...] construída com o objetivo de evidenciar a importância de Mato Grosso para a formação e consolidação da unidade nacional. As diversas publicações de sua autoria cumpriram os desígnios de D. Aquino, Bispo e Presidente do Estado de Mato Grosso, além de presidente fundador daquele Instituto, à época preocupado com a constituição de um corpo de “apóstolos de um patriotismo iluminado e sadio”, que deveria comprometer-se com a preservação da “memória nacional”.

Intelectuais da estirpe de D. Aquino Corrêa e Virgílio Corrêa Filho, arregimentados em espaços como o IHGMT e movimentando-se entre diferentes campos disciplinares e saberes, foram, nas primeiras décadas da República, os porta-vozes do discurso da modernização. Para Ângela de Castro Gomes (2009, p. 25),

Tais intelectuais assumem, de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, com intensidades que variavam conforme a adesão ou a aceitação do republicanismo, responsáveis, em grande medida, pelo “atraso” em que o país se encontrava.

Feitas as devidas apresentações do nosso personagem, iremos “percorrer” os seus escritos acerca da temática da história do ensino em Mato Grosso, um dentre os possíveis caminhos para decifrar sua forma de ver, pensar, entender e inventar discursivamente o Mato Grosso.

2. PERCORRENDO A ESCRITA VIRGINIANA NAS QUESTÕES DE ENSINO EM MATO GROSSO

Após destacar os assuntos mais gerais que envolvem o personagem do presente artigo, resta-nos apontar o

seu olhar sobre a “situação do ensino” no período colonial mato-grossense e, conseqüentemente, as suas observações sobre a articulação dessa educação, especialmente no primeiro núcleo de colonização portuguesa estabelecido na região, o *Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*, em 8 de abril de 1719. Argumenta o autor ser o local com uma instrução precária e avalia por ocasião de sua pesquisa que “[...] emudecem de todos os arquivos coloniais, quando consultados a respeito da instrução em Mato Grosso: praticamente nada havia que merecesse referência”. Esclarece ainda que, o lugar se sustentava apenas pela “[...] incomum dos bandeirantes que aqui chegaram com que domavam as forças naturais, ao devassarem os sertões bravios, do que pela cultura intelectual, que lhes falecia” (CORRÊA FILHO, 2002, p. 15).

Vale ressaltar que vários foram os autores brasileiros e portugueses que refletiram sobre a *educação e instrução*²⁴ na América Portuguesa. Assim, em face às observações de Corrêa Filho, manifestas anteriormente, optou-se por abrir um breve leque de possibilidades e mostrar suas contribuições a partir de estudos que enfatizam a instrução e a educação na capitania de Mato Grosso no período colonial (1748-1822).

Dessa maneira, apropriou-se dos estudos de uma das autoras desse artigo, Nileide Souza Dourado, pesquisadora vinculada à historiografia da Educação de Mato Grosso, em sua tese de doutoramento – *Práticas educativas culturais e escolarização na capitania de*

24 Ver em *Comenius* (2011, p. 30; 55) - As concepções ‘educar’ e ‘instruir’, embora pensadas separadamente, estavam conectadas. Comenius (2011, p. 30), sugestivamente, num dos capítulos de sua obra, procurou explicitar o seu entendimento sobre educar e instruir os homens a partir da seguinte afirmação: [...] educar os jovens com sabedoria significa, ademais, promover a que sua alma seja preservada da corrupção do mundo; favorecer – para que germinem com grande eficácia – as sementes de honestidade que neles se encontram, por meio de ensinamentos e exemplos castos e assíduos. Já instruir para o mesmo autor, significa [...] maneira de ofertar ao jovem “todo o conhecimento das coisas, das artes e das línguas, costumes e religião”.

Mato Grosso (1748-1822), a qual apresenta uma nova e sólida abordagem histórica sobre o cenário educacional mato-grossense no período colonial e final do imperial brasileiro.

O estudo de Dourado (2014) procura evidenciar, analisar e compreender as práticas educativas culturais e escolares nas vilas de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, a partir da circulação cultural de saberes e fazeres, de seus agentes, os mediadores, as representações políticas locais e metropolitanas constituídas a partir da interação e movimentação cotidianas da população visitada e radicada nessa região de Mato Grosso, face às mestiçagens culturais, imaginários e representações. Tal estudo, também contempla os processos de escolarização por intermédio do sistema de ensino, as “aulas régias”²⁵, e também aqueles realizados em outros espaços e por diferentes agentes.

Em conformidade com o conteúdo do texto de Corrêa Filho (2002, p. 16), especialmente quando trata sobre o emudecimento dos arquivos, a falta de cultura intelectual na região, a chegada do padre José Manoel de Siqueira (nomeado professor de Filosofia)²⁶ e por último o envio de 7 estudantes para a Europa, a fim

25 Para Tereza Fachada Levy Cardoso (2004, p. 182), o sistema de ensino implantado com a Reforma dos Estudos Menores, de 1759, baseava-se nas *Aulas* de primeiras letras e nas de humanidades, que eram denominadas de maneira geral de “Aulas Régias” que significavam as *Aulas* que pertenciam ao Estado e não à Igreja. Também na educação, manifestava-se o *Regalismo*.

26 “José Manoel de Siqueira” ver em Silva (2005, p. 238) – Siqueira nasceu em Cuiabá em 1750, filho de Antonio do Prado Siqueira. Ainda jovem foi para o Rio de Janeiro onde se ordenou padre, em 1782. Daí seguiu para Lisboa, tornando-se sócio efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa. Retornou para Cuiabá em 15 de julho de 1798, já nomeado professor régio de Filosofia Racional e Moral. Tinha uma excelente cultura geral e muito em especial em História e Botânica. Obteve autorização do capitão-general para abrir uma aula de Botânica, mas não conseguiu alunos interessados. Em 8 de abril de 1800, nas imediações do Morro do São Jerônimo, na Serra da Chapada dos Guimarães, descobriu a árvore de quina ou da casca peruviana. Escreveu: *Memória sobre a decadência das Três Capitânicas de Minas e Meios de repará-las; Memória a respeito do descobrimento das Minas dos Martírios* e alguns outros trabalhos de botânica. Era exímio aquarelista. Em 1811, adoeceu das faculdades mentais. Faleceu em Cuiabá em 12 de dezembro de 1825.

de se instruírem nas artes e ciências, referenciando à instrução em Mato Grosso. Nessa perspectiva, os estudos de Dourado (2014, p.17,18) por outro lado, revelam a existência de ricas fontes documentais, como correspondências administrativas produzidas entre a Coroa portuguesa e os capitães-generais, documentos produzidos pelas Câmaras Municipais, no arquivo das Igrejas, nos Inventários, Testamentos e Leis, Mapa de Habitantes e, ainda, os seguintes registros de memória: Anais das Câmaras de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, e os escritos deixados por cronistas, viajantes e cientistas. Esse conjunto empírico, portanto, foi decisivo para elucidar a instrução e a educação praticadas por homens e mulheres na capitania de Mato Grosso.

Desse modo, depreende-se que o referido historiador não faz jus à importância das fontes por ele analisadas e referenciadas em seu texto, uma vez que considerou apenas a existência de instrução/educação na capitania de Mato Grosso por intermédio daquelas inscritas no quadro do Estado português, no âmbito das reformas pombalinas, como a escolarização mediante o sistema de ensino - “aulas régias”, com atividades dos professores régios, desconsiderando, de certa forma, as práticas educativas culturais e as manifestações de saberes e fazeres da sociedade mato-grossense no período em tela.

Constata-se, portanto, a partir dos estudos de Dourado (2014), que Corrêa Filho (2002) não levou em conta, nas análises referentes ao período colonial, que a população já mantinha importantes relações educativas culturais por meio de práticas diversas, escolares e não escolares. Portanto, realizadas no contexto dos movimentos culturais transversais, estabelecidos entre indivíduos e grupos, tendo por base a diversidade e a maneira de fazer cotidianas dos sujeitos históricos, fossem eles brancos índios ou negros.

Argumenta Dourado (2014) que tais expressões aconteciam nos espaços da moradia, do trabalho, de

religiosidade, de lazer, nas áreas de defesa e de guerra, instâncias que permitiram a construção de identidades nesta região de fronteira. Reforça ainda Dourado (2014) que os processos de dimensões educativas e culturais, desencadeados nesse espaço específico, se realizavam no contexto desta sociedade mestiça, em torno da qual se costuravam culturas, podendo muitas delas adquirir novos significados e, em consequência, construir sociabilidades locais nas espacialidades da capitania de Mato Grosso, compreendidas pelas minas de ouro cuiabanas e do Guaporé, nos inúmeros arraiais, aldeias, povoações e vilas.

Revela ainda a autora que é de fundamental importância ressaltar que a história da educação em Mato Grosso, no período abarcado pela criação da Capitania (1748) até o processo de Independência do Brasil (1822), foi marcada por um acontecimento singular: “a ausência da instituição escolar”, ou de estabelecimentos educativos e organizativos de ensino, tanto no âmbito da iniciativa privada quanto das instituições do reino luso, apesar de nessa Capitania encontrarmos aulas avulsas circundadas pelas práticas educativas culturais não escolares.

De toda forma, entende-se que a posição de Corrêa Filho é concebível, pois há que se considerar o período de produção do seu texto, ano de 1925, quando havia sim, como ele próprio atesta um silenciamento dos acervos documentais, o que ocorreu em Mato Grosso somente após 1970, com a criação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, que investiu na recuperação dos documentos relativos a Mato Grosso nos arquivos Ibéricos, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/UFMT. Soma-se a isso as limitações à luz da historiografia, ampliada substancialmente a partir dos cursos de pós-graduação das instituições de ensino superior, gerando diversas pesquisas inéditas, publicadas ou divulgadas

em evento, o que trouxe, por sua vez, determinadas implicações teórico-metodológicas fundamentais na análise histórica, no que se refere ao tema proposto.

No tópico *Fase de Transição: Questões de Ensino*, Corrêa Filho apresenta fragmentos quantitativos extraídos do depoimento de Luiz d’Alincourt, sargento-mor encarregado pelo Imperador Pedro I de analisar minuciosamente as condições da Província, de cuja primeira junta governativa participou como Secretário. Já em suas “*Indagações Estatísticas*”, o autor mencionou existir na capitania de Mato Grosso uma escola pública de primeiras letras, com 57 alunos; uma aula de Gramática Latina, com 15 alunos; uma cadeira de Filosofia Racional e Moral, vaga; três escolas particulares, em Cuiabá; uma de primeiras letras, vaga, em Mato Grosso (Vila Bela); e uma de Gramática Latina, com 10 alunos, em Diamantino.

Anotou também a extrema necessidade de investimentos no campo da escolarização, no início do período imperial, ao revelar que o Cônego Silva Guimarães pediu, na sessão de Conselho Geral de 1829, a criação de escolas primárias em Cáceres, Poconé, Chapada dos Guimarães, Rosário, Livramento, Santo Antônio do Rio Abaixo (hoje Santo Antônio de Leverger), enquanto Antônio Corrêa da Costa sugeria o aproveitamento dos quartéis desocupados para fins escolares, ao mesmo tempo em que reclamava a vinda de lentes (professores) de reconhecida instrução que ensinassem os elementos das Ciências, Belas Artes e Letras.

A conclusão de Virgílio Corrêa Filho (1925, p. 17) a respeito do ensino colonial de Mato Grosso foi pouco otimista: “[...] o ensino arrastava-se ronceiramente através de toda sorte de dificuldades, quando a província herdou o encargo de cuidar das suas necessidades escolares”.

Na transição de Colônia (XVIII) para Império brasileiro (XIX), a condução do processo educacional brasileiro

aconteceu a partir da primeira lei regulamentadora da educação, a Lei imperial de 15 de outubro de 1827, a qual prescrevia, para toda a nação, a obrigatoriedade do ensino primário elementar, dispondo ainda, sobre o melhor método de ensino – o mútuo – e sobre as punições aos pais irresponsáveis (SIQUEIRA, 2002, p. 21-22). Argumenta, ainda Siqueira, que, mesmo após o Ato Adicional (agosto de 1834), responsável teoricamente pela descentralização, o sistema escolar continuou, em muitas províncias e por muito tempo, a ser regido pela Lei de 1827.

Abre-se um parêntese para informar ao leitor que foi imprescindível e de importância, estabelecer, no presente texto, um diálogo com Elizabeth Madureira Siqueira, estudiosa do cenário educacional de Mato Grosso do século XIX.

Nesses termos, no tópico *Orientação Provincial* Corrêa Filho acrescenta que tal orientação recebida pelas Assembleias Legislativas Provinciais foi estabelecida pelo Ato Adicional de 1834, lhes competindo legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-las, ou seja, a responsabilidade da instrução pública primária e secundária fôra transferida para a esfera provincial.

Na avaliação de Virgílio, em Mato Grosso, tal intenção, era vista enquanto herança, cujo intuito, ao invés de beneficiar, veio onerar o agravante que vivia a desafortunada província: “[...] dessangrada em cruenta comoção política”. Reporta aqui o autor ao movimento regencial que eclodiu em diversas províncias do Brasil e também na de Mato Grosso, que recebeu o nome de *Rusga*²⁷. Foram movimentos encharcados de sangue, motivados pelo confronto entre brasileiros e portu-

27 *Rusga*, reação nativista à tirania lusa, com matança de ricos portugueses aqui sediados e pejorativamente chamados de “bicudos”: “Repetiu-se a Noite de São Bartolomeu; era revanche republicana contra o poder reinol apeado do mando nacional... Falam os registros que o povo versejava a liberdade de jgo [...]”. (FREIRE, 1991 p. 140).

gueses residentes no Brasil, na luta para a liderança e comando político²⁸.

A Assembleia Legislativa Provincial mato-grossense passou a legislar sobre a matéria de sua competência - instrução pública. Nesses termos, a Lei de 12 de agosto de 1835 autorizava o Presidente da Província a criar em Cuiabá duas “cadeiras de primeiras letras de ensino individual, uma em cada distrito”, gratificando os professores, que tivessem mais de 50 alunos, à razão de 4\$000 por alunos excedentes; restando às Câmaras a fiscalização das “aulas do seu Município”, a respeito dos quais deveriam apresentar, no início de cada ano, “parte circunstanciada ao Governo”.

Segundo Corrêa Filho (202, p. 56), em *Orientação Provincial*, na mesma Lei de 12 agosto de 1835, em seu artigo 1.º estabeleceu:

Fica suspensa a cadeira de primeiras letras de ensino mútuo desta cidade, conquanto não houver pessoa hábil que a ocupe”. A 30 de dezembro de 1835, o mesmo defeito se põe de manifesto na Lei que reza: Fica autorizado o Presidente da Província a chamar novamente a exame todos os Mestres de primeiras letras que estiverem em exercícios, podendo-os demitir, se pelo exame conhecer que não tem a necessária instrução, e prover outros em que concorram os precisos conhecimentos, probidade e bons costumes.

Conclui Corrêa Filho considerando que nessa fase era perceptível o aumento da dificuldade para encontrar professores capazes, cuja carência transparecia, a cada passo, nos atos oficiais.

No governo do Presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, no período de 1836 a 1838, a Lei n.º 8, de 5 de maio 1837, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Presidente

28 Sobre o assunto ver SIQUEIRA, 1989.

da província, foi instituidor do primeiro Regulamento da Instrução Pública, cumprindo a determinação do decreto imperial de 15 de outubro de 1827, que determinara a criação de escolas primárias em toda as localidades onde houvessem crianças em idade escolar e, sobretudo, pelo desejo de construir um Estado nacional composto de cidadãos moralizados, cômicos de seus direitos e deveres. Assim, coube aos Presidentes da província de Mato Grosso, na década subsequente, capacitar pessoal para alimentar essa propositura política (SIQUEIRA, 2000).

Para Corrêa Filho (2002, p. 18-19), foram medidas que dividiram a instrução primária em dois graus, no primeiro, o aluno aprenderia a “ler e escrever, a prática das quatro operações aritméticas e princípios religiosos”, e, no segundo, deveria ser-lhe ensinado “ler, escrever, aritmética até proporções, Gramática da Língua Nacional, noções gerais dos deveres religiosos e morais”. Foi previsto, ainda, na regulamentação, escolas de primeira categoria em todas as povoações, que pudessem garantir frequência de “vinte alunos pelo menos”, mínimo também exigido para a criação das do 2º tipo. Onde houvesse dessa espécie, o governo poderia fundar outras para meninas, às quais seria ministrado ensino consubstanciado em “[...] ler, escrever, prática das quatro operações aritméticas e dos deveres morais, religiosos e domésticos”.

Já a permissão para abertura de escolas particulares tornou-se independente da licença do governo, no entanto, este poderia multar e prender professores, caso não mostrassem habilitação necessária para o ensino do primeiro grau.

Destaca o historiador que, pela escassez de professores habilitados na Província, a lei determinou, no artigo 5º, que “[...] o Governo estabelecerá na Capital, o quanto antes, uma Escola Normal para a Instrução do primeiro e segundo graus pelo método expedito, e

que, melhor possa corresponder a seus fins”, contratando para semelhante emprego “[...]com um cidadão brasileiro a regência da Cadeira pelo tempo que for conveniente” ou “com quem vá instruir-se na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro²⁹ e venha reger a cadeira”.

Determinava ainda o Regulamento de 1837 o perfil dos professores, devendo os mesmos ter 18 anos, bom comportamento – atestado por autoridade civil ou eclesiástica – domínio do conteúdo e método, domínio da língua nacional, sendo que seu ingresso se daria por nomeação (SIQUEIRA, 2002, p. 22).

O estudo de Virgílio chama atenção também para a carreira e a profissão docentes, a partir da primeira regulamentação, argumentando que aos professores, além da gratificação de 4\$000 por aluno excedente de cinquenta, cabia a da vigésima parte do ordenado, caso continuassem a trabalhar, depois de 21 anos de serviços, além do direito de aposentadoria: “[...]com o ordenado por inteiro”. Já para aqueles professores que não lograssem manter a matrícula mínima de alunos exigida, aplicar-se-ia a pena de demissão, desde que na localidade não escasseasse população infantil.

Na área de controle e fiscalização das ações nas escolas, além do “Inspetor Geral dos Estudos Públicos”, na capital, vale destacar que o governo poderia nomear, também, pelo menos um Inspetor especial em cada Município, que faria jus a uma “gratificação proporcionada”, depois de quatro anos de “serviços atendíveis”.

Nesse tópico, considera Corrêa Filho que, para a execução da lei mencionada, o governo providenciaria

29 Para esse fim, J. F. de Almeida Lousada foi mandado à Escola Normal de Niterói, onde deveria aperfeiçoar os seus estudos durante 14 meses, prorrogados por mais 14, a 28 de fevereiro de 1839[...] a 24 de fevereiro de 1845 já prestava juramento para entrar no exercício do cargo de Secretário do Governo, em que se aposentou já adiantado em anos (CORRÊA FILHO, 2002, p. 56).

os regimentos necessários, pormenorizando, portanto, os dias de estudo, horas de cada lição, período de férias, nunca superiores há quinze dias, o processo de exames etc.

Em seguida, o autor aponta a maleabilidade de *Augusto João Manuel Leverger* (Barão de Melgaço), ao chegar à cidade de Cuiabá no ano de 1830, o qual demonstrou desde cedo sua dedicação ao processo de ensino, assim que se viu aliviado de ocupações, oferecendo-se para ensinar gratuitamente francês e matemática, a quem quisesse.

Conforme Virgílio, no início do governo de Augusto Leverger³⁰, à frente da província de Mato Grosso, vigorava ainda a primeira regulamentação do ensino - Lei n.º 8, de 5 de maio de 1837. Nesse sentido, para dar cumprimento ao disposto no artigo 44 da referida lei, a mesma passou por uma reformulação, em 30 de setembro de 1854, por ação de Leverger, resultando no Regulamento de 1854, que em seu capítulo 1.º determinava a forma e condição para o estabelecimento de escolas, inclusive baixando o número mínimo de 10 alunos ou alunas na abertura das mesmas, sendo que somente após um ano seria exigido o número mínimo de 20 estudantes.

Segundo Siqueira, até o ano de 1854, as escolas funcionavam sem qualquer controle mais estreito por parte das autoridades. Assim, no Regulamento levergeriano foram criados os cargos de Inspetor geral e paroquiais, tendo, em sua regulamentação, sido definidas entre outras obrigações (SIQUEIRA, 2002, p. 29).

Siqueira argumenta ainda que preconizava o regula-

30 “Almirante Augusto João Manuel Leverger”, conhecido por Barão de Melgaço ou Bretão de Cuiabá foi um militar franco-brasileiro, naturalizado brasileiro, escritor, herói da Guerra do Paraguai e foi o 12º Presidente da Província de Mato Grosso. Governou, portanto, a província por um espaço de sete anos, oito meses e vinte quatro dias, ligando o seu nome a importantes melhoramentos e deixando impercíveis testemunhas da sua competência, zelo e honestidade (MENDONÇA, 2012, p. 100-101).

mento de 1854 que uma hierarquia fosse respeitada, devendo os inspetores paroquiais intermediar a correspondência entre os professores e as instâncias superiores, posicionando-se abaixo do Inspetor Geral, a quem deveria dirigir-se condignamente” (SIQUEIRA, 2000, p. 133).

A instrução pública, utilizando-se desse critério na escolha dos Inspetores paroquiais, estabelecia com a sociedade, microcosmicamente falando (freguesias), uma relação de cumplicidade e auxílio. Estando ao mesmo tempo fora e dentro do sistema estatal, estes elementos faziam às vezes de elo entre a sociedade e o Estado. Vale a pena lembrar que tais Inspetores não recebiam qualquer provento. Considerados socialmente, e representantes do Estado provincial em cada freguesia, constituíam-se, ao lado dos juizes e párocos, figuras de projeção e responsabilidade. Assim, a palavra do Inspetor paroquial consubstanciava a versão que o Estado formulava como verdadeira, especialmente no tocante às relações de atritos entre estes e os professores (SIQUEIRA, 2000, p. 133).

Desse modo, com a aprovação do Regulamento de 1854, em face das devidas reformulações, o número de escolas cresceu consideravelmente na província de Mato Grosso, principalmente por Leverger atender à política de expansão das escolas públicas, desencadeada pelo Império do Brasil. Para atender a essa demanda, segundo Corrêa Filho, Leverger valeu-se também, da contratação de professores sem formação, devido à ausência de docentes qualificados na Província, e também por considerar necessária a expansão da escolarização/instrução.

Virgílio, tomando o ofício de 13 de janeiro de 1852, de autoria de Leverger, descortinou a situação do ensino na Capital, especialmente, pela falta de controle e, com isso, revelando existir em Cuiabá uma aula de latim e outra aula de primeiras letras em uma freguesia da Província, com o número de 100 alunos, e mais algumas escolas particulares. Denota a partir desses dados, que havia

pouca eficiência das escolas públicas. O referido historiador esclarece também que para Leverger o defeito ao qual atribuía a pouca eficiência das escolas na província, provinha em grande parte da inobservância da Lei de 5 de maio de 1837, quase vinte anos, em vigência. Tanto que no seu relatório, trata do processo de organização da instrução pública na província de Mato Grosso, de 3 de maio de 1854, ocasião em que Leverger recenseou os estabelecimentos de ensino existentes, da maneira a seguir:

Mapa das Escolas Públicas

Freguesia da Sé 48 meninos e 7 meninas;
Freguesia Pedro II 53 meninos;
Freguesia da Guia 11 meninos;
Brotas 16 meninos;
Chapada 15 meninos;
S. Antônio 19 meninos;
Livramento 50 meninos e 11 meninas;
S. Ana, do Parnaíba 10 meninos;
Miranda 04 meninos;
Albuquerque 47 meninos;
Poconé 38 meninos;
Vila Maria 30 meninos;
Mato Grosso 36 meninos;
Diamantino 16 meninos;
Rosário 06 meninos.
Total 399 meninos e 18 meninas

Fonte: CORRÊA FILHO (2002, p. 57).

Leverger, ao analisar tal situação, especialmente aquelas apontadas no relatório, denota que não houve qualquer alteração que mostrasse avanço no ensino após interpretar o dispositivo de quase 20 anos atrás. Revela Corrêa Filho que a legislação em vigência até o ano de 1854 cerceava o funcionamento das escolas do 2º grau, suprimidas, quando o número de alunos não excedesse de 30, e reduzindo ao mínimo as provas de aptidão dos candidatos ao magistério, de quem os examinadores apenas exigiriam:

- 1.º – um exercício de leitura de diversos caracteres impressos e manuscritos;
- 2.º - escrevessem algumas frases que lhes ditassem;
- 3.º - efetuassem quatro operações de aritmética sobre números inteiros;
- 4.º - respondesse às perguntas sobre os pontos cardeais da Doutrina cristã, recitando as principais orações religiosas.

Devendo o candidato a Professor do 2º grau:

- 1.º - fazer análise gramatical das frases que tiver lido ou escrito;
- 2.º - responder as perguntas sobre a numeração, as frações, os números complexos e as proporções, com resolução dos problemas de aritmética elementar;
- 3.º - responder às perguntas sobre a Religião e a História Sagrada, não indo além do que ensinam os catecismos elementares.

Esclarece também o autor que o relatório da administração do governo Leverger documenta a realidade cotidiana das escolas e do ensino, evidenciando com destaque o funcionamento dos estabelecimentos escolares, pormenorizando seu cotidiano: Das 8 às 11 horas da manhã, e das 2 às 5 da tarde, estariam abertas as escolas, cuja atividade se estenderia pelo ano todo, salvo o período de 15 de dezembro a 6 de janeiro, destinado às férias.

Assim, avalia Corrêa Filho que em tal relatório não consta qualquer disposição a respeito de métodos de ensino; nenhuma referência à Escola Normal, nem ao ensino secundário ou profissional.

Enfim, com o Regulamento levergeriano foram dados os primeiros passos no sentido de se pensar a Instrução (tanto pública quanto privada) tendo por base um

sistema hierárquico e bastante abrangente, de forma se pensar numa homogeneização das inúmeras escolas criadas no território da então província mato-grossense, assim como obter condições para seu controle e intervenção. Nessa medida, a colaboração de Augusto Leverger para o setor educacional de Mato Grosso foi, certamente, a mais importante base para sua evolução e estruturação futuras (SIQUEIRA, 2002, p. 30).

O Seminário Episcopal da Conceição foi pensado, segundo Corrêa Filho (2002, p. 58), para acudir a lamentável falha do ensino dessa época, a mercê de esforços do bispo D. José, vez que a Lei n.º 2, de 5 de julho de 1848, fadada a perecer de execução, quando a mesma já decretava logo no seu artigo 1: “Fica estabelecido na capital da Província um Liceu contendo quatro cadeiras [...] matérias como Gramática latina, tradução e leitura da língua francesa; Aritmética, álgebra até equação do 2.º grau e partidas dobradas; Geografia e História universal; Filosofia racional e moral, precedidas de noções gerais de Física e História natural”. Argumenta Corrêa Filho que as primeiras cadeiras foram criadas pelo decreto imperial n.º 1.149, de 13 de fevereiro de 1853, e as outras pelo de n.º 2245, de 13 de setembro de 1858. Portanto, o primeiro Seminário foi criado para ofertar aos alunos que saídos do primário buscassem a formação superior, maioria filhos das elites mato-grossenses.

O edifício especialmente destinado ao Seminário teve o lançamento da pedra fundamental em 7 de dezembro de 1858. De acordo com Siqueira (2000, p. 181), o Pe. Ernesto Camilo Barreto, em discurso, por ocasião do lançamento, evidenciou a finalidade da nova escola, regozijando-se pela sintonia de Mato Grosso com o Império brasileiro, visto que a instrução secundária era, ainda, um campo híbrido quanto à competência administrativa. Esclarece a autora (2000, p. 183) que “Coube ao governo imperial o financia-

mento pedagógico e das obras físicas deste primeiro estabelecimento de ensino secundário da província de Mato Grosso [...]”.

Conclui Corrêa Filho nesse tópico: “De tão útil estabelecimento valeu-se o governo da Província quando, em 1873, por Lei de 4 de julho, reformou o ensino” (2002, p. 21), informando ainda em seu texto que a “Reforma de ensino de 1873” – se constitui de vários documentos, como: Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Mato Grosso, aprovado pela Lei n.º 15, de 4 de julho de 1873, e criada pelo então governador da Província José de Miranda da Silva Reis; o Regimento Interno das Escolas Públicas de Instrução Primária da Província de Mato Grosso, de 7 de setembro de 1873, organizado pelo Inspetor-Geral das Aulas, Protonotário Apostólico Ernesto Camilo Barreto, que no ano seguinte preparou o relatório assinalando as condições da instrução pública mato-grossense à Presidência da Província.

Segundo Virgílio, dispôs o Regulamento que a instrução se dividiria em “primária e secundária”, a primeira ministrada gratuitamente em escolas de um só grau, para um e outro sexo, e seriadas em três categorias, sendo as da Capital consideradas de primeira categoria, as das cidades e vilas de segunda e as das freguesias e povoados, de terceira, subsistindo a outra “[...] por enquanto nas cadeiras de aritmética, álgebra e geometria, geografia e história, adjuntas ao Seminário Episcopal”, de que seriam coligadas, quando o estado dos cofres permitisse criar na Capital um Liceu para o ensino de “[...]línguas e ciências preparatórias para os cursos superiores do Império” e, um “[...]curso normal para habilitar professores para a instrução primária, sendo este o primeiro que deve ser criado”.

Destaca ainda Corrêa Filho que para melhor divulgação do ensino, além da permissão geral de abertura de escolas particulares, determinara o artigo 4.º do

regulamento: “Ficam criadas na capital, aulas noturnas, para o sexo masculino, essencialmente escolas primárias, e naquelas aulas se ensinará gramática nacional, aritmética em suas diferentes aplicações, escrituração mercantil por partidas dobradas, latim, francês, geografia e história”. Ressalta ainda que o mesmo Regulamento determinava que nas escolas públicas deveriam comportar de 20 a 60 alunos e o ensino primário abrangia: Instrução primária religiosa; Leitura e escrita; Elementos de gramática da língua nacional; Elementos de aritmética, até proporções; Generalidades de Geografia e História universal, especialmente na parte referente a geografia e história do Brasil; Estudo do sistema de pesos e medidas do império; Trabalhos de agulhas e outros análogos, para o sexo feminino, e seria ministrado de 20 de janeiro a 7 de dezembro, simultaneamente pelos professores e monitores, devendo os de classe mais adiantada reger a que lhes fosse pelos primeiros determinada.

Esclarece também que os alunos, de acordo com a reforma de 1873, começavam seus trabalhos escolares às 7 horas, com a oração costumeira, distribuindo-se depois pelas classes respectivas, cada qual com seu monitor. Ocasão em que eram tomadas as “lições de cor” de língua nacional, geografia, história sagrada, análise de gramática e leitura, as atividades escritas e exercícios de aritmética prática. Encerravam-se as aulas às 12 horas, com exercícios finais, chamada dos alunos, entrega das escritas, contas, cadernetas e oração final.

Para realizar semelhante programa, Corrêa Filho argumenta que o candidato a professor deveria satisfazer as seguintes condições: maioridade legal; moralidade; identidade profissional, provada pelo exame de habilitação, de que foram dispensados os bacharéis em direito, em matemática, em belas letras, os doutores em medicina e quaisquer outros graduados por esta-

belecimentos científicos do Império ou estrangeiros; os clérigos de ordem sacra; os que exibirem atestados e exames das matérias sobre as quais se exigia prova de suficiência, feita nos estabelecimentos gerais de instrução pública do Império ou desta Província.

Finaliza o autor ponderando que o funcionamento destas escolas públicas como das particulares, estaria subordinado à fiscalização e direção do Presidente da Província; do Inspetor Geral das aulas e inspetores paroquiais e do Conselho Literário.

Virgílio reporta à “Década Fecunda” ao grande número de realizações que seguiu em Mato Grosso após o término da guerra paraguaia, com destaque a Lei de 30 de maio de 1874, que instituiu o “Gabinete da Leitura”³¹, embrião de futura Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça. Revela Corrêa Filho que, no Relatório apresentado em 17 de agosto de 1880 ao presidente da província Rufino Enéas Gustavo Galvão (Barão de Maracaju), pelo Diretor Geral da Instrução, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, a “[...] Biblioteca da instrução conta hoje 1.507 volumes, depois da generosa oferta de 177 volumes feita pelo distinto tenente coronel Cesário Corrêa da Costa, das obras deixadas pelo seu finado sogro, o chefe de esquadra Barão de Melgaço”.

Outro ponto em relevo apontado pelo historiador no período foi a importante autorização do presidente da província de Mato Grosso, de 30 de setembro, para fundar na Capital um “Curso Normal” e habilitar pro-

31 Para Siqueira (2000, p. 222), “A província de Mato Grosso, até 1872, não possuía qualquer estabelecimento dessa natureza. A ideia de criação de um *Gabinete de Leitura* em Cuiabá, fez parte de um conjunto de profundas alterações propostas por Francisco José Cardoso Junior no âmbito da modernização da instrução pública da província. Para que essas transformações ocorressem, seria importante que a administração central da província tivesse apoio incontestado das elites regionais. Especialmente no caso de criação de uma biblioteca pública mato-grossense, o esforço e participação direta da comunidade – considerada, até então, indiferente às ações comunitárias – era vital para o sucesso do empreendimento, especialmente levando-se em conta as dificuldades dos cofres públicos. Segundo a autora “ a inauguração do Gabinete de Leitura somente ocorreu a 18 de abril de 1874, na gestão de Miranda Reis”.

fessores e professoras, de instrução primária, “determinando, para este fim que sejam desde já desligadas do Seminário Episcopal, onde se acham as cadeiras de Geografia e História, de Matemática elementares, que ficam fazendo para do curso normal, regidas pelos atuais professores”, a que se agregaram mais as cadeiras de Gramática da língua latina e de Pedagogia e Métodos”.

Informa ainda que a Escola Normal foi inaugurada no dia 3 de fevereiro de 1875 e que nesse ato compareceram o bispo D. José Antônio dos Reis, o vice-presidente da província, Antônio de Cerqueira Caldas (Barão de Diamantino), e outras autoridades, “[...] além de grande número de cavalheiros e senhoras. [...] A Escola Normal funcionava em edifício próprio, especialmente, construído para esse fim [...]” (MENDONÇA, 2012, p. 91).

Conclui Corrêa Filho que até 1882, no princípio da sua existência, a Escola Normal diplomou 19 alunos e 7 alunas, dos quais apenas 4 se dedicaram ao magistério, sendo 2 de cada sexo.

Em verdade, segundo Virgílio, pela Lei de 3 de dezembro de 1879 foi fundado o Liceu Cuiabano, e sua inauguração datou de 7 de março de 1880. Assim, nos festejos inaugurais do *Liceu Cuiabano*, além do Diretor Geral de Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, outras personalidades discursaram (professor, deputado, padre), cujas temáticas versavam sobre “instrução e educação”, ocasião em que enfatizaram ser o binômio essencial para a formação do cidadão mato-grossense. A tônica de todos os discursos perpassava pelos pontos básicos da reforma como: “[...] princípio da obrigatoriedade e liberdade de ensino, além dos conceitos que abundaram como o de progresso e civilização”, sendo a escola concebida como templo de luz, espaços de ressonância e repercussão dessas ideias (SIQUEIRA, 2000, p. 117).

Argumenta ainda Siqueira que nascia o primeiro estabelecimento público secundário, composto de dois cursos, o Normal e o de Línguas e Ciências Preparatórias. O evento, marcou mais uma conquista do governo provincial na direção da Instrução, tendo sido assim avaliado pelo então Presidente da Província, Barão de Maracajú: “A criação desse útil estabelecimento é de um alcance imenso e de uma importância sem limites para os habitantes de Mato Grosso” (SIQUEIRA, 2000, p. 185).

Segundo Mendonça (2012, p. 134), “[...] no edifício atualmente ocupado pelo Batalhão de Polícia Militar é solenemente instalado o Liceu Cuiabano, perante numerosa assistência de senhoras, colegiais, e autoridades civis e militares”.

Destaca Corrêa Filho que seriam ministradas as seguintes cadeiras, e seu primeiro corpo docente do Liceu Cuiabano:

Professor de Pedagogia: Dr. Dormevil José dos Santos Malhado;

Professor de Gramática Portuguesa: José Magno da Silva Pereira;

Professor de Matemática: Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo;

Professor de Geografia e História: Antônio Corrêa da Costa;

Professor de Língua Francesa: João Pedro Gardés;

Professor de Latim: Antônio Pereira Catilina da Silva;

Professor de Filosofia: José Estevão Corrêa.

Nesse tópico conclui-se com os estudos de Siqueira (2000, p. 185) que “[...] a partir de 1880, duas escolas secundárias ornavam o contexto escolar na província: um particular (Seminário Episcopal) e outra pública (Liceu Cuiabano), passando ambas a disputar o con-

junto dos alunos que, da escola primária, desejavam prosseguir os estudos”.

Rufino Eneias Gustavo Galvão (Barão de Maracaju), em outubro de 1879, foi nomeado presidente da província de Mato Grosso. Portador de inúmeros títulos de reconhecimento por parte do governo imperial que o agraciou pelos relevantes serviços prestados ao longo de sua vida.

A sua notória influência em Mato Grosso, no período de sua administração, diz respeito à educação, por ocasião da implantação do Regulamento Orgânico da Instrução Pública, promulgado no ano de 1880, sob a responsabilidade de Dormervil José dos Santos Malhados na categoria de Diretor Geral da Instrução. Segundo Siqueira, o Barão de Maracaju:

[...] no ano de 1880, ampliou e sedimentou os pontos que regulamentariam para sempre as práticas escolares e administrativas do moderno setor educacional, especialmente tendo em vista a ampliação da população escolar, após as leis abolicionistas. (SIQUEIRA, 2000, p. 112).

Nesses termos, argumenta Siqueira que o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 4 de março de 1880 teve como fios condutores três proposituras básicas: a “[...] obrigatoriedade do ensino primário, a liberdade de ensino e a criação do primeiro estabelecimento público de ensino secundário da Província” (SIQUEIRA, 2000, p. 115).

Por outro lado, Virgílio avalia em seu texto, no tópico “*Influência de Maracaju*”, que o ensino secundário, mediante a regulamentação de 1880 e a criação do Liceu Cuiabano, se tornou sólido, no entanto, esclarece que, com relação à instrução primária, esta não sofreu mudanças, ou seja, as mesmas influências. O ensino primário se manteve aos moldes do regulamento de 1854, revogado em 1873, mediante seriação das escolas em três categorias, como já foi dito em tópicos anteriores.

Com o tópico “*Novas ideias*”, Corrêa Filho reporta-se aos novos rumos sofridos pelo ensino brasileiro, quando, em 12 de setembro de 1882, Rui Barbosa de Oliveira, então deputado do Legislativo Nacional, apresentou um novo parecer à Câmara dos Deputados, onde manifestava a necessidade de se reformar o ensino, visto ainda considerar em seus estudos que todas as instituições existentes nas províncias brasileiras precisavam ser reformadas e o que não existia precisaria ser criado, como fôra o caso do ensino primário brasileiro.

De acordo com a avaliação de Corrêa Filho, Rui Barbosa buscava, de certa forma, destruir velhos preconceitos e ideias que não mais condiziam com os conhecimentos contemporâneos. Argumenta ainda, que no âmbito de Mato Grosso, teria chegado o eco dessas discussões desenvolvidas em torno da brilhante ideia de Rui Barbosa, tanto que, no ano seguinte, a Lei n.º 628, de 28 de junho, autorizava o presidente da província “[...] rever o regulamento da instrução pública, de 4 de março de 1880, e fazer nele as alterações que a experiência aconselhava, sujeitando-o à aprovação da Assembleia”.

Assim, de acordo com Valdemarin, estudiosa da reforma educacional projetada nos *pareceres* de Rui Barbosa, para a organização do sistema educacional brasileira necessitava que:

[...] a *escola primária*, essencialmente popular, deve ter ação homogeneizadora e superior, formar homens que dirijam os negócios com eficiência e moralidade. O *grau secundário* deveria diferenciar e especializar, fomentando o desenvolvimento industrial. Sendo a instrução o meio que possibilita a ordenação social através da consciência que prescreve e obedece à lei, ela é fundamental como fonte de aperfeiçoamento da produção. Por isso deve ser função pública uma vez que assegura a livre expansão do indivíduo e a

salvaguarda das instituições liberais, só podendo ser conseguida pela união da ciência com a liberdade, ou melhor, da liberdade orientada pela verdade científica. (VALDEMARIN, 2000, p. 172).

Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho, presidente de Mato Grosso, foi advogado, professor, escritor e presidente da província de Mato Grosso, no período imperial brasileiro. Sua contribuição se liga ao campo da instrução, seja pela experiência, ao exercer, à época, o cargo de Inspetor do Ensino do Rio de Janeiro.

Segundo Corrêa Filho, Souza Bandeira também deixou suas contribuições para o ensino em Mato Grosso, mediante propositura de reforma, ao assumir o cargo em fevereiro de 1889. Assim, em ato de 31 de março, traçou como arcabouço de sua reforma a reformulação do Regulamento Liceu Cuiabano (28 de maio de 1889); o Regulamento do Externato Feminino de Cuiabá (25 de abril de 1889) e o Regimento Interno do Conselho Superior da Instrução Pública (6 de junho de 1889).

Revela o historiador cuiabano homenageado que Souza Bandeira procurou alterar toda a organização estabelecida anteriormente por seus antecessores, mediante a apresentação da reforma de 1889, onde alguns pontos são apontados. Desse modo, com relação ao “ensino primário”, ofertado gratuitamente nas escolas públicas, versaria sobre leitura; escrita; catecismo da doutrina cristã; gramática portuguesa e composição; elementos de aritmética, compreendendo sistema legal de pesos e medidas; noções gerais de geografia, com maior desenvolvimento a respeito do Brasil; noções de história do Brasil e, ainda, os trabalhos de agulha e de prendas domésticas nas escolas do sexo feminino. Destaca que as escolas destinadas para tal ensino seriam-se em três categorias: a terceira classe, as da capital, onde para cada sexo, tantas quantos fossem necessárias; a segunda classe, as que funcionassem nas vilas ou cidades, que fossem sede de comarca,

onde haverá uma escola para cada sexo e, a primeira classe, todas as outras escolas da província só podendo haver uma em cada localidade e nelas se ministrará o ensino competentemente a alunos de ambos os sexos.

As “escolas mistas”, de acordo com a reforma, os trabalhos se efetuariam em dois turnos e o ano letivo decorria de 15 de janeiro a 30 de dezembro. Na alçada do “Externato do Sexo Feminino”, a missão era de preparar professoras primárias, a quem ensinaria: gramática portuguesa; aritmética e geometria plana; geografia, história do Brasil e noções de história universal; pedagogia; francês; noções de história natural; religião; música; desenho; ginástica. Para reger algumas cadeiras do Externato, a preferência era dada aos professores do Liceu Cuiabano.

Nestes termos, rezava ainda a reforma de 1889, de Souza Bandeira, que os alunos aprovados em todas as matérias do curso do Liceu ficariam isentos do concurso exigido em nomeação para cargos provinciais, a serem providos como professores das escolas primárias, desde que se sujeitassem a exame de pedagogia e prática escolar, perante o Diretor Geral do ensino primário. Porém, esclarece Virgílio, para provimentos de cargos de caráter vitalício, estes deveriam ser providos por meio de concurso, e que os professores ainda teriam outras garantias e vantagens que já desfrutavam anteriormente.

O projeto de reorganização do ensino de Souza Bandeira culminava com o Conselho Superior, órgão com atribuições amplas, com matérias atinentes à instrução pública e era constituído de três membros efetivos: o Reitor do Liceu, os Diretores e quatro amovíveis, sendo um professor primário da capital, eleito pelos seus pares, e três pessoas de distinção estranhas ao magistério público, nomeados pelo presidente da província.

Destaca ainda Corrêa Filho que, para efetivar a reforma do Liceu Cuiabano, a justificativa de Souza

Bandeira ao projeto apresentado à Assembleia de Mato Grosso, era o de que tal instituição vivia em uma situação de quase abandono e com subordinação a diretoria da instrução primária. Souza Bandeira, ao mesmo tempo, queria evitar que o Liceu se convertesse em “aleijão pedagógico”, diferente de todos os demais do império. Desse modo, a reforma proposta por ele ao Liceu Cuiabano se sustenta, num primeiro momento, aos benefícios dados ao alunado mato-grossense e, ao Liceu Cuiabano, os mesmos passos da organização do “Imperial Colégio de Pedro II”.

Para Corrêa Filho, a mudança de regime político no Brasil, de Monarquia para a República, em 1889, acabou prejudicando a reforma da instrução de Souza Bandeira, implantada no final do regime monárquico, a qual não chegou a lograr efeitos por mais de um ano. A partir dessa mudança no país, Mato Grosso ficava subordinado ao governo, provisório e ditatorial do brigadeiro Antônio Maria Coelho, primeiro presidente do estado de Mato Grosso após a proclamação da República.

Nesses termos, para o autor, com relação à instrução no Estado, a orientação de Antônio Maria Coelho foi a de desmontar a organização do ensino estabelecida na província pelo seu antecessor, iniciando, portanto, pela revogação do artigo 4º do Regulamento, que dizia respeito às escolas primárias de segunda classe e terceira, “[...]para que as aulas a que ele se refere funcionassem como dantes, em duas seções diárias, de acordo com o ato de 14 de janeiro de 1890” (CORRÊA FILHO, 2002, p. 37).

Procurou ainda o governo, por meio do Ato de 1890, efetivar novas mudanças, como dividir a cadeira de matemáticas elementares do Liceu Cuiabano em duas, fundindo do mesmo modo as de Latim e Filosofia e Retórica. Nessa sequência, restaurou a Diretoria Geral de Instrução Pública com as mesmas atribuições que lhe conferia o regulamento de 4 de março de 1880,

suprimindo os lugares de Reitor de Liceu, Diretor do Externato do Sexo Feminino, e do ensino primário, por intermédio do decreto n.º 15, de 1890 (CORRÊA FILHO, 2002, p. 37-38).

Em que pese todo o zelo e dedicação do governo de Souza Bandeira para com a instrução da população mato-grossense, as mudanças e reformulações tiveram prosseguimento, seja no governo provisório de Antônio Maria Coelho, como no de Manuel José Murtinho, primeiro presidente constitucional de Mato Grosso, mediante o Decreto n.º 10, de 7 de novembro de 1891.

Virgílio esclarece sobre a consequência imediata do regime adotado pela União com relação à instrução, uma vez que o ensino primário tornou-se leigo e oficialmente obrigatório, e o ensino secundário continuou a ser ministrado pelo Liceu Cuiabano.

Na matéria referente à autoridade no campo da instrução, na República, Corrêa Filho argumenta que o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública se mantinha superior aos demais, salvo o do Presidente do Estado, abaixo do qual imediatamente operava. Aponta ainda que competia ao Diretor presidir o Conselho Superior da Instrução Pública, a Congregação do Liceu Cuiabano, e exercer completa fiscalização nas escolas primárias. Com relação às classes e ao ensino, foi mantido o que estava disposto no regulamento de 1889, salvo o caticismo, que foi abolido. Já com relação ao número de alunos matriculados nas escolas, se excedesse de 60 alunos, o professor receberia, como auxiliar, um adjunto e, quando ultrapassasse 100 alunos, seria criada outra escola, mas, no caso, contrário, a escola que atingisse só 20 alunos seria fechada. Argumenta que para cobrir as respectivas despesas foi criado o “Fundo Escolar”, tendo como fonte principal o imposto de capitação, pago anualmente pelos contribuintes.

Sob a regência do Diretor Geral, o Liceu Cuiabano tinha como função habilitar os aspirantes aos cur-

sos superiores da República, e para isso ser-lhes-ia ensinado português; latim; francês; inglês; aritmética; geometria; álgebra; geografia; história; filosofia e retórica.

Corrêa Filho observa que o curso anexo de preparatórios continuaria com o curso normal, no preparo daqueles que se propusessem à carreira do magistério público primário, devendo ser-lhes ensinado português; aritmética até proporções, compreendendo o sistema métrico decimal; noções de geografia, história, especialmente do Brasil; pedagogia e metodologia.

De acordo com a orientação da Reforma de Manuel José Murinho (1891), o autor revela que o Conselho Superior passou a constituir-se do Diretor Geral, e mais dois professores do Liceu Cuiabano, dois professores públicos primários da capital e quatro pessoas nomeadas pelo Presidente. Era de competência do referido Conselho emitir parecer sobre “[...] programa de estudo e métodos de ensino, adoção de livros e utensílios escolares, “merecimento dos pretendentes ao cargo de magistério” e mais assuntos correlatos.

Virgílio conclui essa questão informando que esse regime vigorou até 1896, quando a Lei n.º 152, de 16 de abril, autorizou o Governo a reformar novamente a instrução pública, em bases assentadas por 34 artigos.

Em seguida, Corrêa Filho analisou a questão de ensino, procurando destacar a participação de Antônio Corrêa da Costa, governador de Mato Grosso, no período de 1831-1833. Corrêa da Costa era considerado, segundo Corrêa Filho, um autodidata e conhecedor dos defeitos e necessidades do ensino em Mato Grosso. Durante o seu governo sugeriu a elaboração da Lei n.º 152, a qual redundou no Regulamento, estabelecido com base no Decreto n.º 68, de 20 de junho. Tal reforma teve como início a modificação das escolas primárias, seriadas em duas classes: elementares ou do 1.º grau, e complementares ou do 2º grau.

Esclarece ainda o autor que as escolas de classe elementar, de frequência obrigatória para criança de 7 a 10 anos de idade, seriam estabelecidas nas cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado, com separação por sexo e deveriam ministrar:

- Leitura corrente de impressos e manuscritos;
- Caligrafia e escrita;
- Estudo prático da língua materna;
- Exercícios de intuição ou noções de coisas acompanhadas de exercícios de leitura e escrita e de explicações sobre formas, cores, números, dimensões, tempo, sons, qualidade dos objetos, medidas, seu uso e aplicação;
- Aritmética prática até a divisão por dois algarismos – problemas fáceis sobre as quatro operações – noções gerais sobre numeração e valores dos algarismos – grandezas, quantidade e unidade; e consequência resultante de semelhante divisão;
- Cultura moral – comentário das narrativas dos livros de leitura e dos fatos da vida escolar;
- Geografia física e história do Estado;
- Costuras simples nas aulas de meninas.

Estipula ainda a reforma que os exercícios de leitura deveriam ser feitos, de preferência, em livros com estampas, para melhor aplicação das noções de coisas, devendo o professor, de sua parte, limitar ao mínimo possível as regras e definições, atendendo ao caráter mais prático que teórico desta primeira parte do ensino primário. Vale ressaltar que, pela primeira vez, se registrou a indicação de conteúdos que versassem sobre a História de Mato Grosso, uma inovação.

Já as escolas de classes complementares, segundo o regulamento, deveriam ser estabelecidas na capital e nas principais cidades, pois se constituíam a “[...] chave do ensino primário”, nas quais o conhecimento ministrado diz respeito à língua nacional, mediante análises das proposições: aritmética, inclusive frações; geometria prática com avaliação de áreas e capacida-

des; geografia, abrangendo resumo das cinco partes do mundo; história pátria, especialmente de Mato Grosso; educação cívica e moral; trabalhos de agulha, corte e feitura de roupa branca criança, mulher e homem, nas escolas do sexo feminino.

Revela Corrêa Filho que tal regulamento desceu a minúcias da pedagogia, conforme recomendação constante no artigo 15:

O professor se esforçara por tornar o ensino tão prático quanto possível, fazendo conhecer aos alunos os objetos, suas qualidades e organização, e partindo sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato; deve abster-se de perturbar a inteligência da criança com o estudo prematuro de regras e definições pondo ao contrário, todo o empenho em amenizar o ensino de modo a despertar a atenção do menino, sem fatiga-lo. Para consegui-lo, usará sempre de uma linguagem chã, mas clara e precisa, de modo a familiarizar a inteligência do aluno com o assunto de que houver de ocupar-se. (CORRÊA FILHO, 2002, p. 42).

Percebe-se na avaliação de Corrêa Filho que o caminho racional a ser trilhado pelos futuros professores primários estava traçado, visto que obrigados, de certa forma a “[...] lecionar pessoalmente todos os seus alunos” sendo vedado o sistema de ensino por decuriões ou monitores”, bem como o “castigo corporal ou qualquer outro que possa abater o brio da criança”.

Esclarece ainda Virgílio que as escolas elementares para meninos e meninas seriam respectivamente regidas por professores e professoras, que só mediante aprovação em concurso alcançariam o provimento efetivo. Nessas condições, mesmo nomeados, não lograriam vitaliciedade, senão depois de cinco anos de efetivo exercício no magistério. Também conta que os professores que apresentassem anualmente doze alunos a exame, capazes de aprovação, seja na capital e

em cidades principais, e oito nas vilas, freguesias e povoados, contariam para a sua aposentadora mais um ano em cada quinquênio.

Constou ainda no Regulamento do ensino secundário, no governo Antônio Corrêa da Costa, que o mesmo continuaria sendo executado no Liceu Cuiabano, criando-se também o curso de Humanidades, com frequência obrigatória de quatro anos, professado pelos professores de língua portuguesa; língua francesa; língua inglesa, de latim, lógica, educação moral e cívica e literatura nacional, de geografia, história universal e particular do Brasil, de física e química.

No que se refere à administração do ensino, Corrêa Filho esclarece que auxiliavam o governo: o Conselho Superior da instrução pública; o Diretor Geral; Congregação dos professores do Liceu Cuiabano, a quem competia a “direção doutrinaria do ensino público”; Conselho disciplinar e os Inspectores escolares. Já o “Fundo Escolar” continuaria a figurar na escrituração do Tesouro, devendo ser-lhe creditada certas verbas que, entretanto, de si pouco renderiam.

Aponta ainda Corrêa Filho, a partir de suas breves observações sobre o avanço ou retrocesso do ensino em Mato Grosso, que o Regulamento mato-grossense da Instrução Pública de 1896, que à época havia incorporado princípios liberais da gratuidade, da obrigatoriedade e da liberdade de ensino, além da adoção de novos métodos pedagógicos, baseados em Pestalozzi, em Spencer e em Fröebel, em anos seguintes sofreria alterações sucessivas, seja por causa de emendas, resoluções, como mensagens governamentais, o que acabou contribuindo para o desmantelamento do ensino no Estado.

Virgílio acreditava que as alterações, especialmente, no que diz respeito à distinção entre escolas elementares e complementares, bem como as modificações do Conselho Disciplinar, a reorganização do Liceu Cuiabano, equiparando-se ao Ginásio Nacional, por

força de Lei n.º 317, foram positivas. Assim, o curso de Humanidades do Liceu Cuiabano foi substituído pelo de Ciências e Letras, ocorrendo alteração em sua estrutura, duração, número de professores e de disciplinas a serem cursadas. Finaliza o autor dizendo que com o ensino secundário foi agraciado com diversas modificações, porém o ensino primário, pouco se desenvolveu, salvo a permissão que tiveram as professoras de reger aulas para alunos do sexo masculino.

Momento Inovador, “Novos Tempos”, na perspectiva de Corrêa Filho, ocorreu com o advento da Lei n.º 517, de 28 de junho de 1909, que outorgou ao Poder Executivo a criação de escolas de instrução elementar, para ambos os sexos, nas cidades, vilas, freguesias e povoações, em que se provasse existir vinte alunos para matrícula, pelo menos. Assim, a partir de 1910, o Presidente recebeu autorização para reorganizar a “instrução pública do Estado”. Ressalta o autor que a partir dessa lei, em Mato Grosso ocorreu o desmembramento da Diretoria Geral do Liceu Cuiabano, que passou a ter sua diretoria própria. Acrescenta ainda que alguns preceitos do Regulamento de 1896 foram mantidos, como a organização pedagógica do ensino, com destaque para as escolas primárias, mantendo ainda as disposições referentes às bibliotecas escolares e ao fundo respectivo.

Destaca também Corrêa Filho que, para as Escolas do 1º grau, foram ministradas as seguintes disciplinas: leitura, escrita, cálculo, aritmética, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais, trabalhos manuais apropriados à idade e sexo dos alunos. Já para as Escolas de 2º grau, as mesmas disciplinas do primeiro e mais: gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sob ditado, caligrafia, aritmética até regra de três, sistema legal de pesos e medidas, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e

história do Brasil, cosmografia, noções de ciências físicas e químicas e naturais e leitura de música e canto.

Na nova regulamentação, com relação ainda às escolas primárias, Corrêa Filho destaca que:

O ensino será tão intuitivo e prático quando possível, devendo nele o professor partir sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido, e do concreto para o abstrato, abstendo-se, outrossim, de perturbar a inteligência da criança com o estudo prematuro de regras e definições, mas antes, esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigar, tomem interesse pelos assuntos que houver de tratar em cada lição. (2002, p. 47).

Nessa mesma base legal é revelado, no seu artigo 5º, que a instrução seria obrigatória para todas as crianças entre 7 e 10 anos de idade, restringindo-se a obrigação à frequência da escola aos meninos residentes dentro do circuito traçado pelo raio de 1 quilometro, medido da sede da escola.

No entanto, Virgílio anuncia que a grande e salutar inovação surgiu com a instituição dos “Grupos Escolares”, novo modelo de organização escolar no início da República, um modelo de escola graduada que, segundo Vidal (2006, p. 9) “[...] fundaram uma representação de ensino que não apenas regulou o comportamento, reencenando cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais)”.

Já para Cynthia Greive Veiga, os “grupos escolares não foram implantados de maneira uniforme em todos os estados brasileiros, embora estruturados mais ou menos da mesma forma – com prédios e equipamentos específicos, seriação, direção e inspeção centralizadas” (2007, p. 247).

Ressalta também Corrêa Filho que, com realização do programa inovador, os primeiros grupos escolares foram criados em Mato Grosso, um dos quais sob nome de “Escola Modelo” anexo à Escola Normal.

Ainda, no campo da inovação, destaca outro importante marco na educação brasileira com estabelecimento das condições para ser operado o “Jardim de infância”, ofertado às crianças de 3 a 6 anos de idade, as quais receberiam educação inicial, que lhes atendessem a cultura física, mental e moral.

Avalia o referido historiador do IHGMT que a reforma cuidou principalmente de firmar, em bases sólidas e bem traçadas, a educação popular, por meio do ensino primário, cuja difusão recebeu considerável impulso.

Feitas essas considerações, Corrêa Filho busca avaliar um dos regulamentos complementares que tratam da instrução pública como a “Reforma de 1910” - regulamento que veio para alicerçar as bases da instrução pública, constituindo-se em instrumento chave que propiciou desencadear uma série de ações e decisões, em especial para o Liceu Cuiabano, dando-lhe direção própria e independência enquanto instituição de ensino secundário, afastando-o do modelo ginásial e fixando-lhe o curso em cinco anos, sob a regência de 10 lentes e um professor, nas seguintes disciplinas: português, francês, inglês, latim, matemática elementar, física e química, geografia geral, corografia do Brasil, história universal, especialmente da América e do Brasil.

Já a Resolução n.º 713, de 20 de setembro de 1915, segundo Corrêa Filho, veio complementar o número de cadeiras, como as de alemão, lógica, psicologia e história da filosofia e aula de ginástica. Tal ordenamento autorizava o poder executivo a modificar o regulamento do Liceu, no sentido de equiparar o seu programa de ensino ao do Colégio Pedro II e de desfrutar as vantagens da equiparação ao Ginásio Federal.

Assim, com base na regulamentação complementar, a Escola Normal recebeu algumas alterações que lhe alongaram o curso para quatro anos, distribuídos por 8 cadeiras e 2 aulas. Revela ainda Virgílio que a escola normal permaneceu com o mesmo fim de mi-

nistrar educação teórica e prática necessárias àqueles que se destinam à carreira do magistério público do Estado. Outro instrumento legal apontado pelo autor, diz respeito a Lei n.º 689, de 25 de julho de 1914, que reservou o direito ao preenchimento efetivo das cadeiras de ensino primário por normalistas diplomadas.

Em modificações derradeiras, Corrêa Filho aponta ajustes feitos pelo reformador de 1910, Pedro Celestino Corrêa da Costa, que assumiu o Governo de Mato Grosso, pela segunda vez, a 22 de janeiro de 1922, que não se descuidou da instrução pública, autorizando a fiscalização das escolas por meio de inspetor remunerado, cargo criado pela Lei n.545, de 3 de novembro de 1921, serviço necessário, e também, da inspeção técnica, sustentada por bases mais amplas e metódicas.

Revela o autor, que Pedro Celestino, seu sogro, estabeleceu modificações ainda na Escola Normal com a simplificação do programa, extinção dos exames finais, substituindo-os como elemento de promoção dos alunos (Resolução n.º 862, de 16 de junho de 1922) com prêmio de viagem àqueles que se distinguiram no curso, pela média das notas constantes das provas mensais.

Segundo Corrêa Filho, Pedro Celestino, frente às reformas de seu governo, equiparou a Escola Modelo aos demais grupos escolares do Estado, reduzindo seu curso para 4 anos. E, a partir dessas modificações, ou seja, a equiparação entre os grupos, inclusive a Escola Modelo, e a Normal, criou o Curso Complementar de dois anos, por meio, do qual a transição do ensino primário para o secundário se fazia suave e metodicamente. Ainda, nessa perspectiva, expandiu a aplicação dos grupos escolares, pelo Sul do Estado, como em Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana, Miranda, aos quais colocou nomes de patronos ilustres. Porém, acrescenta o autor, que nem todos atuaram em igual

eficiência, mesmo que aparelhados para contribuir para melhor difusão do ensino em Mato Grosso.

O documento que reporta Corrêa Filho, no tópico intitulado “*O Decreto*”, é o de n.º 669, de 5 de junho de 1924, do governador Pedro Celestino Corrêa da Costa, considerando que os grupos escolares ao receberem algum título, estes deveriam ser escolhidos nos anais da pátria. Nesse sentido, considera que a denominação recomendável para tais estabelecimentos de educação e culto do civismo deveria ser o de homens notáveis veneráveis à posteridade, de preferência personagens cuja benemerência ainda estivesse sujeita a revisão e crítica dos contemporâneos. Segundo Corrêa Filho (2002, p. 53-54),

[...] considerando que entre os primeiros sobrelevam Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, capitães gerais que, fecunda magistratura, fundaram Corumbá e Miranda; Augusto Leverger, consumado geógrafo e hábil defensor de Cuiabá em grave conjuntura, que se lhe perpetuou na fé de ofício, nobilitada com o título de Barão de Melgaço. [...]

Nesses termos, Decreta:

Art. 1.º A Escola Modelo desta Capital passara a denominar-se de 13 de junho corrente em diante, Escola Modelo “Barão de Melgaço”, continuando anexa à Normal; O Grupo Escolar “Esperidião Marques”, o de Corumbá, Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque!; o de Miranda, Grupo Escolar “Caetano Pinto”; o de Aquidauana, Grupo Escolar “Antônio Antônio Corrêa”; o de Campo Grande, Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”; e o de Três Lagoas, Grupo Escolar “Afonso Pena”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrermos de forma panorâmica o texto sobre as *Questões de Ensino*, publicado nas *Monografias Cuiabanas*, percebe-se que se está diante de um homem de letras cioso das temáticas do seu mundo, que garimpa fontes e referências para a composição da sua narrativa. A escrita pauta-se pela busca da verdade dos fatos, do dado preciso, da forma perfeita de desenhar um retrato, um cenário. Nesse sentido, prevalece uma escrita sisuda, mas assentada em bases sólidas para se entender a história do ensino em Mato Grosso. Leis, decretos, resoluções e discursos políticos constituem o manancial para a tessitura da linguagem virgiliana, erudição que se constrói lapidando e acumulando pedras.

Intelectuais como Virgílio Corrêa Filho, no conjunto da sua arte escriturária, tiveram a missão de forjar uma narrativa reabilitadora do passado e da identidade do mato-grossense.³² Esse consócio do IHGB dedicou-se à pesquisa histórica de Mato Grosso, em diferentes caminhos e entradas, produzindo obras de referência para as gerações seguintes de historiadores, professores e alunos, como *Mato Grosso* (1920) e *História de Mato Grosso* (1969), apenas citando as de caráter mais genéricos. Segundo Franco (2009, p. 13-14), a escrita virgiliana também buscou resguardar o chamado sentimento de “cuiabanidade”, o culto aos defensores das fronteiras e a integração da história de Mato Grosso a história do Brasil (RIBEIRO, 2013; RIBEIRO 2015).

A historiografia mato-grossense, pautada pelo projeto intelectual do IHGMT, nascido em 1919, constituiria o momento de “invenção discursiva” de Mato Grosso e de sua história. Para Ludmila Brandão (2007), esse

32 Para Osvaldo Zorzato (1998, p. 16), “ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista, quando não da “melhor estirpe europeia”; e, ao invés de “sanguinários”, constroem as imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. No lugar de “preguiçosos”, colocam-se como gente adaptada à rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do “amor à terra natal”. Por fim, mesmo diante de situações adversas, se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência”.

foi o período no qual surgiram autores e obras que forjaram a ideia do Estado e da região. Virgílio Corrêa Filho, Estevão de Mendonça (1869-1949) e, posteriormente, seu filho, Rubens de Mendonça (1915-1983), seriam os nomes mais emblemáticos desta corrente interpretativa do passado de Mato Grosso.

Além do compromisso com os princípios de uma história factual e positiva, havia na sua escrita a demonstração evidente de uma forte “afetividade” e “pertencimento” pela região:

É destacável nesses autores, a vinculação afetiva explícita com a região, o forte patriotismo que marca todas as narrativas, o senso de injustiça sofrida pela região – por não ter sido devidamente valorizada na história do Brasil e na composição das forças políticas – e finalmente, a fé no futuro, quando então Mato Grosso viria a ser o que, por vocação, lhe foi destinado; forte e poderoso. Do ponto de vista da historiografia, trata-se em geral, exceções à parte, de uma história factual, positivista em certos aspectos. Há que se considerar também o curioso (mas não gratuito) trânsito entre a literatura e a história, uma vez que historiadores e escritores praticamente se equivalem nesse universo. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

De acordo com Marcos Lobato Martins (2008, p. 140-141), ao longo do século XIX e parte significativa do XX, a escrita da história regional no Brasil esteve vinculada aos trabalhos de memorialistas e historiadores do IHGB e de seus congêneres locais como o IHGMT. No decorrer desse tempo,

[...] viveu-se o auge das corografias, escritas quase sempre por membros dos institutos históricos, pessoas bem situadas nas hierarquias sociais e políticas de suas épocas. As corografias eram monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. Esses trabalhos tomavam como fundamento espaços bem recortados politicamente, que eram estudados em

si mesmos. O relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” era reduzido à descrição de impactos de grandes acontecimentos da história do país nos espaços subnacionais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias. Muitas vezes, os corógrafos tenderam a considerar as regiões e seus povos como dotados de características definidas e perenes, configurando um contexto histórico imutável.

Obras como a de Virgílio, embora marcadas pela sedução (ou necessidade) de celebração do *ethos* mato-grossense, forneceram até o final dos anos 1970 e início dos 1980, os traços e moldes (in)formativos para a elaboração dos manuais escolares e livros didáticos adotados nas escolas do Estado, quando não ocuparam a função de textos de consulta direta para crianças e jovens, nas aulas de História. Ao lado dos clássicos manuais de História do Brasil, de autores como Rocha Pombo (1857-1933), João Ribeiro (1860-1934), Joaquim Silva (1880-1966), Borges Hermida (1917-1995), dentre outros, esses livros dedicados às questões da “cor local” colocaram Mato Grosso como parte geneticamente vinculada à nação. Nas suas páginas eram forjadas uma nação-verdade (Brasil) e uma região-verdade (Mato Grosso).³³

Em larga medida, o autor de *Mato Grosso* seria o “Herodoto” do IHGMT, uma espécie de patrono da historiografia mato-grossense, eleito por uma memória institucional que procuraria preservar o *locus* privilegiado de produção do saber do grêmio local.

33 Em relação às possíveis articulações entre ensino de História e discurso nacional, cf. FONSECA, 2001, p. 91-121, BITTENCOURT, 2003, p. 185-204.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). *A História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 185-204.
- BRANDÃO, Ludmila. Para ler arte na rua. In: GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007, p. 9-18.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Rio de Janeiro: do projeto à prática. 1759-1834. *Revista História da Educação*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, p. 105-130, jul./dez., 1999.
- COMENIUS, Jan Amos. *Didática Magna*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Brasília, 1920.
- _____. Questões de Ensino. In: *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHG-MT, 2002. (Publicações Avulsas, 59).
- DOURADO, Nileide Souza. *Práticas educativas culturais e escolarização na capitania de Mato Grosso 1748-1822*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e Fonseca. “Ver para compreender”: arte, livro didático e história da nação. In: SIMAN, Lana Mara de Castro e FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 91-121.
- FREIRE, Silva. *Trilogia Cuiabana*. Presença na audiência do Tempo. Vol. I. Cuiabá: EdUFMT, 1991.
- FRANCO, Gilmara Yoshihara. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana*. Dourados: Ed. da UFGD, 2009.
- GALETTI, Lylia da Silva G. *Nos confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IGHB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 135-152.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses – I vol.* Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti 2012.

_____. *Datas mato-grossenses – II vol.* Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.

RIBEIRO, Renilson Rosa. A invenção discursiva de Mato Grosso nas páginas da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857): territórios e fronteiras. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, v. 08, p. 153-172, 2013.

_____. *O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro*: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860). Cuiabá: Entrelinhas, 2015

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Dicionário Biográfico mato-grossense: período colonial, 1524/1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

_____. *Luzes e sombras: Modernidade e educação pública em Mato Grosso. (1870-1889)*. Cuiabá: INEP/ EdUFMT; 2000.

_____. O Cenário Educacional de Mato Grosso no Século XIX e a Contribuição de Augusto Leverger. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, vol. 60, p. 17-32, 2002.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1966.

TRINDADE, Vilma Elza. Política, história e memória em Mato Grosso: *Virgílio Corrêa Filho. 1887-1973*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *O liberalismo demiurgo*: Estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.



Virgílio Alves Corrêa Filho
www.google.imagens.fgv.br Virgilio Corrêa Filho



Roquette-Pinto
<https://www.google.imagens.Geni.com>

DOIS AMANTES DA NATUREZA

TWO NATURE LOVERS

Nanci Leonzo

Professora Aposentada Mestre, Doutora e Livre Docente/USP. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História Social/USP. Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Medicina e Sociedade”. nleonzo@uol.com.br / nleonzo@usp.br

RESUMO – O cuiabano Virgílio Corrêa Filho já foi tema de artigos científicos, teses e dissertações. Sua vasta obra interdisciplinar, no entanto, ainda não se encontra devidamente estudada. O mesmo vale, incluindo pelo menos dois livros recentes, para um dos seus biografados: Edgard Roquette-Pinto, cujos ecos da morte repentina ainda se refletem em homenagens publicadas em diferentes tempos e lugares. Representando a *Revista Brasileira de Geografia*, onde publicou quase noventa artigos entre julho de 1939 e abril de 1963, Corrêa Filho não se omitiu diante da fatalidade que abalou, em 18 de outubro de 1954, a intelectualidade brasileira. Nesta publicação, incluiu o falecido médico-antropólogo no rol dos “*Vultos da Geografia do Brasil*” ali retratados. Ambos tinham algo em comum: o amor à natureza, evidente, sobretudo, nas descrições e narrativas sobre os sertões mato-grossenses. Uma confluência de interesses operou, portanto, na construção e publicação, em 1955, da pequena biografia de Roquette-Pinto, que se notabilizou, de início, pelos serviços prestados ao Museu Histórico Nacional (RJ). Para este último, Mato Grosso se constituía em “terra virgem”, desbravada por Rondon, personagem que ambos admiravam com idealismo e fervor.

Palavras-chave: Biografia. Natureza. Mato Grosso.

ABSTRACT – The cuiabano (native of Cuiabá) Virgílio Corrêa Filho has been the subject of scientific articles, theses and dissertations. However, his vast interdisciplinary work has not been duly studied. The same applies, at least concerning two recent books, to one of the people whose biography he wrote: Edgard Roquette-Pinto, whose sudden death is still remembered through tributes published at different periods and places. Representing the *Revista Brasileira de Geografia (RBG)* (Brazilian Geography Journal), where he published almost ninety articles between July 1939 and April 1963, Corrêa Filho did not refrain from mentioning the incident which affected the Brazilian intellectual elite. On October, 18 1954, the day of Pinto’s death, Virgílio Corrêa Filho included him in the group of the “*Brazilian Geography Icons*”, shown in the RBG magazine issue. Those two men had something in common: a love of nature, especially evident in the descriptions and narratives about the Mato Grosso State wilderness. Thus, a confluence of interests contributed to the preparation and publishing of the 1955 *Pequena Biografia de Roquette-Pinto*, (Short Biography of Roquette-Pinto), who was also known for his remarkable work at the Museu Histórico Nacional (National Historic Museum) (Rio de Janeiro). Mato Grosso was for him a “virgin land”, firstly cleared by Rondon, who both Correia and Pinto admired with idealism and fervor.

Keywords: Biography. Nature. Mato Grosso.

Certa vez, o intelectual cuiabano José de Mesquita (1892-1961) perguntou a Virgílio Corrêa Filho, então exercendo um importante cargo no governo de Mato Grosso, como conseguia conciliar suas atividades administrativas, exercidas entre 1922 e 1926, com a intensa produção de importantes ensaios sobre a história local. A resposta teria sido “expressiva”: “Pura questão de método” (Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 1957).

Não cabe aqui discutir o cartesianismo, característico de sua formação, perceptível nesta frase. Estudando a correspondência de Renée Descartes (1596-1650) com Constantyn Huygens, Christiane Vilain concluiu que o primeiro era, essencialmente, um humanista, ao mesmo tempo que engenheiro, poeta e livre pensador (VILAIN, 1998, p. 376). Quase o mesmo é possível afirmar sobre Corrêa Filho, o qual, relegando ao segundo plano o diploma obtido na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1908, voltou-se para as ciências humanas, opção formalizada pelo seu ingresso, em 1931, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sediado na mesma cidade. Ambos tinham algo em comum que me fez lembrar Fustel de Coulanges (1830-1889). Para este historiador francês, o verdadeiro patriotismo não se resumia ao amor pelo solo. Indispensável era cultivar o passado, que se concretizava no respeito pela atuação das gerações antecedentes (DELACROIX et al., 2012, p. 99). O conjunto da produção historiográfica de Mesquita e Corrêa Filho isto comprova.

O também cuiabano Virgílio Corrêa Filho, responsável pela publicação, na *Revista Brasileira de Geografia*, de quase noventa artigos, entre julho de 1939 e abril de 1963, não se omitiu diante da fatalidade que abalou, em 18 de outubro de 1954, a intelectualidade brasileira. Incluiu, nessa publicação, o falecido cientista Edgard Roquette-Pinto, nascido em 1894, no rol dos “*Vultos da Geografia do Brasil*” ali biografados. Para ele, o autor de *Rondônia*, obra laureada pelo IHGB, uma das instituições que os abrigava, não se tratava, apenas, de um *douto viajante*. Corrêa Filho descreveu-o como um notável escritor oculto no gabinete do *naturalista*. Referia-se aqui as suas atividades no Museu Nacional, como assistente da Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, iniciadas em 1905, após se submeter a um tumultuado concurso público (SOUZA, 2011, p. 53-58). Anos depois se tornaria chefe e professor

da referida Seção, ora dependente da Diretoria Geral da Agricultura. Nesta instituição cultural, da qual se tornou diretor, em 1926, se consolidaria sua carreira como antropólogo (ALMANACK LAEMMERT, 1914; 1929), já exaustivamente explorada. Tais atividades, entretanto, não o fizeram abandonar, de imediato, a medicina.

Equívocou-se Virgílio Corrêa Filho quando afirmou que Roquette-Pinto não se apressara para exercer a profissão de médico logo após sua formatura, em 1906, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda como acadêmico, foi contratado, por três meses, para servir extraordinariamente nos trabalhos de inspeção sanitária do Rio de Janeiro. A residência médica, na condição de interno da 2^a. clínica cirúrgica, foi realizada na Santa Casa de Misericórdia, onde atuou, depois de formado, durante oito anos, como médico adjunto, a partir de 4 de junho de 1908. No início deste mesmo ano foi nomeado, pelo Ministro de Estado e da Justiça, médico legista substituto da Polícia do Distrito Federal. Realizou diversas autópsias, e onde chegou a substituir, em determinado momento, um dos seus amigos e protetores, o médico e intelectual baiano Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947), que se licenciou, sob o pretexto de problemas de saúde, do cargo de diretor do Serviço Médico Legal, criado em 30 de março de 1907. Vale, ainda, ressaltar que, em novembro de 1911, repetiu Roquette-Pinto, em casa de um colega, a técnica de Robert Koch (1843-1910) para a coloração e posterior isolamento do bacilo “*mycobacterium tuberculosis*”, com vistas à confirmação, através de análises microscópicas, da doença que acometia um paciente. Nascia um microbiologista em clima de litígio, pois há indícios de que seu parceiro, um certo Luizinho, discordou do diagnóstico de tuberculose. Restou-lhe dirigir, diante de uma alegada violação dos “princípios de ética”, uma correspondência a, pelo menos, três bacteriologistas

do Rio de Janeiro, contendo a seguinte pergunta: “*Errei, afirmando à família desse doente que os bacilos delgados, moniliformes, corados e vermelhos que aí se acham destacados em fundo azul são os bacilos de Kock*”? Todos responderam o questionamento de maneira favorável, mas um deles foi categórico: “*Penso que você não errou*”. Tratava-se de Raul Leitão da Cunha, Professor da Faculdade de Medicina, proprietário de laboratórios de análises clínicas no Rio de Janeiro e dos quais Roquette-Pinto foi consultor científico desde a primeira metade da década de 40, época na qual estes estabelecimentos se tornaram representantes, no Brasil, da Commercial Solventes Corporation, sediada nos Estados Unidos e fabricante da penicilina G³⁴. O próprio Roquette-Pinto chegou a fundar, na década de 20, um laboratório similar que não teve êxito comercial. (ABL: ARP. Atuação Médica; Laboratórios Raul Leite S/A.; ALMANACK LAEMMERT, 1925). Estas e outras evidências encontradas em minhas pesquisas provam que o autor de *Rondônia* exerceu a medicina e realizou investigações laboratoriais, desde muito jovem, tendo a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos como docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O ano de 1912 foi decisivo, conforme apontou Virgílio Corrêa Filho, para Roquette-Pinto. Data de julho deste ano sua partida para os sertões de Mato Grosso para se encontrar com Rondon, que lhe enviou um telegrama com os seguintes dizeres: “*Seja bem-vindo à minha amada terra natal*” (ABL: ARP. *Antropologia*. Comissão Rondon). Sua admiração pelo futuro Marechal teria se iniciado em 1907. Três anos depois, ainda estudante de medicina, colaborara na campanha pela criação do Serviço de Proteção ao Índio, contudo, foi quando teve a oportunidade de ajudar o já famoso

34 Fleming iniciou suas investigações durante a I Guerra Mundial, mas identificou a penicilina somente em 1922, aperfeiçoando sua descoberta em 1928. SHRYOCK, Richard H. *The Development of Modern Medicine: an interpretation of the social and scientific factors involved*, p. 450-451.

“pacificador” na organização e classificação do material colhido durante as comissões militares e transportado ao Rio de Janeiro, que a amizade floresceu (BOJUNGA, p. 103). Não foi uma viagem em todos os sentidos agradável, mas, sem dúvida, proveitosa pelo desejado encontro com os Parecis e os e os Nhambiquaras, protagonistas de *Rondônia*, cuja *primeira* edição veio à luz em 1917. Em fins de outubro, Roquette-Pinto adoeceu com febre, dores no fígado vômitos e diarreia, permanecendo três dias somente comendo arroz; no final de semana conseguiu ingerir dois ovos. Aos poucos foi se acostumando com as “imundices”, como as observadas durante os insalubres traslados por planchas, quando os camaradas cuspiam, urinavam e despejavam detritos nas águas dos rios, tornando-as impróprias à bebida (ABL: ARP. *Antropologia*. Comissão Rondon. Caderno de Campo).

A divulgação de parte dos estudos realizados nessa viagem, finda em novembro de 1912, ocorreu por ocasião de uma conferência proferida, em 14 de março de 1913, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nela, Roquette-Pinto discorreu sobre os índios da Serra do Norte em Mato Grosso, merecendo, através de um cartão pessoal, um elogio especial do 1º. Secretário da mesma Sociedade de Geografia, José Arthur Boiteaux (*O SÉCULO*, RJ, 1913. ABL: ARP. *Antropologia/Comissão Rondon*). Virgílio Corrêa Filho menciona, nas páginas dos “*Vultos*” dedicadas a Roquette-Pinto, esta conferência, bem como a de 1915, quando o mesmo propôs o nome *Rondônia* para designar a região compreendida entre os rios Juruna e Madeira, atravessada pelas linhas telegráficas construídas sob a iniciativa de Rondon. Os dois últimos eram admiradores incondicionais do General, que alcançou fama internacional, sobretudo após acompanhar Roosevelt durante sua estadia nas selvas do Brasil. Contudo, quem se propôs a melhor avaliar, na época, a Comissão Rondon, ainda

que com certo exagero, foi o próprio Roquette-Pinto: “*Houve um Brasil antes de Rondon: em ciência foi o Brasil português; há um Brasil depois de Rondon: é o Brasil Brasileiro*”³⁵ (ROQUETTE-PINTO, s/d, p. 32).

O prestigiado militar, que chegou a ocupar o posto de Marechal, não acompanhou Roquette-Pinto em sua viagem a Mato Grosso, conforme admitiram pelo menos dois pesquisadores (SANTOS, 1998, p. 6; DUARTE, 2008, p. 272), embora, provavelmente, tenham se encontrado, no caminho, em lugar incerto (ABL. ARP. *Antropologia/Comissão Rondon*). Foi uma simples excursão organizada para concretizar a curiosidade investigativa de um amigo, conforme comprova um documento de autoria de Rondon, transcrito na dissertação de Mestrado da arquivista responsável pela catalogação do Arquivo Roquette-Pinto (SOUZA, 2015, p. 52)³⁶. Tendo que retornar ao Rio de Janeiro, o General designou como guia o antigo estudante da Escola Militar Antônio Pirineus de Souza, nascido em Goiás, de quem o autor de *Rondônia* guardou as melhores recordações, inclusive uma foto. Tornaram-se amigos. O então experiente Tenente de Infantaria Pirineus tomou parte na Comissão Rondon de 1907, dirigiu o serviço de transporte do material da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, do rio Juruena a Vilhena (setembro de 1911 a fevereiro de 1912), e se destacou, anos depois, como membro da Expedição Roosevelt-Rondon (1914). Desenvolveu missões delicadas como a reorganização do 27º Batalhão de Caçadores sediado em Manaus, que havia se sublevado (1927), integrando, também, a convite de Rondon, as forças em operação contra os rebeldes do Paraná e Santa Catarina (1924-1925). Além do mais, realizou a campanha contra os revolu-

35 Roquette Pinto preferia usar a expressão “brasiliano”, em lugar de “brasileiro”.

36 Não há nenhum relatório oficial dessa curta viagem, conforme a excelente publicação *OBRASIL pelos Brasileiros. Relatórios Científicos da Comissão Rondon*, 2016.

cionários paulistas, de 10 de julho a 22 de outubro de 1932. Por ocasião de seu falecimento, no Rio de Janeiro, na condição, desde 1933, de Coronel de Infantaria da Reserva, Roquette-Pinto utilizou sua crônica na “*Hora do Brasil*” para homenageá-lo, lamentando a indiferença com que os jornais trataram sua morte em 17 de fevereiro de 1936, com menos de quarenta anos de idade (LAVOURA E COMERCIO. Uberaba, MG, 1936; ABL.RP. *Antropologia*. Comissão Rondon) Na história construída – ontem e ainda hoje – sob a ótica dos grandes homens, tal como foi ensinada por Thomas Carlyle (1795-1881), subalternos, ainda que “valentes”³⁷, como Pirineus, não têm vez. Embora ele figure, de passagem, nas páginas de *Rondônia* (2^a. edição, 1919, p. 56), tudo indica que nenhum biógrafo de Roquette-Pinto lhe deu o devido destaque. Sem o auxílio de Antônio Pirineus de Souza, este livro jamais teria sido escrito.

Virgílio Corrêa Filho publicou, entre 1929 e 1965, diversos artigos sobre Rondon. Exaltou o geógrafo, o engenheiro e o indianista “afeiçoado aos irmãos que lhe necessitavam de amparo apostolar”, admitindo que Roquette-Pinto foi o responsável pelo ingresso, nos anais científicos, dos Nhambiquaras (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 3, 1961). Este último, por sua vez, em discurso pronunciado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1919, assim se referiu a Rondon:

Para nós, brasileiros civilizados, vossa obra tem ainda outra significação ainda maior: ela veio desmentir luminosamente os tristes pregoeiros da nossa decadência. (ABL. ARP. *Antropologia/Comissão Rondon*).

Infelizmente, Virgílio Corrêa Filho e seus sucessores biógrafos, com exceção de Ruy Castro, não ressaltaram

37 A expressão é de Roquette Pinto.

a postura patriótica e otimista de Roquette Pinto com relação ao Brasil, boa parte dela provocada pelos feitos de Rondon. Em carta escrita, em 30 de junho de 1923, ao amigo Luiz da Câmara Cascudo, o médico-antropólogo confessou que *Rondônia* era “filha caprichosa” de seu “alocado patriotismo” (ABL. ARP. *Antropologia/Comissão Rondon*). Uma década depois, já diante da ascensão súbita de Vargas ao poder, referindo-se, com base nos pressupostos filosóficos de Auguste Comte, ao “estilo nacional” de Euclides da Cunha, argumentou:

Sejam quais forem as tristezas do momento nacional, um fato por si só basta para que os irredutíveis crentes otimistas, como eu sou, considerem o futuro da nossa terra natal: as gerações que surgem pensam cada vez mais no Brasil. (ROQUETTE PINTO, s/d, p. 203).

Os paralelos entre *Os Sertões* e *Rondônia*, tangenciados por vários estudiosos, foram praticamente ignorados por Virgílio Corrêa Filho. Suas rápidas observações atribuíram aos seus consagrados autores, respectivamente, acesso à “fama” e “caminho para a glória”. No exame de *Rondônia*, objeto momentâneo de seu interesse, o engenheiro civil cuiabano, radicado no Rio de Janeiro e onipresente na vida cultural da cidade, serviu-se da literatura, da qual não era especialista, valorizando a narrativa e transcrevendo trechos das paisagens e dos modos de viver de sertanejos, tropeiros e indígenas. O livro de contos *Samambaia* pareceu-lhe mais significativo “não pela gravidade dos temas explanados” e sim pela “mobilidade e leveza de assuntos”. Tratava-se, em sua opinião, de uma obra que privilegiava “cenários e quadros” mato-grossenses. Coube-lhe destacar o conto *Mata Devoradora*, cujo personagem principal é um tropeiro conhecido como João Mineiro, que teria abandonado seu trabalho no Porto dos Bugres e partido em direção aos seringais para ganhar a vida, deixando uma noiva, que, durante sua ausência,

se engraçou com um forasteiro. No retorno, magro e doente, sucumbiu ao pé de uma figueira. Gênésio, o contador da história, assim a concluiu:

— É... A mata devora tudo!

E quando a gente volta, não acha, nunca mais, o que deixou...

(ROQUETTE-PINTO, 1934, p. 109-117).

Álvaro Lins, o mais citado biógrafo de Roquette-Pinto e que o substituiu, em julho de 1956, na Cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras, discordou de Virgílio Corrêa Filho. Para o novo acadêmico, o estilo literário e o científico compunham, em termos de linguagem, dois mundos, nem sempre comunicantes: “*Dos contos de Samambaia, em conjunto, tudo nos parece mal-nascido ou mal acabado*”, afirmou, surpreendendo, provavelmente, a plateia. Nada mais eram do que “*um mero divertimento de cientista*” (LINS, ABL. *Discurso de posse*, p. 3). Um tema, no entanto, os uniu: a admiração de Roquette-Pinto por Euclides da Cunha. Corrêa filho observou, em um dos seus principais livros, que o “*insigne escritor*” não conheceu Mato Grosso, vendo-o, apenas, por olhos alheios. Extrapolou na descrição da passagem de um terrível fenômeno climático, o que era perdoável em razão de sua admirável linguagem (CORRÊA FILHO, 1969, p. 38-39). Lins, por sua vez, sentiu-se impotente para avaliar o monólogo do cientista com Euclides da Cunha em um capítulo de *Seixos Rolados*, uma de suas mais famosas coletâneas (LINS, ABL. *Discurso de posse*, p. 7). Um fato, contudo, serviu para aproximar o intelectual cuiabano do cientista, como Roquette-Pinto era denominado pela imprensa já no início da década de 1920: a retirada de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras para evitar uma disputa com o arcebispo de Mato Grosso D. Aquino Corrêa (*DIÁRIO DA MANHÃ*, ES, 1926).

Os anos 20 foram gloriosos para o cientista. Viajou para Assunção a fim de assumir a cátedra de Fisiologia na Faculdade de Ciências Médicas do Paraguai, para a qual foi nomeado em 22 de maio de 1920. Lá permaneceu até o final do mesmo ano. Questões políticas que atingiram o comando da instituição de ensino e uma suposta enfermidade fizeram Roquette-Pinto pedir demissão do cargo e retornar à capital federal (ABL. ARP. *Educação*. Docência. FM do Paraguai). Reassumiu suas funções como Professor Livre-Docente da cadeira de História Natural, que exercia desde 1915, e, com o apoio do amigo Aloisio de Castro, ao tempo Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi nomeado para reger a cadeira de Fisiologia, área da medicina de seu particular interesse (ABL. ARP. *Educação*. Docência). Virgílio Corrêa Filho omitiu parte significativa destas informações, limitando-se a citar, além da viagem ao Paraguai, seu cargo de professor de História Natural da Escola Normal. Na verdade, desprezou quase tudo que se relacionava com suas atividades médicas. Não foi o único biógrafo a tomar tal atitude. Contudo, ressaltou sua participação em alguns eventos internacionais, como, por exemplo, os de 1924 e 1930, dando ênfase a dois projetos educacionais de Roquette-Pinto: a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923) e da Revista Nacional de Educação (1932). Mencionou, de passagem, a criação do cinema educativo.³⁸

A capacidade de Roquette Pinto para “sentir” e “aprender” as concepções de Goethe não foi, como era de se esperar, explorada por Virgílio Corrêa Filho. Faltava-lhe – como ocorreu com outros biógrafos – fundamentação filosófica para abordar tão complexo tema. Em sua formação inicial, mais técnica do que intelectual, não teria havido espaço para o contato com

38 Sobre os citados projetos ver os artigos de Moreira et al. e Schwarzman In: LIMA, et alii. *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Roquette Pinto*.

os pensadores alemães. Até mesmo Álvaro Lins, que conheceu pessoalmente Roquette Pinto em 1946, já idoso e desfigurado por uma doença reumática degenerativa, a espondilite anquilosante, pouco se referiu ao tema. Seu neto, em biografia recente, comentou a hipótese de que esta moléstia poderia ter se desencadeada após alguma infecção contraída em 1912, durante sua permanência em Mato Grosso (BUJUNGA, 2017, p. 159). Pura conjuntura. Na verdade, sua saúde era, desde a juventude, reconhecidamente delicada, como revela a carta, sem local e data, que lhe dirigiu um certo amigo de nome Sergio, perguntando se valia a pena empreender essa viagem diante do fato de que o mal que o afligia há muito ia além de uma “*afecção comum*” (ABL. ARP. *Antropologia*. Comissão Rondon). Já se sabia – ou pelo menos – se desconfiava, no início da segunda década do século XX, de que um achaque característico de uma grave doença poderia nele se manifestar a qualquer momento. Teria isto ocorrido em Assunção? Tenho dúvidas. No caso de Mato Grosso, acima narrado, há indícios de que o cientista sofreu apenas uma indisposição passageira.

Roquette-Pinto tem sido utilizado, de preferência, inclusive em estudos recentes e prestigiados, como um “*locus de conhecimento*”, isto é, um personagem “[...] *que permite traçar as características de um grupo social*”, seguindo as reflexões weberianas de uma renomada historiadora (LORIGA, 1998, p. 247). Tornou-se habitual, para alguns, incluí-lo, por vezes apressadamente, no rol dos eugenistas, embora uma conceituada brasilianista tenha salientado suas ideias divergentes com relação ao “*racismo estridente*” de seus pares (STEPAN, 2005, p 171-178). Menos abordada é sua predileção, desde a juventude, pelas concepções de Auguste Comte. Na realidade, nunca foi fácil elaborar a biografia de um contemporâneo. Que o diga um fiel discípulo, encarregado de escrever sobre o passado

comum com seu mestre e amigo, o notável Pierre Bourdieu (PASSERON, 2002, p. 17-91). Virgílio Corrêa Filho, por sua vez, um homem conciliador, sempre alinhado com o poder vigente (TRINDADE, 2001, p. 219), tinha noção de que corriam vários riscos, inclusive pelas recentes posições políticas de esquerda assumidas por Roquette-Pinto, totalmente contrárias as suas. A pequena biografia incerta nos “Vultos”, cita, sem juízos e comentários críticos, apenas alguns fatos pontuais da vida profissional do “*sábio antropólogo*”, conforme demonstrei, embora nenhum deles possa ser considerado insignificante. Seguiu, quase ao pé da letra, os ensinamentos de Carlyle. Ao finalizar seu curto texto, após acentuar que o biografado não se consagrou no mundo intelectual brasileiro pelas suas atividades como geógrafo, mencionou seu apreço por Goethe.

Eis um aspecto da vida do cientista pouco conhecido em seus detalhes, apesar de ter se manifestado através de homenagens, palestras e traduções dos fragmentos e obras do mais importante personagem de Weimar, Johan Wolfgang von Goethe (1749-1832). Coube a um judeu alemão foragido do nazismo e radicado, desde julho de 1941, no Rio de Janeiro, o escritor e jornalista Ernesto Feder, tornar público, através da imprensa carioca, o envolvimento de Roquette-Pinto com a cultura alemã. Até então, o fato era pouco divulgado. Em 1923 ele foi agraciado, pela Alemanha, com a “Grande Medalha de Goethe” e participou, ativamente, das comemorações pelo centenário de sua morte, chegando a plantar, neste ano, no jardim da ABL, uma rara malvácea, a *Goethea*. Feder mantinha relações de amizade com Roquette-Pinto e com ele partilhava a concepção de que Goethe era um verdadeiro “*poeta naturalista*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1944; JORNAL DO BRASIL, 1954; ECKEL, 2012, p.64)). Assim também se via, de certo modo, o cientista brasileiro, desde 1905, quando ingressou no Museu Nacional (JORNAL

DO BRASIL, 1951 e 1954). Acertou, portanto, Virgílio Corrêa Filho quando o denominou “*naturalista*”.

De acordo com Keith Thomas, nos séculos XVII e XVIII, os naturalistas estudaram a natureza em si própria, não se preocupando com seus usos humanos. Posteriormente, passaram a investigá-la a partir do pressuposto de que plantas e animais deveriam ser pesquisados “*enquanto tais, independentemente de sua utilidade ou significado para o homem*” (THOMAS, 2010, p. 127). Joachim Rakdau foi mais explícito ao afirmar que os românticos alemães cultivavam ideias sobre regiões selvagens e domínio da natureza pelo homem apenas sob o aspecto simbólico, nada contendo de praticidade (RADKAU, 1997, p. 236). Goethe teria sido um deles. Durante sua viagem à Itália, de 1786 a 1788, aperfeiçoou seus estudos botânicos, retomando-os quando voltou a Weimar (CITATI, 1996, p. 31-32). Roquette-Pinto, apesar de sua grande admiração pelo autor de *Metamorfose das Plantas* (1789) e de ter traduzido para o português, entre outros textos, o fragmento *A Natureza*, abraçou algumas concepções do geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), principalmente a de que o homem mantinha relações estreitas com o solo no qual vivia. Esta era uma das teses da chamada antropogeografia, expressão cunhada por Ratzel em 1882. Assim, o cientista brasileiro, explicou este novo ramo da ciência:

Cada fenômeno humano pode ser considerado de dois pontos de vista. O primeiro, ligado ao conhecimento do meio cósmico; o segundo preso ao meio social. Ambos interessam por igual aos que pretendem compreender a vida dos povos. Para mostrar a orientação definitiva do espírito moderno, basta ver como a exigência de documentos é cada vez mais acentuada nesses estudos, para os quais, outrora, a facúndia supria o conhecimento e as frases eram... fatos. (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 53-54).

Não há dúvida de que essa definição é demasiado simplista, conforme demonstrou, já no final do século XIX, Émile Durkheim (1858-1917). A antropogeografia não tinha como proposta tratar, genericamente, de todas as influências que o solo exercia sobre os homens. “*Certos efeitos*”, completou, “*atingem os indivíduos isoladamente, modificando sua constituição física e mental*”, relacionando-se, portanto, com a fisiologia humana e a psicologia. O seu principal interesse se constituía nas migrações humanas, definidas como “*o conjunto de movimentos em virtude dos quais as coletividades se agrupam e se distribuem sobre o solo a cada momento da história*”. Sob essa perspectiva, os fatores geográficos assumem, dentre outros, crucial importância, apresentando formas diferentes em razão de sua localização no globo terrestre. As ações dos rios, por exemplo, são análogas às do mar (DURCKHEIM, 1899, p. 5-9). Como não lembrar a importância que Virgílio Corrêa Filho, deu em seus escritos, aos rios mato-grossenses, sobretudo ao Paraguai? É aproximadamente esse o viés “metodológico” que o prestigiado membro do Conselho Nacional de Geografia adotou, com maior precisão, quase duas décadas depois, na monografia regional *Pantanaís Matogrossenses*. Preocupado com o desejável desenvolvimento das atividades produtivas locais, privilegiou a incansável luta do homem contra a natureza, que ele próprio tanto amava, mas cuja quase perene “*bruteza primitiva*” não podia ignorar (CORRÊA FILHO, 1946). Assim, um dos aspectos mais importantes contidos em vários artigos e obras de Virgílio Corrêa Filho é a sua predileção por um processo particular de historicidade³⁹ da natureza que abrangia, além da narrativa dos eventos históricos, geográficos e climáticos, devidamente documentados, um certo cuidado com a não transgressão da temporalidade linear e a crença no progresso socioeconômico.

39 Adoto o conceito de historicidade de Lefort: “a relação geral que os homens mantêm com passado e com o futuro”.

Contudo, na condição de biógrafo comprometido com o *status quo*, evitou se confrontar com presente. A conduta de Roquette-Pinto foi outra. Além de participar, em 1947, da fundação do Partido Socialista Brasileiro (antiga Esquerda Democrática), tornou-se colaborador do *Jornal do Brasil*, em 31 de julho de 1951, publicando, até sua morte, segundo o companheiro de ABL Múcio Leão, mais de trezentos artigos. A partir deste momento se transformou em um livre pensador, “*um humanista completo*”, no dizer de Peregrino Júnior (ABL Sessão de 24/09/1964), expressando, inclusive, em algumas oportunidades, sua cultura médica. Algumas publicações sob a rubrica “*Notas e Opiniões*” são autobiográficas. Assim, no texto de inauguração da coluna jornalística descreveu as plantações realizadas no seu “*Sambaqui de Nogueira*”, nome dado à pequena nesga de terra recentemente adquirida e cujo acesso se dava pela estrada de Petrópolis: um pé de pau-brasil e um pé de café, deixando para mais tarde uma seringueira do Amazonas, um pé de cacau da Bahia, um pé de mate no Paraná “*e outros amigos*”. Quase um mês depois, deixou-se levar pelo desânimo ao denunciar que a referida estrada estava perdendo seus maiores encantos: lindas florestas destruídas pela derrubada e pelo fogo. Criticou os “*abnegados capitalistas*”, que enriqueciam os museus de arte e não se dispunham a fundar um núcleo protetor das matas de Petrópolis. É óbvio que se referia a Assis Chateaubriand, que adquirira, no exterior, quadros famosos para exhibir no recém-fundado Museu de Arte de São Paulo. O desabafo do cientista é o de um verdadeiro naturalista: “*Desde que me entendo venho tomando parte sincera no coro das lamentações pela triste sorte das matas do Brasil*” (JORNAL DO BRASIL, 1951). Tal coro encontra-se, nos dias atuais, mais vivo do que nunca. Infelizmente, com alguns adeptos ferrenhos e quase nenhuma receptividade governamental.

Para obter uma visão de conjunto sobre o biógrafo e o biografado, optei pelo devotamento que ambos tinham, cada um a seu modo, pela natureza brasileira, hoje dotada de uma clara tendência a todo tipo de politização. Procurei não realizar uma simples “*elaboração aditiva*”⁴⁰ do passado de Roquette-Pinto reconstituído, parcialmente, por Virgílio Corrêa Filho. Limitei-me a completar informações, acrescentando quando necessário, uma ou outra correção. Não efetuei, também, uma leitura da paisagem pantaneira nos moldes previstos pela história cultural contemporânea (CORBIN, 1998, p, 102), o que não deixaria de ser extremamente atraente. Destaquei as opções políticas de ambos, mas não as aprofundei, embora entenda que influíram, de certa maneira, em suas apreciações sobre o aproveitamento, no caso de Corrêa Filho, e a preservação, no entender de Roquette Pinto, da natureza brasileira. Deparei-me, por um lado, com um conformista sempre apegado ao passado, impregnado de saudosismo e com tímidas propostas para o desenvolvimento da região pantaneira. E, por outro, com um otimista tornando-se, no decorrer dos tempos, um crítico pessimista do contexto político que o cercava. No entanto, não ignorei o fato de que ambos foram qualificados por seus contemporâneos como humanistas dotados de qualidades excepcionais. Roquette-Pinto, entretanto, plenamente inserido no mundo moderno pelo seu apego à ciência, diferenciou-se de Virgílio Corrêa Filho graças à influência pessoal exercida junto à população através do rádio educativo, do cinema e, posteriormente, do jornal. Possuía, repetindo Goethe, em um dos seus famosos diálogos com Eckerman, algo excepcional que o tornou, ainda jovem, um respeitado cientista: o “*olhar atento e exercitado*”. Continua à espera de uma biografia que dê conta, inclusive, de seus anos de velhice, por ele próprio tão lamentados.

40 A expressão é de Reinhart Koselleck.

REFERÊNCIAS

Fontes

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Arquivo Roquette Pinto*.

Pastas:

- Antropologia/Comissão Rondon/R 002, 005 e 078.
- Antropologia/ Comissão Rondon. dv 017. Hora do Brasil” de 20 de fevereiro de 1936: “Crônica científica do Prof. Roquette-Pinto” e dv 029. “Discurso pronunciado a 12 de outubro de 1919 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro”.
- Antropologia. Comissão Rondon/R 016. Caderno de Campo de Roquette-Pinto (outubro e novembro de 1912).
- Ata da sessão acadêmica de 24/09/1964. Aniversário de dez anos da morte de Roquette-Pinto.
- Atuação Médica: 1903, 1908 e 1911.
- Educação. Docência. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
- Educação. Docência. Faculdade de Medicina do Paraguai
- Laboratórios Raul Leite S/A, 1942 e 1945.

Periódicos

ALMANACK LAEMMERT. Rio de Janeiro, 70 (1914), 81 (1925) e 85 (1929).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 669, 13 de agosto de 1944, p. 4. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 173, 28 de julho de 1951, p. 3; 175, 31 de julho de 1951, p. 5; 42, 19 de outubro de 1954, p. 6 e 11; 269, 21 e 22 de novembro de 1954, p. 1 e 2.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 18887, 20 de outubro de 1954, p. 6 e 18910, 2º. Caderno, 17 de novembro de 1954.

DIÁRIO DA MANHÃ: órgão do Partido Constructor, ES, 335, 26 de novembro de 1916, p. 1.

LAVOURA E COMERCIO. Uberaba, MG, 7154, 27 de fevereiro de 1936, p. 2.

O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 3032, 17 de maio de 1957, p. 3.

O SÉCULO. Rio de Janeiro, 2017, 14 de março de 1913, p. 3.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Wanderbilt Duarte de. Considerações sobre a visualização de um geógrafo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 148 (354), p. 1-140, jan-mar 1987.
- BOJUNGA, Claudio. Roquette-Pinto. *O corpo a corpo com o Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.
- CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. tradução de Antônio Ruas. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- CASTRO, Ruy. *Roquette-Pinto: o homem multidão*. s/l., s/d.
- CITATI, Pietro. *Goethe*. Tradução Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 97-110.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais Matogrossenses (Devassamento e ocupação)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Conselho Nacional de Geografia, 1946.
- _____. Vultos da Geografia do Brasil: Edgard Roquette-Pinto. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 17 (3):, p. 91-94, julh-set. 1955. Disponível em [rbg_1955_17_n3.pdf](#)
- _____. Vultos da Geografia do Brasil: Rondon. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 23 (3), p. 105-108. Disponível em [rbg_1961_23_n3.pdf](#)
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969.
- COTTINGHAM, John (Org.). *Descartes*. Tradução de André Oides. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.
- DELACROIX, Christian, DOSSE, François, Garcia, Patrick. *Correntes Históricas na França: séculos XIX e XX*. Tradução Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- DESCARTES. *Discurso do método*. Tradução de Paulo Neves. Introdução de Denis Lerrer Rosenfield. Porto Alegre: L&PM, 2017. (Coleção L&PM POCKTE, v. 458)
- DUARTE, Regina Horta. Roquette-Pinto viajante. In: LIMA, Nisia Trindade; SÁ, Dominich Miranda de (Orgs). *Antropologia Brasileira*

- na: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 271-294.
- ECKERMANN, Johann Peter. *Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida: 1823-1832*. Tradução Mario Luiz Frungillo. São Paulo: EdUnesp, 2016.
- EGERTON, F.N. *A history of the ecological sciences early greek origins*. Bulletin of the Ecological Society of America, 82 (1):, p. 3-97, 2001.
- ECKL, Marlen. A flor do exílio – a amizade de Stefan Zweig e Ernest Feder vista a partir do Diário Brasileiro de Feder. *WebMosaica*. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagal, 4 (2), p. 61-70, jul-dez, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos de Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; EdPUC-Rio, 2006.
- LEFORT, Claude. *As formas da história*. Ensaios de antropologia política. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí. Revisão Renato Nicolai. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- LINS, Álvaro. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*. Disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/alvaro-lins/discurso-de-posse>.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Vera Rocha. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998, p. 225-249.
- SIQUEIRA, E. M.; QUIXABEIRA, F. M.; ÁVILA, L. P. de. *O Brasil pelos Brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon*. Cuiabá, MT: Carline Caniato, 2016.
- PASSERON, Jean-Claude. Morte de um amigo, fim de um pensador. Paris-Marselha, novembro de 2002. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu* (Coords). Tradução Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005, p. 17-91.
- PORTER, Roy. *The greatest benefit to mankind*. A medical history of humanity from antiquity to the presente. London: Fontana Press, 1999.
- RADKAU, Joachim. The worship of nature and the tacit feeling for nature in the history of german forestry. In: TEICH, Mikulas;

PORTER, Roy; GUSTALSSON, Bo (Eds). *Nature and society in historical contexto*. Cambridge University Press, 1997, p. 228-239.

RIBEIRO, Leonídio. *Afranio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edição Conde, 1950.

ROQUETTE PINTO, E. Rondônia. 2 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

_____. *Seixos rolados* (Estudos Brasileiros). Rio de Janeiro, 1927.

_____. *Samambaia*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1934.

_____. *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d. (Brasiliana, vol. 290)

_____. “e cientistas do Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominich, Miranda de. *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto* (Orgs.). Belo Horizonte; Rio de Janeiro: EdUFMG; Fiocruz, 2018, p. 23-32.

SANTOS, Ricardo Ventura. *A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: os sertões e a medicina antropológica do Museu Nacional*. História. Ciências, Saúde-Manguinhos. Versão *on-line*. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000400013>

SOUZA, Juliana Amorim de. *Roquette-Pinto imortal: constituição, tratamento e usos do Arquivo Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Rio de Janeiro: PGV/CPDOC, 2015.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SHRYOCK, Richard Harrison. *The delopment of modern medicine na interpretation of the social and scientific factors involved*. London: The University of Wisconsin Press, 1974.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Tradução Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. (Coleção História e Saúde)

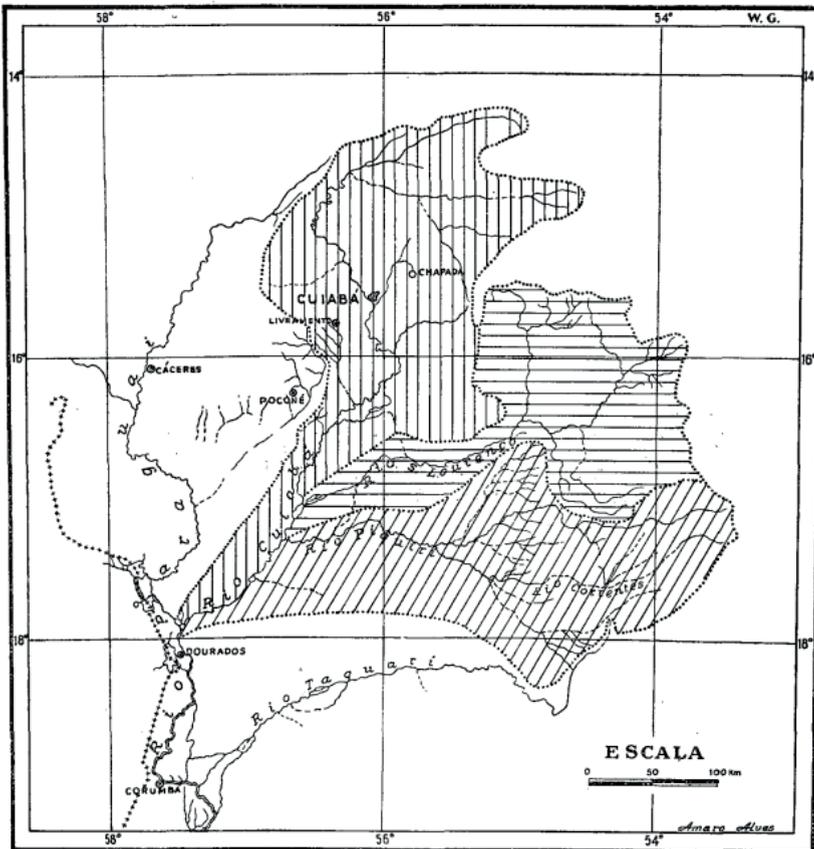
THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução João

Roberto Martins Filho. Consultor da edição Renato Janine Ribeiro, Consultor dos termos zoológicos Márcio Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Companhia de Bolso).

TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)*. Campo Grande, MS: EdUFMS, 2001. (Fontes Novas). Ciências Humanas.

VILAIN, Christiane. Descartes, correspondant scientifique de Constantyn Huygens. *Revue d'Histoire des Sciences*, 51 (2-3), p. 373-379, 1998.

Esboço das condições atuais da confluência transfigurada (1942)



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, jan-mar 1942, p. 15

CUIABÁ, AFLUENTE DO PARAGUAI, NA PERSPECTIVA DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

CUIABÁ, AFLUENTE PARAGUAY, IN THE PERSPECTIVE
OF VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Suíse Monteiro Leon Bordest

Geógrafa, Mestre em Geografia, Doutora em Geociências, Membro
efetivo do IHGMT desde 1997. bordest@uol.com.br

RESUMO – O texto tem como principal objetivo apreciar registros de autoria de Virgílio Corrêa Filho no artigo titulado: “*Cuiabá, afluente do Paraguai*”. A obra por ele realizada recupera dados fornecidos por antigos viajantes, e analisa fenômenos em redes hidrográficas a que chamou de “*leitos erradios*”. De suas observações, publicadas no ano de 1942, resgatam-se referências de ocorrências de **capturas fluviais** na bacia do Cuiabá, como inegável contribuição sobre ações geomorfológicas, onde a dinâmica da natureza tem grande influência e pode acarretar intrigantes consequências econômicas e sociais.

Palavras chave: Capturas Fluviais. Rio Cuiabá. Rio São Lourenço. Rio Paraguai.

ABSTRACT – The main objective of the text is to appreciate the records of Virgílio Corrêa Filho’s authorship in the article entitled “*Cuiabá, affluent of Paraguay*”. His work recovers data provided by former travelers, and analyzes phenomena in hydrographic networks that he called “*beds erradios*”. From his observations, published in 1942, references are made to occurrences of river catch in the Cuiabá basin, as an undeniable contribution to geomorphological actions,

where the dynamics of nature have great influence and can lead to intriguing economic and social consequences.

Keywords: River catch. Rio Cuiabá. São Lourenço River.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal apreciar o importante registro do notável historiador e engenheiro Virgílio Alves Corrêa Filho, que no ano 2017 comemora 130 anos do seu nascimento, uma promoção do IHGMT. Trazemos a lume breve comentário do texto de sua autoria intitulado “*Cuiabá, afluente do Paraguai*”, uma publicação da Revista Brasileira de Geografia RBG de 1942. Tal registro destaca sua relevante contribuição à abordagem geomorfológica das capturas fluviais. Sua estrutura é composta por 5 subcapítulos: Leitões Erradios, Boca Brava, Depoimento valioso, Luta de Rios e Tarigara.

Nascido em Cuiabá, em 1887, onde fez os primeiros estudos, mais tarde, Corrêa Filho fixou residência definitiva no Rio de Janeiro, onde realizou o curso superior em Engenharia e integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual foi, por muitos anos, seu Secretário Geral. Faleceu nessa cidade, no dia 11 de setembro de 1973, tendo sido velado na sede do IHGB.

Um conjunto de produções na área das Ciências Humanas e Sociais, ao lado de muitas peças literárias no campo político, fez de Corrêa Filho um dos mais importantes historiadores de Mato Grosso e do Brasil. Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras, (AML), instituições onde muito colaborou com serviços e produção intelectual.

Para homenageá-lo nesta edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (RIHG-

MT), n. 79, destacamos uma de suas obras, “*Cuiabá, afluente do Paraguai*”, na qual consubstancia notícias e reflexões chamando a atenção para o fenômeno dos *leitos erradios* ou das *capturas fluviais*, frequentes nas áreas pantaneiras, com imprevisíveis consequências.

Nesse memorável artigo, publicado na Revista Brasileira de Geografia n. 1, jan-mar. de 1942, Corrêa Filho foi um dos pioneiros no registro e estudo de fatos da história e geografia mato-grossense, chamando a atenção para o caso: ***Qual seria o principal rio a desaguar no Paraguai?*** Incôgnita a ser desvendada pelos primeiros bandeirantes setecentistas e que perdurou por muito tempo: o

Ao iniciar sua explanação, o autor noticia que, quando os bandeirantes setecentistas ultrapassavam proximidades do paralelo 18° Sul, ao deixar o rio Paraguai, entrava no seu afluente, por eles denominado de **Porrudos**, o mesmo nome dos índios que povoavam suas cabeceiras, conforme informados na época por Antônio Pires de Campos, que escravizava tribos indígenas da região.

No sentido geográfico, Corrêa Filho lembra que, afastando da morraria, que nesse trecho, ladeia o rio principal, a oeste, o caudal penetra na amplidão dos pantanais, que se transforma em imenso lençol líquido nas cheias anuais.

Nas vizinhanças da latitude 17°20’ Lat. Sul, o curso d’água ao bifurcar-se, de novo, em curiosa forquilha, um dos braços ia ter aos domínios do gentio Cuiabá, de que tomou o nome; o outro braço provinha mais a leste das serranias, onde em suas cabeceiras se refugiavam os índios **Porrudos**, remanescentes da raça outrora dominadora.

Pergunta Corrêa Filho (1942, p. 3):

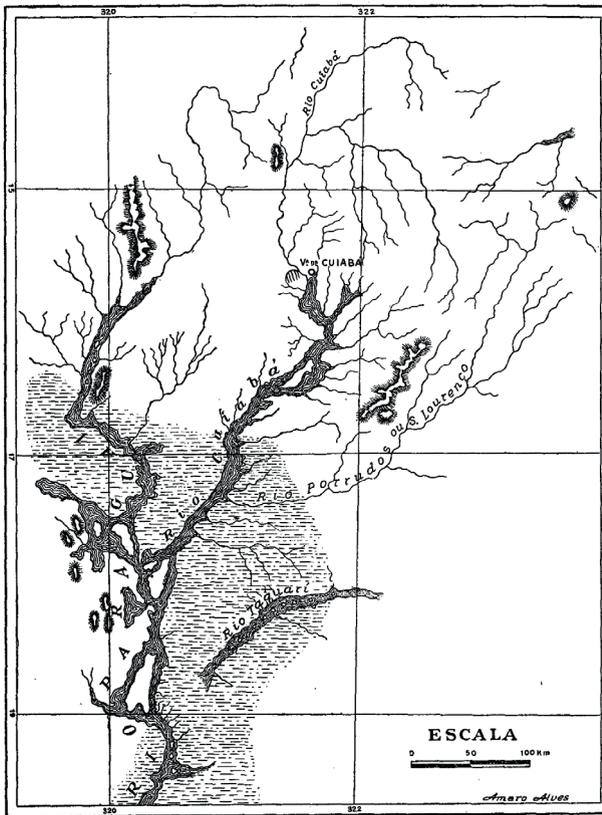
“Qual dos dois galhos seria o principal, cujo nome deveria persistir até desaguar no rio Paraguai?”

Frente ao impasse, “os sertanistas, pelo tino prático, sem cogitações doutrinárias, que prescrevem as condições exigíveis de cabeceiras formadoras, decidiram-se a

favor do braço oriental, na aparência mais considerável, de que o outro, em cujas margens as minas de ouro fixaram núcleo estável de povoadores, classificar-se-ia como simples caldatário”. (CORRÊA FILHO, 1942, p. 4).

Contrariamente, se posiciona a carta oficial “Mapa Geográfico da Capitania de Mato Grosso”, elaborado no ano de 1802, por ordem do Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que prolonga o rio Cuiabá até a margem esquerda do rio Paraguai, enquanto o outro seria seu tributário. (CORRÊA FILHO, 1942, Fig. 1, p. 4).

Figura 1 – Mapa Geográfico da Capitania de Mato Grosso, elaborado pelo capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1802)

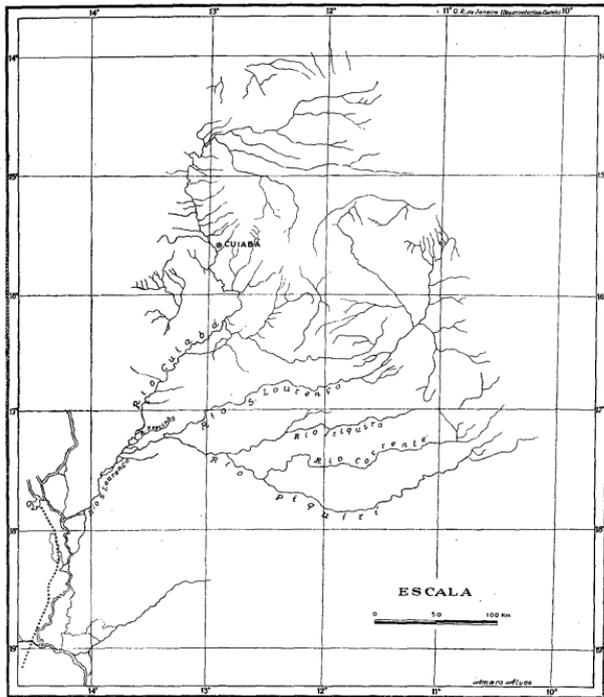


Fonte: Revista Brasileira de Geografia, jan-mar 1942, p. 4

Na sequência, lembra Corrêa Filho (p. 5), a versão generalizada, porém, firmou a tradição bandeirante, consoante a qual escreveu Leverger, que detinha indisputável autoridade no assunto: “Enfim, daí a três milhas lança-se o Cuiabá no São Lourenço, com um curso de 235 milhas desde a capital, ou 447 de curso total”.

E, páginas adiante, ao tratar da barra seguinte: “Finalmente, descendo mais meia légua, chega-se a foz do São Lourenço, que entra em um braço do Paraguai formado por uma ilha”. (CORRÊA FILHO, 1942, Fig. 2).

Figura 2 – Mapa Geográfico da Província de Mato Grosso, organizada por Francisco Antônio Pimenta Bueno (1880)



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, jan-mar 1942, p. 5

Endossou os ensinamentos de Leverger, o mapa de Pimenta Bueno de 1880, no qual “se espelhariam os resultados das explorações geográficas até essa data realizadas”. (CORRÊA FILHO, 1942, p. 6)

Assim considerado, conforme este autor, “[...] objeção alguma diminuiria o primado adquirido pelo São Lourenço, se remodelação, incessante naquelas paragens, não lhe tivesse golpeado o barranco de maneira impressionante”. (CORRÊA FILHO, 1942, p. 6).

No que tange aos **Leitos Errádios**, a investigação minuciosa de Corrêa Filho, no início do século XX, recupera fatos e fenômenos relativos ao conhecimento de mudanças de leitos em bacias hidrográficas da região. A esse fenômeno chamou de “leitos errádios”.

Atestando o fato, escreve Virgílio, “[...] não obstante em menores proporções, o fenômeno (leitos errádios) repete-se de contínuo, como evidenciam **alguns exemplos** fornecidos pelos geógrafos que perlustraram a região em várias épocas e até as ocorrências por assim dizer contemporâneas” (CORRÊA FILHO, 1942, p. 8).

Em 1754, José Custódio de Sá e Faria, de acordo com Manuel Antônio de Flores, chefes respectivamente da 3ª Partida de Limites por parte de Portugal e de Castela, assinaram o termo de ereção do marco da boca do Jauru, em que se lê informativa declaração.

Fomos os dois comissários e cosmógrafo, com o oficial que havia vindo de Cuiabá, e navegando o rio acima pelo Paraguai, a curto espaço chegamos a uma boca de riacho tapada com erva, a qual disseram os práticos de Cuiabá e Mato Grosso, que era a boca antiga do **Jauru**, que mais acima estava a que servia atualmente para desaguar o dito rio Paraguai; passamos adiante, e entramos por ela, e pelo rio Jauru até duas léguas para dentro...

O remanescente do velho desagadouro transformara-se em corixo, destinado a sumir, aterrado gradativamente pela colmatagem, que o entrançado de plantas hidrófilas apressava desmedidamente, enquanto o novo se abria a mais e mais, até absorver a vazão total.

Igualmente, observaria Lacerda e Almeida, quando em 1786 participou da comissão exploradora do rio Paraguai.

Uma légua e três quartos abaixo do Dourado está a boca do Chené, a que chamam rio Chené; e eu, pelo que tenho ouvido dizer, lhe chamo boca austral do rio Porrudos: a entrada contudo deste furo no Porrudos já está tapada, e se não navega mais por ela”. E, em outra referência: “seria a passagem para ela (lagoa) a de que fala o velho Claro, aquela mesma, mas já tapada pelo tempo; o que não é para admirar, pois este rio é muito sujeito a tapagens. (ibidem, p. 6).

Decorrido mais de um século, caberia a Leverger mencionar ocorrência análoga, em paragens mais setentrionais, onde notou: “Com milha e meia de marcha encontrou-se a grande e alagadiça ilha de Uacurutuba, separada da do Piraim por um braço de rio, que já foi o canal, mas hoje está quase intransitável. O outro da esquerda é estreito, sinuoso em alguns lugares e muito tortuoso”.

E, adiante, ao rematar a descrição do Cuiabá, ainda anotaria igual tendência do rio a mudar continuamente de leito: Daí a três milhas lança-se o Cuiabá no São Lourenço, com um curso de 235 milhas desde a capital, ou 447 de curso total. Não há muitos anos, ainda não era essa a foz do Cuiabá, e sim, meã (meia) milha, abaixo, no local hoje conhecido pelo nome de Barra Velha. “Tal fenômeno se repete por diversos tributários do Paraguai. Há, porém, o caso mais recente que pôde ser acompanhado neste século” (século XX).

Corrêa Filho vislumbrou um acidente inédito a partir das elevações de Melgaço “[...] para jusante, o rio (Cuiabá) bifurca-se em dois galhos, entre os quais se encontra a ilha do Piraim, cuja banda oriental se retalha incessantemente e recompõe, mercê da mobilidade dos canais que a flanqueiam” (CORRÊA FILHO, 1942, p. 7).

No início do século XX, já se notava à margem esquerda do Cuiabá a **boca do Guató** que, a pedido dos ribeirinhos interessados na manutenção do regime

existente, o governo do Estado forcejou por tapar, a princípio com entrocamento de pedra conduzida de longe, e, mais tarde, com estacas de madeira.

Fortalecido o barranco artificialmente, em certo ponto, rasgava-se, adiante, como prova da sua inconsistência diante do dinamismo da correnteza. “Por fim, bastou cheia mais volumosa do rio para inutilizar a escassa vantagem alcançada e alargar a derivação, pela qual, em curto prazo, escoar-se-ia toda a descarga fluvial”. (CORRÊA FILHO. 1942, p. 7).

Devido ao desvio das águas, a usina de Porto Urbano passou a sentir a escassez de água corrente, assim como os moradores de Atibaia, a jusante: “A quantidade de água se torna insuficiente para manutenção da rota de navios de conhecida linha de navegação”. (IBIDEM).

O Cuiabá mudara de álveo, através da “Boca do Guató”, que o levou pelo “Correr d’Água”, desviando, em longo trecho, do Uacurutuba, como este procedera em relação ao mais antigo, referido por Leverger.

Referindo-se, ao século XIX, esclarece Corrêa Filho que,

[...] as transformações apontadas, porém, por mais apreciáveis que sejam, e expressivas das particularidades dos rios da bacia paraguaia, cujo caimento se mantém diminuto por longas distâncias, não se comparam com a que modificou inteiramente as características potamográficas do São Lourenço neste século.

Já não se tratava apenas da tendência divagante do rio, como ocorreu com o Cuiabá, que recua de contínuo para leste, nas vizinhanças do Uacurutuba, mas de transformação mais radical.

No subcapítulo intitulado **Boca-Brava**, escreve Corrêa Filho (1942, p. 8):

Rolavam mansamente os dois rios as suas águas, em leito separado, habitualmente, ou confundidos nas inundações dos pantanais interjacentes, quando, pelo fim do século passado, acima da barra do

Piquirí, a uma distância aproximadamente igual à que a separava da confluência imediata, a jusante, rompeu insidioso furo pela margem direita do S. Lourenço. [...] Não obstante de calibre diminuto, a princípio, o nome, que o distinguiu, “Boca-Brava”, indicava expressivamente a violência da evasão lateral, que, uma vez iniciada, iria progressivamente aumentando até engolir o rio inteiro. [...] Insignificante desnível bastou para alterar a vazão do rio, cujo volume já não seguirá, como outrora, pelo caixão debruado de mata verdejante, que moveria Pimenta Bueno a declarar convicto: [...] o rio São Lourenço da foz à colônia, oferece, em qualquer estação do ano, navegação muito melhor do que o rio Cuiabá à capital.

Importante observar, todavia, que por essa época (1880), esta via bandeirante era frequentada pelos navios que mantinham a comunicação regular, de Corumbá para cima, ao passo que a primeira não oferecia a mesma segurança à travessia pelas terras dos bororos, índios ainda refratários ao convívio civilizado, que só mais tarde deporiam as armas, com que hostilizavam os seus domínios.

Fatos históricos, lembrados por Corrêa Filho, no subtítulo **depoimento valioso** indicam que no final do século XIX, após a pacificação dos Bororos, que permitiu o loteamento das terras até então praticamente vedadas à ocupação pacífica, ao ser assinada a primeira concessão de terras naquela zona, outras já seriam as circunstâncias.

Relata Corrêa Filho que corria o mês de novembro de 1893 quando o agrimensor incumbido da respectiva medição executou a sua tarefa, iniciada, justamente, na bifurcação incipiente e ao cabo da qual resumiu as suas impressões de observador sagaz:

Todo esse terreno (ao longo do desaguadouro, por cerca de nove km) hoje imprestável, parece ter sido, em outro tempo, campos de excelentes pastos, tornando-

-se brejo, depois que se abriu esse furado do S. Lourenço, cujas águas sem canal para dar-lhe saída os alagam por tanto tempo, inutilizando-os. Prova isso a quantidade de madeiras como cumbaru, vinhático e outras que só se encontram em terreno alto.

A ocorrência potamográfica sintetizava-se pelo topônimo que a individualizava:

Boca Brava” chamar-lhe-iam os brancos assustados com o tumultuar dos filetes, que doidamente rompiam o equilíbrio hidráulico do canal primitivo, e, favorecidos pelo **desnível**, maior do que no velho leito, embarafustavam pela abertura inesperada, em movimento turbilhonar, cuja força viva apressaria a desagregação das paredes laterais, como do fundo.

Outra denominação entrou a circular entre os Bororos, aldeados nas vizinhanças, que aplicaram ao rio nascente o título de “Tarigara”, destinado a perdurar, com prejuízo do outro, cuja significação correspondeu apenas à primeira fase do fenômeno.

Sobre luta de rios, escreve Corrêa Filho (1942, p. 9):

Não era ainda rio, quando recebeu tal batismo na linguagem bororiana. Mas, a sangria lateral, sugada pela **Boca Brava**, iria incessantemente avultando, de ano para ano. Cada enchente, de velocidade acrescida, contribuiria para alargar a abertura, de possível tapagem nos primeiros tempos, quando não se aprofundara ainda a cava do incipiente desaguadouro.

E, continua: “O seu traçado iria definir-se através de depressões, que evidenciavam, entre o Cuiabá e o S. Lourenço, facilidade impressionante de ligação espontânea, como a baía dos Guatós, da Capivara, dos Coqueiros, do Bonfim e sem número de corixos”. (CORRÊA FILHO, 1942, p. 10).

Antes que se canalizasse, entretanto, a irrupção de crescente descarga, evadida do S. Lourenço, espriar-se-ia pelas baixadas próximas, às tontas, sem rumo aparente. (ibidem, p.10)

Relata Corrêa Filho que, “por volta de 1901, um fazendeiro estabelecido próximo à Barra do Piquiri, resolveu subir o S. Lourenço, em batelão de calado escasso”. Passou pela Fazenda Pindaival, estendida pelo pontal formado por aquele rio e o Piquiri. Durante a viagem vários episódios denunciavam o definhamento do rio (S. Lourenço). O qual acabara por secar, completamente.

Da “Boca Brava” para jusante, o S. Lourenço apenas tomava água nas grandes cheias.

Tarigara, nesse contexto hidrográfico, é mais um episódio relatado por Corrêa Filho (1942, p. 11): “E enquanto definhava o S. Lourenço, mercê da perda progressiva do volume captado em bacia imersa, avultava o seu sucessor, que lhe tomaria a opulenta descarga, à proporção que lhe reduzisse a influência na toponímia”.

Tarigara era a princípio, simples sangradouro que enchia na época das cheias anormais. Minúsculo tributário, que, valeu-se da força viva nas cheias periódicas, para aumentar gradativamente sua calha. E, à medida que fixava seu leito, surgia nas suas margens, por longa extensão, vegetação característica, de que lhe revestem as margens por longas extensões.

Como observa o autor: “Não obstante vitorioso no tomar as águas do S. Lourenço, a ponto de secar-lhe completamente o leito, não seria fácil ao Tarigara canalizá-las de improviso por outros rumos”. (CORRÊA FILHO, 1942, p. 12)

Adiante, referindo-se aos sedimentos inconsolidados: “A própria depressão, de sedimentos frouxos, que lhe favorecera o desenvolvimento, iria retardar-lhe a fixação do curso”.

Outra importante observação de Corrêa Filho refere-se ao fato de quando começou o rio a ser navegado pela “Rosa Bororo”, lancha da Inspetoria dos Índios, e “Treze de Junho”: “O viajante que deixar Cuiabá, pouco abaixo do Aterrado, e transmontar-lhe a correnteza, sentirá abrirem-se desmedidamente os horizontes, mal limitados

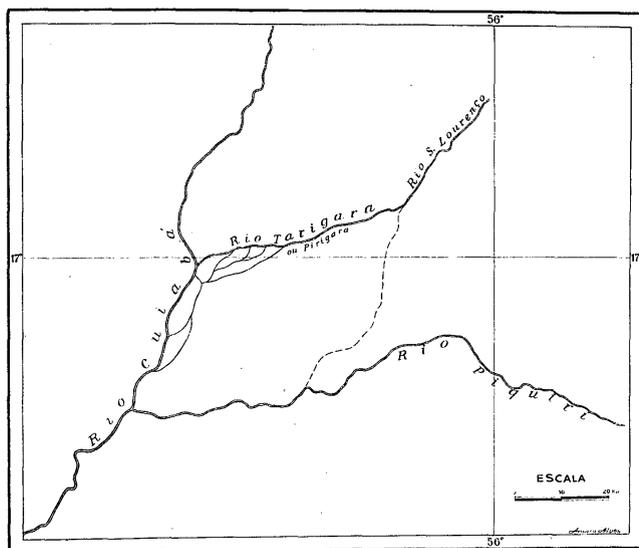
por escassos capões marginais de guanandis e cambarás que ao longe aparentam contínua faixa azulada”.

Escreve Corrêa Filho (p. 13): “E enquanto se constituiu o Tarigara, (rio que não tem manadeiros) o São Lourenço, que lhe cedeu às águas, perde, com o próprio nome, a sua antiga individualidade, e só se mantém vivo de Boca Brava para montante, às mais altas cabeceiras.”

Daí para jusante, o leito velho, até o encontro de Piquiri, serviu de paciente cenário à agonia do rio, que de ano para ano sentiu diminuir o seu movimento e volume, até se converter em corixo morto, que somente nas grandes cheias recebia águas correntes, transbordantes da capacidade do Tarigara.

Por fim, o próprio corixo sumiu, tornou-se amplo vale seco:

Figura 3 – Mapa Geográfico dos divisores das águas dos três rios



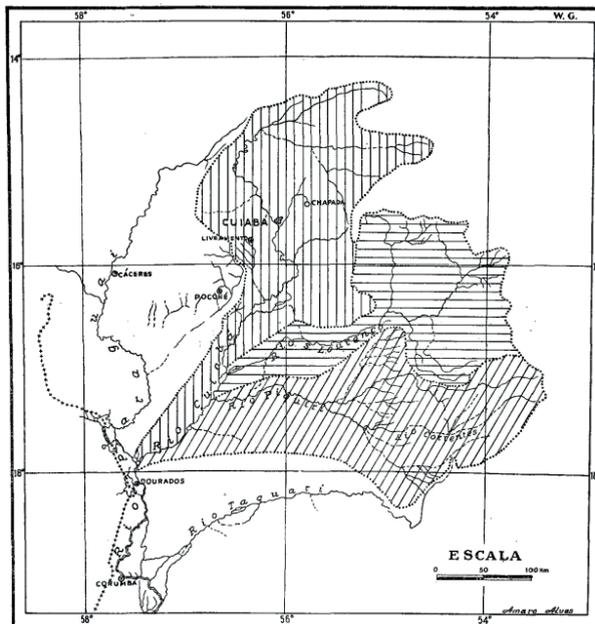
Fonte: Revista Brasileira de Geografia, jan-mar 1942, p. 16

Ao sul, o rio Piquiri ostenta sua libertação do jugo lourenciano, reduzindo-se a área de captação e de sua bacia hidrográfica.

Nessa condição conclui Virgílio,

[...] se antigamente ainda poderia questionar dos direitos do rio Cuiabá à supremacia toponímica, até a junção com o Paraguai, hoje em dia nenhuma dúvida resultará dos fatos observados, depois que o São Lourenço perdeu a própria individualidade, substituída, no curso inferior, pelo Tarigara, ao mesmo tempo, que se lhe reduzia o volume, em virtude da separação do Piquiri.

Fig. 4 - Esboço das condições atuais da confluência transfigurada (1942)



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, jan-mar 1942, p. 15

O rio S. Lourenço já não coleta no trecho pontilhado que secou, e desviado pelo furo de Boca Brava, perdeu o nome. E, assim vão separadamente desaguar no Cuiabá o Piquiri, cujo leito proporcionado ao volume de outrora, sobra para sua própria descarga, e o Tarigara, avatar do S. Lourenço, que não logrou ainda alargar a sua cava, por maneira que evite as sangrias laterais destinadas o amplo coletor cuiabano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando o artigo, retoma Corrêa Filho (1942):

A realidade potamográfica, pois, naquele trecho já não justifica a permanência da terminologia tradicional, que perdeu de todo a sua significação. E, assim, atualmente deve ser considerado o rio Cuiabá afluente da margem esquerda do Paraguai, a que leva as próprias águas, já misturadas com as do Piquirí, recebidas em calha regular, e as do Tarigara, cujo leito não se fixou ainda, para conter toda a descarga do S. Lourenço, cuja herança usurpou, em singular golpe de captura hidráulica. (1942, p. 16).

Vale lembrar que, atualmente o rio Tarigara é mais conhecido como Pirigara.

Entre outros esclarecimentos o presente artigo de Corrêa Filho, descrito em 1942, trás importante informação sobre o processo do desvio natural de um rio para o canal de outro rio, que na linguagem geomorfológica é tido como o processo das **capturas fluviais**. Fenômeno esse bastante amplo na morfogênese pantaneira, onde as águas se espraiam nas cheias anuais.

Lembramos que qualquer que seja o fenômeno das capturas fluviais, estas mostram a luta incessante pela drenagem entre bacias fluviais vizinhas, luta que desloca constantemente as linhas de partilha das águas. A bacia do rio mais favorecido pelo declive, pelas precipitações e pela natureza do solo deve alargar-se a custa dos concorrentes menos felizes.

Christofoletti, citando William Morris Davis (1896) e Christofoletti (1975), comenta no seu livro Geomorfologia Fluvial (1981, p. 135):

“Na literatura geomorfológica, a captura fluvial corresponde ao desvio das águas de uma bacia fluvial para outra, promovendo a expansão de uma drenagem em detrimento da vizinha. A captura representa processo na modificação de drenagem, constituindo fenômeno descrito desde longa data, tornando-se clássico o

trabalho de William Morris Davis (1896) sobre os rios Meuse e Moselle, na França. O arranjo e disposição espacial dos cursos de água constituem o principal critério para se inferir a existência de capturas fluviais, embora a interpretação dos aspectos evolutivos do acontecimento se baseie no estudo de mapas e em pesquisas de campo. Em termos gerais costuma-se classificar os tipos de ocorrência de capturas fluviais como ligados à absorção, ao aplainamento lateral, ao transbordamento, ao desvio subterrâneo e ao recuo das cabeceiras”. (CHRISTOFOLETTI, 1981).

Apesar da complexidade do fenômeno, pode-se dizer que no caso da captura do S. Lourenço pelo rio Cuiabá ressalta-se a captura por transbordamento, que se realiza quando um curso de água, recebendo carga muito elevada de sedimentos (colmatagem), entulha o seu leito elevando-o até um nível superior dos colos mais baixos que separam seu vale dos adjacentes. O curso de água vai oscilando sobre a planície de inundação e casualmente pode atravessar um dos colos e desviar para o vale vizinho. Efetuando o transbordamento, a maior declividade existente no trecho ocupado pelo novo traçado fará com que a erosão seja mais intensa e o entalhamento redundará na consolidação do novo percurso fluvial.

Vários exemplos de capturas fluviais podem ser apontados no mundo e no território brasileiro, enquadrados nesse esquema interpretativo sob as pressuposições da teoria davisiana.

Já, no contexto da teoria do equilíbrio dinâmico, considerando o rio como sistema aberto, funcionando através do fluxo de matéria e energia, há possibilidade para se reformular o tema sobre as capturas fluviais.

A teoria *deversement*, explica a captura como sendo devida a uma diferença de nível existente entre dois rios, resultando o lançamento do rio mais alto no mais baixo.

Finalizando, com o artigo “Cuiabá, afluente do rio Paraguai” Virgílio Corrêa Filho ao dialogar com

viajantes de épocas memoráveis, recupera representações potamográficas voltadas à bacia do Cuiabá. Nos detalhes do texto patenteiam-se ocorrências de ações geomorfológicas das capturas fluviais, onde a dinâmica da natureza tem grande influência e pode acarretar intrigantes consequências econômicas e sociais. Nesse contexto o autor esclarece porque o título deste texto não seria endossado por navegadores bandeirantes desses rios lendários, os quais não atinando para exigências de cabeceiras formadoras, entre outras condicionantes que determinam a grandeza de rios, decidem-se apenas pela aparência mais considerável.

REFERÊNCIAS

CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Capturas Fluviais*. In: *Enciclopédia Mirador Internacional*, São Paulo, v. 5, ano 1975.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Geomorfologia Fluvial*. São Paulo: Edgard Blucher, 1981.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Cuiabá, afluente do Paraguai*. *Revista Brasileira de Geografia* ano IV, n.1, janeiro-março de 1942.

DAVIS, William Morris. “La Seine, La Meuse et La Moselle”, A. d. G., 1895.

DE MARTONNE, Emmanuel. *Panorama da Geografia*, Lisboa: Edições Cosmos, 1953. (Volume I)

MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda. *Mapa Geográfico da Capitania de Mato Grosso em 1802*. Faltou complemento

LACERDA e ALMEIDA, Francisco José. *Diário de reconhecimento do rio Paraguai*. Faltou compemento

PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. *Carta da Província de Mato Grosso*, organizada em 1880 (por Francisco Antônio Pimenta Bueno, Tenente Coronel do Estado Maior de 1ª Classe). Faltou compemento



Curso Panorâmico de História do Rio de Janeiro: 23 de setembro de 1964, no Automóvel Club. Conferência do Prof. Américo Jacobina Lacombe. Da esquerda para a direita: Dr. Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Gal. Estevam Leitão de Carvalho, Prof. Marques dos Santos, Virgílio Corrêa Filho, Dr. Américo Jacobina Lacombe, Embaixador José Carlos de Macedo Soares (Presidente do IHGB), Dr. Rodrigo Otávio Langaard de Menezes, Dr. José Wanderley de Araújo Pinho e Dr. Pedro Calmon

Fonte: Arquivo do IHGB-RJ. Foto Marta Marta Saboya da Costa apud TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973*. Campo Grande, MS: EdUFMS, 2001, p 20. (ISBN 85-85917-70-9)

A LITERATURA HISTÓRICA DE MATO GROSSO E SUA INTERFACE COM A HISTORIOGRAFIA NACIONAL, SOB A ÓTICA DE VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO

LA LITERATURA HISTÓRICA DE MATO GROSSO Y
SU INTERFAZ CON LA HISTORIOGRAFÍA NACIONAL,
BAJO LA ÓPTICA DE VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO

Elizabeth Madureira Siqueira
(Doutora em Educação, Mestre em História, Presidente do IHGMT,
membro da AML e Curadora da Casa Barão de Melgaço.
bethmsiqueira@gmail.com)

RESUMO – A obra de Virgílio Corrêa Filho é digna de elogios, uma vez que tudo que ele escreveu se reveste de inegável competência. O artigo em questão trata-se de uma palestra por ele proferida no ano de 1937, no interior da Federação das Academias de Letras (RJ), enquanto representante de Mato Grosso. Essa peça literária e histórica revela as preferências de Corrêa Filho no bojo da produção da época referente a Mato Grosso. Tudo tem início com as escritas coloniais, perpassando pelo cenário imperial e finalizando nas primeiras décadas da República. O mais interessante são as escolhas de Virgílio, os trechos privilegiados e os autores contemplados. Misto de literatura e história, a conferência revela, creio que em primeira mão, essa interface interessante.

Palavras-chave: História. Literatura. Mato Grosso.

RESUMEN – La obra de Virgílio Corrêa Filho es digna de elogios, una vez que todo lo que él escribió se reviste de innegable competencia. El artículo en cuestión se trata de una conferencia que él pronunció en el año 1937, en el interior de la Federación de las Academias de Letras (RJ), como representante de Mato Grosso. Esta pieza literaria e histórica revela las preferencias de Corrêa Filho en el seno de la producción de la época referente a Mato Grosso. Todo comienza con las escrituras coloniales, pasando por el escenario imperial y finalizando en las primeras décadas de la República. Lo más interesante son las elecciones de Virgilio, los tramos privilegiados y los autores contemplados. Mucho de literatura e historia, la conferencia revela, creo que de primera mano, esta interesante interfaz.

Palabras clave: Historia. Literatura. Mato Grosso.

No ano de 1937, Virgílio Corrêa Filho proferiu uma interessante palestra, junto à Federação das Academias de Letras, intitulada *Influência de Mato Grosso na Literatura Brasileira*, publicada na Revista da Academia Mato-Grossense de Letras (Ano VI, 1938, p. 20-44). O sentido de Literatura utilizado no texto diz respeito tão somente à produção historiográfica gerada sobre Mato Grosso ao longo dos séculos XVIII e XIX. Logo no início, Corrêa Filho justificou tal assertiva: “Não se lhe apontará o influxo das letras regionais na evolução do pensamento brasileiro, presunção que transbordaria os limites da tolerância, mas simplesmente o reflexo literário dos céus e cenários de Mato Grosso, onde medrou o mais genuíno rebento dos povoadores bandeirantes setecentistas” (RAML, ano VI, 1938, p. 21). Tomando por base de inspiração a Lagoa dos Xaraiés, de onde emanavam, livres, sonhos e fantasias, os escritores produziram uma literatura envolta em possibilidades, transmutando-se em verdadeiras lendas, “[...] cujas miragens se traduziam em lendas estonteantes, propagadas até São Vicente” (Ibidem). Essa escrita estava iluminada pela esperança de um novo Eldorado, o que produzia nos mamelucos paulistas o destemor “[...] que lhes permitia varar os sertões impérvios, como se estivessem palmilhando os rincões de sua querência” (Ibidem, p. 22).

Aqueles que se dedicaram a escrever realisticamente suas impressões, a exemplo de João Antônio Cabral Camelo, estamparam uma escrita coalhada de pessimismo, na medida em que, além dos inúmeros perigos enfrentados no confronto com os até então desconhecidos grupos indígenas locais, não haviam eles encontrado o ouro necessário para fazer sua fortuna. Referindo-se ao cronista Cabral Camelo, Corrêa Filho assim avaliou o sentido pessimista de sua literatura: “Aventureiro, que sacava contra o futuro, na compra de escravos a crédito, para indenização com o resultado

das minas, não encontrou em Cuiabá o metal que o levara a empreender a travessia perigosa, através dos pantanais infestados de Paiaguás temíveis. Desiludido, gravam-se-lhe na retentiva, de preferência, os aspectos mais sombrios, que lhe sugerem comentários desanimadores” (IBIDEM).

É nesse momento que Virgílio Corrêa Filho lança dois signos distintivos dos mamelucos paulistas: os aventureiros, que adentravam ao sertão com o intuito de somente “encher as algibeiras” e retornar ao Planalto piratiningano, e os que chegavam e ali permaneciam, estabelecendo uma relação simbiótica com os sertões de Mato Grosso, como foi o caso de José Barbosa de Sá: “[...] arguto licenciado, que deitou raízes na vila sertaneja, onde sucumbiria a 20 de maio de 1779, menos de um ano depois de ter ultimado a sua pormenorizada *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. É o iniciador da historiografia cuiabana, cujo ensaio mereceu as honras de ser adotado como a verdadeira narrativa dos sucessos contemporâneos” (IBIDEM).

Mesmo tendo sido a escrita barboseana emoldurada pelo temor, sofrimento e fome, Corrêa Filho não a qualifica enquanto discurso pessimista, mas, contrariamente, imprime ao seu olhar um tom realista e sempre otimista, ao contrário da mensagem deixada pelos forasteiros de primeira hora: “É o depoimento pontual de quem assistiu às lutas com os indígenas, implacáveis na vingança contra o invasor de seus domínios, e padeceu, como os demais, as consequências da fome, doenças e irrefreável prepotência de governantes desabusados” (IBIDEM, p. 23).

Os escritos de José Barbosa de Sá, mesmo tendo sido redigidos antes da Provisão Régia de 20 de julho de 1782, que obrigava aos camaristas dar notícia das efemérides nos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, foi a mesma incorporada *ipsis litteris* nos citados

Anais e enriquecidas com as anotações marginais de Diogo de Toledo Lara Ordonhez, à época, a mais alta autoridade judicial das Minas cuiabanas.

Segundo Paulo Pitaluga Costa e Silva (1990),

Somente o contestou Diogo de Toledo Lara Ordonhez¹, que em fins do século XVIII, às margens do livro original dos *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá*², na parte que Joaquim da Costa Siqueira copiou *ipsis litteris* Barbosa de Sá, anotou alguns poucos erros do cronista. Mas os documentos oficiais, na época de Ordonhez, ainda estavam bem guardados nos arquivos da administração colonial, e esse culto Juiz de Fora de Cuiabá, pode ainda consultá-los e compará-los com o relatado por Barbosa de Sá. Todavia, essas falhas apontadas por Ordonhez, não passam de meros descuidos históricos, que não podem em absolutos ser considerados erros crassos e flagrantes, prejudiciais à autenticidade e correção de nossa história mato-grossense. Em absoluto os erros cometidos por Barbosa de Sá e apontados por Ordonhez, interferem na análise, interpretação e entendimento dos princípios da história de Mato Grosso.

Os *Anais*, aparentemente escritos em região muito distante, segundo Virgílio, circularam, em pelo Brasil colonial através de diversas cópias, visto terem sido transcritos, no século XIX, nos *Anais da Biblioteca Nacional* (RJ), e veiculado nos mais importantes centros intelectuais brasileiros. Sua consulta foi farta, com destaque para o eminente historiador Capistrano de Abreu, um dos precursores no estudo do sertão brasileiro, porém, ele não referenciado a contento, o que ocorreu na escrita de outros autores da História do Brasil colonial.

É interessante referenciar que Virgílio Corrêa Filho mencionou, como de autoria de José Barbosa de Sá, nessa recuperação historiográfica, somente a *Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus*

princípios até os presentes tempos, e somente em sua História de Mato Grosso (1969) citou os Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais, escritos por José Barbosa de Sá nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1769. Esses escritos, bastante extensos e de uma erudição e cientificidade notáveis, foram referenciado, anos antes, por Ramiz Galvão, em seu Catálogo da Exposição de História do Brasil, publicado pelos Anais da Biblioteca Nacional, volume 9, de 1881/1882 (COSTA E SILVA, 1999, p. 77),

Papavero e outros, em *Os capítulos sobre animais dos “Dialogos geograficos, chronologicos, politicos, e naturaes” (1769) de Joseph Barboza de Saa e a primeira monografia sobre a fauna de Mato Grosso*. (São Paulo, *Arquivos de Zoologia*, p. 75-154, 2009), considera os *Diálogos* enquanto:

[...] sua obra magna, entretanto, os *Dialogos Geograficos, Chronologicos, Politicos, e naturaes*, de uma grande erudição, concluída em Cuiabá em 1769, permanece inédita em sua totalidade. Apenas os capítulos referentes à história natural, constantes de um manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foram publicados por Papavero, Teixeira & Pujol-Luz (1999a, b, c, d, e, f), Papavero, Figueiredo, Teixeira & Pujol-Luz (1999), Teixeira, Lorini, Papavero &

Pujol-Luz (1999) e Teixeira, Papavero & Pujol-Luz.

Em *A ideia de natureza em José Barbosa de Sá, com especial referência às plantas*, Rafael Dias da Silva Campos e Christian Fausto Moraes dos Santos (2015, p. 519, ponderam que:

Barbosa de Sá partilhava esse universo em que o papel do estudioso do mundo natural era compreender a construção divina. Para o advogado licenciado, Deus havia criado as frutas com o específico objetivo de oferecer alimentos às pessoas:

Mandou Deus que brotasse a terra ervas e lenhos pomíferos para sustento e conservação do sensível bando sem o que não podia existir pela pensão do sustento a que sujeitou, obrando nessa produção tantas variedades, quantas convinha para demonstração do divino poder, eterna liberdade, perfeição da natureza, ornato da terra e finalmente um erário aonde depositou um dos tesouros com que nos dotou. (SÁ apud PAPAVERO, p. 400v-401r).

Já Maria Gabriela de Araújo Guimarães, em sua dissertação de Mestrado, *A América Portuguesa vista de Mato Grosso: Os Diálogos de José Barbosa de Sá (2ª metade do século XVIII)*, defendida no Departamento de História da Universidade Portocalense (2013, p. 7), informa a existência de um manuscrito similar dos *Diálogos* junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), catalogado sob o nº 235, cujo título é *Diálogos geográficos coronológicos políticos e naturais*, escritos por José Barbosa de Sá, em 1769, a partir de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Segundo a pesquisadora,

Trata-se de uma longa dissertação sobre o sertão, que a quase totalidade dos portugueses de então desconhecia, mesmo os nascidos em solo americano. O autor dedicou-o a Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador e capitão-general de Mato Grosso¹. Ele considerava esse governador como o astro que iluminou essa longínqua região, que classificava como “*a mais incógnita da América*”, propondo-se esclarecer vários aspetos, como, por exemplo:

- O que é a América e onde se acha
- As províncias (ou regiões) em que se divide
- A descrição das suas costas e portos marítimos
- As gentes que as habitam e seus costumes
- Finalmente, que minerais, animais e plantas aí existem.

Esclarece e alerta ainda a mesma estudiosa que “Na verdade, o catálogo da BPMP, ao inventariar este manuscrito escreve: ‘Foi todo copiado por ordem do Comendador Lisboa, em 1861’, portanto, quase um século após a sua gênese. É possível até que o copista tenha cometido alguns erros de transcrição. Não sabemos. Isso, contudo, em nada diminui, a nosso ver, o seu interesse e valor documental” (GUIMARÃES, 2013, p. 10). Escrita ao arremedo de uma conversa, os *Diálogos...* tratavam de uma interlocução entre dois personagens, o que indagava e o que respondia, como esclarece a historiadora Guimarães (Ibidem, p. 8):

Nestes textos apareciam duas (ou mais) figuras, expondo uma delas as dúvidas e dificuldades que gostaria de ver esclarecidas e a outra (normalmente mais velha e sabedora), ia respondendo. Esta graduava a dificuldade das questões, aumentando-a progressivamente, em função das matérias. Desse modo se urdia um discurso menos monótono e mais motivador. O jovem fazia-se eco da ignorância ou da curiosidade dos seus contemporâneos. E o discurso do ancião ia-o conduzindo ao conhecimento seguro. Este artifício literário constituía um meio de informar, mas igualmente de formar, uma vez que, de forma subtil, se iam deixando à consideração do leitor valores, princípios, modelos de acção e, sobretudo, normas e paradigmas a que deveria submeter-se todo o súbdito de um Estado iluminado e civilizado, como se julgava ser o Portugal de então. Nisso os seus agentes se distinguiam do gentio americano ou do homem rude do sertão, esse ainda bárbaro, inculto e de costumes primitivos.

Acrescenta ainda a mesma autora em sua dissertação:

[...] As duas figuras coloquiantes encarnam em um “proyecto varam”, cheio de experiências e de bom senso, de nome Felino e num jovem académico, um filósofo, cheio de curiosidade, de nome Polívio.

O estudante pergunta e o ancião vai respondendo. A magna questão, perante isto, é saber-se onde Barbosa de Sá a adquiriu. Como autodidacta não é crível. Estudou, sem dúvida em qualquer escola. Mas onde? Não sabemos. Em relação a isso, não podemos passar de especulações. (GUIMARÃES, 2013, p. 20).

Francisco Adolfo Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, publicada no ano de 1981, fez referência à existência de um manuscrito dos *Diálogos...* junto à “[...] Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) e que para aí foi levado por sequestro do recheio da casa de Balsemão (a de Luís Pinto de Sousa Coutinho). Acrescentou ainda que o ms. consta de 816 fólios e que a cópia que dele existe no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi adquirida por sua recomendação” (GUIMARÃES, 2013, p. 11-12 *apud* VARNHAGEN, *ibidem*, p. 277, nota 50).

Retomando os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, anos mais tarde, outro cronista, Joaquim da Costa Siqueira, deu continuidade aos escritos de Barbosa de Sá junto ao citado documento, porém, segundo Corrêa Filho, eram novos tempos, quando Cuiabá já se impunha enquanto a vila mais importante do período, uma vez que a maioria dos capitães-generais que vinham para Mato Grosso permaneciam ali durante meses, antes de se dirigir para Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital. Os escritos de Costa Siqueira foram redigidos em um ambiente:

[...] mais equilibrado em sua economia e trato social, que permitiria a quinzena festiva de agosto de 90 em homenagem ao ouvidor benquisto. Cavalhadas e contradanças, de que participaram galãs “vestidos à maruja”, alternaram-se com representações de comédias, óperas e tragédias, em que o elemento feminino, tradicionalmente mantido na reclusão do lar, era substituído por figurantes masculinos.

Aspásia na Síria, Inene, Saloyo Cidadão, Zenóbia no Oriente, D. Inês de Castro, Amor e Obrigação, Zaira, O tutor enamorado, Ésio em Roma, entre várias peças teatrais, evidenciaram a vocação artística dos admiradores do magistrado, transfigurados em lances trágicos e cômicos.

E também pela convivência de individualidades inclinadas ao cultivo das letras, que em breve prazo logravam improvisar apreciável espetáculo de amadores, gabado por Lara, depois que, transferido para São Paulo, já não necessitava dissimular as verdadeiras impressões causadas pelos seus jurisdicionados da ouvidoria mato-grossense. Exaltou, a propósito, a “habilidade dos filhos de Cuiabá, o gosto com que se empenham e a eficácia dos seus ensaiadores”. (IBIDEM, p. 24).

Virgílio atribuía o empenho cultural dos moradores de Cuiabá ao fato de essa vila ter sido preterida como capital: “A vila sertaneja diligenciava compensar o primado administrativo, em que fora preterida pela finalidade política de Vila Bela, por maior dedicação aos problemas culturais, que lhe constituiria a mais interessante característica em qualquer época” (Ibidem).

Ao reforçar a elevada projeção cultural cuiabana, lembrou Corrêa Filho da figura de Augusto Leverger, que dignificou Mato Grosso nas letras e nas pesquisas que realizou. Enamorado de Cuiabá, o Barão de Melgaço ali fixou residência, se casou e onde também faleceu. Sua residência, anos depois de seu falecimento, foi cedida ao Estado por suas descendentes, e, no ano de 1931, Antonino Mena Gonçalves doou o imóvel, pelo tempo em que as duas instituições sobrevivessem, ao Instituto Histórico e Geográfico e à Academia Mato-Grossense de Letras, onde as mesmas se encontram sediadas até a atualidade, em franca e dinâmica atividade.

Outro erudito que estudou Leverger foi Taunay: “[...] ninguém o igualou em devotamento à Província

adotiva, a que serviu com a pena e a espada. [...] tanto fizera e com tamanho senso e precisão, que despertaria a admiração do mais notável de seus biógrafos, nada menos que o Visconde de Taunay, que lhe começou a descrever os feitos, em dramáticas circunstâncias” (IBIDEM, p. 25).

Centrando agora em Taunay, Virgílio o apresenta como um jovem prenhe de imaginação, descrevendo inúmeras cenas da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a exemplo da *Retirada da Laguna*:

[...] pela sua feição dominante de epopeia militar, que narra as peripécias de uma arrancada imprudente, salva do aniquilamento completo, pelo heroísmo de lutadores destemerosos, escassa margem abriria ao contemplativo [...] Mato Grosso, entretanto, com o poder sugestivo dos seus cenários singulares, diferentes de tudo quanto vira até então, avivou-lhe a fantasia, acaso ainda contida pelos regulamentos militares, com tamanha intensidade, que o fez conquistar, surpreendente nomeada.

Associaram-se indissolúvelmente, desde o primeiro lance, o talento descritivo de Taunay, hábil no manejo da palheta opulenta de tons, e a natureza mato-grossense, que jamais deixaria de atuar-lhe na mente criadora.

E por isso a glória do Visconde de Taunay, Mato Grosso inclui em seu patrimônio intelectual, por força do quinhão que lhe cabe. (IBIDEM, p. 27).

Mesmo tendo concentrado apenas nas duas obras de Taunay, *Retirada da Laguna* e *Inocência*, Virgílio elencou um rol de bons escritos desse autor, a exemplo de *Visões do Sertão*, *Mato Grosso invadido*, *Cidade do Ouro e das Ruínas*, *Viagens de outrora*, *Entre os nossos índios*, onde Mato Grosso foi o cenário privilegiado.

Corrêa Filho dá destaque especial à obra *Céus e Terras do Brasil*, onde Mato Grosso é cantado na maioria de suas páginas, com destaque para um trecho da

escrita de Taunay ao descrever uma tempestade no sertão:

Descamba o sol: são as horas da tarde.

Armada a trovoadá, não tarda que desabe.

Às vezes, quando menos se espera, sem causa aparente, some-se, dissipa-se/ outras vezes vem de súbito, precedida apenas por gotas de chuva, destacadas e grossas que, ainda no sol fora, caem pesadas e largas, batem com força no chão ressequido, nele abrem manchas salientes e negras e, de envolta com ténue poeira, levantam um cheiro particular, ora perfumado como se fora de olorosas pétalas, era desagradável e acre de ervas selváticas e terras ásperas.

Cerra-se depois o céu; enfusca-se a atmosfera, impregnando-se de vapores azulados que cambiam para o vermelho; zune simbilante o vento; amiudam-se o ronco do trovão cada vez mais próximo; fuzila a cada instante; relampejam coriscos; serpenteiam os raios em desluntres zigue-zagues, ígneos como ferro em brasa, abalando os ares com o estrepido de enormes pilhas de porcelanas finas que se desmoronem por escada abaixo, e despejam violentos aguaceiros com intervalos em que, não raro, reaparece a luz solar, dourando os bojudos contornos das nuvens, e acordando em seu sombrio recesso um mundo das mais extraordinárias e fantásticas cintilações.

[...] Árvores batidas pelas refregas, arfam, curvando-se e vibram; mas, ao mesmo tempo, sugam do chão estilante, com o renascimento da vida, a força da resistência... Limpa-se, daí a nada, o firmamento de um ponto a outro, carregado de anil.

De todos os lados fogem nuvenzinhas flocosas com mil delicados matizes, que o sol a capricho lhes vai imprimindo; rumoreja aragem branda, sutil, amena, verdadeiro hálito de primavera: esplende a

vegetação com renovado viço e vem se desdobrando a flébil tarde dos sertões. (TAUNAY, p. 55 apud CORRÊA FILHO, *Ibidem*, p. 28).

O autor seguinte, escolhido por Corrêa Filho, foi o médico e naturalista João Severiano da Fonseca que, em sua obra *Viagem ao Redor do Brasil*, deixou registradas inúmeras impressões colhidas nas viagens implementadas pelo território, em sua missão demarcadora dos limites Brasil-Bolívia. Seus registros atestam sua competência no campo da medicina, da botânica, da corografia e da história, especialmente a de Mato Grosso, para além de sua criatividade poética, ao cantar os irmãos mortos durante a Guerra contra o Paraguai. Tal como Taunay, Severiano da Fonseca descreveu Mato Grosso e os efeitos de seu clima excessivamente quente, o que tornava o ambiente – homens e animais, com aspectos de cansaço e desânimo, porém a chuva, quando precipitava, fazia retornar o clima ameno, repondo as energias no meio ambiente. Vejamos um trecho dessa descrição de Fonseca:

A aproximação das tempestades é de ordinário presentida. A temperatura se eleva, ar parece fogo: não sopra a menor aragem.

A natureza como que se abate, estática e assustada.

Os animais perdem o ânimo, murcham as orelhas, abatem as caudas; se selvagens, embrenham-se nas florestas, se anfíbios, precipitam-se nas águas. Os domésticos aproximam-se do homem, como que confiados na proteção dele.

Nem as grimpas das árvores baloiçam, as matas, numa quietude medonha, parecem sólidos inteiriços.

As aves achegam-se aos ninhos, suspendem os voos, e se escondem; algumas, como as gaivotas, enchem os ares de suas vozes assustadas e, quase que lamentosas, prenunciam a tormenta: mas, logo se calam.

O ambiente cada vez se achamba mais, e a respiração se torna mais difícil. Há uma espécie de dureza em tudo o que nos cerca; um torpor gradativo; um silêncio especial, só quebrado pelo rumor das correntezas que aumentam de estrepido e fazem ainda maior a ansiedade do homem.

Entretanto, nem uma nuvem no céu – somente o sol havia amortecido seus raios, ocultos sob um véu espesso e achumbado.

Daí a pouco, denso nimbo surgia no horizonte, elevando-se de Sul ou Sudoeste, fazendo-se já ouvir o longínquo e surdo reboar do trovão, já com estridor medonho.

O ambiente modifica-se extraordinariamente e a temperatura decresce com rapidez. Sopra uma brisa, de ordinário do quadrante austral, que em breve se converte em violento tufão. Um grosso pingo de água, outro e outros, isolados, caem a grandes espaços no chão. São as avançadas de um aguaceiro diluvial que traz, por atiradores, um chuveiro de granizos e açoita a natureza por alguns minutos.

Meia hora depois, o sol resplende fulgurante.

O céu está límpido e sereno; a brisa murmura suave; as árvores curvam-se levemente ao sopro fagueiro; a natureza sorri; os pássaros sacodem as asas, as gotas de água que tiveram força de embeber-lhe as plumas, e cantam; os animais mostram-se contentes, e o homem sente-se reanimado e feliz.

Tudo respira com mais vida, somente guardam por algum tempo o sinal do cataclisma a relva abatida dos campos, as folhas despidas e os galhos lascados das árvores da floresta e as correntes que, mais túmidas e tumultuosas, vão, contudo, pouco a pouco perdendo a sua soberbia e entrando de novo nos limites que a natureza lhes demarcou.

Poucas horas depois, só saberia do acontecido quem o houvesse presenciado”. (FONSECA, J. S. dA apud CORRÊA FILHO, 1937, p. 30-31).

Euclides da Cunha foi outro autor, de âmbito nacional, a tratar de Mato Grosso, o que o fez, segundo Corrêa Filho, de forma ímpar:

Com efeito, a natureza de Mato Grosso balanceia os exageros de Burcke. É excepcional e nitidamente destacada. Nenhuma se lhe assemelha. Toda a impotência selvagem, toda a exuberância inconcebível, aliadas à brutalidade máxima dos elementos, que o proeminente pensador, em precipitada generalização, ideou no Brasil, ali estão francas, rompentas em cenários portentosos. Contemplando-as, mesmo através da frieza das observações de naturalistas pouco versados a efeitos descritivos, vê-se que aquele regime climatológico anômalo é o mais fundo traço da nossa variabilidade mesológica. (CUNHA, EUCLIDES da apud CORRÊA FILHO, 1937, p. 31).

Mais adiante, cita diretamente Euclides da Cunha na sua descrição dos momentos antecedentes e consequentes das tempestades em solo mato-grossense:

O firmamento límpido arqueia-se alumiado por um sol obscurecido, de eclipse.

A pressão, entretanto, decai vagarosamente, numa descensão contínua, afogando a vida.

Por momentos, os cúmulos compactos, de bordas acobreado-escuras, negreja no horizonte, ao sul. Deste ponto sopra, logo depois, uma viração cuja velocidade cresce rápida em lufadas fortes. A temperatura cai em minutos e, momentos depois, os tufões sacodem violentamente a terra.

Fulguram relâmpagos, estrugem trovoadas nos céus, já de todo nublados e um aguaceiro torrencial desce logo sobre aquelas vastas superfícies, apagando, numa inundação única, o *divortium aquarum* indeciso que as atravessa, adunando as nascentes dos rios e embarçando-lhes os leitos em alagados indefinidos. É um assalto subitâneo.

O cataclismo irrompe, arrebatado no espiral vibrante de um ciclone. Decolmam-se as casas, dobram-se, rangendo, e partem-se, estalando, os carandás seculares, ilham-se os morros, alagam-se os plainos...

E uma hora depois o sol irradia triunfantemente no céu puríssimo!

A passarada irrequieta descanta pelas frondes gotejantes; sulcam os ares virações suaves – e o homem deixando os refúgios a que se acolhera, contempla os estragos entre a revivescência universal da vida.

Os troncos e galhos das árvores rachadas pelos raios, lascadas pelos ventos, as choupanas destruídas, colmos da terra, as últimas ondas barrentas dos ribeirões transbordantes, a erva acamada pelos campos, como se sobre eles passassem búfalos às manadas, mal relembram a investida fulminante do flagelo. (Cunha, Euclides da apud Corrêa Filho, 1937, p. 33).

O próximo autor privilegiado por Corrêa Filho foi José Vieira Couto de Magalhães e seus estudos etnográficos retratados em *O Selvagem*, quando descreve o longo e delicado trabalho que o mesmo executou ao desmontar uma embarcação no rio Paraguai e remonta-la no rio Araguaia:

Tomar uma embarcação utilizada no tráfego fluvial da rede paraguaia, desmontá-la quanto possível, e transporta-lhes as peças componentes para cem léguas de sertões vigiados pelo índio intratável, afigurou-se lhe perfeitamente exequível em Cuiabá, onde não lhe faltaram colaboradores para a empresa ousada de tamanha glória outorgada a Garibalde, quando conduziu, por dez léguas, em carretas, os seus lanchões de guerra, Rio Pardo e Seival, da Lagoa dos Patos para Tramandabi, através de arenoso albardão litorâneo.

Mas, ali não era somente o percurso horizontal que se dilatava em proporções desanimadoras, engravecidas pelo perfil do terreno desconhecido.

Entre as águas do Piquiri, alcançadas pelo casco do navio rebocado, e as do Araguaia, intercalam-se as elevações do maciço central brasileiro, nivelado em chapadões sem fim, ora encrespado de morrarias perturbadoras da marcha, ou fendido em vales cariamente amplos.

O mesmo arrojo, que o impeliu a concretizar a sua estonteante obsessão industrial, leva-lo ia a empreender eficaz plano de campanha contra o invasor, ideado igualmente em Cuiabá, como, ainda mais tarde, a aplicar o seu talento de improvisação ao estudo da etnografia brasileira, revelado na obra que lhe consolidou a reputação de escritor, cujos méritos Aureliano Leite não há muito lembrou em famosa conferência da série, em boa hora promovida pelo Ministério da Educação. (CORRÊA FILHO. Op. cit., p. 36).

Cândido Mariano da Silva Rondon também não foi olvidado por Corrêa Filho, cujo destaque foi feito pelos excelentes trabalhos científicos gerados no interior da Comissão Rondon:

[...] cuiabano de Mimoso, que, ao internar-se pelos sertões patricios, de sextante em punho, para se cartear com as estrelas, obteve o concurso de naturalistas de nomeada, cuja vista perspicaz devassou íntimos segredos da natureza mato-grossense. Dali resultaram monografias de fino quilate que auxiliaram na decifração dos problemas brasileiros, referentes à terra e a sua flora e fauna. (IBIDEM, p. 37).

A seguir, Corrêa Filho discorre sobre um naturalista de sua predileção, o médico e cientista Roquette Pinto, autor da famosa *Rondônia*. Trabalhando o lado literário do mesmo, Corrêa Filho dá um destaque à obra *Samambaia*, composta de contos regionais, com especial menção à *A Canoa*, onde Roquette Pinto privilegiou o rio Sepotuba:

Não é muito largo, mas cavou um leito fundo nas terras baixas de vale e corre apressado, na maior parte do seu trajeto, apertando-se nos sulcos que

traçou na diábase dos primeiros andaimes da serra dos Parecis. Nenhum rio as adorna de matas tão viçosas. É como é, quase sem praias, quase oculto pelo arvoredado, parece imenso igarapé numa clareira de floresta. (ROQUETE PINTO, p. 52 apud CORRÊA FILHO, IBIDEM, p. 37).

Em *Caboclo Genésio*, Corrêa Filho privilegia um interessante trecho:

Olhe, neste mundo as coisas todas vão passando como uma folhinha que o rio carrega. De vez em quando uma encalhada no barranco, parece que vai ficar ali mesmo. A água, logo depois, às vezes no dia seguinte, ou quando muito na primeira chuva, mexe com a folha... e ela vai seguindo de novo – tudo na vida é como as folhas que caem no rio. (ROQUETE PINTO, p. 144 apud CORRÊA FILHO, IBIDEM, p. 37).

Recapitulando os viajantes, Corrêa Filho não deixou de citar o alemão Karl von den Steinen e seu pendor etnográfico. Além dele, elencou Carl Axes Manus Lindman, que foi conquistado pelo calor cuiabano: “[...] abrasou-lhe a simpatia amistosa de tal maneira que jamais se esqueceria da terra promissora, lembrada em sua correspondência, redigida em francês e nas cartas de uma das filhas do casal constituído mais tarde em Estocolmo, e a quem mandou ensinar o idioma camoneano para melhormente escrever aos padrinhos cuiabanos, a palavra que lhe é peculiar: saudade (CORRÊA FILHO, ibidem, p. 38).

Na primeira parte do artigo, Virgílio Corrêa Filho arrola os intelectuais de âmbito nacional que trataram Mato Grosso, o que demonstra que esse território era de interesse nos estudos brasílicos. Já a segunda parte será dedicada aos mato-grossenses, suas qualidades, produções e visibilidade.

Lembrando os principais mato-grossenses que se dedicaram a escrever sobre Mato Grosso, Virgílio re-

corda, inicialmente, o Pe. José Manoel de Siqueira que, [...] filho de sertanista, transpõe o Atlântico em busca de ilustração e, de regresso, traz credenciais que o habilitam a ser professor de filosofia, e escritos, além de naturalista, sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, a que enviou as suas memórias acompanhadas de aquarelas desenhadas a primor” (IBIDEM).

Além desse clérigo, Corrêa Filho lembra outros, como Pe. Alves de Arruda, negro e muito eloquente, mas também José da Silva Guimarães, que integrou a Junta Governativa por ocasião da Independência, chegando a dirigir Mato Grosso. Foi ele o introdutor da primeira tipografia provincial: “A imprensa é, nos países constitucionais, favorável aos homens de bem e funesta aos maus; é terror dos tiranos e a salvaguarda dos oprimidos” (Guimarães apud Corrêa Filho, op. cit. p. 39). Para Silva Guimarães, a educação sempre foi a base para o desenvolvimento de qualquer nação: “A educação é uma verdadeira natureza: ela obriga o homem a deixar as inclinações perversas e prepara desde a infância o cidadão que deve um dia servir a sua Pátria”. (GUIMARÃES apud CORRÊA FILHO, op. cit. p. 39). Virgílio não deixa de referenciar a *Memória sobre os índios Apiacás*, elaborada por essa personalidade e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que demonstra o interesse nacional sobre Mato Grosso.

Outros mato-grossenses ilustres projetaram Mato Grosso no cenário nacional, a exemplo de Antônio Navarro de Abreu: “Graduado em leis por São Paulo, em 35, Antônio Navarro de Abreu seria por ventura o primeiro da lista dos que honraram o nome de sua gente, na incipiente Escola de Direito. Eleito Deputado, antes de finco o mesmo ano, impôs-se pela fogaosa eloquência à admiração dos pares, que o viram, no crepúsculo da Regência, participar dos maiores debates da época”.

Segue uma listagem de mato-grossenses cultos, como José da Costa Leite Falcão, “[...] que adquiriu renome de doutor e advogado sagaz, figura representativa em Cuiabá, onde fez de sua casa um centro de cultura”. (Ibidem, p. 40). Outros mais seriam lembrados, como Joaquim Mendes Malheiros, “[...] que sabia distribuir o seu tempo em serenatas, tentativas de pintura, torneios de esgrima, estudo de línguas e das disciplinas escolares, que o habilitaram a exercer o Magistério na Escola Militar e no Colégio Pedro II, onde manteve a sua fama de orador consumado”. (IBIDEM). Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, [...] lente de direito civil e administrativo em São Paulo, desde 29, em torno de quem a lenda teceu episódios singulares, rememorados na biografia que o consagrou Palmyro Pimenta em conferência primorosa. Joaquim Murtinho, que, mais tarde, egresso da cadeira de biologia na Escola Politécnica, iria iluminar a política administrativa da República brasileira com suas doutrinas financeiras esteadas em firmes convicções filosóficas, Manoel Corsino do Amarante, contemporâneo de Benjamin Constant, que lhe respeitava o saber matemático, embora orientado por princípios opostos aos que professava, abrasando o entusiasmo da Mocidade; Sílvia Lima, que soube dignificar o ensino da medicina legal na Faculdade da praia de Santa Luzia”. (IBIDEM, p. 41).

Recorda ainda os ex-membros da Academia Mato-Grossense de Letras que, apesar de falecidos prematuramente, como Francisco Catarino, José Tomás de Almeida Serra, Amâncio Pulchério, João Marciano, José Delfino e Pedro Trouy, muito produziram sobre o Estado. Porém, Virgílio dá grande ênfase a um dos mais caros intelectuais que atuaram em Mato Grosso, o baiano Pe. Ernesto Camilo Barreto, pelo seu brilho no jornalismo, ao lado de José Rodrigues Calháo. Não se esquece também dos grandes talentos na área do Direito, como Corrêa do Couto, Caetano Xavier, Fleury,

Aquilino do Amaral, Arnaldo Novis, Ferreira Mendes, José Maria Metelo, Luiz da Costa Ribeiro, mas também os engenheiros Manoel Esperidião da Costa Marques, Antônio Corrêa da Costa, Caetano de Albuquerque, com destaque final para seu sogro, Pedro Celestino Corrêa da Costa, “[...] cuja improvisação jornalística, alicerçada em firme cultura geral e bom senso atilado, lhe valeu mais de uma vitória contra abusos governativos” (IBIDEM, p. 42).

Procurando completar sua listagem de homens de cultura nascidos em Mato Grosso, Corrêa Filho destaca:

Ramiro de Carvalho, temido pela sua mordacidade, José de Mesquita (Sênior), que, ainda na Monarquia propugnava a educação da mulher, por meio da qual lhe previa a emancipação e pregava ideias sadias, José Magno da Silva Pereira, Generoso Ponce na fase áurea de *O Republicano*, Francisco Agostinho, Vital de Araújo, José Estevão constituíram a falange mais conhecida de polemistas ardorosos, a que se reuniram, em período ulterior, individualidades expressivas, Vieira de Almeida, temperamento literário que andou por Santos e lá se distinguiu pelas suas crônicas, polvilhadas de poesias e alocuções inflamadas, ao tempo de fortes agitações populares, Frederico Prado de Oliveira que – Béranger cuiabano – preparou com suas canções ao gosto do povo, o ambiente propício para a deflagração de triunfante movimento revolucionário, de que seria, depois, um dos mais eficientes colaboradores, João Cunha, a modéstia personificada, que só agia através dos seus escritos opulentos de seiva e boas letras. (IBIDEM, p. 42).

Após discorrer sobre a produção literária dos autores já falecidos, Virgílio faz, no final do artigo, fulgurar os autores vivos, à época. A primeira referência é dada à *Revista Mato Grosso*, periódico, hoje raríssimo, no qual escreveram literatos variados e que incluiu uma vigorosa documentação histórica.

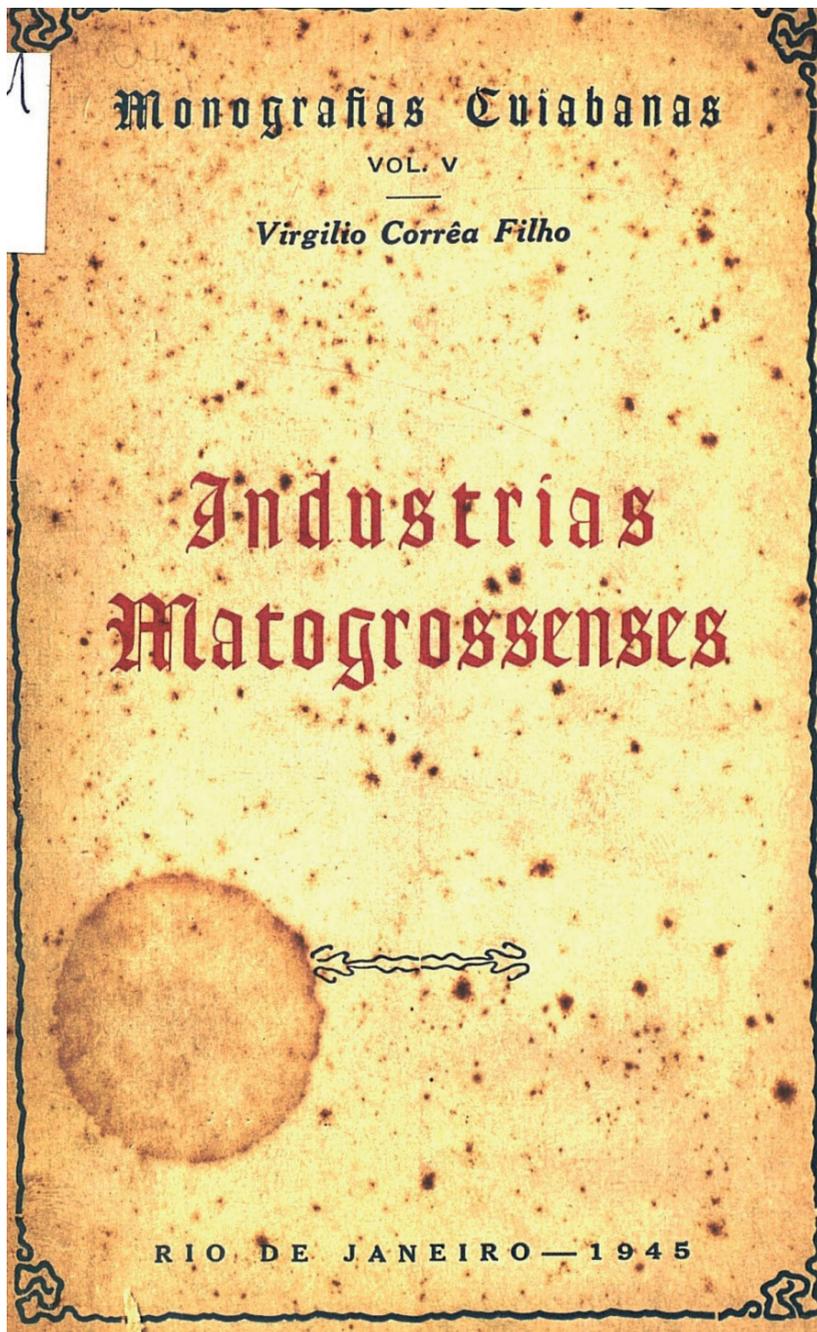
Para protagonizar os vivos, Virgílio escolhe o príncipe das letras, D. Francisco de Aquino Corrêa, mentor das duas mais antigas instituições culturais vivas, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que presidiu por quase 40 anos, e a Academia Mato-Grossense de Letras, enquanto sócio fundador e presidente de honra.

Finalizando o artigo, Corrêa Filho aclara sua predileção pela então facção norte de Mato Grosso, ao assim se expressar:

Ao passo que os veteranos de preferência concentram-se em Cuiabá, capital de tradições seculares, ensaiam os jovens os seus voos em Campo Grande, cidade de ontem, gerada por dizer assim pela E, F. Noroeste do Brasil, que ali inaugurou o seu tráfego em 1814.

Enquanto a primeira mergulha as suas raízes na era do bandeirantismo afoito, a outra surge na atualidade, para viver a hora que passa, despreocupada dos tempos idos e vividos.

Da conjugação dessas duas componentes, certo, romperá formidável resultante, capaz de imprimir ao destino de Mato Grosso as diretrizes intelectuais, que lhe glorificarão a fama de terra inspiradora de sábios, de heróis e santos, já algum dia denominada *Coração do Brasil*, que ali palpita em reservas portentosas do mais vivo brasileirismo. (IBIDEM, p. 44).



Capa do livro *Indústrias Matogrossenses*, 1945

AS INDÚSTRIAS MATO- -GROSSENSES NO OLHAR DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

THE MATO GROSSENS INDUSTRIES IN THE
LOOK OF VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Neila Maria Souza Barreto

Membro Efetivo do IHGMT. Jornalista e Mestre em História pela
UFMT. Neila.barreto@hotmail.com

RESUMO: Nos cinco longos capítulos que integram o livro, o autor, intencionalmente, analisa, numa variação sobre o mesmo tema: Indústrias, onde descreve e analisa a indústria açucareira, a cultura algodoeira, a cultura cafeeira, a poaia e a indústria seringueira, em Mato Grosso. O hábil pesquisador apaixonado pelos temas mato-grossenses, teórico de espírito lúcido, leva o leitor a discernir com rigor gramatical e comunicação os diferentes aspectos das indústrias mato-grossenses, à época, analisando os ciclos econômicos decorrentes da reestruturação produtiva ocorrida nas indústrias, a partir de 1726 a 1926, cujo livro foi publicado em 1945.

Palavras-chave: Indústrias. Ciclos econômicos. Mato Grosso.

ABSTRACT: Throughout the 5 long chapters that integrate the book, the author, intentionally, analyzes a variation about the same topic: Industries, where he describes and analyzes the sugar industry, the cotton culture, the coffee culture, the Poaia culture and the natural rubber of Mato Grosso. The skilled researcher passionate about topics referring to Mato Grosso, theorist of the lucid spirit takes the reader to distinguish with grammatical rigor and communication all the different

aspects of the industries in Mato Grosso at that time, describing the economic cycles resulted from the productive restructure that happened in the industries between 1726 and 1926, which book was published in 1945.

Keywords: Industries. Economic cycle. Mato Grosso.

Virgílio Alves Corrêa Filho foi um escritor mato-grossense famoso por sua literatura de tom voltado à história regional e as atividades políticas e econômica ali desenvolvidas. Nasceu em Cuiabá-MT, aos 9 de janeiro de 1887. Seus primeiros estudos foram feitos em sua terra natal. O superior junto à Faculdade de Engenharia do Rio de Janeiro. Em Cuiabá, ficou conhecido pela intensa produção de importantes ensaios sobre a história local (*Jornal O Estado de Mato Grosso*, 1957). Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1973.

Corrêa Filho, em sua obra “*As Indústrias Mato-grossenses*” iniciam, com três páginas inteiras, destacando as obras escritas ao longo de sua existência até o ano de 1945. O texto baseia-se em inquietações a respeito de aspectos industriais, nos quais a interatividade se acrescenta para a produção dos diferentes ciclos econômicos, tais como açúcar, algodão, café, poaia e seringa. Lembra, também, das dificuldades que teve na publicação de suas produções históricas, à semelhança dos tempos atuais. Deixando os seus agradecimentos, inicia as suas quase 150 páginas de informações sobre as indústrias em Mato Grosso, a partir do ano de 1726.

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Informa que o início da produção açucareira pode ser datada de 1727, conforme informou o cronista José Barbosa de Sá. No entanto, questiona em sua narrativa a afirmação do mesmo cronista, que datou a produção inicial da indústria açucareira no ano de 1728, relacionando as plantas de canas em redutos próximos às tribos Guató, Xacororé e outras.

Nomina como pioneiro no plantio da cana o brigadeiro Antônio de Almeida Lara, que saiu à procura da muda equipado de duas canoas de guerra, algumas montarias com escravos, alguns homens brancos e boas armas. Ao final de dois meses, conseguiram muitas canas, cujas peças o brigadeiro estocou para venda no ano seguinte.

No entanto, Almeida Lara não contava com os roubos, por parte de seus escravos, que as vendiam aos interessados. Com isso, apareceram as pequenas moendas e as destilarias, formadas em tachos, dando início ao comércio das (águas-ardentes) de cana, cujo frasco era vendido a cinco e a seis oitavas de ouro, conforme relata Corrêa Filho.

Por outro lado, Virgílio chama a atenção para o relato feito por Barbosa de Sá, que se esquecera de mencionar que: “[...] os Guatós, moradores dos pantanais, tiveram a sua disposição o vasto celeiro dos arrozais nativos pelos quais introduziam as suas hábeis canoas, as quais atestavam de abundantes rações nutritivas, mas que também, colhessem cana de açúcar, de cujas roças fossem Almeida Lara para retirar mudas em 1728, o que não é fácil de acreditar”. (CORRÊA FILHO, 1945, p. 12)

Nesse sentido, Corrêa Filho adverte os leitores para a correção da data, afirmando ser 1726 o início da indústria açucareira, fundamentado no testamento verídico de João Antônio Cabral Camelo, cujas “*Notícias Práticas das Minas do Cuiabá e Goiasés*”, no título de propriedade do sítio fundado pelo brigadeiro, na Chapada, que Rodrigo Cesar e Menezes assinou, ainda em São Paulo, aos 25 de janeiro de 1726, a favor do Tenente Coronel Antônio de Almeida Lara. Este, fundou fazendas de roças, canaviais e de pecuária na região da Chapada. Justifica, ainda, que João Antônio Cabral Camelo registrou que: “[...] quando eu cheguei ao Cuiabá, em 21 de novembro de 1727, havia um único engenho, distante de dez a doze léguas da Vila,

no sítio chamado Chapada de propriedade de Almeida Lara”. (IBIDEM, p. 13)

Em 1730, conforme Corrêa, a indústria açucareira era composta por cinco engenhos, todos localizados à margem do rio, uma vez que encontrou férteis solos cuiabanos.

Corrêa Filho denomina Antônio de Almeida Lara de “pioneiro” na lavoura açucareira, quando afazendou-se em Buriti, nas circunjabências de Cuiabá. Sertanista, filho de João Raposo da Fonseca, capitão-mor e Regente, seguiu os passos do padrao Sebastião Pinheiro. Em defesa de suas terras agiu com crueldade contra os índios Paiaçuá, que molestavam as monções em 1731. Igualmente agiu contra os Guaicuru, aliados dos Paiaçuá, por meio de uma tranqueira de paus estacados, onde vestiu o cacique da tribo de camisa encarnada, meias, sapatos e um frexado à cinta e mandou-o em busca de seus companheiros. O cacique foi e voltou acompanhado do seu povo. Adentrou à fazenda com alguns e o outros ficaram de fora, montados em cavalos devidamente armados.

O Brigadeiro Almeida Lara prendeu alguns Guaicuru, cortou suas orelhas e soltou-os para buscarem os seus exércitos. Corrêa Filho não menciona se tais índios voltaram, ou não.

Em seguida descreve que a colheita mineira diminuiu, o que o levou às portas da falência. Porém, Lara, quando seguiu viagem para o distrito de Mato Grosso (Guaporé) e, a cavalo, tropeçou em um objeto rutilante. Eram pepitas de ouro, reunidas em um opulento caldeirão, com que Lara evitou a falência. Voltou abastado e tornou o seu sítio em lugar de passeios e caçadas praticados pelas principais autoridades cuiabanas.

No planalto, prosperou suas lavouras, inclusive, de cana-de-açúcar, trazida de São Paulo, as quais alastraram de Buriti para as circunjabências, tanto Serra Acima como pelas margens do Rio Cuiabá, chegando

até terras espanholas. Nesses locais vicejaram fábricas de açúcar e o planalto foi escolhido para a montagem dos melhores engenhos, próximos aos caminhos terrestres, rota dos tropeiros a serviço do comércio local.

Assim, desenvolveram as maiores fábricas de açúcar, enquanto estacionava a plantação na baixada, que, progressivamente, deixaria de ser transitada pelas canoas viageiras, ameaçadas de assalto pelos Paiaguá, assim que entravam em águas paraguaias, do São Lourenço ao Taquari. A dificuldade de transporte pela encosta acima, em cotejo com a suavidade esplêndida da via fluvial, compensava pelo aproveitamento dos numerosos ribeirões, cujos saltos constituíam o manancial mais útil e econômico de energia abundante, desconhecida dos concorrentes, relata Corrêa Filho.

Mais tarde, foram introduzidas, nas fábricas de açúcar, as rodas hidráulicas de madeira, que auxiliavam na moagem e em outras operações, em época anterior à navegação direta ao litoral, por meio da via platina, depois, via de transportes das primeiras máquinas a vapor, a que se deveu a baixada o seu triunfo.

Em 1775, a indústria açucareira iniciada por Almeida Lara achava-se quase extinta, em função dos pesados tributos e impostos sobre os engenhos. Em meados do século XVIII, Gonçalves da Fonseca, explorador português, escreveu, em “*Notícia de Mato Grosso e Cuiabá*”, que na Vila e em seu distrito havia dezesseis engenhos de fabricar aguardente de cana, cujo trabalho reunia três mil escravos de Guiné.

Após quatro décadas, o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira anotava em seus rascunhos a existência de estabelecimentos agrícolas dedicados aos canaviais, sendo, no distrito de Vila Bela, treze engenhos de aguardente, três de açúcar e rapadura e, no distrito de Cuiabá, vinte e quatro engenhos de aguardente e vinte e dois engenhos de açúcar e rapadura.

Depois da Independência (1822), Luís D’Alincourt elaborou a monografia intitulada “*Resultado dos Tra-*

balhos e Indagações Estatísticas da Província de Mato Grosso”, onde descreveu a indústria açucareira assim constituída:

LOCAIS	ANOS	CANADAS DE AGUARDENTE	ARROBAS DE AÇÚCAR	MILHEIROS DE RAPADURAS
Cuiabá	1825-1827	40.707	22.359	556.000
Diamantino	1825-1827	7.790	2.950	132.000
Mato Grosso	1825-1827	14.490	9.228	284.000
TOTAL	-	62.987	34.537	972.000

Fonte: CORRÊA FILHO, ANO 1945, p. 26.

Segundo Corrêa Filho, os Engenhos existentes seriam maiores em terras cuiabanas do que no de Vila Bela e, por conseguinte, em Diamantino.

Em relatório de 13 de janeiro de 1852, Augusto Leverger, presidente da Província informava que o desenvolvimento da cultura da cana e a preparação dos seus produtos haviam melhorado, apesar do desconhecimento das inovações em outras partes do mundo, em função dos impedimentos fluviais.

Com o aparecimento das moendas de ferro, foi dado início à iniciativa industrial, promovida pelo trânsito fluvial que proporcionou a fundação da primeira usina açucareira, por meio da navegação do Rio Paraguai, pelas mãos de Francisco Antônio Pimenta Bueno, engenheiro incumbido, pelo governo, de pulsear, em 1879, a vida econômica da província. Até aquela época, as moendas eram movidas a bois e algumas com força motriz, o que limitava as safras de açúcar, rapadura e aguardente.

A franquia do Paraguai à navegação prolongada até a Capital mato-grossense, contribuiu, sobremaneira, para evitar maiores empreendimentos no planalto, cuja estrada deixaria de ser via única de viajantes e mercadorias, do mesmo passo que intensamente canalizava, para Rio Abaixo, os industriais progressistas. A partir de 1856 é aberta a navegação pelo Rio Paraguai e o comércio internacional passou a incluir

Mato Grosso, como mercado consumidor e exportador de matérias-primas.

Francisco Antônio Pimenta Bueno, em 1880, já informava a introdução da máquina a vapor na indústria açucareira, um serviço importante para Mato Grosso.

A Lei de 13 de maio vibrou o golpe de misericórdia nos remanescentes da Chapada, onde predominava a escravaria emancipada, anulando a supremacia serrana frente ao crescimento de Rio Abaixo, valorizado pelas usinas açucareiras em função de produzir, para imediato consumo, produtos de qualidade, somadas à usina de Ressaca, nas vizinhanças de Cáceres, no vale do Paraguai, de Santa Fé, no município de Poconé, Santo Antônio, Limitada, em Miranda, além das engenhocas agrupadas à beira do Cuiabá, cuja matéria-prima advinha das canas Caiana, Salangor e de outras variedades.

A expansão industrial da usina açucareira em Mato Grosso, a partir de 1880, impulsionada pela importação das máquinas a vapor, iniciada no engenho da Conceição, multiplicaram os estabelecimentos açucareiros ao longo do Rio Cuiabá, admirável centro de atividade industrial, especialmente entre maio e outubro, época de safras, quando se avivava a população ribeirinha em suas moendas insaciáveis, proporcionando o aparecimento, no ambiente social, de nobre classe, a qual imitava o baronato feudal, seja em costumes, gestos ou autoridades. Seus “vassalos” eram abrigados, com proteção, de quaisquer delinquências. Havia entre eles os capangas, incumbidos de zelar pela vida do patrão, além de policiar os estabelecimentos açucareiros. Eram-lhes garantidas alimentação, não lhes sendo permitido ausentar antes da quitação de suas dívidas, em geral crescentes, daí ser a fuga, muito usual, punida com castigos, aos moldes do trabalho hoje denominado de escravo.

O apogeu de tal regime concretizou-se na Usina do Itaicy, iniciada festivamente em 11 de junho de 1895,

onde foi montado o mais possante conjunto mecânico entre quantos operavam no Rio Abaixo.

À época, dominava na política estadual, o situacionismo poncista, que a dissidência murtinhista resolveu destronar, amparada pelo governo federal, cuja orientação financeira Joaquim Murtinho sustentou com saber e força, obtendo apoio do organizador da Itaicy, Totó Paes, além da adesão de seus clientes e do seu núcleo populacional:

O rompimento ocorrido entre o então senador Generoso Ponce e a poderosa família Murtinho culminou com episódios de luta armada e com o cerco da Assembleia Legislativa, levando à renúncia o então presidente estadual Cesário de Figueiredo. A liderança dos grupos armados foi assumida precisamente por Totó Paes, comandante da denominada “Legião Campos Sales”. A vitória no campo militar elevou o até então usineiro à condição de líder político, tornando-o o principal sustentáculo armado do governo de Antônio Pedro Alves de Barros, que, apesar da similitude do sobrenome, não era membro de sua família”. (CPDOC. *Paes, Totó*. fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PAIS,%20Totó.pdf).

Em 1906, por fim, contribuiu para o desgaste de Totó Paes com a família Murtinho. A aliança, construída em 1899, foi aos poucos se deteriorando, e a perda de apoio político de personagens com expressivo trânsito junto ao governo federal, bem como o reatamento de relações dos Murtinho com Generoso Ponce, fragilizaram sobremaneira a posição de Totó Paes.

A confluência desses fatores produziu o isolamento do presidente do Estado, agravado pela derrota nas eleições federais de 1906, revelando a fragilidade de sua base, na representação federal que o apoiara, a qual ficou extremamente reduzida. Em 1938, o “*Anuário Açucareiro*” registrou, no Estado de Mato Grosso, até 31 de dezembro de 1937, a existência de 11 usinas açucareiras com tur-

binas e vácuos; 8 usinas só com turbinas; 80 engenhos de açúcar e rapadura, 77 engenhos, exclusivamente de aguardente, num total de 176 estabelecimentos. A respeito do capital investido por esses industriais, chegou ele ao montante de 7.432:800\$000, cujos dados descreve como incompletos, em função do anuário não ter recebido informações de alguns usineiros, destacando, como Aricá, Conceição, Flechas, Santo Antônio, Santo Antônio Limitada, São Benedito (Ex Itaici), São Miguel, Ressaca, Santa Fé, São Gonçalo e Taquaruçu.

Conforme Corrêa Filho, depois de ascenderem progressivamente, as usinas decaíram em suas produções, motivadas por variadas situações, dentre elas, as decorrentes das perturbações advindas de tropelias policiais, as quais contribuíram para desorganizar o trabalho rural, especialmente à beira do rio, em busca de devassas abusivas. Esses deixaram os estabelecimentos desfalcados dos principais usineiros que se encontravam hospedados no quartel da Força Policial em Cuiabá, refletindo inquietação entre patrões e camaradas, com reflexo na produção final. Semelhante situação foi se agravando, ainda mais com a Revolução de 1932, mediante a investida pelo General Bertholdo Klinger (1884-1969)⁴¹ que se mobilizou contra a Capital. Além disso, adiciona-se o colapso nas lavouras, onde os lavradores tiveram que recorrer para substituição dos tipos usuais pela variedade da cana “Java”, uma vez que não havia institutos de crédito a que pudessem recorrer os interessados idôneos para os melhoramentos de seus engenhos, bem como o aparecimento do Instituto do Açúcar e do Alcool, que fixou as quotas de produção por cada fabricante. Era o fim anunciado da indústria açucareira em Mato Grosso.

41 Fundador da Defesa Nacional em 1913. Chefe das Tropas Legalistas que combateu a Coluna Prestes em Mato Grosso, em 1925.

CULTURA ALGODOEIRA

Para Virgílio Corrêa Filho, a cultura algodoeira passou despercebida frente às indagações dos primeiros cronistas de Cuiabá, a exemplo de J. A. Cabral Camelo que, ao relatar sobre os índios Parecis, informou apenas que em suas roças as mulheres se utilizavam da árvore do “Tucum” para tecer redes e cobertores, no triênio anterior a 1730. Decorridos 20 anos, o mesmo silêncio foi mantido pelo cronista José Gonçalves da Fonseca, de quem provém a “*Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*”.

Até que, em 1787, Ricardo Franco de Almeida Serra informou em seu “*Diário de Reconhecimento*” que, no povoado de Albuquerque, atual Corumbá, em roça, havia “muito algodão”, que ali mesmo era fiado, tecido e depois levado para Cuiabá, ensaiando, assim, o início da cultura algodoeira, inclusive, espalhada para as fazendas vizinhas e introduzidas ao regime econômico da época, mesmo que fosse para consumo interno, cobrindo despesas com artigos de importação, a exemplo das ferramentas, exigências culinárias, vestimenta e outros.

O algodão era trabalhado em teares primitivos, onde a habilidade manual do tecelão desempenhava a tarefa industrial, transformando as fibras em pano resistente para vestimenta dos trabalhadores.

Georg Heinrich von Langsdorff, acompanhado de Hercules Florence, segundo Corrêa, informou que a cultura algodoeira, desde Camapuã – a 9 de outubro de 1826, em meio do divisor de águas do Paraná e Paraguai, aos aldeamentos dos Apiacás, no Arinos – verificou-se abundante a plantaçaõ do algodão, dentre outras lavouras existentes. Luís d’Alincourt testemunhou, também na mesma época: “[...] o pano de algodão que é muito bom, fazem algumas rendas, e louças para o seu uso”.

Assim, Florence, desenhista e cronista fidedigno, deu prova cabal da cultura algodoeira, explorada em

suas diversas fases, do plantio à transformação industrial e aplicação imediata no mercado da época. Ali se iniciava o ciclo integral da planta, cujas fibras iriam urdir o único tecido ou, pelo menos, o mais utilizado pelos habitantes e, ao seu próprio sustento.

Após essa constatação, a expedição organizada por Langsdorff tomou o rumo de Cuiabá e, foi bem recebida pelo presidente de Província José Saturnino da Costa Pereira (10/09/1825-03/05/1828), por ser um homem muito interessado em expedições científicas. Nessa época, a capital contava com 6.000 habitantes, onde, no centro, havia apenas duas dezenas de casas assobradadas, enriquecidas pela pomicultura, onde cada casa tinha nos fundos um pomar de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, dando às residências aspecto risonho e pitoresco. O forasteiro, com a curiosidade peculiar, não deixou de registrar que as condições econômicas regionais eram baseadas em ouro e diamantes, com diminuta exportação de açúcar e tecidos de algodão, o qual tinha como destino o Pará.

A Capital, à época, produzia, além do açúcar, algodão, feijão, milho, mandioca e tamarindo. No entanto, se limitava à exploração das minas e ao fabrico do algodão grosso, de que se vestia a gente pobre, observou Florence.

Em 31 de março de 1828, a flotilha exploradora zarpuou para os domínios dos índios Apiacás, que já não estranhavam o convívio com os civilizados. Apesar de andarem nus, sabiam tecer algodão muito fortes e cerrados, e cuja trança cobria a fiada. Teciam também redes, braçadeiras, suspensórios, mas nada que fosse coisa de cobrir-lhes a nudez.

Nesse movimento exploratório, o viajante sagaz, Hercules Florence, que varou o território, da foz do Rio Pardo no Paraná, ao Tapajós e Belém, em suas frequentes excursões no Pará, percebeu sinais da presença do algodão, tanto em Camapuã como no planalto sulino,

além de Cuiabá, na região central da Província, mas também no vale do Arinos até Diamantino.

Assim, a cultura algodoeira foi espalhada, restringindo a importação de tecidos e peças mais finas e, utilizando das hábeis mãos de obras da escravatura que tecia o algodão em aparelhos manuais, cuja indústria rudimentar foi derrocada pela abolição e a concorrência, principalmente, dos tecidos importados advindos da navegação franqueada pelo Rio Paraguai, desestimulando a plantação do algodão. Esse fato foi notado em 1908, na “Exposição Nacional”, no Rio de Janeiro, com o objetivo de balancear os recursos naturais do país e o seu desenvolvimento industrial, quando a carência de amostras do algodão evidenciou o abandono do seu plantio.

Por outro lado, nascia a tentativa do plantio do algodão na “Colônia da Imaculada Conceição”, próxima ao atual município de General Carneiro, onde os padres salesianos montaram um fábrica de tecidos para aprendizagem e prática dos índios Bororo, que a povoavam. O algodão figurava em caroço, em rama e aplicado em peças de ensaio de teares recém-instalados.

Após, houve outras tentativas de plantio do algodão com objetivo diferente do primitivo, o de exportar para as fábricas litorâneas, porém havia total desconhecimento da técnica especializada, a principiar pelo tipo vegetal preferido pelos industriais e os meios eficientes para se evitar as pragas da plantação. Os industriais, à época, obtiveram o auxílio de Pedro Celestino Corrêa da Costa (22/01/1922-24/10/1924), segunda vez presidente de Mato Grosso, o qual obteve mudas de plantas que resistiriam ao abandono, submetendo-as à apreciação da “Superintendência do Algodão”, que reconheceu na variedade mato-grossense de algodoeiros espalhados pelos distritos agrícolas, o mesmo *Gossypium brasiliensi*, esse, fornecedor de boas fibras e menos sujeito à ação dos inimigos. Porém, devido

a carência de recursos, por parte do governo, o algodão ficou novamente órfão dos cuidados do governo, permanecendo, como de costume, entregue à sorte. Essas crises foram agravadas pelo colapso econômico de 1929, com tristes consequências depressoras em todos os ramos de atividade.

Após esse colapso e contagiado pelo sucesso da lavoura algodoeira de São Paulo, em 1929, Mato Grosso se dispôs a empreender a cultura do algodão, especialmente no Sul, com a promessa estonteante de farta colheita. Assim, foi mantida a plantação em municípios próximos da capital, como Poconé, cuja capacidade produtiva avultaram com rigor expansão, pois as culturas eram estimuladas pela vizinhança da via férrea, capaz de escoar a produção até os portos litorâneos.

Na avaliação de Corrêa Filho, o homem era operoso e a terra afeiçoada ao cultivo algodoeiro, sendo que o que faltou foi organização racional do trabalho no trato com a cultura algodoeira para que, da chapada maracajuana ao vale do Cuiabá, em suas mais altas ramificações, alvejasse a malvácea, que tanto reclamava a civilização, o que não aconteceu.

CULTURA CAFEIEIRA

Em relação à cultura cafeeira, Virgílio Corrêa Filho inicia historiando as passagens de estudiosos à cata da plantação e vai encontrar vestígios da espécie nos escombros da edificação do Forte do Príncipe da Beira, erguido pelo capitão-general Luiz de Albuquerque, conforme apontamentos do General Rondon que, à época, resolveu restaurar o local, há tempos abandonados. Quando da limpeza, avistou, com surpresa, entre as demais árvores, o aparecimento de cafeeiros, que se tinham tornado silvestres, provando, assim, que nesse local desenvolvera o plantio de cafezais, cujas mudas, provavelmente, foram trazidas do Pará, via fluvial guaporeana, em ligação periódica de Vila Bela com Belém.

O desenhista Hercules Florence, ao passar por Cuiabá, já havia relatado que “As produções do país são a cana, da qual se extrai o melhor açúcar do Império, o fumo que é excelente; o algodão, o café, milho, mandioca e tamarindo, que aí se acha em abundância, onde, em qualquer outra parte do mundo se faz uma massa para exportação”. Por outro lado, relata Virgílio que o desenhista da Comissão Langsdorff, mais tarde, também observou em Jacobina, rica fazenda no caminho de São Luís de Cáceres, onde, “[...] o principal gênero de cultura era o de cana-de-açúcar, seguidas de mandioca, feijão, milho etc..., e o café para o consumo somente no país”. Esse fato foi confirmado pelo Coronel João Pereira Leite, quando exclamou a existência de: “Magníficos pés de café e cacau eu vi em Jacobina”, concluiu Leite.

Em 23 de agosto de 1823, quando foi nomeado para a “Comissão de Mapas, Estatísticas e Topografias”, Luís d’Alincourt retornou a Mato Grosso, para estudar as condições administrativas e sociais da província e, elaborou um relatório a respeito da vida mato-grossense naquela época, onde precisou a existência da produção da cultura cafeeira assim:

Cuiabá produziu no ano de 1825 - 157 arrobas; em 1826 - 163 arrobas e, em 1827, 149 arrobas, totalizando 469 arrobas de café. Em Diamantino, nos mesmos anos, foram produzidas 86 arrobas e, em Mato Grosso um total de 318 arrobas da cultura cafeeira” que, Augusto Leverger – Presidente da Província, em 13 de janeiro de 1853 comentou: “Consome-se nesta cidade bastante chá e café, entretanto que aquele é todo importado de fora da Província, o preço deste oscila entre 10\$000 a 20\$000 a arroba, preço exorbitante, atendendo a facilidade e pouco dispêndio com que se pode cultivar. (D’ALINCOURT, Relatório, p. 73; CORRÊA FILHO, V., 1945, p. 74)

Sobre o mesmo assunto, Estevão de Mendonça em suas valiosas “*Datas-Mato-grossenses*” (1919, p. 337),

informava: “Em 19 de junho de 1876, é pela primeira vez exposta à venda no mercado público de Cuiabá uma partida de café, colhida no distrito da Chapada, no sítio denominado BOMFIM, de propriedade de José de Lara Pinto”, cujo plantio começou em 1871, com oito mil mudas e teve a primeira colheita três anos depois, arrecadando cerca de 50 alqueires, crescendo a produção, em 1875, a 240 alqueires, e ao dobro em 1876, cuja partida, exposta à venda, foi adquirida pelo negociante João Baptista de Almeida Filho, o qual enviou a Londres, a firma Knowles & Foster uma amostra, solicitando o parecer sobre a qualidade e o valor do produto. Em 16 de novembro de 1876, a mesma firma respondeu que a amostra do café se assemelhava ao café produzido em Santos, aproximava-se dos cafés produzidos por Salvador e Nicarágua, sendo de boa cor, um esverdeado vivo com tendência para o vermelho, bom para qualquer mercado, sendo o único defeito a pequenez da baga, cujo valor poderia variar de 85 a 87 *shillings* por 112 libras.

Corrêa Filho chama a atenção do leitor de que seria errôneo concluir que só em 1876 tivesse iniciada a exploração mercantil do café chapadense, lembrando que o engenheiro Francisco Pimenta Bueno, quando em Comissão do Ministério da Agricultura, no ano de 1880, afirmou:

No distrito da Chapada e na Serra de S. Lourenço, as terras são bastante férteis; o café produz perfeitamente nessas alturas e, também, outros gêneros de cultura”. [...] A produção do café e fumo está muito aquém do necessário para o consumo. [...] Na Serra da Chapada, o café tem produzido muito bem; os terrenos são apropriados e o clima excelente.

Porém, percebe-se que o cafeeiro não prescindia dos cuidados do lavrador, ao contrário, exigia imperiosamente para recompensar em proporção e, Mato Grosso não dispunha de elemento humano para semelhante

cultura que chegou na região serrana, mais próxima de Cuiabá, em torno da Chapada, antes de 1889. No entanto, a abolição afastou os escravos dos cafezais, os quais se transformaram em mato, onde se encontravam com facilidades mudas aproveitáveis.

Em 1924, bastou o presidente Pedro Celestino contratar a abertura da rodovia Cuiabá-Chapada, iniciada em junho do mesmo ano, para que vários agricultores se animassem a procurar novamente o planalto para o cultivo do café. Do outro lado, maior estímulo recebeu sua porção sul do então Mato Grosso uno que, com a Estrada de Ferro Noroeste que estimulou o crescimento notável do café em Campo Grande e, do mesmo modo, em Rondonópolis, aproveitando a facilidade da navegação pelo Alto São Lourenço, além do braço Bororo, ensaiando o desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Em 1936, em Mato Grosso, a plantação do café abrangia 590 hectares, com uma produção estimada em 4.000 sacas de 60 quilos. No mesmo período, registrou-se a exportação de 300.000 quilos, no valor de 815.115 contos de réis.

Por fim, Corrêa Filho informa que o café que os navios apropriados à navegação do Rio Paraguai recebiam em Porto Esperança, para transportá-lo às republicas platinas, procedia, em geral, da região noroestina de São Paulo e transitava apenas em Mato Grosso até o porto de embarque, uma vez que a produção do Estado mal dava para o consumo regional, em função da escassez da mão de obra regional.

A POAIA DE MATO GROSSO

Segundo Corrêa Filho, a ipecacuanha é uma planta americana de conhecimento das tribos indígenas, cujo alcaloide contém a emetina que, após separada, se transforma em agente terapêutico. A presença da poaia facilitou o comércio com os índios da região do Alto Rio Doce para o Rio Pomba, distante um do outro a 53,7

km, em Minas Gerais, no ano de 1766. A referência à planta está presente nos escritos do botânico C. P. F. Von Martius⁴², que, ao seguir de “Vila Rica à aldeia dos índios Coroado, na margem do Rio Xipotó”, em abril de 1818, anotou em sua obra “*Viagem pelo Brasil*”⁴³: “Para o botânico, são estas matas muito importantes, sobretudo pela riqueza em plantas medicinais, embora a constante umidade não favoreça a colheita das plantas. A verdadeira poaia é aqui achada em abundância”.

A ipecacuanha foi encontrada fartamente na maior parte da Serra do Mar, desde o Rio de Janeiro até o Norte, na Capitania da Bahia, nas matas úmidas, em lugares sombrios, cujas raízes eram colhidas pelos índios e pelos negros, escravos dos fazendeiros da vizinhança e, depois, levadas à exportação, relatou Martius. A planta, além da Serra do Mar, aflorou na Bahia, no Pará e, principalmente, em Mato Grosso, espécie inscrita nos anais botânicos de Richard Francis Burton⁴⁴, com o título de *Cephaelis ipecacuanha*.

Frederico Carlos Hoehne (1882-1959)⁴⁵, que examinou o seu habitat, assim descreveu a ipecacuanha: “A verdadeira “Poaia”, ou Poaia preta” ou “Ipecacuanha verdadeira” é a citada *Cephaelis ipecacuanha*, que primitivamente aparecida nas matas da Serra do Mar, na Bahia, no Mato Grosso e Pará. Em Mato Grosso foi encontrada na Serra dos Parecis, vertentes do Guaporé e cabeceiras dos rios: Ji-Paraná e outros no planalto do extremo ocidental daquele Estado, mostrou o “*Mapa Fito fisionômico de Mato Grosso*”, publicado em 1922,

42 C. P. F. Von Martius, famoso naturalista bávaro

43 Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com tradução de Da. Lúcia Lahmeyes. In: Corrêa Filho, Virgílio. *Industrias Matogrossense*. 1945. P. 84.

44 Viajante, poliglota e estudioso dos costumes, Burton é um escritor britânico que foi cônsul no Brasil de 1865 a 1868.

45 Foi um botânico brasileiro, defendendo a proteção da natureza durante toda a sua vida, sendo o pioneiro no tema entre os cientistas do país. Também fora escritor e diretor de instituições específicas, como o Instituto Butantã, o Instituto de Botânica de São Paulo, o Zoológico de São Paulo e o Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues.

pela Comissão Rondon, no Rio de Janeiro. “É uma planta pequena, herbácea, as raízes são carnosas, aneladas e um tanto onduladas, chegando a ter de 20 a 40 centímetros, com flores, onde os frutos, pequenas bagas, são colhidos por um pássaro chamado “poaieiro” que as comem e depois espalha as sementes por meio das fezes”.

A poaia foi notada pela primeira vez em Mato Grosso no vale do Paraguai, possivelmente em um dos seus afluentes, o Rio Areias, por José Marcelino da Silva Prado, morador de Diamantino, explorador de cascalhos a procura de ouro e diamante, cuja proibição, a partir de 1805, foi decretada pela coroa portuguesa.

Após a decadência dessas minas, José Marcelino da Silva Prado, nascido em 1820, o sexto filho de José Pedro da Silva Prado⁴⁶ e Maria Rodrigues de Toledo Manil, nas suas explorações do rio Areias, ou Afonso, pôde notar que os seus garimpeiros usavam, quando doentes, de um chá preparado de um certo arbusto, muito comum naquela região e que provocava propriedades vomitivas. Colheu uma certa quantia e solicitou a um comerciante da Vila Maria, hoje cidade de Cáceres, que remetesse a amostra à Europa, para análise. Era o princípio da indústria extrativa da ipecacuanha, em Mato Grosso.

Corrêa Filho chama atenção dos leitores quando informa que nessa década já havia passado por Mato Grosso o botânico, Ludwig **Riedel**⁴⁷, que proporcionou a Luiz d’Alincourt a relação das plantas identificadas, pelo seu olhar arguto, entre elas, a poaia, a qual já existia e pagava 5% de dízimo, em 1837, ao erário provincial, advinda da sua extração no distrito de Vila Maria (Cáceres).

46 Chegou em Cuiabá em 1807. Seu filho Luiz da Silva Prado nasceu em 1812.

47 Foi um botânico alemão que chegou ao Brasil em 1811 com a expedição do barão Langsdorff. Ao final desta (1825-1829), Riedel radicou-se no Rio de Janeiro, ocupando o posto de diretor do Jardim do Passeio Público.

A ipecacuanha preferia como pátria as ribas ocidentais da Província e as cabeceiras do Guaporé e do Paraguai e Cabaçal, até o Jauru, locais conhecidos como “mata da poaia”, a frondosas florestas que cobriam as margens desses rios, conforme João Severiano da Fonseca, em sua “*Viagem ao Redor do Brasil*”, de 1875 a 1878; mas a verdadeira mata da poaia abundava além do Rio dos Bugres, segundo, afirmou o governador Antônio Corrêa da Costa.

Em fins de 1879, F. A. Pimenta Bueno informava que, “A indústria extrativa oferece margens para grandes resultados, mas é também contrariada pela falta de braços e de capitais, pela distância, pela dificuldade de transportes e, finalmente pela pouca segurança individual, a cada momento sujeita aos assaltos dos bugres”. “Nos distritos de Diamantino e Vila Maria até Cipotuba (hoje Tenente Lira) limitam-se à extração da poaia, cuja exportação varia segundo os preços das praças da Europa, por intermédio do Rio de Janeiro e Montevideu”, onde estavam empregados os bugres mansos da tribo Pareci. Naquele período, a coletoria de Corumbá registro a passagem, pelo porto fluvial, de 35.358 km, o que oficialmente correspondia ao valor de 70:810\$000.

Manuel Experidião da Costa Marques, engenheiro e colega de Corrêa da Costa, apontou que “Em todas as matas do Rio Paraguai, acima da foz do Jauru, se extrai poaia há mais de trinta anos”. [...] tem-se mesmo exportado anualmente até cinco mil arrobas. De quatro anos a esta parte tem diminuído a exportação, porque aquela raiz tem-se tornado mais escassa”.

A Comissão Rondon alargaria sobremaneira a área de expansão da planta valiosa, cuja exportação, condicionada às oscilações de cotações, visto que, entre os Anos de 1928 a 1937 foram produzidas 475 toneladas de poaia, ao valor de 10.721 contos de réis, com 1.641 direitos nessa moeda. Dessa forma, Mato Grosso dei-

xou de exercer incontestável impulso em centros científicos de nomeada mundial, para onde a destinam os exportadores, conforme conclui Virgílio Corrêa Filho.

A INDÚSTRIA SERINGUEIRA

De acordo com Virgílio Corrêa Filho, a indústria seringueira adveio da Amazônia que, desde 1827, pelo menos, começou a figurar nas estatísticas de exportação com a sua borracha, embora em quantidade ainda diminuta. Estevão de Mendonça, conforme Corrêa Filho, em “*Datas Mato-Grossenses*”, informava que em 15 de dezembro de 1872 partira de Cuiabá com destino a Paris o negociante Martins Guilherme, conduzindo a primeira amostra de borracha mato-grossense, extraída no Rio Preto, afluente do Arinos, por José Sabo Alves de Oliveira. Da mesma procedência, foi enviada amostra para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que, em 3 de março de 1874, com o seguinte parecer: “[...] na província de Mato Grosso abunda a seringueira [...] nas margens do Rio Preto, dando resultado satisfatório animando algumas pessoas a prosseguirem em tais explorações”, cita Corrêa Filho.

No processo da seringa, uma junta de doutos, constituída de dr. Antônio Corrêa de Sousa Costa, dr. Agostinho José de Sousa Lima e Américo Rodrigues de Vasconcelos informavam que “[...] o emprego do alume, como meio de operar a coagulação da seiva da seringueira, é muito vantajoso, não só porque dá esse resultado um produto muito mais belo, como pela grande economia de trabalho, que torna esta indústria mais lucrativa”, utilizando para isso a pedra ume, em vez da defumação usual na Amazônia.

O artigo estampado no “Álbum Gráfico do Estado de Matto-Grosso informava que:

[...] logo após a guerra do Paraguai, o major José Vieira da Silva Coqueiro, brasileiro, celibatário, [...] em seus primeiros ensaios no lugar denominado

Água-Fria (Pulador), hoje região de Chapada dos Guimarães, coagulava o látex pela fumigação, onde cascas de piúva ou cocos de acuri forneciam, pela combustão, a fumaça a que era exposta a pá especial de madeira, depois de mergulhada no depósito da colheita do dia. Ao final de dois anos, passou a trabalhar no Juruena, no lugar Ilha-Comprida logo abaixo a foz do Arinos.

José Sabo Alves de Oliveira, coronel da Guarda Nacional, carioca, nascido em 1840 e residente em Diamantino, começou a extração a borracha com a ajuda de quatro homens.

Em 1872, Martim Guilherme, francês, residente em Mato Grosso, introduziu na coagulação do látex o processo do alume, no mesmo sítio de Água-Fria, cujo sistema passou a ser adotado em toda região. Com opiniões favoráveis de consultores idôneos sobre a indústria da borracha, Antônio Bruno Borges extraiu das matas do Rio Novo maior partida do produto, estimulando as transações mercantis com atraentes lucros financeiros.

Com a facilidade do sistema fluvial abriu-se em leque as vias eficientes de comunicação, pertencente ao Guaporé, onde o capitão Antônio Rodrigues de Araújo, escolheu o S. Simãozinho para a sangria das seringueiras, seguido de concorrentes, que preferiram o S. Miguel, os arredores de Pedras Negras, ou qualquer sítio, livre ainda de apossamento. Os dois empreendimentos assinalaram os núcleos de cristalização em torno do produto seringueiro ensaiando assim, a promissora indústria, em Mato Grosso.

Os produtos seringueiros advindos da produção guaporeana e obtidos com a técnica amazônica da defumação, rodavam pelo rio até ao trecho encachoeirado, distendido de Guajará-Mirim a Santo Antônio, antes de ser flanqueado pela via férrea e, daí prosseguiram, em navegação desimpedida, as cargas procedentes das re-

giões centralizadas por Diamantino, que transpunham o divisor de águas e exigiam meios diversos de condução.

Foram vários os obstáculos para o transporte da borracha. Do vale do Arinos a Cuiabá, do Juruena, do Paranatinga, das cabeceiras do Xingu, a distância a percorrer pelos cargueiros, estimada em 26 léguas, seria percorrida em um dia de viagem, nas lanchas movidas por motores de explosão, capazes de rebocar dois ou mais barcos atestados de borracha.

Antônio Bruno Borges, no Rio Quilombo, Serra Acima, fazia o comércio por meio da exploração dos seringais dos rios Verde e Novo, onde as pranchas regulares, enformadas, eram colocadas nas cangalhas que iam, ao chouto dos cargueiros, por léguas e léguas, até a residência principal. Daí, em carro de boi, desciam para o planalto do Porto de Cuiabá e eram embarcados para Corumbá, dando às cargas o seu destino final. O preço pago por Martim Guilherme, de 22\$000, mal dava para cobrir os gastos do industrial, que desistiu do negócio.

Em 31 de outubro de 1884, Floriano Peixoto fez aprovar a lei que deixavam livres os direitos municipais e provinciais, por cinco anos, da borracha extraída na Província, ao que hoje conhecemos como incentivos fiscais dados pelo governo aos produtores rurais e indústrias diversos. Cáceres correspondia a Cuiabá, na função centralizadora da colheita. Pelo rio Cuiabá, ao som das correntes, ou pelo Paraguai, às remessas dos exportadores, rodavam até os transatlânticos, no extremo da linha fluvial. Em quatro dias de viagem alcançavam Corumbá. Com mais dez passavam a Montevideu. Os vinte derradeiros decorriam na travessia atlântica até Londres ou Hamburgo, onde eram negociadas.

Mediante situação difícil dos industriais, o presidente da de Mato Grosso José Miranda da Silva Reis sancionou, a 30 de maio de 1874, a lei que fomentou

a extração da borracha premiando os principais produtores para as primeiras duas mil arrobas exportadas. Porém, em 3 de dezembro de 1888, o presidente Francisco Rafael de Melo Rego editou nova lei sobre a produção da borracha, retirando dos industriais os incentivos fiscais, gerando instabilidade na nascente indústria mato-grossense.

A diversidade dos meios de transportes não era a única diferença entre os aspectos da indústria seringueira na Amazônia e em Mato Grosso. Em relação à extração do líquido e seu beneficiamento ulterior, também apresentavam modalidades peculiares. Já avultava no Norte a grita contra os processos exaustivos de sangria, em amplexo mortal, e não aplicavam ainda os seringueiros do Sul processo menos devastador, dificultando a restauração dos tecidos dilacerados, mingando a produção dos distritos de Cameté, de Marajó, do baixo Madeira, onde alvorecera a indústria seringueira.

Em Mato Grosso, era o mesmo primitivo processo indígena que logrou maior aceitação, ainda às vésperas da derrocada estonteante em que soçobraram as empresas industriais. Sabedores precavidos denunciavam o perigo, que se aproximava.

Wenceslau Belo, em 1907, ao balancear as atividades econômicas do Brasil, “[...] que lhe pudesse proporcionar o reino vegetal, explanou longamente o que sabia a respeito da seringueira e de sua utilização industrial. No estrangeiro, escreveu: “essa cultura já é uma realidade, porquanto as Índias Orientais já cantam vitória com seus milhões de héveas, produzindo borracha de superior qualidade”. Informava também que já existiam nas colônias europeias cerca de 28 milhões de héveas cultivadas, porém acrescentou que o Brasil era hegemônico na produção da seringa.

Corrêa Filho informava que tais apontamentos levaram as autoridades brasileiras e os próprios in-

dustriais a uma ilusão de prosperidade infundável, até porque os mercados europeus já eram sacudidos pela produção da borracha Oriental. Em 1906, os plantadores orientais enviavam aos empórios somente 510 toneladas de borracha, e a produção brasileira orçava 36.000, acima da contribuição dos demais concorrentes, que, em conjunto, não dariam mais de 29.700. Nesse cômputo, Mato Grosso entrava com cerca de 1.000 toneladas. Nos anos seguintes avultava o contingente oriental, estacionava ou reduzia-se a remessa brasileira, senão em quantidade, seguramente em valor. Enquanto se avolumava a colheita nas plantações asiáticas, ampliando de igual passo o consumo, o Brasil angustiava-se na desorganização da sua indústria extrativista, enfraquecendo progressivamente a sua exportação.

Em Mato Grosso, em 1907, a situação da produção, conforme dados estatísticos disponíveis à época, e utilizados por Virgílio Corrêa Filho, indicavam o seguinte desempenho da atividade econômica de exploração da borracha no que diz respeito às exportações do produto pelos portos de Corumbá e do Rio Madeira: a exportação do produto teve um volume de 1.114 toneladas no ano de 1907, alcançou o seu melhor desempenho em 1919, com 4.606 toneladas, no valor de 12.486:094\$000, quando começa então, a sua retratação, chegando à apenas 2.824 toneladas no ano de 1921, no valor de 4.346:146\$000, explicitado em sua página 140, em amplo quadro estatístico.

Após essa derrocada, o governo Federal ainda tentou ajudar com o seu plano de Proteção da Borracha, que não tardou a ser abandonado. Por outro lado, Pedro Celestino tentou acudir a indústria, promovendo a vedação total da taxaço da borracha exportada pelo porto de Corumbá. Não bastou. As derradeiras partidas de borracha dessa procedência vendidas em Londres, não cobriram sequer as despesas de transporte e arma-

zenagem. Da trágica derrocada, somente se salvaram os comerciantes que investiram parte do seu capital em lotes de terras. A conquista, pela invasão nipônica, dos territórios cerrou para o mundo ocidental vasto mercado fornecedor da matéria-prima, e proporcionou ao Brasil o ensejo de retomar as suas atividades nos esquecidos seringais, solicitados a contribuir com os seus produtos para a vitória das Nações aliadas.

As promissoras terras de seringais, com as suas paragens fabulosas e que tiveram o seu esplendor, porém, os produtores brasileiros não souberam defender-se a tempo, em função do declínio angustiante devido à carência de organização no mercado da borracha, o que contribuiu sensivelmente para o seu declínio.

A criação do território do Guaporé, em 1943, acabou com a exportação da borracha de Mato Grosso, uma vez que as maiores áreas de seringueiras estavam localizadas naquela região, atualmente o estado de Rondônia.

Em 1953, foi fundada a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com o objetivo ao incentivo e financiamento da produção regional. Surgiu, então, o Banco de Crédito da Amazônia, que adotou uma política objetiva para o fomento à produção gomífera e a adoção de planos para sua comercialização.

Mato Grosso, em 1961, produzia 1.220 toneladas de borracha para uma produção nacional de 23.000, e a produção tendia a aumentar devido ao cultivo que estava se expandindo. Em 1967 foi criada a SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA - SUDHEVEA, pela Lei 5.227, sendo o órgão normatizador do setor o Conselho Nacional da Borracha. Essas instituições representaram uma reorientação da política governamental para esta matéria-prima, entendendo a borracha enquanto produto estratégico, o que levou o governo militar a decidir pela intervenção na sua produção e no mercado do

elastômero, com fins de conquistar a autossuficiência em borracha natural.

Em 1972, a heveicultura voltou a Estado de Mato Grosso, que possuía, após catorze anos de trabalho (1958 a 1972), 6.972 ha de seringueiras plantadas, segundo dados do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural – PROBOR. Contudo, o grau de abandono das áreas de seringa era tal que, para se iniciar o atual período de trabalho com seringal, fez-se necessário buscar material clonal em outros Estados.

Em 1989, após 17 anos de trabalho dos produtores, dados fornecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso – Emater e pela SUDHEVEA, o Estado possuía 41.756 ha de seringais de cultivo. Grandes empresas, como a Pirelli, Bom Brasil, Bonson Amazônia, Michelin instalavam suas usinas nos municípios produtores do estado, de modo a comprar a matéria-prima dos pequenos produtores, contudo, a baixa produção pelo corte operados nos incentivos governamentais acabou afugentando a maior parte das empresas. Nas usinas, fazia-se o beneficiamento primário do látex, que consistia no tradicional processo de lavagem, formação de crepe e secagem.

Virgílio Corrêa Filho encerra a análise da borracha comentando sobre novas tecnologias que surgiram, ocasião em que as usinas passaram a adotar a granulção, que homogeneiza a matéria-prima. Os clones foram sofrendo melhorias genéticas e a produção foi se tornando mais estável e melhorando a qualidade. A produção de borracha ficou estagnada durante todo esse período, mas nunca paralisou totalmente.⁴⁸

48 PAPERS DO NAEA Nº 280-MITOS INTERPRETATIVOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA MATOGROSSENSE - Fábio Carlos da Silva, Ivana Aparecida Ferrer da Silva, Belém, junho de 2011.

REFERÊNCIAS

ANAIS do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. *A Memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX*. Passados Presente nos velhos mapas: conhecimento e Poder. Parati 10 a 13 de maio de 2011. Francisco de Assis Carvalho - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras.

CORRÊA FILHO, Virgílio: *Indústrias Matogrossenses. Monografias Cuiabanas*. Jornal do Commercio – Rodrigues & Cia. Avenida Volume V. 1945. Rio de Janeiro. p.144.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 70-80, jan. | jun. 2014 *A contribuição de F. C. Hohne (1882-1959) para o pensamento agroambiental brasileiro*. ARIEL DE ANDRADE MOLINA Programa de Pós-graduação em Agronomia/ Horticultura da Universidade Estadual Paulista | UNESP e LUIZ ANTONIO C. NORDER Universidade Federal de São Carlos | UFSCar.

SILVA, Fábio Carlos da; SILVA, Ivana Aparecida Ferrer da. *Mitos Interpretativos da História Econômica Matogrossense*. Belém, junho de 2011. (Papers do NAEA, n. 280)



Portal São Francisco. [www//google.com](http://www.google.com) imagens

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: A FRONTEIRA COM O PARAGUAI PARA UM HISTORIADOR REGIONALISTA⁴⁹

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: THE BORDER WITH
PARAGUAY FOR A REGIONALIST HISTORIAN

Carla Villamaina Centeno⁵⁰

RESUMO – Este artigo analisa a concepção de Virgílio Corrêa Filho, historiador mato-grossense, sobre a fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. Corrêa Filho teve editadas mais de 30 obras e foi o estudioso que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre o Estado. Bastante citado pela historiografia, foi também o autor que mais se destacou fora de Mato Grosso, sobretudo pelas suas atividades ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e ao Conselho Nacional de Geografia – CNG. Dirigiu o grosso de sua pesquisa ao período colonial e imperial e, quando tratou do período mais recente, época em que a fronteira sul foi mais densamente ocupada, suas análises escassearam. Seus escritos temáticos sobre a fronteira, à época de sua colonização, visavam a atacar o monopólio da Matte Larangeira. Por mais que tenha se projetado nacionalmente, esse autor não conseguiu se desvincular de suas raízes cuiabanas e sua ligação com a fração burguesa contrária ao domínio dos monopólios, originária do comércio em Mato Grosso, é

49 Este artigo foi publicado na *Revista Eletrônica Documento*, v. 7, n. 1 de 2012.

50 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP.

determinante nesse sentido. Corrêa Filho tornou-se a mais pura expressão do intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense.

Palavras-chave: Fronteira com o Paraguai, Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, Historiografia.

ABSTRACT – This article analyses the conception of Virgílio Corrêa Filho, a historian of Mato Grosso, about the border between Mato Grosso and Paraguay. Corrêa Filho had more than 30 works edited and was the scholar who most deepened into the historical studies of the state. Often quoted by historiography, he was also the author who was most noticed out of Mato Grosso, especially for his activities related to the Brazilian Historical and Geographical Institute – IHGB and the National Council of Geography – CNG. He led most of his research to colonial and imperial period and, when he discussed about the most recent period, a time when the border south was occupied, his analysis became scarce. His thematic writings about the border, at the time of its colonization, aimed to attack the monopoly of Matte Larangeira. As much as this author had been countrywide projected, he did not detach from his Cuiabá roots and his connection with the bourgeois faction against the dominance of monopolies, which are originary from the trade in Mato Grosso, is determinant in this regard. Corrêa Filho became the purest expression of organic intellectual of the commercial bourgeois of Mato Grosso.

Keywords: Border with Paraguay, Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, Historiography

INTRODUÇÃO

Embora a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT, em 1919, tenha incentivado o aumento do número de publicações sobre Mato Grosso, é possível verificar que poucas se referiram ao sul do estado e, sobretudo, à fronteira, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A exceção refere-se aos estudos de Virgílio Corrêa Filho, autor de importância para o estudo da região na época tratada. Foi ele o primeiro historiador não acadêmico a abordar a fronteira, nesse período, mesmo que apenas nos seus trabalhos temáticos.

Historiador autodidata de vasta produção bibliográfica, tanto sob a forma de livros quanto de artigos sobre a história regional, Virgílio Corrêa Filho é merecedor de destaque. Foi ele o estudioso de Mato Grosso que, em seu tempo, produziu mais sistematicamente; foi o autor que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre a região por força dos cargos que ocupou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e no Conselho Nacional de Geografia - CNG. Os cargos que ocupou, tanto na administração pública quanto em instituições culturais, facilitaram o acesso a inúmeras fontes, tanto primárias, quanto secundárias. Suas obras revelam uma grande riqueza de informações positivas.

Possui mais de trinta obras editadas sob as formas de compêndios históricos, biografias de figuras da memória local e nacional e de variadas temáticas, sem contar os inúmeros artigos produzidos em revistas de âmbito nacional e regional.

Nascido em Cuiabá em 1887, Virgílio Corrêa Filho era filho de família influente, os Alves Corrêa, e genro de Pedro Celestino Corrêa da Costa, importante chefe político local, ligado aos interesses das casas comerciais, no final do século XIX e início do século XX³. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Exerceu vários cargos na adminis-

tração pública como engenheiro das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil em Três Lagoas, de Rodagem da Chapada, da Central do Brasil e de Maricá. Foi diretor da Repartição de Terras em Cuiabá, em 1921, no governo de Dom Aquino. Em 1922, ocupou dois cargos no Governo de Pedro Celestino: Secretário de Finanças e Secretário Geral do Estado. A partir de 1925, segundo Saboya (1999, p. 4), passou a morar no Rio de Janeiro, mas “continuou prestando serviços ao seu Estado”, em especial pelas indicações para o exercício de cargos públicos após a implantação das Interventorias, em 1930. Foi membro fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT e da Academia Mato-grossense de Letras, bem como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, ocupando, ainda, nesta instituição, o cargo de secretário. Durante 30 anos colaborou com o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Em 1950, ocupou o cargo de secretário geral do Conselho Nacional de Geografia - CNG e, em 1956, a cadeira que pertenceu a Oliveira Vianna na Academia Portuguesa de História.

Para Saboya (1999, p. 138), seu papel como colaborador no IHMT e na Academia Mato-grossense de Letras estava comprometido com a formação de uma identidade mato-grossense, tendo permanecido, ainda hoje, como parâmetro para os pesquisadores. Mais tarde, vinculado a instituições como IHGB e CNG, órgãos que colaboraram no sentido de estabelecer um consenso à política getulista de centralização do poder e de construção do Estado Nacional, Corrêa Filho teria sido um intelectual aliado do regime, cuja finalidade era a legitimação da ditadura de Vargas.

Segundo essa historiadora, a maioria de suas publicações “expressam seu interesse pela realização da propaganda de Mato Grosso, cuja finalidade seria a defesa da integração nacional” (SABOYA, 1999, p. 5). Corrêa Filho é subentendido como um intelectual orgânico de

uma genérica “classe dominante”, que colaborava, pela forma exposta, com a propaganda varguista. A autora não especifica a qual fração de classe que ele servia, nem quais os interesses que concretamente a informavam.

Em artigos levantados por Saboya (1999), Corrêa Filho expressaria a preocupação com a nacionalização da fronteira; teria defendido a colonização dos terrenos fronteiriços por meio de núcleos constituídos por “brasileiros natos”. A atividade, para ele, já estava sendo concretizada pelo governo com o Instituto de Colonização Nacional, projeto desenvolvido pelo Major Frederico Rondon (SABOYA, 1999, p. 58). A adesão ao nacionalismo, por Corrêa Filho, ainda segundo a autora, é demonstrada não somente pelo seu apoio ao Governo Ditatorial, mas pela sua inscrição como sócio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada em 1932, que, conforme a autora, era contra a permanência de estrangeiros nas fronteiras (SABOYA, 1999, p. 59).

Embora a incorporação do nacionalismo, indicada por esta autora, não possa ser excluída, é importante apontar a necessidade de deslindar quais são as teses do nacionalismo que o autor incorpora. Parece que o ideário bem como a adesão ao governo Vargas só interessaram a Corrêa Filho à medida que muitas ideais defendidas pelo regime se aproximavam dos interesses defendidos pelo grupo ao qual era ligado em Mato Grosso. Considera-se que a defesa da nacionalização na fronteira visava a desestruturar a fração burguesa ligada à Companhia Matte Larangeir⁴, monopólio do matte na região, como se revela no decorrer desta análise. Ou, melhor explicando, suas preocupações estavam radicadas em Mato Grosso e se originaram das lutas travadas entre as frações locais da classe burguesa, embora pudessem, em alguns momentos, incorporar teses do nacionalismo.

A FRONTEIRA VISTA COMO LIMITE GEOGRÁFICO

Ainda que tenha se referido à fronteira e que este tema seja recorrente em seus escritos⁵, analisando a parte pertinente da produção de Corrêa Filho, uma evidência observada é a de que a fronteira só é referida por esse autor com a preocupação de discutir a definição de limites. Observa-se que são escassas, ou praticamente inexistentes, as informações sobre a fronteira na época analisada neste trabalho, ou seja, na época em que a fronteira foi efetivamente colonizada. Isso ocorre nas obras de caráter mais geral, ou seja, naquelas em que o autor trata a história em Mato Grosso. Essa lacuna se acentua pelo fato de grande parte de suas análises ser dirigida ao período colonial e imperial, fase em que a fronteira mereceu atenção, exclusivamente, como definição de limites e espaço a ser defendido pela metrópole ou mais tarde, pelo Império. Daí as fortificações e presídios militares terem se sobressaído na estratégia de ocupação. Em *As Raias de Mato Grosso*, a fronteira é seu objeto de pesquisa nessa perspectiva. Essa obra é uma coletânea composta de quatro volumes: *Fronteira Septentrional* (v. I, 1924), *Fronteira Oriental* (v. II, 1925), *Fronteira Meridional* (v. III, 1925a) e *Fronteira Occidental* (v. IV, 1926). Embora tenham sido escritos na década de 1920, nota-se que, em se tratando da fronteira meridional – com o Paraguai –, o autor não aborda os acontecimentos ocorridos após a Guerra com o Paraguai, senão os referentes ao processo de demarcação das *raias* correspondentes. Abre-se uma lacuna, então, em razão de que a colonização da região se deu após este conflito. Segundo ele, o objetivo da coletânea foi: “o estudo da fixação das raias de Matto Grosso” (1926, p. 212). A preocupação com as fronteiras fica, então, reduzida à definição dos limites.

Se quisermos analisar o pensamento do autor sobre a fronteira, no período tratado, é necessário adentrar as obras em que ele abordou temas específicos, como

o da erva-mate, por exemplo. Mas, mesmo quando estuda a erva-mate e a fronteira, é possível observar que, nas obras correspondentes, as análises sobre o desenvolvimento, a economia, a cultura e a educação não têm a profundidade e a extensão requeridas. Seu enfoque é político-administrativo.

Outra observação é que, de uma maneira geral, suas posições políticas são amainadas, expostas sutilmente, o que obriga, para entendê-las, o estudo mais detalhado do contexto vivido pelo autor. O estilo conciliador se revela, ainda, na forma como aborda a historiografia. Polêmicas e controvérsias com autores não são flagradas nas obras de caráter geral, o que não significa que Corrêa Filho utilize poucas fontes. Percebe-se a riqueza de seus escritos, também, pelas inúmeras obras citadas e sua preocupação de lastrear, com elas, suas interpretações. Corrêa Filho tinha um vasto conhecimento das obras, não só as de caráter historiográfico, mas, também, as literárias e o uso dessas fontes servia ao autor para dar consistência empírica às suas teses e para florear o estilo.

As polêmicas estão mais evidentes nos artigos de periódicos, em jornais locais, na *Revista do IHGB* e no *Jornal do Commercio*, nos quais polemiza com adversários políticos e com a historiografia⁶. Nesses escritos ficam evidenciadas a defesa do regionalismo, a fração de classe que representa, aspectos que tornam inteligíveis as suas abordagens sobre Mato Grosso e sobre a fronteira.

Observa-se em quase todas as obras, com exceção daquelas que tratam da erva-mate, que a fronteira só é referida para retratar e reviver os feitos heroicos dos militares responsáveis pelas lutas que garantiram a expansão do território português e, após a independência, do território brasileiro.

Seus textos, inclusive *As Raias de Mato Grosso*, estão recheados de fatos heroicos do período colonial,

época preferida do autor em seus escritos que dizem respeito a Mato Grosso, exceto naqueles em que discorre sobre tema mais específico. Chega a ser curioso o extenso volume de páginas dedicado a esse período em suas obras. A título de exemplo pode-se citar a obra *História de Mato Grosso*, publicada em 1969, uma das obras comentadas proximamente, em que das aproximadamente 600 páginas dedicadas à organização administrativa e política de Mato Grosso, mais de 400 cobrem o período colonial. Outras cem páginas são reservadas ao Período Imperial, enquanto pouco mais de 30 páginas são destinadas ao Republicano.

Uma de suas primeiras publicações de caráter geral é *Mato Grosso*, obra editada em 1920 e encomendada para compor o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, proposto pelo IHGB com a finalidade de comemorar o Centenário da Independência. Grande parte da obra, segundo Corrêa Filho (1939, p.VI), fora elaborada em 1919, para festejar as comemorações do bicentenário da colonização de Mato Grosso. O autor acrescentou mais informações e, obedecendo ao plano do IHGB, compilou dados sobre várias temáticas acerca do Estado. Editado novamente em 1939, no governo do Interventor Júlio Müller (1937-1945), o autor acrescentou algumas informações de caráter estatístico sobre as décadas posteriores.

Basicamente é uma obra de conteúdo informativo; condensa informações descritivas e fragmentadas sobre História Política, Militar, Religiosa, Artística, Literária e Administrativa, Homens Notáveis, Limites, Clima, Fauna, Flora, Municípios, dentre outros assuntos. No entanto, é possível perceber que, mesmo obedecendo a um plano já determinado e limitado em virtude da finalidade a que se destinava, a concepção de Corrêa Filho aproxima-se do positivismo pelo desejo de descrever os fatos tais como eles se apresentam. Ainda percebe-se a influência do positivismo na exposição

dos fatos, sobretudo os administrativos, que seguem uns após os outros, evolutivamente.

Em *Mato Grosso*, a fronteira aparece em segundo plano nos assuntos que tratam da defesa e definição de limites, durante os períodos colonial e imperial, ou nos municípios arrolados em que descreve dados informativos e estatísticas sobre instrução, economia, erva-mate etc.

Outro traço característico dessa obra é a falta de uma posição mais incisiva quando trata de temas controversos. Corrêa Filho mascara conflitos, não declara abertamente suas posições. Nesses momentos, o autor torna-se ambíguo ou conciliador na exposição das disputas históricas em Mato Grosso. Um exemplo pode ser dado pela forma como trata dos conflitos entre jesuítas e bandeirantes. Corrêa Filho admite a existência de luta “entre a audácia forte dos bandeirantes e a energia abnegada dos jesuítas” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 71) e acaba lamentando a expulsão desses padres. Mas, ao mesmo tempo em que parece manter certa distância dessa questão, em várias partes da obra é possível verificar a apologia que faz aos bandeirantes: “Assim, balizaram os bandeirantes, com o seu trágico martírio, o heróico avanço para o Ocidente. Louvando-lhes a ousadia sem par, a Coroa Portuguesa, norteadada pelo espírito lúcido de Alexandre de Gusmão, valer-se-ia dessa colaboração espontânea dos seus patricios, para sustentar as bases do tratado dos limites” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 18). Aliás, a imagem dos bandeirantes é construída sutilmente por ele. Isso pode ser observado em várias partes de seus escritos, nas quais sempre frisa a importância dos bandeirantes, ressaltando a coragem e o pioneirismo, características que teriam influenciado na constituição do povo cuiabano. Há um trecho, inclusive, em que o autor tenta redimir os bandeirantes, acusados de destruírem as missões jesuíticas e de serem identificados

com o ateísmo. Busca, para tanto, uma compensação na formação religiosa desses pioneiros, argumentando que os bandeirantes, em suas andanças, não ficavam sem capelão (CORRÊA FILHO, 1939, p. 71-72).

Suas elaborações se iniciam sempre com a saga dos bandeirantes, indo do período colonial ao imperial, descrevendo, em seguida, as realizações dos mais afa-
mados administradores de Mato Grosso, como Rolim de Moura, Luis de Albuquerque, Leverger dentre outros. Mas, à medida que vai se aproximando da República, a quantidade de informações diminui sensivelmente. Dos conflitos instalados nessa época, apenas deixa entrever alguns indícios por meio de expressões que reconheciam a ocorrência de “descontinuidades governativas” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Estas estariam no relato que faz da História Administrativa do Estado, que é vista evolutivamente, ao sabor de “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52-53). As disputas políticas são suscitadas por expressões como “fortes comoções”, “setenio agitado”, “intervaladas de calma asfixiantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda na obra, *Mato Grosso* (1939), faz questão de elogiar os governos com os quais teria se compatibilizado politicamente, tal como o dos republicanos de 1892, envolvendo o Presidente do Estado Manoel Murinho e o seu vice, Antônio Corrêa, ambos vistos como administradores que se esforçaram para desenvolver Mato Grosso, “dotando-o de órgãos apropriados ao trabalho” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). O Primeiro governo de Pedro Celestino (1907-1912) é citado como reconstrutor, porém a sucessão, beneficiando seus adversários, teria desencadeado “agitações partidárias” que resultaram em Intervenção Federal. A administração de D. Aquino Corrêa, bispo cuiabano que assumiu em 1917, da qual participou como diretor da Repartição de Terras, também é ressaltada e seu titular é visto

como “brilhante reconstrutor” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). Na avaliação de Corrêa Filho, Pedro Celestino tinha “[...] a segurança de quem se dispunha a cumprir sensato programa administrativo, continuado pelo seu substituto interino, vice-presidente Dr. Estevão Corrêa” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Segundo ele, após este governo, Mato Grosso sofreu novamente *discontinuidades governativas*, referindo-se à gestão de seu inimigo político, o Dr. Mário Corrêa da Costa, dissidente do grupo de Pedro Celestino, que assumiu o Governo em 1926: “A descontinuidade (sic) governativa rompe, de novo, em 1926, e fomentada pelas consequências das revoluções de 1930-1932, vem até o surto do Estado Novo” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

Os governos pós Revolução de 1930, em Mato Grosso, quase não são referidos, a não ser em algumas estatísticas relativas às finanças, à educação, dentre outras. Quanto ao Estado Novo, percebe-se o otimismo do autor em face do Governo Vargas, que prometia “esplêndidas realizações” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

É importante esclarecer que o elogio aos governos anteriormente citados tinha suas origens nas opções políticas do autor. Mesmo não declaradas, podem ser facilmente detectadas se se consegue entrever as disputas travadas pelas frações da burguesia local, nesta época. As divergências políticas de Corrêa Filho só aparecem ao se referir aos “inimigos” de Pedro Celestino, quais sejam, os políticos dissidentes deste chefe local, ligado aos interesses da casa comercial.

As origens desses conflitos tinham suas raízes na disputa entre as frações da burguesia pelas concessões de terra e pelo domínio econômico regional, sobretudo nos finais do século XIX e início do XX, quando a região sul começa a se desenvolver, alterando todo o quadro político de Mato Grosso.

Essas disputas começaram a se agravar com a entrada das empresas monopolistas no cenário local.

Segundo Alves (1984), com a instalação das empresas monopolistas em Mato Grosso, iniciou-se um processo de disputa pelo controle político entre os representantes destas empresas e os das casas comerciais. Antes do advento das empresas monopólicas estrangeiras, a casa comercial controlava o cenário econômico regional. De acordo com Alves (1984), desde o final do século XIX até a primeira década do século XX, o papel da casa comercial não se restringia à comercialização de mercadorias, pois, também, representava os bancos, ainda inexistentes na região, intermediando os interesses do capital financeiro, as concessões e os investimentos regionais. Dessa forma, os produtores regionais, proprietários de terras, usineiros, dependiam da casa comercial até mesmo para a obtenção de créditos

Deduzindo todas as conseqüências do monopólio que a casa comercial exerceu sobre a navegação, do comércio de importação e de exportação, pode-se afirmar que todos os produtores regionais, sem exceção, dependeram da casa comercial para efeito de abastecimento e escoamento de mercadorias, o que os colocou sob controle irrestrito desta. Também insinuou-se claramente, nesse momento em que a casa comercial era a principal incentivadora da diversificação da produção mato-grossense, a presença de um novo mecanismo, que passava a mediar as relações entre comerciantes e produtores: o *crédito*. (ALVES, 1985, p. 28).

Além disso, a casa comercial passou, ainda no final do século XIX, a se envolver diretamente na produção, arrendando e comprando terras para a exploração da borracha e criação de gado. Após esse período, a casa comercial foi substituída diretamente pelas empresas estrangeiras monopólicas, iniciando-se, assim, uma luta intensa da casa comercial contra os novos representantes do capital financeiro. Especificamente no caso da fronteira com o Paraguai, a disputa foi com a

Companhia Matte Larangeira, o monopólio combatido por Corrêa Filho.

As lutas coronelistas, no início do século, tiveram como principais representantes o Cel. Generoso Ponce e a família Murtinho. Ponce era comerciante e influente coronel do final de século XIX e início do século XX. Liderou várias “revoluções” armadas em Mato Grosso. As lutas mais intensas iniciaram-se com a derrubada do General Antônio Maria Coelho, primeiro Presidente do Estado após a República, que tentou afastar de seu governo membros do ex-Partido Liberal, isto é, os partidários de Ponce, criando o Partido Nacional. Em contrapartida, Ponce fundou o Partido Republicano e se uniu a Antônio Azeredo e a Joaquim Murtinho, conseguindo a exoneração de Maria Coelho. No ano seguinte, em 1892, essa aliança foi efetivada com a eleição de Manoel Murtinho, irmão de Joaquim Murtinho, pela Assembleia Constituinte.

Em 1899, a aliança foi rompida com a indicação de candidatos diferentes para assumir a Presidência do Estado. O candidato de Ponce venceu as eleições, mas o usineiro Totó Paes, com o apoio de seu aliado Joaquim Murtinho, à época Ministro da Fazenda de Campos Sales, liderou a Divisão Patriótica Campos Salles a fim de derrubar o candidato de Ponce. Totó Paes sitiou Cuiabá e realizou um acordo com a Assembleia, impedindo a posse do candidato eleito (CORRÊA, 1995, p. 92-93). Essa luta se refletiu em todo o estado envolvendo, também, os coronéis sulistas (CORRÊA, 1995, p. 94). Anos depois, em 1906, os ex-adversários, Ponce e Murtinho, uniram-se e formaram a *Coligação* visando lutar contra o Governo de Totó Paes (CORRÊA, 1995, p. 99).

Assim, desde o advento da República até os anos de 1910, quando foram substituídos por outras lideranças, Ponce e Murtinho controlaram o poder, aliando-se quando os seus interesses convergiam e desentenden-

do-se quando suas reivindicações se confrontavam. Murtinho era presidente do Banco Rio e Mato Grosso, que tinha como um de seus fundadores o Banqueiro Mayrinck, também fundador, segundo Faria (1993, p. 215), do Banco Constructor do Brazil. Carone (1978) afirma que Mayrinck foi diretor do Banco dos Estados Unidos do Brasil, proprietário do Jornal *O Paiz* e que se ligara a “uma série de outras empresas” (CARONE, 1978, p. 107- 108). Além disso, a família Murtinho associou-se ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, que já possuía negócios com Larangeira, o pioneiro na exploração dos ervais do sul, e era importante representante do capital financeiro, vinculado a Buenos Aires⁷. A família Murtinho, com amplos poderes tanto no Estado quanto no Governo Federal, passou, então, a controlar as concessões em Mato Grosso em favor de suas empresas. As lutas entre essas duas frações da burguesia, na época em consideração, manifestaram-se numa disputa por controle político e econômico da região sul do Estado, acarretando inúmeros conflitos na região fronteira.

Em 1911 morreram Joaquim Murtinho e Generoso Ponce. A Companhia Matte Larangeira passou a ter o apoio do senador Azeredo que, desde então, disputou com Pedro Celestino, herdeiro político de Ponce, o controle do Estado.

O Governo de Murtinho e de Antônio Corrêa, exaltado por Corrêa Filho, teve seus membros indicados pela aliança da qual participou, também, o grupo defendido por Corrêa Filho, qual seja, o grupo de Ponce e de Pedro Celestino. Este último, Pedro Celestino, à frente de outra administração, também figura como bom governo. A administração Dom Aquino, igualmente reverenciada por Corrêa Filho, que nela assumiu, inclusive, um cargo de primeiro escalão, teve como base angular a conciliação política entre as duas principais facções políticas de Mato Grosso. As “descontinuidades

des”, expressão utilizada pelo autor para caracterizar as gestões administrativas de adversários, foram associadas, por exemplo, às “revoluções” como a que derrubou Ponce. A “descontinuidade” também teria marcado o Governo de Mário Corrêa da Costa, que se incompatibilizou com Pedro Celestino. Corrêa Filho sentiu-se atingido, daí a disputa com Mário Corrêa.

Essa luta política desembocou em diversas publicações⁸, organizadas e condensadas por Corrêa Filho na série *Polêmicas*. As primeiras animosidades iniciaram-se com a recusa do nome de Virgílio Corrêa Filho para Presidente do Estado, devido às divergências entre Azeredo e Pedro Celestino (SABOYA, 1999). Em seu lugar foi indicado Mário Corrêa da Costa, candidato originário de um acordo entre os diversos grupos. Segundo Saboya (1999, p. 84), Mário Corrêa da Costa foi escolhido por Pedro Celestino, a partir de uma lista de oito nomes, encaminhada pelos deputados Aníbal de Toledo e João Celestino e indicada pelo Ministro Afonso Pena Junior. Assim que assumiu, Mário Corrêa da Costa fundou o Partido Democrata e nomeou como Secretário Geral o Dr. Manoel Paes de Oliveira, cargo almejado por Corrêa Filho. Essa secretaria, alguns meses depois, foi desmembrada em duas, que “tomaram respectivamente as denominações de Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas [...] cuja presença já se impunha há quinze anos passados pelos congestionamentos dos serviços públicos” (MATO GROSSO, 1926, p. 13-14). Assumiram-nas, respectivamente, Dr. Manoel Paes Oliveira e Dr. Carlos Gomes Borrvalho (MATO GROSSO, 1926, p. 39). Para Saboya (1999), Corrêa Filho foi chamado para reorganizar os serviços da administração do norte do Estado, cargo este recusado por ele. Mais tarde, Mário Corrêa da Costa, em sua Mensagem de 1926, publicada posteriormente na *Gazeta Oficial*, criticou

a administração das finanças do governo anterior. Tendo dela participado, Corrêa Filho reagiu e publicou uma série de artigos, transformados, mais tarde, nas publicações referidas.

O que importa destacar é que essa disputa, no fundo, teve suas origens na adesão de Mário Corrêa e de seus secretários, Manoel Paes de Oliveira e Carlos Gomes Borralho, ao grupo do senador Azeredo, ou melhor traduzindo, à política da Companhia Matte. No Governo de Mário Corrêa foram renovadas as concessões e revogadas, pela Lei n.º. 694 de 1927, as Resoluções n.º. 911 de 1924, que limitava em 1 milhão de hectares a área de arrendamento dos ervais, e a n.º. 930 de 1925, que reservava para venda uma área pertencente ao município de Ponta Porã, por meio de lotes de 3.600 hectares, ambas do Governo anterior de Pedro Celestino. No ano seguinte, o governo de Mário Corrêa aumentou em mais 900 mil hectares as terras arrendadas à Companhia, totalizando 1,9 milhão de hectares a área arrendada. (MATO GROSSO, 1927 *apud* ARRUDA, 1986, p. 308). Os três administradores, Mário Corrêa, Manoel Paes e Carlos Borralho são as personagens atacadas nos artigos da coletânea *Polêmicas*. Manoel Paes era acusado por Corrêa Filho de influenciar Mário Corrêa nos ataques à administração anterior e Carlos Borralho por ter “preocupações rasteiras dos gorjeteiros” (CORRÊA FILHO, 1927 *apud* SABOYA, 1999, p.103). Saboya (1999) deixa entrever, numa das citações de Corrêa Filho, que essa acusação referia-se ao fato de Carlos Borralho ter recebido propina no processo de medição das terras arrendadas à Companhia Matte, em 1922, período em que era Secretário de Agricultura do Governo Pedro Celestino.

A descrição exposta demonstra que as disputas entre as frações da burguesia mato-grossense aparecem de maneira sutil nas obras gerais de Corrêa Filho, mas ganham clareza nos artigos da imprensa periódica.

Revelam-se, então, tomadas pelo regionalismo da burguesia comercial, francamente contrária ao monopólio e que, à época, disputava com os representantes locais do capital financeiro o controle político em Mato Grosso.

Também, em *Mato Grosso* (1939), é possível perceber a postura conciliadora do autor ao analisar a atuação do Estado em relação à questão de terras. Segundo Corrêa Filho (1939), este, em Mato Grosso, não teria conseguido promover eficientemente o serviço de colonização, daí as famílias terem se organizado espontaneamente para conseguir terras. Excetua, somente, a colônia de Terenos, organizada por Pedro Celestino, que teria conseguido prosperar (CORRÊA FILHO, 1939, p. 180-181). Não encontrou-se, em nenhum momento, alusões ou crítica à falta de apoio à colonização; nenhuma denúncia sobre a posse indevida de terras, sobre a conivência do Estado nos casos de grilagem, sobre a omissão ou inoperância do governo, suas lutas internas e os conflitos que envolviam migrantes, bastante comuns e problemáticos. Ainda em se tratando da questão de terras, Corrêa Filho (1939, p.197) defendeu a necessidade da formação de latifúndios exclusivamente em determinadas áreas, como o Pantanal, local em que, pelas enchentes e características naturais, tornam-se necessárias grandes áreas para a exploração lucrativa da pecuária.

Essa característica dos escritos de Corrêa Filho de não polemizar, de não assumir posição clara e objetiva e de não expor abertamente as mazelas da sociedade, também pode ser percebida em *História de Mato Grosso*, escrita em 1959 e publicada somente em 1969, por dificuldades de financiamento (SABOYA, 1999, p.173). Essa obra, de caráter geral, retrata a História de Mato Grosso desde o período colonial até a República.

Mesmo sendo publicada dez anos depois de ter sido escrita, não inseriu dados posteriores a 1959. Talvez

para não alterar os originais, o autor se limitou a tecer poucas considerações sobre acontecimentos e dados mais recentes na introdução da obra.

Na parte introdutória, afirma que, após 1959, Mato Grosso viveu “indícios inequívocos de transformação” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 17), referindo-se aos financiamentos que visavam à construção das obras de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná, iniciados nos anos 1950 e intensificados nos anos 1960. Vê com otimismo os investimentos nas áreas agrícolas e industriais, bem como os “destinos do estado, acorde com os vaticínios otimistas do Embaixador Lincoln Gordon” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 22). Em visita ao Estado, Gordon teria assegurado que estar em Mato Grosso era “recordar nosso próprio país, tal a semelhança na sua dimensão e característica de grandeza” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 20). Acerca da ditadura de 1964, nada comenta abertamente.

A obra é dividida em capítulos assim intitulados: A Terra, O Homem, A Conquista, Na Hinterlândia Mato-grossense, Ciclo da Mineração Aurífera, Organização Política, Criação da Capitania, Lutas Fronteiriças, Consolidação, Ocaso do Regime Colonial, Pacificação Perturbada, Atividades Políticas e Aspectos Sociológicos.

O peso atribuído ao período colonial no processo de formação de Mato Grosso também se repete.

Nesta obra, ao contrário de *Mato Grosso*, há uma descrição mais pormenorizada das “revoluções”, “embates” e “vinganças partidárias”. Mas tais lutas são descritas sem que haja uma análise de seus determinantes econômicos. O discurso não direto e floreado, bem ao gosto barroco, torna mais difícil a compreensão.

É facilmente detectada, como já foi observado anteriormente, a sua identificação com o Governo de Manoel Murтинho e Antônio Corrêa da Costa, com o governo de Pedro Celestino e com o de Dom Aquino Corrêa. Foram eles os únicos que mereceram uma

descrição mais detalhada das obras empreendidas. É possível observar, também, sua oposição à Companhia Matte Larangeira e a adesão a Pedro Celestino na Questão do Matte e nas resoluções de seu governo que diminuíram a área arrendada. Acerca de Mário Corrêa é bastante irônico e crítico. Segundo ele, Mário Corrêa, ao romper com o celetinismo, “esperdiçou energias em lutas estéreis, que inspiraram as suas mensagens, transformadas em pelourinho dos adversários” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Comenta, também, a “desorientação administrativa” de seu governo e ironiza o partido criado por ele, o “Democrata”, para combater Pedro Celestino e seus aliados (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

Crítica, ainda, o segundo Governo de Mário Corrêa afirmando ter ocorrido uma intervenção federal, em 1935, pois, em seu entendimento, essa administração “desmandou-se, provocando reação parlamentar, contra a qual ocorreu inominável atentado” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Superficialmente, alega, em nota final, que esse atentado teria ocorrido contra dois senadores e que, à época do governo Mário Corrêa, eram poucas as garantias de vida aos opositores. Acerca dos governos dos interventores federais, nos inícios dos anos 1930, afirma que foram breves e se sentiam “inseguros em suas comissões, à mercê das agitações políticas no país”, daí ter o autor se limitado apenas a *relacionar seus nomes* na lista de governantes de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

A posição de Corrêa Filho, com exceção de seus adversários mais diretos, mais uma vez se revela ambígua, pois preferiu não assumir nenhuma opinião clara em face desses últimos governos. Também o estilo pouco direto e floreado contribuiu para impedir que fossem explicitados os determinantes das “agitações” por ele referidas (CORRÊA FILHO, 1969, p.614). Quanto a Julio Muller, só comentou que teria sido eleito pela Assembleia, em 1937, e, com pouco mais de um mês após sua posse, teria aceitado o cargo de

Interventor durante o Estado Novo. Não apresentou nenhuma realização das administrações após 1930, inclusive da referente a Julio Muller. A exceção foi o governo de Fernando Corrêa da Costa, que, assumindo em 1951, realizou negociações para a construção de obras visando ao aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná.

Corrêa Filho expõe os governos sucessivamente como se a tendência natural fosse a de uma evolução contínua. As administrações às quais se ligou politicamente realizavam a tendência natural, mas não as de oposição, as responsáveis pelo aguçamento dos conflitos. Elas interrompiam e comprometiam essa tendência. Ou seja, está-se diante de uma forma de interpretação de história, como o próprio autor informa em sua obra *Mato Grosso* (1939), marcada por “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda em *História de Mato Grosso*, há um capítulo que aborda a fronteira, intitulado *Lutas fronteiriças*. Nele, essas “lutas” se resumem àquelas travadas no século XVIII, para a definição dos limites territoriais da colônia.

No capítulo denominado *Aspectos sociológicos*, dispõe os dados dentro de temáticas intituladas *Evolução demográfica, Hábitos e costumes, Peculiaridades lingüísticas, Vida religiosa, Evolução financeira e Desenvolvimento econômico*. É possível detectar que o grosso de sua pesquisa, mesmo tratando de Mato Grosso, tem como referência Cuiabá e, sobretudo, o período colonial. Cuiabá teria sido, ao contrário de Vila Rica e de Vila Boa de Goiás, um “condensador demográfico”, a vila que se manteve fiel ao núcleo bandeirante. Nota-se a preocupação do autor em ressaltar a peculiaridade cuiabana.

Vivaz flor de civilização, desabrochada no coração da América do Sul, a mais de quinhentas léguas do

litoral atlântico, ingressou Cuiabá na História do Brasil, como surpreendente e espontânea criação do gênio bandeirante, extreme de influxos externos. Nenhuma das contemporâneas se lhe equipara no tocante à legitimidade da sua origem, em que não colaboraram fatores estranhos. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 205).

Nas demais vilas citadas, segundo sua ótica, a colonização não foi iniciativa exclusiva dos bandeirantes. No caso de Vila Rica, houve interferência dos emboabas e, no de Vila Boa de Goiás, a dos administradores da Capitania de São Paulo.

Os heróis e até mesmo os traços culturais mato-grossense eram cuiabanos ou *cuiabanizavam-se*⁹. Na descrição relativa aos “hábitos e costumes” dos mato-grossenses, é clara sua tendência de se restringir aos costumes cuiabanos. Para ele, Cuiabá teria preservado a cultura bandeirante, até mesmo no âmbito da língua e da pronúncia (CORRÊA FILHO, 1969, p. 654).. Em Corrêa Filho é possível observar a necessidade de buscar o passado pioneiro de Cuiabá, ressaltando a coragem dos bandeirantes e a permanência de sua “cultura”. Intrépidos e enérgicos, os bandeirantes teriam imposto costumes que se difundiram e passaram a caracterizar os cuiabanos. As danças, músicas, festas retratadas pelo autor são as setecentistas, isto é, permanece sempre a influência do período colonial sobre todos os outros. Em nenhum momento há uma condenação ou visão moralista sobre as manifestações culturais, sobre os costumes ou sobre a maneira de ser dos cuiabanos. No fundo, há a defesa das qualidades raciais e os costumes bandeirantes, que determinaram a formação do povo e foram preservados graças, também, à distância dos centros mais desenvolvidos e a falta de comunicação eficiente. O mato-grossense – cuiabano – aparece sem nenhuma mancha em sua história, é sempre forte e destemido.

Em *Mato Grosso* (1939) há uma parte intitulada *O Cuiabano*, onde descreve a contribuição das “raças” para a formação da população que habitava a capital. Confirma a existência da contribuição do negro e do índio para a composição e formação do povo cuiabano, mas o peso maior dessa formação “provém da mais legítima estirpe dos bandeirantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 253).

Mas essa “legítima estirpe” já fora, antes, alvo de cruzamento com o índio, que teria assegurado ao bandeirante certas qualidades de comportamento. Numa passagem de *História de Mato Grosso*, incorpora as ideias de Paulo Prado, citando, inclusive suas afirmações sobre os benefícios desse *cruzamento*.

O cruzamento com o indígena, sintetizou a propósito Paulo Prado, corrigiu de modo feliz a excessiva rigidez, dureza, inteiriça e fragueira do colonizador europeu do século XVI; o índio, nesse amálgama, trouxe o elemento mais afinado, a agilidade física, os sentidos mais apurados, a intensa observação da natureza quase milagrosa para o homem branco. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 99).

A valorização das origens bandeirantes e a prevalência destes pioneiros na composição da “raça” cuiabana se manifestam em referências nas quais os mato-grossenses são vistos como os “genuínos descendentes dos bandeirantes que lhes formaram o componente racial preponderante” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 104). Em outra passagem, na qual discute os “componentes étnicas modernas (sic)”, faz questão de reforçar que a formação do cuiabano provém de boa parte da população de São Paulo e, em proporções reduzidas, de outros componentes raciais (CORRÊA FILHO, 1969, p. 112).

Ainda nesse item, apresentando apenas dados estatísticos de forma muito sucinta, discutiu a chegada de migrantes no sul do Estado: as famílias mineiras que povoaram o sul pela fronteira meridional, bem

como estrangeiros assim elencados: italianos, franceses e, em menor número, uruguaios e argentinos que se fixaram em Corumbá devido à abertura do Rio Paraguai após a Guerra. Os gaúchos também foram lembrados, atraídos pelos campos da fronteira meridional, e os nordestinos, mobilizados pelos garimpos, bem como “populações da América do Sul”. Não citou a migração paraguaia, contingente que influenciou de forma bastante expressiva o sul do estado. Também omitiu a presença do boliviano. Certamente, estariam engrossando as estatísticas daquilo que Corrêa Filho denominou “América do Sul”, correspondente à maior composição estrangeira em termos numéricos¹⁰ (CORRÊA FILHO, 1969, p. 113).

Após essa descrição, é possível afirmar que o desvelamento das ideias do autor, sobre o sul e sobre a fronteira, demanda a análise de suas obras temáticas, sobretudo *À sombra dos ervais matogrossenses* (1925 b) e *Ervais e ervateiros do Brasil* (1957).

À sombra dos ervais mato-grossenses, volume quatro da coletânea denominada Monografias Cuiabanas, foi publicada em 1925¹¹. Das obras de Corrêa Filho que versam sobre a fronteira ou a ela se referem, esta é a mais rica em informações e, sobretudo, a mais expressiva por captar as contradições do período abordado, a que mais expõe as divergências políticas do autor. Virgílio Corrêa Filho, à época, era Secretário de Estado e a Matte Larangeira detinha o domínio econômico local. A obra é um expressivo registro das posições assumidas pelo grupo contrário ao monopólio, ainda no calor dos acontecimentos. O autor aborda a exploração da erva-mate mato-grossense, com atenção especial às concessões dos ervais e aos conflitos políticos que derivaram do monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira. A obra realizou, sobretudo, uma exposição de suas divergências com relação à Matte; a fronteira tornou-se pano de fundo para o autor fazer

a defesa dos interesses do capital comercial instalado em Mato Grosso.

Nessa obra o autor é mais enfático na defesa de suas posições e bastante objetivo nos ataques à Empresa e ao monopólio que exercia.

Denunciou a política de arrendamento dos ervais que, em sua opinião, resultava na concessão de “privilégios”. A onda de “privilégios” teria se iniciado com Tomaz Larangeira, que arrendou os ervais sem concorrência em razão da ação de seus “protetores”, Barão de Maracaju e Antônio Maria Coelho (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 15-18). Larangeira vendeu a concessão em 1892 e os favores foram estendidos, então, para os Murtinho, que formaram uma “pseudocompanhia”¹², a Companhia Matte Larangeira. Ou seja, Larangeira teria constituído uma empresa para vendê-la, logo depois, para que os Murtinho pudessem assumir a concessão, intransferível à época. O autor denunciou os privilégios obtidos por esse grupo e a relação entre o público e o privado em Mato Grosso. Denunciou, também, a destruição ecológica decorrente do corte sem controle dos ervais, praticado pela empresa (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 33- 35).

Colocou-se politicamente ao lado dos gaúchos, pequenos posseiros que realizaram uma acirrada campanha contra a Companhia, promovendo revoltas armadas e vários conflitos localizados no sul do Estado. Os comerciantes, visando minar ao monopólio, aliaram-se aos gaúchos que já se manifestavam contra a Matte Larangeira.

Foi clara sua posição contra os “latifúndios”, na região, ao apoiar o grupo que tentou diminuir a área de concessão para a Companhia, a partir de 1906, quando esta empresa enviou projeto para aprovação da Assembleia, procurando antecipar a prorrogação do monopólio. Corrêa Filho se manifestou favoravelmente à Comissão de Indústria, da qual seu pai, o deputado Virgílio Alves

Corrêa, era um dos membros. Nessa Comissão, segundo ele, “contra a ideia da criação de latifúndios dominados por sindicatos estrangeiros, prevaleceu a tendência proteccionista de colonização nacional, que á primeira visava refrear” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 53). Discutiui nessa obra, ainda, a disputa travada na *Questão do Matte*, campanha movida por Pedro Celestino que visava negar a renovação de arrendamento à empresa e vários favorecimentos por ela requeridos. A Questão do Matte iniciou-se em 1912, quando a Companhia resolveu discutir a renovação do contrato, apresentando algumas alterações de cláusulas. Nesse momento, Pedro Celestino assumiu a liderança da oposição, antes comandada por Ponce, e passou a afrontar o grupo defensor dos direitos da Companhia, liderado pelo senador Azeredo. A nova proposta, segundo Pedro Celestino, era ainda mais nociva ao Estado que a anterior, já que requeria mais vantagens, solicitando a permissão para explorar produtos florestais, agrícolas, industriais, minerais, etc, sem pagar os impostos devidos, que a Companhia “habilidosamente incluía nas quotas de arrendamento” (COSTA, 1912 *apud* QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). Além disso, a empresa ainda propunha pagar taxa fixa não proporcional à produção. Pedro Celestino iniciou, então, uma campanha contra a nova proposta. Os membros da Assembleia, nesse período, já haviam sido renovados em eleição recente e a comissão, ao contrário da anterior, era favorável à nova proposta da Companhia Matte. Daí Pedro Celestino ter promovido uma campanha por meio do jornal *Mato Grosso*, conclamando os deputados a analisarem melhor a proposta, sabendo “honrar o seu mandato não homologando esse contracto leonino” (QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). A solução encontrada pela oposição foi a de obstruir a votação do projeto pelo não comparecimento à sessão, inviabilizando a sua aprovação. Corrêa Filho (1925 b, p. 73) apontou essa luta como “das mais renhidas” do período.

A Companhia resolveu retirar a proposta, esperando nova oportunidade para discutir o arrendamento. No governo seguinte, as concessões foram renovadas pela Resolução nº. 725, que autorizava o Poder executivo a “[...] contractar com a Empresa Larangeira Mendes & Comp., ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer, o arrendamento e a exploração dos herveaes do estado” (MATO GROSSO, 1915 *apud*, CORRÊA, 1986, p. 287). Também autorizava a firmar novo contrato, após concorrência pública, não podendo o mesmo exceder o arrendamento de uma área de 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares). A empresa poderia escolher entre as melhores áreas de ervais. A resolução resguardava o direito dos posseiros, ocupantes da área do contrato em vigor, dando-lhes preferência para a compra, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916. A área de compra não poderia ser superior a dois lotes de 3.600 hectares cada um, devendo, para tanto, o posseiro provar “cultura efectiva e morada habitual anteriores ao ano de 1914” (MATO GROSSO, 1915, *apud* ARRUDA, 1986, p. 288). De fato, a diminuição da área e a demarcação de terras aos posseiros ocorreu somente em 1919 e a área da Companhia ultrapassou o acordo firmado, chegando a ocupar 504,4 léguas quadradas, ou seja, 1.815.905 hectares (CENTENO, 2000, p. 121).

Após 1919, quando se reduziu a área de exploração da Matte Larangeira, o autor concluiu que esta empresa entrara numa espécie de *nova fase*. Corrêa Filho (1925 b, p. 86) acreditava numa “nova era aos herveaes permeabilizando-os á penetração dos pequenos posseiros” e no fim do monopólio da Companhia. Para ele, a empresa teria compreendido “que já não poderia conter a evolução da industria hervateira nos mesmos moldes do monopólio em que se engrandecera” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 95). O que Corrêa Filho não explicita é que a Companhia se beneficiou desta

situação, já que os pequenos proprietários, não tendo como escoar a produção a entregavam diretamente à empresa. Segundo Alves, os gaúchos acabaram, dessa forma, se transformando “numa reserva de mão de obra explorada com regularidade” (ALVES, 1985, p. 53). A Matte, que enfrentava grandes problemas com a evasão de trabalhadores de origem paraguaia, resolvera essa dificuldade, em parte, utilizando os braços dos pequenos proprietários.

Corrêa Filho defendia, também, a necessidade de mudar o sistema de arrecadação, realizado com o uso de taxas fixas. Essa questão, informa, teria sido resolvida numa Resolução do Governo Pedro Celestino que introduziu taxa *ad valorem*. Ressaltava, ainda, que essa mesma resolução limitava a área em 1 milhão de hectares.

Corrêa Filho viu essa “nova fase” com certo otimismo. Acreditava que, após a redução da área arrendada à Companhia Matte Larangeira e a exploração dos ervais pelos pequenos proprietários, a região pudesse ser explorada pela livre-concorrência.

[...] o futuro contracto com a própria Empresa Matte, ou qualquer outro pretendente, deverá representar mais um avanço na evolução da indústria hervateira que, iniciada por meio de monopólio absoluto, tende progressivamente a parcellar-se, para acolher a actividade de novos concurrentes. (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 104-105).

De fato, as áreas que possuíam ervais foram disponibilizadas aos pequenos proprietários, mas, efetivamente, era a Companhia que comprava toda a produção e a exportava. O monopólio ainda se mantinha, mas agora de forma mais velada. Ainda é preciso esclarecer que mesmo com a redução da área legal, a Companhia ainda possuía cerca de 2.115.905 hectares se somarmos a área arrendada (1.815.905 hectares) e as terras de sua propriedade, cerca de 300.000 hec-

tares (GUILLEN, 1991, p. 78; CENTENO, 2000, p. 71).

É necessário observar, também, que o processo desejado por Corrêa Filho não se verificou na fronteira. A instalação dos posseiros enfrentou dificuldades, com a contestação realizada pela Companhia Matte às áreas ocupadas e com financiamento aos pequenos proprietários. Na realidade, esses pequenos domínios se transformaram em médias e grandes propriedades.

Como foi observado, a maior parte de *À sombra dos ervais mato-grossenses* é dedicada à análise política, mas há, também, trechos acerca do trabalho nos ervais, que discorrem sobre a necessidade de trabalhadores especializados e sobre o regime de trabalho.

Corrêa Filho preocupa-se em relatar, ainda, o regime compulsório adotado na exploração da erva-mate e o denuncia por meio de citação de trechos de relatos de administradores espanhóis e viajantes que visitavam os ervais no Paraguai, nos séculos XVII e XVIII. Um deles, um “observador arguto”, o “geographo” Azara, teria dito no final do século XVIII:

El principal giro de estos vecinos es conchavar se, para los beneficios de la yerba, á los que emprenden estas faenas, las cuales son lucrativas en ciertos casos á los amos, y nunca á los peones, que trabajando barbaramente ningún adelanto consiguen: porque pagarles la yerba que trabajan com generos, dan estos tan subidos de precio que aseguran todos que es un asombro. (AZARA, *apud* CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 12-13).

Cita, também, casos relatados pela literatura, como o de Rafael Barret, que teria denunciado a escravidão nos ervais do Paraguai, no início do século XX. Mas, numa passagem, Corrêa Filho observa que esse tipo de exploração do trabalho já estaria modificado, sem dar maiores detalhes: “veja-se a tocante descrição de Rafael Barret em Los que son lês yerbales. Hoje o regimen está um tanto modificado” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 37).

Parece que o autor não se interessou em denunciar o regime escravo adotado nos ervais, em sua época, fato que poderia comprometer juridicamente o Governo do qual era Secretário.

Entretanto, é preciso esclarecer que o regime de trabalho adotado nos ervais foi mantido mesmo após a década de 1930 (CENTENO, 2000). O regime de trabalho adotado nos ervais era denominado regionalmente de *escravidão por dívidas*. Era uma espécie de contratação da força de trabalho – o conchavo – que consistia em “adiantar” o pagamento para o trabalhador, endividando-o antes mesmo de começar a trabalhar. Com o tempo, a dívida ia se avolumando descontroladamente, em virtude dos altos preços dos gêneros comercializados no local de trabalho, fornecidos pela própria empresa contratadora. Isso assegurava a manutenção da força de trabalho e tornava o trabalho obrigatório, já que o trabalhador nunca conseguia quitar a dívida. Na região fronteira, a contratação era realizada no Paraguai, local em que se encontrava grande número de trabalhadores ervateiros. Em pesquisa acerca do trabalho nos ervais (CENTENO, 2000), foi constatado que o regime de dívidas se manteve porque o número de trabalhadores era escasso e por isso, buscado fora do País, isto é, no Paraguai. Não tendo como substituir esse trabalhador, era necessário assegurá-lo por esse tipo de regime de trabalho. Isso se manteve enquanto predominou a organização manufatureira do trabalho nos ervais de Mato Grosso. O trabalho manufatureiro adota a divisão do trabalho, subdividindo o processo segundo as suas operações constitutivas. Embora já conte com trabalhadores especializados, eles realizam operações complexas que exigem habilidade e o manejo de ferramentas, ao contrário de sua fase mais avançada, a maquinaria (CENTENO, 2000). No caso da fronteira, existiu uma singularidade: eram de nacionalidade paraguaia os trabalhadores que domina-

vam esse processo. Estes se tornaram extremamente importantes como força de trabalho especializado na região e são sempre referenciados como herdeiros da “tradição” guarani.

O aproveitamento da força de trabalho guarani é antigo na exploração da erva-mate, encontrando-se registros nas Missões Jesuíticas. Lá, deduz-se que o trabalho ainda era artesanal. Assim como outras atividades do sistema capitalista de produção, o trabalho nos ervais passou por modificações que acabaram se refletindo no domínio que esse trabalhador tinha do processo. A primeira dessas modificações foi a fragmentação desse conhecimento com a implementação da divisão do trabalho, dando origem às manufaturas. Contudo, mesmo com a adoção da divisão do trabalho a especialidade se manteve. No caso da atividade ervateira da fronteira, os trabalhadores especializados eram de nacionalidade paraguaia.

Memorialistas e até mesmo viajantes que passaram por Mato Grosso, nas décadas de 1920 e 1930, registraram a violência contra os trabalhadores dos ervais, contribuindo para comprovar que esse regime ainda se manteve por algumas décadas (CENTENO, 2000, p. 151-152).

Ervais do Brasil e ervateiros, escrita em 1957, mantém, em grande parte, as ideias do autor, mas ampliadas com comentários sobre a produção ervateira no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lugares identificados com a “geografia do mate” (1957, p. 9).

A obra, um dos volumes da série *Documentário da Vida Rural*, foi encomendada pelo Serviço de Informação Agrícola que, em convênio com o Instituto Nacional do Mate, objetivava oferecer “um valioso subsídio ao estudo do mate no Brasil” (VIEIRA, 1957, p. VIII).

Corrêa Filho analisa as origens da exploração ervateira, mostrando erudição e conhecimento ao citar autores que trataram da erva-mate, inclusive sob a forma

de poemas, tanto no período colonial como no passado recente da produção. Todavia, diferentemente do trabalho anterior em que o autor tratava de problemas conjunturais, as polêmicas já estão amainadas e seu objetivo, neste estudo, é o de enriquecer as informações sobre a atividade. Corrêa Filho faz um estudo sobre as formas de produção e sobre as suas “consequências sociológicas”. Estas são entendidas como as formas de socialização ocasionadas pela disseminação do uso do mate, “admirável polarizador de estímulos sociológicos, causadores de peculiaridades da vida regional”.

Adaptado a todas as condições sociais, tanto o mate anima o convívio dos que dispõem de abundante haveres, como alegra os menos providos de recursos. Enquanto os primeiros se utilizam de cabaças decorativas, cintadas de prata e não raro de ouro, acompanhadas de bombilhas de igual estilo, aos outros bastará uma cuia comum, e o canudo de metal mais barato (...) na casa do rico, porém, como igualmente nos galpões, o mate irmana os circunstantes como se filiassem à mesma família. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 79).

Ressalta as peculiaridades do mate, abordando as características culturais das rodas de chimarrão, das rodas dos repentistas, do churrasco e até mesmo da “filosofia de vida”, citando para exemplificá-la versos do folclore paranaense.

Peço pouco nesta vida
P’ra minha felicidade,
Uma cabrocha destorcida,
Uma viola bem sentida
Facão, mate e liberdade.

(CORRÊA FILHO, 1957, p. 81)

Considera importante o costume de tomar mate que, por ser coletivo, envolve “solidariedade”, diferentemente do costume de tomar café que é uma bebida tomada isoladamente.

Mais do que seu consumo, por bebedores isolados, porém, sobreleva a ação eficaz agente de sociabilidade, que não somente promove a aproximação entre si até de desconhecidos, como ainda reforça a amizade dos que se deliciam ao ‘matear’ em companhia amistosa, utilizando a mesma cuia e bomba comum. Não admira que facilite a reconciliação dos desavinhos (sic) por motivos somenos, nem que participe, como fator agremiativo, nos lances mais festivos da vida familiar. Inspiradores de afeições, centenas de noivados deram-lhe não pequeno quinhão de incentivo inicial e intensificação ulterior. Mais insinuante do que a praticada nas regiões cafeeiras, onde ao visitante não falta a bebida afamada, a hospedagem proporcionada pelo mate adquire feições afetuosas. Acordes com o temperamento reservado dos seus proprietários, as casas acostumadas ao uso do café, servem-no em xícaras individuais, não admitem maior cerimônia nas aproximações. Ainda que sejam oferecidas a pessoas estranhas, não importa. A água se encarregará, em lavagem ulterior, de apagar quaisquer vestígios nocivos. Com o mate, porém, a bombilha passa de boca em boca, evidenciando intimidade. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 82)

A obra é rica em fontes e informações sobre a produção da erva-mate no país, mas em relação à anterior, no que diz respeito à suas posições sobre a fronteira, não traz novidades.

Conforme foi demonstrado ao longo da descrição, em suas obras de caráter mais geral, Corrêa Filho ignora a história da fronteira em seu período mais recente de desenvolvimento, isto é, no período em que foi colonizada. Isso não acontece somente com a fronteira, mas também com o sul de Mato Grosso.

Corrêa Filho é o historiador das raízes cuiabanas, não por acaso suas raízes. Isso não significa que o autor tenha desconhecimento acerca do sul do estado

ou que não o tenha estudado, sobretudo em algumas obras monográficas. Significa que procurou reservar grande parte de suas análises ao período colonial e imperial, época em que o norte e Cuiabá tiveram primazia política e econômica.

Nas obras que versam sobre a erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo e as questões que mais o preocupam são as de natureza política. Não se encontra na obra de Corrêa Filho uma reflexão sobre a fronteira com o Paraguai com vistas ao seu desenvolvimento. Quando trata dos posseiros, por exemplo, o apoio a esses pequenos proprietários era motivado, sobretudo, por suas diferenças políticas em relação à Matte Larangeira. Quando incorpora algumas ideias nacionalistas, como os ataques à dominação estrangeira ou aos latifúndios, é preciso ressaltar que elas são formas de combate à Companhia Matte Larangeira. Sua proposta para a fronteira é muito simplista: tão somente a eliminação do monopólio da Matte, daí a inexistência de elaborações outras sobre a região, tanto no que se refere à economia como à cultura, à educação ou à ocupação.

Corrêa Filho é o ideólogo dos comerciantes e, nesse sentido, aflora o regionalismo contido nos seus escritos. Suas posições e suas teses expressam os interesses dessa fração de classe. As disputas políticas, entretanto, não são anunciadas claramente, como já foi comentado, sobretudo nas obras de caráter mais geral. A intenção do autor, nessas obras, é a de projetar Mato Grosso e ressaltar suas potencialidades. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo é multifacetado e apresenta várias formas de incorporação de ideias, havendo necessidade de deslindá-las. O regionalismo de Corrêa Filho, por exemplo, não pode ser identificado com separatismo, como o que ocorreu no sul de Mato Grosso. O regionalismo de Corrêa Filho tem origens em Cuiabá e se expressa na luta do capital comercial

contra o capital financeiro. Ele foi o intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense e, por isso, suas ideias deixam transparecer os interesses e necessidades dessa fração de classe social.

Sintetizando, verifica-se que, de um modo geral, Virgílio Corrêa Filho reduz a história de Mato Grosso à de Cuiabá. Nas obras de caráter mais geral, ele não se debruçou sobre a fronteira com o Paraguai no período em que ocorreu a ocupação dessa região. A preocupação do autor acerca da fronteira restringiu-se à definição de seus limites geográficos, daí centralizar-se sobre a época colonial e, em menor escala, sobre o período imperial.

Em trabalhos de caráter temático, como os relacionados à erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo. Sua preocupação com esta região advém de suas opções políticas, associadas aos interesses da burguesia comercial mato-grossense, que visavam à eliminação do monopólio exercido pela Companhia Mate Laranjeira. Se existe um projeto para a fronteira, em sua obra, ele se resume à extinção desse monopólio.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 61, p. 5-61, 2º sem.1985.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.
- CARONE, Edgard. *A República Velha I (Instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difel, 1978.
- CENTENO, Carla Villamaina. *A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. Campo Grande, 2000.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raíais de Matto Grosso*. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1925a. Vol. III

_____. _____. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1926. Vol. IV.

_____. *Á sombra dos herveaes mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1925b. (Monographias Cuiabanas, 4)

_____. *Questões de ensino*. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925c. (Monographias Cuiabanas, 1)

_____. *Evolução do erário*. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925d. (Monographias Cuiabanas, 2)

_____. *À cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 3)

_____. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 6)

_____. *Considerações acerca da peste da cadeira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1927. (Monographias Cuiabanas, 7)

_____. *Indústrias mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1945b. (Monographias Cuiabanas, 5)

_____. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, [1939].

_____. Oeste: obra do Cap. Nelson W. Sodré, pelo Eng. Virgílio Corrêa Filho. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano V, n. 2, abr/jun, 1943, p. 267-277.

_____. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945a.

_____. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira (Mato Grosso: 1890–1945)*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do IFCH. UNICAMP, 1991.

MATTO-GROSSO. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa em 13 de Maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mário Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Matto-Grosso*. Cuiabá: Typographia Oficial, 1926. In: <http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u479/000002.html> Acesso em: 02.02.2006.

QUESTÃO MATTE. Cuiabá, MT: Avelino de Siqueira, 1912.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999.

VIEIRA, José A. Apresentação. In: CORRÊA FILHO Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1998.

NOTAS

ⁱ Pedro Celestino (1860- 1932) governou Mato Grosso nos períodos de 1908 a 1911 e de 1922 a 1924. Chefe do Partido Republicano Mato-grossense – PRMG, participou da organização de várias “revoluções” ocorridas no início do século, que tentaram derrubar o monopólio da Companhia Matte Larangeira. A admiração do autor pelo seu sogro levou-o a escrever uma biografia sobre o mesmo, intitulada *Pedro Celestino: o guia dos mato-grossenses* (CORRÊA FILHO, 1945a).

ⁱⁱ Os ervais na fronteira de Mato Grosso começaram a ser explorados no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), em uma vasta região do cone sul do Estado de Mato Grosso. Tomáz Larangeira,

tendo participado como fornecedor de alimentos para os combatentes desta Guerra, conseguiu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ter sido o único a explorar ervais na região, Larangeira obteve mais benefícios e monopolizou por mais tempo essa atividade (CENTENO, 2000, p.130-134). No ano de 1892, Larangeira se associou aos irmãos Murtinho, poderosa família de políticos locais e maiores acionistas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Matte Larangeira. Configurou-se, pela primeira vez em Mato Grosso, a interferência do capital financeiro na produção (ALVES, 1985, p. 31). Através do favorecimento político, essa Companhia chegou a arrendar cerca de 5 milhões de hectares, tendo sido essa área reduzida, em 1916, para menos de 2 milhões. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para participar das decisões parlamentares. Possuía direito e exclusividade de exploração de todos os rios e Portos que estavam em seu arrendamento, dispunha de uma estrada de ferro de sua propriedade, que ligava Guairá a Porto Mendes, e as instalações do referido porto, além de possuir polícia e moeda própria em seus domínios. Em 1929, ocorreu uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil. No entanto, a maioria das ações era ainda de posse da empresa estrangeira. Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, seus sócios procuraram nacionalizar a empresa. A década de 1930 foi desfavorável à empresa e à produção ervateira como decorrência da crise econômica e política. Afetada profundamente, o resultado foi a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia, que monopolizava grandes exten-

sões. Contudo, seu declínio acentuou-se após a autossuficiência da produção dos ervais argentinos (CENTENO, 2000).

Fato também observado em Zorzato (1998, p. 64) e Saboya (1999). Os artigos, nesse sentido, são fontes expressivas na sua trajetória intelectual, que revelam suas diferenças teóricas. Os combates teóricos que o autor trava são dirigidos aos intelectuais que fizeram críticas a Mato Grosso ou foram, para ele, *superficiais* em suas análises. Uma delas é dirigida à obra *Oeste* de Nelson Werneck Sodré. Corrêa Filho reconhece a grandeza de Sodré, admitindo que o autor é de uma “inteligência vivaz e brilhante”, mas “à procura de aplicação” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 267). Para Corrêa Filho, Sodré refere-se ao Estado como desconhecido, já que ao utilizar somente os livros de cultura geral, “aliás dos mais insignes mestres”, ignora a extensa literatura produzida sobre Mato Grosso: “Não apontou as monografias do Visconde de Taunay, de seu filho, A. de Taunay, sagaz historiador das Bandeiras, os relatórios da Comissão Rondon, indispensáveis ao conhecimento da parte ocidental do Estado, de Arrojado Lisboa, de Glyncon de Paiva, Milward, Erichsen, e outros, que estudaram a região sulina e oriental, de Leverger, historiador e geógrafo, assim como Ricardo Franco e Luiz D’Alincourt, de fase anterior, as memórias históricas de Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, J. Costa Siqueira, as contribuições dos naturalistas H. Smith, C. Von Den Steinen, Lindmann, M. Smith, Ehrenreich, Evans, os ensaios de José de Mesquita e seus companheiros do Instituto Histórico de Mato Grosso. (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). O autor tece outras críticas, como o desprezo a “componente cuiabana, mais antiga e fundadora” no regime pastoril (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). Refuta também a generalização da caracterização da população com o regime dos “fora da lei”, isto é, do banditismo. Afirma o autor: “Infratores do código penal sempre houve e haverá em toda a parte, até nas cidades supercivilizadas como Nova Iorque, onde operam ‘gangsters’. Em Mato Grosso, não é mais freqüente do que alhures o fenômeno, que se torna discutido quando surge um bandoleiro do feitio do Silvino Jaques, que parece ter inspirado os comentários do autor”. Segundo Corrêa Filho, a interpretação de que o regime pastoril teria provocado essa civilização marginal ou esse “primitivismo social” é incorreta. Mas, diz o autor, isso só se afirma em certos locais de Mato Grosso:

“Ao frasear elegante falta a consistência da concordância com os fatos. Não quer dizer que seja falsa a afirmativa do autor, inteligente demais para resvalar em tal cincada. Mas a sua observação, em área reduzida, ampliou-se desmedidamente, perdendo assim a precisão” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 272). Acerca da afirmação de Sodré de que o homem do oeste possuía desestima pela terra, fruto da cultura pastoril, rebate Corrêa Filho: “Entretanto qualquer estatística elaborada com esmero apontaria centenas de fazendas em Mato Grosso, que permaneceram por prazo longo sob o domínio do proprietário primitivo e seus sucessores, prova do poder agarrativo da terra.” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 274)

^v “Segundo Horácio Nazar [19--], em 1884, Francisco Mendes Gonçalves foi incorporador, com outros comerciantes estrangeiros, do Banco de Comércio, situado na Argentina, associado ao capital inglês proveniente do London Bank of México and South América. Francisco Mendes foi, também, vice-presidente do Banco de la Província de Buenos Aires, desde 1906 até 1930, ano de sua morte.” (CENTENO, 2000, p. 90)

^{vi} Esta série constituiu-se, inicialmente, de seis volumes: *Em legítima defesa, Versatilidade presidencial, Deponendo uma gralha empavonada*: respostas às injúrias do Bacharel Manoel Paes, *O Siamês da gralha empavonada*: respostas às injúrias de Borralho, *O detrator oficial*: respostas às injúrias do Dr. Mário, *Relendo a mensagem*: continuação da resposta às injúrias do Dr. Mário. Posteriormente, foi acrescentada mais uma publicação, *Política de Mato Grosso*: como se desmascaram e se esmagam as perfídias de um paranóico e imbecil (SABOYA, 1999, p. 68). Sobre o mesmo assunto foram publicados, ainda, *Política de Mato Grosso*: o cérebro de um mentiroso é a oficina do diabo (1929), *Desmascarando um grande canalha e imbecil* (1929) e *O sr. Mário Corrêa: um caso político - um caso patológico* (SABOYA, 1999, p. 75).

^{vii} Augusto Leverger era chamado por Corrêa Filho de “bretão cuiabano”. (CORRÊA FILHO, 1945a, p. 7).

^{viii} No censo realizado em 1940, havia em Mato Grosso, 426 alemães, 319 espanhóis, 516 italianos, 1.105 japoneses, e 910 portugueses. Quanto ao contingente da “América do Sul”, seriam 17.216 pessoas (CORRÊA FILHO, 1969, p. 113).

^{ix} Grande parte dessas obras foram escritas na década de 1920, época em que o autor ocupou o cargo de Secretário na administração de Pedro

Celestino e Estevão Corrêa. As *Monografias Cuiabanas* compõem-se de seis volumes: *Questões de ensino* (1925), *Evolução do erário* (1925), *À cata de ouro e diamantes* (1926), *À sombra dos herbais matogrossenses* (1925), *A propósito do boi pantaneiro* (1926), *Considerações acerca da peste da cadeira* (1927) e *Indústrias mato-grossenses* (1945b).

^x Expressão utilizada por Antônio Corrêa, que rompe com Murinho e se alia a Generoso Ponce na “revolução” de 1899. Começa, então, a atacar seu antigo aliado e os negócios nos quais se envolvera, usando artigos publicados no jornal *A Reação*, editado no Paraguai. Num deles, teria feito acusações à forma pela qual a Companhia foi formada, denominando-a de “pseudo Companhia” (CORRÊA, 1902, *apud* CORRÊA FILHO, 1925b, p. 28).

COLEÇÃO CULTURA BRASILEIRA

Série "ESTUDOS"

2

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

HISTÓRIA DE MATO GROSSO



INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Rio de Janeiro — 1969

BIBLIOGRAFIA VIRGILIANA DA HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ETNOLOGIA DE MATO GROSSO

BIBLIOGRAPHY VIRGILIAN OF HISTORY,
GEOGRAPHY AND ETHNOLOGY OF MATO GROSSO

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Historiador reconhecido pela sua produção em livros e artigos relativos, especialmente, a Mato Grosso. Membro efetivo do IHGMT, sócio correspondente do IHGSP, além de outras instituições. Advogado e empresário.

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar um arrolamento das obras escritas pelo eminente historiador mato-grossense, Virgílio Corrêa Filho, o que torna esse conjunto de sua produção de indispensável consulta por parte de pesquisadores e estudiosos que se interessam em investigar o contexto mato-grossense e brasileiro, nas áreas da história, geografia e etnologia.

Palavras-chave: História. Geografia. Etnologia. Virgílio Corrêa Filho.

ABSTRACT: This article aims to present a list of works written by the eminent historian Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, which makes this set of his production an indispensable consultation by researchers and scholars interested in investigating the Mato Grosso context and Brazilian, in the areas of history, geography and ethnology

Keywords: History. Geography. Ethnology. Virgílio Corrêa Filho.

Virgílio Corrêa Filho nasceu em Cuiabá, a 6 de janeiro de 1887 e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1973.

A despeito de ser formado em engenharia, Virgílio Corrêa Filho foi um dos melhores historiadores de Mato Grosso. Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico, e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacando-se pelas pesquisas inéditas que fazia e depois publicava em livro ou como artigos editados por Institutos Históricos de vários estados do Brasil e do Exterior, e também por organismos públicos e privados.

Obviamente, qualquer historiador mato-grossense ou brasileiro que realmente se interesse pela História, se admira por acessar a volumosa obra de Virgílio Corrêa Filho.

Entre artidos e livros da História, Geografia e Et-nologia de Mato Grosso pôde produzir o surpreendente número de 128 títulos.

Ninguém até hoje conseguiu superrar tal proeza, pois tinha ele o dom da pesquisa e o talento, além da extrema facilidade em escrever e produzir textos memoráveis de forma perfeita e completa. Por isso a quantidade de títulos e a importância e abrangência verificadas em seus artigos e livros.

Em Mato Grosso, exerceu o cargo de Secretário Geral do Governo do Estado o fazendo com muita competência, além de outros cargos nas esferas Federal e Estadual.

Tendo se mudado de forma definitiva para o Rio de Janeiro, Virgílio Corrêa Filho tornou-se sócio do IHGB e, por anos seguidos, foi o seu 1º Secretário, cargo que permitiu-lhe organizar, de forma quase que definitiva, a imensa biblioteca e o seu arquivo, de riquíssimo acervo documental.

A sua bibliografia é surpreendente. Escreveu desde pequenas biografias de diversos personagens, até volumosos livros, muito apreciados por estudantes, professores e interessados de forma geral. Dentre seus

livros, podemos destacar a *História de Mato Grosso*. Realmente, esse foi o melhor livro acerca da História de Mato Grosso produzido no estado. É um trabalho, publicado em 1969, tornando-se referência, onde todos o consultam para suas pesquisas e trabalhos.

Apresentamos a seguir a relação de todos os títulos de História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Estrada da Chapada. Cuiabá: Tip. Oficial, 1910.

CORRÊA FILHO, Virgílio. História Literária e Científica. RAML, Cuiabá, v.I, 1922.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A Estrada de Ferro para Cuiabá. Cuiabá: Impr. Oficial, 1945.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A Cartografia da região Amazônica. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 259, 1963.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Batista das Neves. RIHGMT, Cuiabá, tomos 127/128, 1987, p. 21.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Alexandre Rodrigues Ferreira e o Instituto. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 205, 1949.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Exposição lida a 23 de janeiro de 1926 pelo Dr. Virgílio Corrêa Filho ao fazer a passagem da Secretaria Geral do Estado ao Dr. Manoel Paes de Oliveira. In: A SÍNTESE de um Governo. Cuiabá: Salesianas, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A cata de ouro e diamantes. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A Posse de Dom Aquino. RCML, Cuiabá: v. 13, 1928.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Antonio Cláudio Soido. RBG-IBGE, Rio de Janeiro: Seção Vultos da Geografia Nacional, n. 4, 1950.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A obra Oeste do Capitão Nelson Werneck Sodré. RBG-IBGE, Rio de Janeiro, n. 2, 1943.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A propósito do boi pantaneiro. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A propósito dos novos territórios. Rio de Janeiro: Tip. do Comércio, 1944.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pedro Celestino**. In: Polianteia em Homenagem à Memória do Benemérito Mato-grossense Coronel Pedro Celestino, Cuiabá: Calhao, 1932.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Aproveitamento dos cerrados para as lides da lavoura**. Rev. Brasil Oeste, São Paulo, n. 87, 1963.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **As Raias de Mato Grosso - Fronteira Setentrional**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1924, v. 1.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **As Raias de Mato Grosso - Fronteira Oriental**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1925, v. 2.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **As Raias de Mato Grosso - Fronteira Meridional**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1925, v. 3.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **As Raias de Mato Grosso - Fronteira Ocidental**. São Paulo: O Estado de Mato Grosso, 1926, v. 4.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Alexandre Rodrigues Ferreira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **A Rede Ferroviária de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1934.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Dr. Antônio Corrêa da Costa**. RCML, Cuiabá, v. 2, 1922.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **A Síntese de um Governo**. Cuiabá: Salesianas, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **À Sombra dos Hervais Mato-grossenses**. São Paulo: São Paulo Ed., 1925.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Augusto Leverger, o Bretão Cuiabano**. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1941.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Baianos em Mato Grosso**. RIHGB, Rio de Janeiro: v. 200, 1948.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Beaurepaire-Rohan**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 263, 1964.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Bois de Sela**. In: Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Bosquejo da evolução literária em Mato Grosso**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 242, 1959, p. 40 a 50

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Breve História sobre Coxim**. Almanaque Ilustrado. Três Lagoas, Gazeta do Comércio, n. 2/3, ano 3, 1929/30.

- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Caçadores de Onça*. In: *Tipos e Aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Comentário a “Le Matto Grosso” obra de R. Courteville*. RBG-IBGE, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, 1939.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Comentários às Fronteiras Guaranis de Melo e Silva*. RBG-IBGE, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, 1940.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Considerações acerca da peste da cadeira*. São Paulo: Secr. de Agric., 1927.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá, no centro da América do Sul*. Apud _____. *Relação dos trabalhos elaborados e publicados até dezembro de 1966*. Rio de Janeiro: s.n., 1987.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Correspondência do Governador de Mato Grosso - Anotações à narrativa de D. Antônio Rolim de Moura*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 263, 1964.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Cuiabá - Afluente do Paraguai*. RBG-IBGE. Rio de Janeiro: ano 4, n. 1, 1942.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Rondon e sua obra*. Rev. Universo. Rio de Janeiro, número especial, 1955.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira em Mato Grosso*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 231, 1956.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *D. Antônio Rolim de Moura*. RBG-IBGE, Rio de Janeiro, Seção Vultos da Geografia, ano 18, n. 4, 1956.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Dom Aquino Corrêa*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 233, 1956.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Depenando uma gralha empavonada*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *De São Paulo à Cuiabá - Derrota do 1º Ten. Augusto Leverger*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 247, 1960.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Devassamento e ocupação da Amazônia Brasileira*. RBG-IBGE, Rio de Janeiro: ano 4, n. 2, 1960.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Dom Malan*. RAML, Cuiabá, v. 21/2, 1932.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Dois centenários: J. Saturnino e Generoso Ponce*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 216, 1952.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Em legítima defesa*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e Ervateiros*. Rio de Janeiro: Serv. de Doc. Agrícola, 1957.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Estêvão de Mendonça*. Rio de Janeiro: Cons. Nac. de Geografia, 1949.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Evolução cultural e religiosa da Amazônia*. RBG-IBGE, Rio de Janeiro, ano 5, n. 2, 1943.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Evolução da Pecuária Mato-grossense*. Rev. Economia, São Paulo, ano 3, n. 25, 1941.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Evolução do Erário*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Evolução Histórica de Mato Grosso*. Rev. Esso, Rio de Janeiro: nov./dez. 1950.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Histórico das Fronteiras*. Anuário Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geogr., ano 1, n. 1, 1953.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fundação de Vila Bela*. In: Anais do 4º Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, IHGB, v. 10, 1952.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Geógrafos em Cuiabá*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 241, 1958.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Excursão à Fronteira Ocidental*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 238, 1958.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1951.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *José de Lima Figueiredo*. RBG-IBGE, Rio de Janeiro, Seção Vultos da Geografia, ano 20, n. 1, 1958.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Expansão Territorial do Brasil*. Rev. do Club Militar, Rio de Janeiro: n. 123, 1953.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*. Documentário da Vida Rural, Rio de Janeiro, Serv. de Inform. Agrícola, n. 10, 1955.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fundação de Cuiabá*. In: Anais do 4º Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, IHGB, v. 10, 1952.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Fronteira Meridional - Frustrações de tentativas demarcatórias**. In: Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 2, 1966.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Guaporé - Fator Geopolítico**. In: Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 2, 1966.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Hidrografia em Mato Grosso**. Almanaque Ilustrado. Três Lagoas, Gazeta do Comércio, n. 2/3, 1929/30.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL, 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Brasília, 1938.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Indústrias Mato-grossenses**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Influência de Mato Grosso na literatura brasileira**. Conferência na Federação das Academias de Letras do Brasil. Rio de Janeiro: s.n., s.d.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Impressões da viagem pelo Paraguai e Jauru - Sá e Faria e D. Manoel Flores**. Rev. Brasil Oeste, São Paulo, ano 10, n. 101, 1965.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Impressões de Campo Grande**. Rio de Janeiro: Alba, 1933.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Joaquim Murtinho**. Conferência proferida no IHGB em 21 de dezembro de 1948. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 201, 1949.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Severiano da Fonseca**. RBG-IBGE, Rio de Janeiro: Seção Vultos da Geografia, ano 7, n. 3, 1945.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **João Barbosa de Faria**. RAML, Cuiabá, v.17/20, 1941/2.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **José de Mesquita**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 252, 1961.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Langsdorff em Mato Grosso**. Rev. Brasil Oeste, São Paulo, n. 49, jun. 1960, p. 76/9.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Luiz de Albuquerque**. RBG-IBGE, Rio de Janeiro, Seção Vultos da Geografia, ano 16, n. 4, 1964.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Luiz de Albuquerque - Fronteiro Insígne**. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1942, Separata dos Anais do 3º. Congresso de História Nacional.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso - Seu devassamento e ocupação**. In: Anais do 4º Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, IHGB, v. 4, 1952.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Navarro de Abreu - Paladino da Maioridade**. In: Anais do 3º. Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB, 1938.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Bandeirismo da formação das cidades**. In: Curso de Bandeirologia. São Paulo: Dep. Est. de Informações, 1946.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Centenário do Bispado de Cuiabá**. Rio de Janeiro: Comissão Organizadora, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Civilizador do Sertão**. RIHGMT, Cuiabá, tomo 43/4, 1940.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Detrator Oficial**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1927.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Poaieiro**. In: Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Século de Antônio Corrêa da Costa**. RAML, Cuiabá: v. 49/52, 1957/8.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Siamês da gralha empavonada**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1927.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O Tratados com a Bolívia - Limites e Comunicação Ferroviária**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1930.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanaís Mato-grossenses**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pedro Celestino**. Rio de Janeiro: Valverde, 1945.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Portugueses em Mato Grosso**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 245, 1949.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Presença de São Paulo em Mato Grosso**. Conferência proferida no Club dos 21 Amigos. São Paulo: A Gazeta de São Paulo, 17, mar. 1958, Separata.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Questões de Ensino**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Questões de Terras**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1923.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Recordações Inéditas de Virgílio Corrêa Filho em seu centenário**. Rio de Janeiro: s.n., 1987.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Relendo a Mensagem**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1927.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Rememorando no 90º dia do passamento do herói mato-grossense Batista das Neves**. Rev. Matto Grosso. Cuiabá, ano 8, n. 2, 1911.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Retomada de Corumbá**. Palestra proferida na Faculdade Nacional de Filosofia em 13 de junho de 1957. Rio de Janeiro s.n., 1957.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Reverendo Cuiabá**. RIHGB, Rio de Janeiro: v. 214, 1952.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Ricardo Franco de Almeida Serra**. RIHGB, Rio de Janeiro: v. 243, 1959.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Rondon**. RBG-IBGE, Rio de Janeiro: Seção Vultos da Geografia, ano 23, n. 3, 1961.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Rondon**. RIHGB, Rio de Janeiro: v. 266, 1965.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Tratado de Limites de 1750**. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 179, 1943.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Alexandre Rodrigues Ferreira - Notas para um perfil**. Rev. da Acad. Bras. Letras. v.135, 1933.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Versatilidade Presidencial**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Vicissitudes do Tratado de Madri**. In: Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IHGB, v. 2, 1966.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Terras devolutas**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 5, 1921, p. 61.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Notas à Margem**. São Paulo: O Estado de São Paulo, s.d.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **O governo de Mato Grosso de Magessi a Pimenta Bueno**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 7, 1921, p.3; tomo 8, 1922, p.47 ; tomo 9/10, 1923, p.103; tomo 13, 1924, p. 61.; tomo 13, 1925, p.47

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Palavras proferidas na sessão de posse da Diretoria eleita para o ano de 1925**. RIHGMT, Cuiabá: tomos 11/12, 1924, p.122.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Subsídios para o histórico da mineração em Mato Grosso**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 14, 1925, p.3; tomo 15, 1926, p. 3.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Surpresa de Mato Grosso**. RAML, Cuiabá: v. 9/10, 1937.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Os predecessores de Rondon**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 19/20, 1928, p. 3; tomo 21/22, 1929, p. 51.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Discurso proferido no Centenário Levergeriano**. RIHGMT, Cuiabá: tomos 23/24, 1930 - p. 109.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Malan d'Angrogne**. RIHGMT, Cuiabá: tomos 25/28, 1931-32.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Relatório apresentado ao Interventor Federal em Mato Grosso em julho de 1932**. s.n.t.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **A República em Mato Grosso**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 29/30, 1933, p. 3 ; tomo 33/34, 1935, p. 5.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Relatório apresentado ao IHMT**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 29/30, 1933, p. 114.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Antecedentes e conseqüentes do movimento nativista**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 31/32, 1934, p.25.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Luís de Albuquerque, o Fronteiro Insigne**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 41/42, 1939, p. 29.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **João de Souza Azevedo**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 45/47, 1941-42, p. 93.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Valorização da Hinterlândia. RIHGMT, Cuiabá: tomo 45/47, 1941-42, p. 125.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Glorificando o mérito. RIHGMT, Cuiabá: tomo 49/52, 1943-44, p. 85.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Paladino da Justiça. RIHGMT, Cuiabá: tomo 53/56, 1945-46. p. 66.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Relatório do Delegado de Mato Grosso ao 10º Congresso Brasileiro de Geografia. RIHGMT, Cuiabá: tomo 53/56, 1945-46, p. 109.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Conferência na Comemoração do centenário de Joaquim Murтинho. RIHGMT, Cuiabá: tomo 57/60, 1947-48, p. 141.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Estêvão de Mendonça. In: _____. Recordações Inéditas de Virgílio Corrêa Filho em seu centenário. Rio de Janeiro: s.n., 1987, p. 141/58.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Relação dos Trabalhos elaborados por Virgílio Corrêa Filho e publicados até dezembro de 1966. RIHGMT, Cuiabá: tomos 127/128, 1987, p. 38.

CORRÊA FILHO, Virgílio. José de Mesquita. RIHGMT, Cuiabá: tomo 141/142, 1994, p. 330

CORRÊA FILHO, Virgílio. Alexandre Rodrigues Ferreira - Historiador. Apud _____. Relação dos trabalhos elaborados e publicados até dezembro de 1966. Rio de Janeiro: s.n., 1987, p. 155.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Lusíadas Setecentistas em Mato Grosso. Apud _____. Relação dos trabalhos elaborados e publicados até dezembro de 1966. Rio de Janeiro: s.n., 1987, p. 155.

DISCURSOS

DISCURSO PRONUNCIADO
POR EDUARDO MAHON,
POR OCASIÃO DE SUA POSSE
NO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE MATO
GROSSO, NA CATEGORIA DE
SÓCIO EFETIVO, AOS 16 DE
DEZEMBRO DE 2017

SPEECH DELIVERED BY EDUARDO MAHON, ON
THE OCCASION OF HIS INAUGURATION AT THE
HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF
MATO GROSSO, IN THE CATEGORY OF EFFECTIVE
MEMBER, ON DECEMBER 16, 2017

A Presidência deste Instituto deferiu-me uma lauda – e não mais – para tudo o que consta do protocolo de posse, o patrono e os agradecimentos em uma redação aceitável, se possível. Para tanto, catei 641 palavras ou aproximadamente 3.300 caracteres, mais do que suficientes em tempos de pós-modernidade.

Nos meus 300 segundos a que tenho direito, quero lembrar que a Casa Barão de Melgaço faz 250 anos de construção ligada eternamente à vida do meu patrono, Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço. A memória do homem cartesiano vai me perdoar por resumir seus cinco governos, artigos de história e cartografia, em 110 mil bytes.

É provável supor que o maior intelectual de sua época ficaria grato pela concisão, assim como o público que, aliviado, agradece à objetividade de Leverger. Os relevantes trabalhos cartográficos publicados por ele na Revista do Instituto Brasileiro em 1862 e 1865, a

fundação e o patrocínio do Gabinete de Leitura em 1874, qualificaram-no para o que vinha a seguir: o Grêmio Visconde de Taunay, liderado por Estevão de Mendonça, fundado em 26 de agosto de 1894, foi a primeira associação que tinha como objetivo o estudo e a divulgação da história de Mato Grosso. À míngua de incentivo, teve vida curta. Explica-se: o grande mecenas da cultura, Antonio Paes de Barros, fora assassinado em 1906. Da mesma forma, feneceu a Sociedade Internacional de Estudos Científicos, fundada em 10 de janeiro de 1899, sob presidência de João Pedro Gardés.

Que falta nos faz governantes que apoiem instituições sérias, produtivas e independentes! Os intelectuais não ficariam sem abrigo, no entanto. Vence quem resiste às intempéries da ignorância. Na terra em que, além das paredes das casas coloniais, caem as homenagens e as memórias de Mato Grosso, os intelectuais continuam de pé. Em 1918, diante da celeuma dos limites entre Mato Grosso e Goiás, o então governador D. Aquino Correa designou Cândido Mariano da Silva Rondon e João Barbosa de Faria como representantes dos interesses mato-grossenses e, no ano seguinte, iria ganhar das mãos de Philogonio de Paula Correa um opúsculo denominado “*Limites de Mato Grosso e Goiás*” e de Barbosa de Faria, “*Limites Orientais de Mato Grosso*”. Por ocasião do bicentenário de Cuiabá e da necessidade estadual de se ver bem representado na Conferência de Limites Interestaduais, foi fundado o atual IHGMT.

Era sabido que o centenário da cidade não fora festejado em 1819 e, por isso, resolveu-se formar a comissão do bicentenário, sob a presidência de Estevão de Mendonça. Reuniram-se em fevereiro de 1918, Miguel do Carmo de Oliveira Mello, João Barbosa de Faria, Philogonio de Paula Corrêa e Antonio Fernandes de Souza, somando-se a eles o grande escritor José de Mesquita.

Criado estava o nosso Instituto em 01 de janeiro de 1919. Na solenidade de instalação, a 08 de abril de 1919, na casa de D. Aquino Correa, os fundadores exibiam uma foto de Leverger como inspirador intelectual do movimento em favor da história e da geografia mato-grossense.

Por essa razão, o grande Virgílio Corrêa Filho salvou este casarão, intercedendo junto ao interventor Antoino Menna Gonçalves, em 23 de novembro de 1930 e nós o mantivemos incólume às gestões temerárias, à ignorância e ao descaso com a cultura.

Aqui estou em ambas as instituições que sustentam a Casa. Sentado na Cadeira 11 da Academia, cujo patrono é também Leverger, assento inaugurado por Estevão de Mendonça e, agora, no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, com o mesmo patrono, ofereço à Casa Barão de Melgaço a minha juventude.

Esta Casa não cairá enquanto não cairmos nós. Aqui está, Senhora Presidente, Elizabeth Madureira Siqueira, 49 frases, 641 palavras, 3.911 caracteres e 112 mil bytes, o meu discurso de posse, ainda restando duas linhas e 5 segundos para, novamente, agradecer aos sócios que, de dentro, me olharam fora e aos amigos que, de fora, já me viam dentro. Muito obrigado!

DISCURSO PRONUNCIADO
POR FLÁVIO GATTI, POR
OCASIÃO DE SUA POSSE NO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE MATO
GROSSO, NA CATEGORIA DE
SÓCIO EFETIVO, AOS 16 DE
DEZEMBRO DE 2017

SPEECH DELIVERED BY FLÁVIO GATTI ON THE
OCCASION OF HIS INAUGURATION AT THE
HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF
MATO GROSSO, IN THE CATEGORY OF EFFECTIVE
MEMBER, ON DECEMBER 16, 2017

Primeiramente, em nome da senhora Elizabeth Madureira Siqueira, presidenta desta honradíssima instituição que é o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, gostaria de saldar calorosamente a todos os sócios, familiares e amigos presentes neste dia, que para mim será lembrado com especial carinho a partir de agora.

GERALDO FERREIRA GOMES, um poconeano de nascimento e cuiabano de coração, carinhosamente chamado de Lafaiete, em referência ao nome da pensão do seu pai, logo ali na Pedro Celestino.

Como geógrafo e pesquisador da Amazônia, sempre esteve em defesa da preservação do meio ambiente e amor à natureza. Grande entusiasta das ideias de Milton Santos foi um visionário do que estava por vir em nossos dias com a luta contra o aquecimento global e o desmatamento em nome do capital financeiro.

Professor de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), de quem tive a honra de ser aprendiz quando ainda em meus estudos de graduação, aprofundava nossos conhecimentos em suas aulas de campo. Se ser paraninfo de turmas na UFMT fosse um esporte olímpico, professor Geraldo seria recordista absoluto ao ser condecorado com esta honraria 19 vezes, tamanha a dedicação que tinha ao formar não somente novos geógrafos para o mercado de trabalho, mas cidadão de caráter e prontos a contribuir com por uma sociedade mais justa e sustentável, realmente um testemunho do carinho e admiração que seus alunos sempre tiveram por ele.

Funcionário público exemplar trabalhou com ética nos cargos que ocupou, na Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e como secretário de Promoção Social na gestão do prefeito Rodrigues Palma.

Participou do processo de fundação da AMM, onde trabalhou por 15 anos, sendo seu primeiro superintendente de 1983 a 1985.

Professor Geraldo faleceu em 20 de julho de 2016, deixando muita saudade, mas maior ainda foi o legado deixado a todos com uma vida exemplar e de amor ao próximo.

Por estes e muitíssimos outros motivos, sendo incapaz de citá-los a todos aqui, é que hoje escolho-o como patrono de minha associação ao IHGMT meu brilhante mestre GERALDO FERREIRA GOMES, porque na realidade muito antes de chegar aqui, eu é que fui escolhido por ele para receber seu apoio e dedicação.

Novamente agradeço o convite a participar deste seletivo e probo grupo, comprometendo-me integralmente em aplicar todas as minhas faculdades a fim de contribuir de forma positiva em retribuição à confiança em mim depositada neste momento por esta Casa.

DISCURSO PRONUNCIADO
POR FRANCISCO ILDEFONSO
DA SILVA CAMPOS, POR
OCASIÃO DE SUA POSSE NO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE MATO
GROSSO, NA CATEGORIA DE
SÓCIO EFETIVO, AOS 16 DE
DEZEMBRO DE 2017

SPEECH DELIVERED BY FRANCISCO ILDEFONSO
DA SILVA CAMPOS, ON THE OCCASION OF
HIS INAUGURATION AT THE HISTORICAL AND
GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF MATO GROSSO,
IN THE CATEGORY OF EFFECTIVE MEMBER, ON
DECEMBER 16, 2017

Agradeço a Deus por este momento que estou vivendo.

Excelentíssima senhora Elizabeth Madureira Siqueira, presidente do IHGMT, Excelentíssimo Senhor José Cidalino Carrara, secretário da Academia Mato-Grossense de Letras. Em nome dessas autoridades cumprimento todos os presentes nesta solenidade, meus familiares e amigos.

Sinto-me extremamente honrado por ter sido escolhido um dos novos membros associados do IHGMT.

Me preocupei em fazer este discurso e a minha decisão foi de fazê-lo breve.

Sou poconeano e pantaneiro, com muito orgulho, pois em minhas veias ainda corre o sangue dos meus antepassados, homens e mulheres que desbravaram

este Estado; José Paes Falcão, Custódio José da Silva, André Alves da Cunha; Francisco Gomes de Arruda, Francisca da Cunha Arruda; Ana Paes Proença, somos de muitos costados, e de muitas gerações de famílias pioneiras de grandes pantaneiros.

Nasci em janeiro, sou filho das águas e das cheias no pantanal.

Gosto de ouvir nas madrugadas o canto dos araucuãs e no entardecer as garças em bando procurando seus ninhais.

Ainda lembro com saudades dos campos e campinas verdejantes com as grandes comitivas boiadeiras.

Vivi minha infância correndo pelos campos da fazenda Sararé, feito índio selvagem! Tenho o gosto refinado pela natureza que nos cerca, e me entristece ver o nosso pantanal agonizando e com ele desaparecendo e sendo esquecido o “Homem Pantaneiro”, último guardião da bela planície pantaneira.

Escolhi como meu patrono um poconeano imortal desta Academia Mato-Grossense de Letras, Manoel Esperidião da Costa Marques, também esquecido pela história do Brasil, seu nome não consta nos anais e resumos como um dos abolicionistas; saudoso Irmão, homem justo nas questões humanitárias e de grande influência na abolição da escravatura.

Nascera o Dr. Manoel Esperidião da Costa Marques na nossa pequena e acolhedora cidade de Poconé, no dia 18 de dezembro de 1859.

Era filho do Tenente-Coronel Salvador da Costa Marques, abastado fazendeiro e prestigioso chefe político, e Dona Augusta Nunes Rondon, descendente ele de uma das mais numerosas e importantes famílias pioneiras do Estado, os “Costa Marques”.

Fez o seu curso primário na vila de Poconé. Dotado de inteligência aguçada, já em 1873, com apenas 14 anos, saiu da casa dos seus pais e foi estudar no Rio de Janeiro.

Concluída a sua formação básica, migrou para Minas Gerais, onde concluiu a formação de engenheiro civil, em 1882, considerado o melhor aluno da turma, na Escola de Minas de Ouro Preto.

Regressando ao estado de Mato Grosso, e após curta permanência em Cuiabá, estabeleceu sua residência na pitoresca cidade de São Luiz de Cáceres, onde casou-se com Dona Maria José Pereira Leite, de família tradicional, berço na histórica fazenda Jacobina.

Em 1882, muito jovem ainda, Costa Marques foi eleito Deputado Estadual, pelo Partido Conservador.

Exerceu também os cargos de Deputado Federal e de Vice-Presidente do Estado, fez parte da mesa da Câmara e trabalhou na confecção da Lei Auréa, de 13 de maio de 1888, que aboliu o elemento servil, ou seja, a escravidão neste imenso Brasil.

Na emancipação da escravidão, a Maçonaria teve papel preponderante, com suas Lojas espalhadas por todos os estados brasileiros.

No Rio de Janeiro, estava o venerável e deputado Federal Manoel Esperidião da Costa Marques, atuando dentro da Corte Imperial como conselheiro íntimo da princesa Izabel. Agindo dia e noite, sua persistência influenciou a princesa Izabel para que ela assinasse o quanto antes a abolição da escravatura.

Em Cuiabá, na Loja Maçônica “Estrela do Oriente”, esta chama de liberdade, estava acessa e levada adiante pelo advogado Francisco Agostinho Ribeiro, que defendia com veemência a abolição, com palavras ardentes e ponderadas.

Joaquim Nabuco, um abolicionista convicto, disse: *“A escravidão está condenada por ela e já devia há muito tempo ter acabado. O homem não pode ser escravo do homem. Todos são igualmente filhos de Deus.”*

A partir de agosto de 1898, retornou ao seu estado, e na cidade de Cáceres, o engenheiro Esperidião da Costa Marques se dedicou integralmente aos estudos

científicos e iniciou notável trabalho de levantamento das possibilidades de navegação dos rios Jauru, Guaporé, Alegre e Paraguai.

Deixou diversas obras publicadas, que ainda hoje são referência em diversos trabalhos científicos.

Em 1906, após ter contraído malária em uma expedição de trabalho, faleceu na cidade dos generais, Vila Bela da Santíssima Trindade. Muito jovem, nos deixou este homem, que antecedeu Rondon na exploração dos rios, os caminhos das águas.

Concluo estas palavras enaltecendo os serviços prestados pelo meu saudoso Irmão, Dr. Manoel Esperidião da Costa Marques, ao seu torrão natal e ao país, e que fora o protótipo do homem justo e virtuoso, sendo digno, porém, que ocupe hoje as páginas da história e sirva de exemplo pelo amor ao próximo e dedicação ao trabalho, motivo por ter sido eleito meu patrono.

Obrigado a todos!

DISCURSO PRONUNCIADO
POR NEILA MARIA DE
SOUZA BARRETO, POR
OCASIÃO DE SUA POSSE NO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE MATO
GROSSO, NA CATEGORIA DE
SÓCIA EFETIVA, AOS 16 DE
DEZEMBRO DE 2017

SPEECH DELIVERED BY NEILA MARIA DE
SOUZA BARRETO ON THE OCCASION OF HIS
INAUGURATION AT THE HISTORICAL AND
GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF MATO GROSSO,
IN THE CATEGORY OF EFFECTIVE MEMBER, ON
DECEMBER 16, 2017

Agradeço a honrosa oportunidade de adentrar neste Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHG-MT, que desde a sua criação tem prezado pela escrita da História de Mato Grosso e por sua Memória. São Trabalhos que servem até aos dias atuais de fonte aos pesquisadores de várias áreas do conhecimento, principalmente, para nós pesquisadores e historiadores.

É importante dizer que o acervo do IHGMT tem possibilitado aos alunos dos programas de pós-graduação desenvolver muitas pesquisas em temas relevantes, sem deixar de registrar a importância do IHGMT para a produção da minha dissertação de mestrado em história, pela UFMT, Água de beber no espaço urbano de Cuiabá – 1790 a 1886, sob a orientação do Professor Doutor Otávio Canavarros.

Tomo posse como membro do IHGMT tendo como patrono o Padre Ernesto Camillo Barreto, nascido na cidade de Cachoeira, Bahia, aos 19 de fevereiro de 1826, filho legítimo de Jerônimo Regis Barreto e D. Anna Joaquina de Jesus Barreto.

Pe. Ernesto ingressou na Ordem Franciscana da província da Bahia em (29/9/1842), e nela professou até 19 de março de 1844. Em 30 de novembro de 1850, recebeu, com dispensa de idade, a Sagração de Presbítero, por Breve Apostólico. Em 17 de outubro do mesmo ano, das mãos do Arcebispo D. Romualdo Antônio Seixas, ordenou-se em 30 de novembro de 1850, sob o cognome de Frei Ernesto de São Joaquim Barreto.

A vinda do Padre Ernesto para Cuiabá se deveu à solicitação, do primeiro Bispo de Mato Grosso, D. José Antônio dos Reis (1833 e 1876), de um professor de Teologia Dogmática e Moral para atuar junto ao Seminário Episcopal da Conceição, criado no ano de 1853, hoje Museu de Arte Sacra.

Pe. Ernesto aceitou o convite e deixou a Bahia, acompanhado da mãe e de um casal de irmãos, Alonso José Barreto e Umbelina Carolina Barreto, chegando a Cuiabá no dia 7 de agosto de 1854. Jurou a profissão de fé perante as figuras do Presidente da Província, Almirante Augusto João Manuel Leverger, conhecido por Barão De Melgaço (30/01/1802-14/01/1880), e do Bispo Diocesano, D. José Antônio dos Reis, cujo nome é referenciado na praça conhecida como ‘Chafariz do Mundéo’.

Pe. Ernesto é autor do *Compêndio Elementar de Teologia Dogmática*, obra pedagógica dedicada ao Papa Pio IX, e de um *Compêndio de Gramática e Língua Latina*, em parceria com o Pe. Henriques de Carvalho Ferro, dentre outras produções, conforme a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira.

Barreto recebeu o título de Protonotário Apostólico, concedido pelo Papa Pio IX, e que correspondia ao de

Oficial da Cúria Romana em terras brasileiras sendo, dos Notários, um dos mais importantes.

Em 26 de maio de 1861 foi preso enquanto pregava o evangelho na igreja Matriz de Cuiabá, na festa do Senhor Divino Espírito Santo. Dali foi conduzido para o Rio De Janeiro, mas, no Parlamento Nacional, os Deputados Francisco Otaviano de Almeida Rosa e Saldanha Marinho denunciaram o fato contra o Presidente de Mato Grosso, Cel. Antônio Pedro de Alencastro, o qual foi demitido.

Pe. Ernesto Camillo Barreto atuou no campo jornalístico, junto ao periódico *A Imprensa de Cuyabá*, que teve um total de 232 edições, das quais 134 podem ser acessadas por meio do sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Camillo Barreto foi Deputado Provincial por Mato Grosso, com mandato a partir de 1º de maio de 1869. É Patrono da Cadeira Nº. 14, da Academia Mato-Grossense de Letras, hoje ocupada pela Acadêmica Nilza Queiroz Freire.

A exemplo de inúmeros contemporâneos, o Padre Ernesto Camillo Barreto Não se recusou a matricular-se na Loja “Estrela do Ocidente”, onde alcançou o alto título de “Príncipe Rosa Cruz”, no Grau 33. Naquela época, era comum a admissão de clérigos nos mistérios das Associações Secretas, em cujo desenvolvimento colaborava sem empecilho algum. Em sua memória foi fundada a Loja Maçônica ‘Padre Ernesto Camilo Barreto’, hoje localizada no Clube do Círculo Maçônico, no Bairro Chapéu do Sol, na Capital.

Com base no testamento do Pe. Ernesto Camillo Barreto, localizado no Cartório do 5º Ofício, de Cuiabá, Mato Grosso, ficou registrada a constituição da sua família genuinamente cuiabana. Assim, seu voto de castidade não pôde ser cumprido, visto ter deixado filhos, conforme atitude similares de outros clérigos dos oitocentos, cujos descendentes se fazem presente

no cenário cuiabano da atualidade, conforme a historiadora Maria Adenir Peraro.

Humberto Marcílio (1963, p. 84) se refere ao Pe. Ernesto Camillo Barreto fazendo um apelo aos governantes: *[...] é assim que atinge o ensino uma nova fase de real progresso, conduzido pelo idealismo de Cardoso Júnior, o espírito prático de Miranda Reis e o descortínio genial de Ernesto Barreto, um precursor talentoso, a quem ficou devendo a providência preito de gratidão jamais realmente conferido pelas gerações passadas, dívida destarte legada a nós, a quem cumpre resgatá-la.*

Pe. Ernesto Camillo Barreto faleceu em Cuiabá, no dia 26 de março de 1896, aos 70 anos.

Foi o que procurei fundamentar neste trabalho, e o que pretendo ampliar no IHGMT. Um carinho especial aos companheiros que hoje tomam posse em minha companhia: Eduardo, Flávio, Francisco, Oriana e Renilson.

DISCURSO PRONUNCIADO
POR ORIANA PAES DE
BARROS, POR OCASIÃO DE
SUA POSSE NO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO, NA
CATEGORIA DE SÓCIA
EFETIVA, AOS 16 DE
DEZEMBRO DE 2017

SPEECH DELIVERED BY ORIANA PAES DE BARROS
ON THE OCCASION OF HIS INAUGURATION AT THE
HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF
MATO GROSSO, IN THE CATEGORY OF EFFECTIVE
PARTNER, ON DECEMBER 16, 2017

Inicialmente, cumprimento todos os presentes na pessoa da Professora Elizabeth Madureira Siqueira, Presidente deste Instituto.

É com muita honra e gratidão, que assumo hoje uma cadeira como sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. É uma emoção indescritível e plena.

E será com especial atenção que atuarei no sentido de contribuir com a Entidade, seus projetos e principalmente, sua valorização e de suas atividades.

Como descendente da Família Paes de Barros, de há muito venho buscando recolocar na História o nome de Antônio Paes de Barros, o Totó Paes, no lugar de onde nunca deveria ter saído.

Desde menina luto pelo restabelecimento de seu nome. E me indignei, muitas vezes, ao ouvir as calú-

nias e difamações contra ele.

Aqui mesmo, nesta Casa, alguém me perguntou: afinal, Totó Paes foi um assassino ou um Santo?, claro, desconhecedor da história e pessoa insensível. Vou responder a ele como respondi no momento quando o autor de *Generoso Ponce um Chefe*, o Sr. Generoso Ponce Filho, em *Antônio Paes de Barros, um Líder*. É diferente um chefe de um líder.

Antônio Paes de Barros foi um homem que fez muito pela história, pela pesquisa, educação e cultura, tendo implantado o primeiro Posto de Fiscalização na divisa de Mato Grosso com o Pará, visando impedir a evasão de nossas riquezas.

Ao longo dessa minha trajetória, encontrei amigos e companheiros, como Paulo Pitaluga, João Carlos Vicente Ferreira e o falecido jornalista José Eduardo do Espírito Santo, que compartilham da minha propositura. Continuarei, então, minha luta, na certeza de que, um dia o nome desse ilustre Homem Público estará dignamente de volta na História do meu Estado.

Em 1897, Antônio Paes de Barros fundou a Usina de Itaicy, e, para implantá-la, importou máquinas da Alemanha, levando o engenheiro Reiners para operá-las eficientemente. Na Itaicy, havia escola para os filhos dos empregados, mas também uma banda de música, composta pelos seus alunos. Foi também no empreendimento agroindustrial que, pela primeira vez em Mato Grosso, se viu luz elétrica, antes mesmo de Cuiabá.

Totó Paes foi um visionário e por isso me proponho a reabilitar e ampliar sua imagem, colocando nessa empreitada todo o meu coração, bem como para todos os Mato-grossenses que fizeram nossa história e que ainda estão olvidados. Tenho um compromisso, não só com minha família, mas com meu Estado e minha Nação, mas também com as pessoas importantes e humildes que contribuíram para a grandeza de Mato Grosso. Lutarei em busca da verdade, reavendo eventos

da história que ficaram silenciados.

Antônio Paes de Barros foi brutalmente assassinado, mas sua marca e seus feitos jamais poderão ser esquecidos.

Assim será também pela defesa do Pantanal, que conheci aos 12 anos durante uma viagem acompanhando meu avô, Evaristo de Arruda e Silva. Além de outros percursos, empreendemos juntos uma marcha a cavalo, de 24 quilômetros, onde ele pressentiu uma onça no mato. Amarrou cavalo em uma árvore e adentrou no interior da mata, acompanhado de seus cachorro. Depois de muito sofrimento e choro, ele voltou e me disse do seu jeito pantaneiro “*não era onça, era só uma jaguatirica*”.

E hoje aqui estou, um privilégio para poucos e um orgulho para mim e minha família.

Assim foi escrita a *História dos Vencedores*, como bem escreveu Paulo Pitaluga, mas o tempo é senhor da razão. E em 2006, ao completar 100 anos da morte de Totó Paes, o Exército Brasileiro prestou homenagem póstuma ao Estadista que foi, com todas as honras que ele merecia.

Em 1997, a Federação das Indústrias de Mato Grosso organizou uma série de homenagens pelos 100 anos da Usina do Itaicy, inaugurada em 1º de setembro de 1897, colocando o nome de seu proprietário, Antônio Paes de Barros, em uma das salas da Instituição, que, depois, desapareceu nos porões da casa, como constatou Paulo Pitaluga. Foi recolocada mais tarde em outro local menos condizente à importância do homenageado.

No Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso honrarei os termos do meu juramento lido por ocasião da posse e farei tudo para fazê-lo mais grandioso.

Muito obrigada.

DISCURSO PRONUNCIADO
POR RENILSON ROSA
RIBEIRO, POR OCASIÃO DE
SUA POSSE NO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO, NA
CATEGORIA DE SÓCIO
EFETIVO, AOS 16 DE
DEZEMBRO DE 2017

SPEECH DELIVERED BY RENILSON ROSA RIBEIRO,
ON THE OCCASION OF HIS INAUGURATION AT THE
HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF
MATO GROSSO, IN THE CATEGORY OF EFFECTIVE
MEMBER, ON DECEMBER 16, 2017

O HISTORIADOR E O PÁSSARO VIM-VIM

Excelentíssima Senhora Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, acadêmica e professora Elizabeth Madureira Siqueira, em nome da qual saúdo a todos os confrades e congreiras, registrando indescritível gratidão pela forma como me acolhe nesta casa. De igual modo cumprimento os membros da Academia Mato-grossense de Letras aqui presentes nessa solenidade.

Digníssimas autoridades presentes e representadas, registradas nas pessoas do professor doutor Evandro Aparecido Soares da Silva, vice-reitor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e do amigo e deputado Allan Kardec, representando o nosso poder legislativo do Estado de Mato Grosso.

Convidados, amigos e familiares – parceiros de caminhada afetiva e profissional – a todos saúdo e agradeço a presença nessa data tão singular para a minha história em terras mato-grossenses. Dentre tantos afetos, registro os nomes de Nauk Maria de Jesus, Vanda da Silva, Osvaldo Mariotto Cerezer e Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes. Minha pátria, meu lar, minha condição de existência está no lugar em que meu coração é tomado pelo sentimento de pertencimento. E hoje meu coração, minha vida, minha história, é todo seu, meu Mato Grosso, minha Cuiabá.

É com muita alegria que propus minha candidatura para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) em outubro desse ano. Ao lado dos novos confrades e confreriras também empossados nessa manhã, desde então tenho me dedicado a cumprir os protocolos, documentação, entrevistas e trâmites para fazer jus a tal honraria. Esse foi um processo sério, transparente e marcado pelo compromisso da instituição com o seu passado, presente e futuro. A honraria vem acompanhada de muito trabalho e responsabilidade.

Adentrar as portas da histórica “Casa Barão de Melgaço” na condição de sócio é uma honra, a minha certidão de mato-grossense e cuiabano. Não renego o meu interior paulista de nascimento, criação e formação. Lá estão meus amores primeiros e eternos – meus pais Eva e Rubens, meu irmão Roni, sobrinhos, tios e primos. Mas hoje permito-me dizer que “sou bem” Mato Grosso. Tenho um afeto imenso por essa terra que me acolheu desde 2006, quando vim para ser professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em Cáceres. Aqui construí minha vida familiar, profissional e afetiva. Carrego três orgulhos nessa caminhada: “morar” em Mato Grosso, num percurso entre Cáceres, Rondonópolis e Cuiabá; ter sido professor de História na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e Universidade Federal de Mato

Grosso (UFMT), minha atual casa do trabalho; e ser abençoado com um lindo filho cuiabano - Pedro, fonte de inspiração e amor incondicional. Pedro, no texto bíblico, é a rocha, a fortaleza, que sustenta a “casa” do Senhor. Para mim, historiador-professor-pai, Pedro é a rocha, a fortaleza que me sustenta, me eleva, me faz feliz. Ao meu “pequeno” Pedro dedico esse momento tão singular da minha vida.

Poder me colocar ao lado de nobres homens e mulheres dedicados à história, geografia, letras e cultura de nosso Estado – no IHGMT – é uma grande realização. E não poderia entrar nessa casa sozinho, trago comigo um patrono inspirador: professor, memorialista e poeta Natalino Ferreira Mendes, homem simples e erudito que conheci logo que cheguei em Cáceres.

Professor Natalino, nobre filho de Cáceres, nascido em janeiro de 1924, que honra os quadros e história da Academia de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, foi pesquisador e escritor da sua terra e pessoas. As ruas, casarões, o porto, as embarcações e o povo de Vila Maria receberam do poeta-historiador-memorialista-professor as mais belas palavras e descrições. A cidade de Cáceres pode ser revelada, descoberta e sentida nas suas obras *História de Cáceres*, *Efêmerides Cacerenses*, na crônica *Memória Cacerense* e nos livros de poesias *Anhuma do Pantanal: poesia da terra* e *Pássaro Vim-Vim*. Fontes ricas para aqueles que apreciar as artes da história e literatura.

A sua Biblioteca, que hoje abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres (IHGC), e os manuscritos inéditos constituem um patrimônio, uma herança, para todos nós... Quem dera aqueles que estão hoje a frente da administração pública de nosso país tivessem o compromisso, a dignidade, a honestidade e o amor desse homem público, que serviu ao nosso Estado e à sua querida “Cáceres”. Sempre ouço de seu filho temporão Luís, “Papai sempre foi um homem integro e honesto”.

Que mais belo legado um homem poderia deixar para sua esposa Olga, seus filhos Márcio, Vanilda, Marilce, Olga, Marilda e Luís, genros e noras, netos e bisnetos!

A família do professor Natalino me acolheu como um “parente honorário”. Ali encontrei irmãos, sobrinhos, primos, avós e amizades para uma vida. Pude conviver com as conversas desse mestre no alpendre no imenso lar dessa família na Cavallhada. Pude me deliciar das suas histórias, do seu humor fino e certo, dos mais inusitados comentários como “este café está tão forte que pode estourar uma garrafa de champanha” (Telma, minha amiga, essa foi de Seu Natalino para você). Lembro-me que nosso último encontro foi no dia da defesa do mestrado em História, na UFMT, do seu filho Luís. Seu Natalino estava radiante, era só sorrisos. Seu caçula tornava-se mestre, um apaixonado pela história como o pai. Natalino, historiador da vida; Luís, historiador de ofício.

Num dezembro de 2011, o poeta virou pássaro e voou... Nem o “Anjo da Morte” teve tamanha coragem de conduzi-lo na barca aportada no porto de Cáceres, pois se encantara com seus escritos poéticos. Diz a lenda, repetida pelas ruas da cidade, que o Anjo enamorado fez um acordo com o poeta: em troca dos seus poemas, permitiu que ele se transformasse em pássaro para poder voar ao longe no pôr-do-sol pantaneiro, tendo o rio Paraguai como cenário.

Mato Grosso sempre foi generoso com os afetos... todos me fizeram querer ficar, escrever minha história aqui. Agradeço à sua família, em nome de seus filhos Olga, Marilce e Luís o privilégio de trazer o nosso professor Natalino me acompanhando nesse momento tão singular e sublime, com o compromisso do estudo e da escrita sobre sua produção intelectual.

Agradeço as amigas Nileide Dourado, Suíse Bordest e Beth Madureira, hoje confeitadeiras, por me inspirarem nessa decisão e compromisso com essa casa da me-

mória de Mato Grosso. Estou muito feliz em poder colocar-me ao lado de tão generosas pessoas nessa “casa da memória” de Mato Grosso. Nileide, minha amiga, não há palavras que possam traduzir tamanha admiração e afinidade de vida.

Só posso dizer que me sinto em casa aqui, como sempre me sinto acolhido e amado no lar do filho caçula do professor Natalino: meu amigo-irmão Luís César, ao lado dos amados Telma, Felipe, Amanda e Thiago. Desejo que meu Pedro possa encontra em Thiago o irmão-amigo que encontrei aqui chamado Luís César.

Muito obrigado a todos os presentes nessa manhã de sábado!

NORMAS PARA A REVISTA DO IHGMT

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso poderá ser dividida nas seguintes seções: **Editorial, Dossiê, Artigos e Notícias**, podendo ainda, ocasionalmente, **resenhas, discurso, nominata institucional, relatórios e transcrição de documentos**. Os textos aceitos para a publicação deverão ser inéditos e versar sobre o contexto regional ou nacional. Os mesmos serão previamente aprovados pelos Conselhos Editorial e Consultivo da Revista. Em casos especiais, serão aceitos artigos para republicação, acompanhados de autorização dos autores e do diretor do periódico em que os mesmos foram originalmente publicados.

Para publicar na Revista, as colaborações devem seguir as seguintes especificações:

- Estudo de autoria de pesquisadores vinculados ao IHGMT, a instituições públicas ou privadas, ou de pesquisadores independentes. O *Dossiê* será sempre temático e os artigos nessa seção, deverão contemplar, obrigatoriamente, o tema privilegiado pela Instituição. Os Artigos devem versar sobre temas diversos e serão também objeto de análise e seleção pelo Conselho Editorial e Consultivo do periódico.

Todos os artigos, do Dossiê ou da seção Artigos, obrigatoriamente, após o título (em língua portuguesa e estrangeira, grafados em Time News Roman, fonte 12, CAIXA ALTA), serão seguidos da(s) autoria(s) (Autor(es) por nome(s) e sobrenome(s), identificados em rodapé, constando: vinculação institucional, maior título *e-mail*).

Abaixo do Título deverão, obrigatoriamente, constar:

RESUMO: (no mínimo 5 linhas)

Palavras-chave: (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

ABSTRACT / RESUMEN: (no mínimo 5 linhas)

Keywords ou **Resumen**: (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

Os **Resumos** e sua versão em língua estrangeira deverão ser grafados em **Time News fonte 11 e espaço simples, justificado.**

- Normas de apresentação do corpo dos textos:
- Digitados em Windows, fonte **Times New Roman tamanho 12, espaço 1,5, com margens de 2,0 cm, formato de página A4, justificado;**
- Dimensão mínima de **15 e máxima de 35 laudas** para artigos, incluídas referências e notas, sendo que para as demais categorias a margem de páginas é livre, sendo dispensados o resumo, palavras-chave, abstract e keywords, porém a referência em rodapé do(s) autor(es) é indispensável.
- Expressões em *língua estrangeira, títulos de obras e trechos de entrevistas* devem ser digitados em *itálico*
- Deve ser **evitado o uso do negrito** para destaque, preferindo-se o *itálico*.
- **Citações no corpo do texto**
- As **citações no corpo do texto, até 4 linhas**, devem estar grafadas em fonte 12, espaço 1,2, **entre aspas** e sem qualquer grifo, seguidas da **referência abreviada** (AUTOR, ANO E PÁGINA). Exemplo (SOUZA, 2008, p. 387), deixando a citação completa para as **Referência** final. Caso a citação tenha sido capturada de outra obra, referencia-se (SOUZA, 2008, *apud* AUTOR, ano e página)
- As **Citações com mais de 4 linhas** devem ser apresentadas em **reco** de **2 cm** da margem esquerda, grafadas em **fonte normal**, Times New Roman Tamanho **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**.
- Quando as citações de corpo de texto ou reco forem de **transcrição de entrevistas** ou depoi-

mentos devem ser escritas em *itálico*, Times New Roman Tamanho **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**.

- As **ilustrações** devem apresentar título centralizado (parte superior, fonte 12), sendo que na parte inferior da imagem (**fonte 10**), indicativa deve-se indicar a fonte de onde foi retirada, ou autor e ano da foto, se for o caso.

Na **citação documental**, referenciar entre parênteses: (TÍTULO DO DOCUMENTO, indicação do Arquivo/Acervo)

- As **imagens** devem ser gravadas nas extensões JPG, com resolução de 300 DPI **enviadas em separado**, indicando no texto a sua entrada.
- **Notas de Rodapé**
- As notas de rodapé deverão **ser sempre de natureza explicativa**, grafadas em **Time News, tamanho 10, justificadas**.
- Referências
- As Referências, colocadas sempre incluem tanto a bibliografia quanto a documentação e deverão vir no final do texto. A bibliografia deverá ser ordenada em ordem alfabética dos autores (SOBRENOME, nome e pré-nome, seguida do *título (grafado em itálico)* sendo que a documentação por entrada de acervos ou ordenada apenas cronologicamente. Formatadas à esquerda.
- Para notícia, discurso, resenha não será exigido número mínimo de páginas, deverá conter, na primeira página, as seguintes informações:
 - * Título, nome do autor alinhado à direita;
- * Em nota de rodapé ordinal deverá ser colocada: Instituição (Universidade, Departamento, Instituto etc.) – Formação, local de atividade *e-mail*. Direitos Autorais
- Os direitos autorais dos artigos publicados pertencerão aos respectivos autores. Os artigos, resenhas e outros deverão ser oferecidos gratuitamente pelo autor ao IHGMT.

Avaliação dos textos para publicação

- Os textos entregues à publicação serão apreciados pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo da Revista, ou por pareceristas *ad-hoc*, especialmente convidados para este fim. Após o processo seletivo, os autores serão informados sobre a situação de sua colaboração via *e-mail*.

Encaminhamento dos originais:

O material para publicação deverá ser encaminhado via *e-mail* para o seguinte endereço: bethmsiqueira@gmail.com, em arquivo (em Word 97-3002 ou Word dox) anexado à mensagem de encaminhamento, contendo a identificação e endereço postal e eletrônico do remetente no corpo do *e-mail*.

Revisão dos textos

A **revisão** dos textos pelas normas da ABNT, ortográfica e gramatical, é de inteira responsabilidade do(s) autor(es), podendo esse serviço ser contratado ao IHGMT, por preço simbólico com pagamento por página (R\$ 5,00).

Publicação

A Revista do IHGMT poderá ser publicada em papel e/ou **on-line**. No primeiro caso, cada autor tem direito a 5 exemplares, o mesmo ocorrendo na versão *on-line*. A revista na íntegra será veiculada no site www/casabarao.com.br.

O periódico está **cadastrado no IBICT** – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia e possui ISSN: 1677-0897. Na avaliação pela CAPES, está qualificado em Qualis B3.

As dúvidas deverão ser encaminhadas para **bethmsiqueira@gmail.com**

EDITORIAL

TEXTOS ALUSIVOS À PERSONALIDADE

DADOS BIOGRÁFICOS DE VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO

IHGB e Revista Brasileira de Geografia

DISCURSO DE VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO POR OCASIÃO DA DOAÇÃO
DA CASA BARÃO DE MELGAÇO (30/11/1930)

Elizabeth Madureira Siqueira

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO - UM GIGANTE!

João Alberto Novis Gomes Monteiro

ELA!

Virgílio Alves Corrêa Filho

ARTIGOS

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: UM ENTUSIASTA DO “BRASILEIRISMO SADIO”

Vilma Eliza Trindade

AS ESCRITAS DO INTELLECTUAL VIRGÍLIO CORRÊA FILHO – QUESTÕES DE ENSINO:
MONOGRAFIAS CUIABANAS

Nileide Souza Dourado | Renilson Rosa Ribeiro

DOIS AMANTES DA NATUREZA

Nanci Leonzo

CUIABÁ, AFLUENTE DO PARAGUAI,
NA PERSPECTIVA DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Suíse Monteiro Leon Bordest

A LITERATURA HISTÓRICA DE MATO GROSSO E SUA INTERFACE COM A
HISTORIOGRAFIA NACIONAL, SOB A ÓTICA DE VIRGÍLIO ALVES CORRÊA FILHO

Elizabeth Madureira Siqueira

AS INDÚSTRIAS MATO-GROSSENSSES NO OLHAR DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Neila Maria Souza Barreto

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: A FRONTEIRA COM O PARAGUAI
PARA UM HISTORIADOR REGIONALISTA

Carla Villamaina Centeno

BIBLIOGRAFIA VIRGILIANA DA HISTÓRIA,
GEOGRAFIA E ETNOLOGIA DE MATO GROSSO

Paulo Pitaluga Costa e Silva

DISCURSOS

NORMAS PARA A REVISTA DO IHGMT